



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

VANESSA HAGEMEYER BURGO

**ESTRATÉGIAS SOCIOINTERACIONAIS NA LÍNGUA
FALADA:
PROCEDIMENTOS DE ATENUAÇÃO E PRESERVAÇÃO DA
IMAGEM PÚBLICA**

Londrina
2009

VANESSA HAGEMEYER BURGO

**ESTRATÉGIAS SOCIOINTERACIONAIS NA LÍNGUA
FALADA:
PROCEDIMENTOS DE ATENUAÇÃO E PRESERVAÇÃO DA
IMAGEM PÚBLICA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor.

Orientador: Prof. Dr. Paulo de Tarso Galembeck

Londrina
2009

Catálogo na publicação elaborada pela Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central da Universidade Estadual de Londrina.

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

B957e Burgo, Vanessa Hagemeyer.
Estratégias sociointeracionais na língua falada : procedimentos de atenuação e preservação da imagem pública / Vanessa Hagemeyer Burgo. – Londrina, 2009.
268 f.

Orientador: Paulo de Tarso Galembeck.

Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, 2009.

Bibliografia: f. 227-235.

1. Análise da conversação – Teses. 2. Comunicação oral – Teses. 3. Análise do discurso – Teses. 4. Linguagem – Teses. I. Galembeck, Paulo de Tarso. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem. III. Título.

CDU 801

VANESSA HAGEMEYER BURGO

**ESTRATÉGIAS SOCIOINTERACIONAIS NA LÍNGUA FALADA:
PROCEDIMENTOS DE ATENUAÇÃO E PRESERVAÇÃO DA IMAGEM
PÚBLICA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Paulo de Tarso Galembeck
(orientador)
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof^ª. Dr^ª. Esther Gomes de Oliveira - UEL

Prof^ª. Dr^ª. Rosane Suely Alvares Lunardelli -
UEL

Prof. Dr. Hudinilson Urbano - USP

Prof. Dr. Luiz Antônio da Silva - USP

Londrina, 25 de agosto de 2009.

DEDICATÓRIA

Ao meu esposo, José Augusto, pelo amor,
carinho e eterno apoio. Além de
compreender minha constante ausência,
esforçou-se para sempre estar ao meu
lado. Seu incentivo foi fundamental para
que eu conseguisse concluir este
trabalho.

AGRADECIMENTOS

A Deus, acima de tudo, por me conceder coragem, determinação, persistência e sabedoria para superar todos os obstáculos encontrados no caminho.

Ao Professor Dr. Paulo de Tarso Galembeck, grande e admirável professor, que, com seu cabedal de conhecimento, sempre me estimulou na busca de novos objetivos acadêmicos. Sua sabedoria foi um espelho para minha vida profissional. Sou extremamente grata pela amizade, atenção e profunda dedicação com que conduziu o processo de orientação deste trabalho.

Aos Professores Dr. Hudinilson Urbano, Dr. Luiz Antônio da Silva, Dr^a. Esther Gomes de Oliveira e Dr^a. Rosane Suely Alvares Lunardelli, pelas valiosas e enriquecedoras contribuições dadas à tese durante o exame de qualificação.

Aos meus familiares, pelo carinho e apoio.

À CAPES, por ter financiado parcialmente este trabalho, por meio da concessão de bolsa de estudos.

A todos que me incentivaram e me apoiaram nesta jornada.

BURGO, Vanessa Hagemeyer. **Estratégias sociointeracionais na língua falada: procedimentos de atenuação e preservação da imagem pública.** 2009. 268 f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem). Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem. Universidade Estadual de Londrina. Londrina. 2009.

RESUMO

Este estudo visa a analisar o papel da atenuação nas exposições orais do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, evidenciando, por meio de marcas linguísticas deixadas na enunciação, os procedimentos por ele empregados para a criação da face positiva. Pretende-se, sobretudo, discutir o valor ilocutório dos enunciados, assinalando o modo pelo qual a seleção e a combinação de certos elementos atendem às necessidades e propósitos do locutor em dada situação comunicativa. Vale ressaltar que o emprego dessas estratégias sociointeracionais contribui para a construção do sentido do texto e para tornar explícitas as intenções do falante. O corpus é constituído por cinco entrevistas: duas transmitidas no programa *Fantástico*, pela Rede Globo de Televisão, e três pela Rádio Nacional obrigatória *A Voz do Brasil*. O arcabouço teórico do trabalho está fundamentado, principalmente, em conceitos da Análise da Conversação, e os textos sob análise figuram no plano da língua falada, trazendo, portanto, marcas explícitas de planejamento verbal local. No que concerne à estrutura, esta pesquisa é composta das seguintes partes: primeiramente, é apresentada a justificativa da escolha do tema, seguida dos objetivos, dos procedimentos metodológicos adotados, da constituição do *corpus* e da transcrição dos dados. Salientamos, no capítulo um, os aspectos pertinentes à fala e à escrita. O segundo tema discute as formas de interação (espontâneas ou não). Focalizam-se, no capítulo três, as atividades ilocucionais e o discurso político. Subsequentemente, são explicitados conceitos acerca dos marcadores conversacionais. O capítulo cinco trata dos preceitos que envolvem a noção de face, atenuação e polidez. No sexto capítulo, procedemos à análise e discussão dos dados. Por fim, são apresentados os comentários conclusivos acerca da pesquisa. De acordo com os resultados obtidos, observamos que esses recursos abrandam efeitos de sentido negativos, ao mesmo tempo em que ajudam a exibir ou preservar a imagem positiva do Presidente, reforçando sua identificação com o povo brasileiro.

Palavras-chave: Procedimentos de atenuação. Preservação da face. Língua falada.

Burgo, Vanessa Hagemeyer. **Sociointeractional Strategies in Spoken Language: Mitigating Devices and Facework**. 2009. 268 l. Thesis (PhD on Language Studies). State University of Londrina. Londrina. 2009.

ABSTRACT

The aim of this work is to analyze the role of attenuation observed in President Luiz Inácio Lula da Silva's oral discourse. By drawing attention to the marks left in the enunciation, we hope to expose the procedures he employs in order to create a positive public image (facework). Above all, we intend to discuss the illocutory value of certain utterances in order to verify how the selection and combination of various elements can achieve the speaker's needs and purposes in a given communicative situation. It is important to highlight that the use of such sociointeractional strategies contributes to the construction of text meaning and makes the speaker's intentions explicit. The *corpus* is composed of five interviews: two of them were featured by *Fantástico*, a Brazilian program aired by Globo (a television broadcasting channel), and three by the National Radio *A Voz do Brasil*. The theoretical framework is mainly based on concepts of Conversation Analysis as the texts are presented in a format to illustrate how the language was spoken, and they consequently exhibit explicit marks of verbal local planning. Regarding the structure, this research is composed of the following parts: first, we present the reason for choosing the theme, followed by the goals, the methodological procedures adopted, the *corpus* constitution, and the data transcription. The aspects concerning written and spoken language are found in chapter one. The second issue to be discussed refers to the forms of interaction (spontaneous or not). The chapter three focuses on the illocutionary activities and the political discourse. Subsequently, some concepts about conversational markers are presented. The fifth issue deals with featured principles of face, mitigation and politeness. After this section, we proceed with the analysis and data discussion. Finally, the conclusive comments related to the study are shown. According to the results obtained, we point out that those resources mitigate negative meaning effects, at the same time they help the Presidente show or preserve a positive face, reinforcing his identification with Brazilian people.

KEY WORDS: Mitigating devices. Positive face. Spoken language.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Convenções adotadas para a transcrição dos dados	16
Quadro 2 – Fala e escrita sob a perspectiva das dicotomias	25
Quadro 3 – Exame das variedades linguísticas distintas	27
Quadro 4 – Relação fala/escrita	29
Quadro 5 – Regularidades da paráfrase na construção do texto falado.....	51
Quadro 6 – Perguntas e respostas: estratégias utilizadas pelo falante	71
Quadro 7 – Formas, posições e funções dos marcadores conversacionais.....	102
Quadro 8 – Subtipos de marcadores conversacionais de função interacional ...	106

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
1.1 OBJETIVOS	13
1.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	14
1.3 CONSTITUIÇÃO DO <i>CORPUS</i>	14
1.4 TRANSCRIÇÃO DOS DADOS	15
2 FALA E ESCRITA EM QUESTÃO	17
2.1 O <i>CONTINUUM</i> LF E LE	22
2.2 PARTICULARIDADES DA FALA	32
2.3 Os PROCESSOS DE CONSTRUÇÃO DA LÍNGUA FALADA.....	44
3 FORMAS DE INTERAÇÃO (ESPONTÂNEAS OU NÃO)	55
3.1 ENTREVISTAS	61
3.2. Os PARES ADJACENTES.....	66
3.3 A TEORIA DA ATIVIDADE VERBAL	71
3.4 AS MÁXIMAS CONVERSACIONAIS DE GRICE	74
4 AS ATIVIDADES ILOCUCIONAIS E O DISCURSO POLÍTICO	79
4.1 DISCURSO E IDEOLOGIA.....	83
4.2 A SUBJETIVIDADE DISCURSIVA	85
4.3 A ARGUMENTAÇÃO NA LINGUAGEM	90
5 O CONCEITO DE MARCADORES CONVERSACIONAIS	96
5.1 FUNÇÕES DOS MARCADORES.....	98
5.2 POSIÇÕES DOS MARCADORES.....	104
6 FACE, ATENUAÇÃO E POLIDEZ	108
6.1 PERSONA	120
6.2 PROCEDIMENTOS E MARCADORES DE ATENUAÇÃO	126
6.2.1 Procedimentos que Marcam Menor Envolvimento do Falante	127
6.2.1.1 Marcadores de rejeição	128
6.2.2 Procedimentos que Marcam Maior Envolvimento do Falante	

6.2.2.1 “Mas-prefácios” controladores de respostas	129
6.2.2.2 Marcadores de opinião	131
6.2.2.3 Marcadores “hedges”	132
6.2.2.4 Marcadores metadiscursivos	133
7 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS	135
7.1 PROCEDIMENTOS QUE MARCAM MAIOR ENVOLVIMENTO DO FALANTE	135
7.2 PROCEDIMENTOS QUE MARCAM MENOR ENVOLVIMENTO DO FALANTE	205
8 COMENTÁRIOS CONCLUSIVOS	225
REFERÊNCIAS	232
ANEXOS	241
ANEXO A	242
ANEXO B	246
ANEXO C	260
ANEXO D	263
ANEXO E	266

1 INTRODUÇÃO

Grandes mudanças ocorreram, a partir dos anos 60, no âmbito dos estudos linguísticos. Além de cursos e pesquisas nas áreas tradicionais de Fonética, Fonologia, Gramática, Semântica e em Linguística Histórica, desenvolvem-se também cursos e pesquisas em Sociolinguística, Pragmática, Análise do Discurso, Linguística Textual, Análise da Conversação, Psicolinguística e Neurolinguística.

A constituição do discurso como objeto de estudo foi um avanço de extrema relevância, já que as pesquisas anteriores mostravam uma preocupação com o estudo da língua “em si e por si mesma”. O uso linguístico passou, então, a interessar os linguistas na compreensão da natureza da própria linguagem. Com os trabalhos enfocando a passagem da frase para o texto, este foi tomado como base de estudo, considerando-se a língua em uso, em situações concretas de comunicação.

Evidencia-se, pois, que o sentido de um texto não se faz apenas por meio da aplicação de normas aos enunciados, uma vez que o discurso pressupõe uma organização de recursos articulados pelo locutor, em uma determinada condição de produção, para criar um efeito de sentido pretendido. Assim, uma mesma estrutura linguística pode assumir significados diferentes, dependendo dos interlocutores, de suas intenções e de todo o contexto que os envolve. Logo, o sentido de um texto não é dado por antecipação, mas construído na própria interação. O texto é fruto de uma situação real de interação linguística, e para produzi-lo é preciso levar em consideração seus aspectos finalísticos, bem como a figura do interlocutor e o modo como os recursos linguísticos estão organizados, observando suas relações com o contexto social e com os outros textos que circulam em um determinado momento histórico. O texto torna-se um instrumento de interação que permite que os interactantes construam e reconstruam significações variadas.

O sentido de um texto é, portanto, estabelecido pela relação binária, complementar entre texto/contexto fundamentada nas representações de uma dada cultura. Vale ressaltar que o texto não é uma cópia ou representação do mundo real; o mundo é *recriado* no texto por meio da mediação de nossas convicções, perspectivas e objetivos. Koch (1992) postula que, se admitirmos que não existem

textos neutros, e que existe sempre alguma intenção ou finalidade por parte de quem os produz, há sempre uma argumentatividade subjacente ao uso da linguagem.

A rigor, entende-se, neste trabalho, texto e/ou discurso como a “ocorrência lingüística falada ou escrita, de qualquer extensão, dotada de unidade sociocomunicativa, semântica e formal” (COSTA VAL, 1999, p. 3). A autora afirma que o texto executa seu papel quando se estabelece uma situação de comunicação, e os fatores pragmáticos existentes em sua produção e recepção colaboram para a construção de seu sentido. Nesse processo figuram, ainda, as particularidades de todo ato comunicativo, quais sejam: as intenções do falante; as imagens mentais que os interactantes fazem de si, do outro e do tópico¹ em questão; a percepção visual e acústica do espaço comum na interação face a face; o contexto sociocultural, o qual delimita os conhecimentos partilhados do locutor e do alocutário, orientando-os em relação às regras sociais envolvidas na comunicação, como o tom de voz, postura, entre outros. Todos esses aspectos tornam cada ato comunicativo realmente único e singular.

O interesse pelo estudo da língua falada deve-se ao fato de que os textos orais são atividades empíricas observáveis nas condutas humanas e funcionam como um instrumento de comunicação e interação, assim, eles integram as práticas sociais diárias de qualquer indivíduo. A língua falada é uma modalidade de realização lingüística pautada em situações concretas de uso e que requer uma análise focada em seu processo de construção.

Sob a ótica da interação, o texto verbal, na visão de Brait (2003, p.220), “permite verificar as relações interpessoais, intersubjetivas, veiculadas pela maneira como o evento conversacional está organizado”. Assim, é possível observar não apenas o que foi dito, mas, principalmente, o modo como foi dito, a partir da abordagem interacional do texto.

Optou-se pelo discurso político como objeto de pesquisa, devido ao caráter de interação social que se evidencia entre os participantes de um processo de enunciação falante-ouvinte. O alvo de enfoque do discurso tem sido revelado sob o aspecto do dominador. Nesse sentido, observam-se o falante em posição de

¹ Segundo Brown e Yule (1983, p. 73), o tópico pode ser considerado como aquilo acerca do que se fala ou se escreve. Para Chafe (2003, p. 674), o tópico é um aglomerado coerente de pensamentos introduzidos por algum participante na conversação, desenvolvido por ele, por outro ou por vários participantes em conjunto.

prestígio no contexto social e os mecanismos que o favorecem na obtenção de seu poder, dominação e convencimento. Sob essa perspectiva, tem-se evidenciado o relevo dado à análise dos discursos políticos, nos quais a persuasão constitui uma nota dominante.

A escolha pela investigação aqui proposta originou-se da percepção de mudanças no discurso do Presidente da República em relação aos discursos da época em que era candidato e, também, àqueles do início de seu primeiro mandato. Por meio de programas de televisão e rádio, pudemos observar, em suas exposições orais, o uso significativo de recursos que serviram para amenizar situações adversas, diminuindo, assim, riscos de ameaça à imagem pública. Determinados sentidos podem ser evidenciados pelo uso de certos recursos linguísticos que, ativados pelo sujeito, descrevem a relação entre o enunciado e forma como ele é construído, possibilitando a apreensão de possíveis interpretações. Torna-se pertinente, então, analisar a atenuação presente nas atuais assertivas de Lula, bem como a maneira pela qual esse processo se desenvolve e quais os procedimentos utilizados para diminuir a força ilocutória dos enunciados.

Na concepção de Rosa (1992, p. 8), “todo discurso, oral ou escrito, deriva da interação entre indivíduos socialmente organizados, e apresenta em sua estrutura diversos elementos ligados intrinsecamente à interação em processo, seja ela claramente observável ou não.”

De acordo com essa premissa, a autora assinala que todo discurso:

manifesta o esforço de cada enunciador para *fazer crer* naquilo que diz, isto é, o objetivo último de todo discurso é o de parecer e ser verdadeiro para o enunciatário, de modo que este possa crer no conteúdo do que é enunciado. E, entre os mecanismos linguísticos que concorrem para esse fim, encontram-se, também, vários procedimentos de atenuação. (p. 9).

Nesse sentido, observa-se a relevância de se discutir como os procedimentos de atenuação e de construção da imagem positiva são empregados pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em textos falados espontâneos, planejados localmente (no momento da execução), de modo que atendam aos seus propósitos comunicativos. Dessa forma, o arcabouço teórico desta pesquisa consiste em uma abordagem textual-interativa da língua falada, pautada, sobretudo, em conceitos da Análise da Conversação em relação de interface com formulações advindas da

Psicologia Analítica, especificamente, pela noção do arquétipo *Persona*, formulado por Carl Jung. Os exemplos sob análise incluem recursos de natureza verbal (palavras, expressões, frases estereotipadas ou marcadores de atenuação), elementos de natureza não verbal ou paralinguísticos (risos) e, ainda, supra-segmentais (pausas).

1.1 OBJETIVOS

O objetivo geral deste estudo é analisar os procedimentos de preservação da face empregados no discurso oral do Presidente Lula, assinalando o modo como essas estratégias sociointeracionais são articuladas e direcionadas à criação e proteção de sua imagem positiva. Optou-se por este viés de análise pelo fato de se observar o uso desses recursos em entrevistas concedidas pelo falante, com o intuito de obter um dado propósito na interação. Essas entrevistas foram transmitidas por veículos de comunicação de massa (televisão e rádio) e utilizadas como *corpus* da pesquisa, em função de poder alcançar um grande número de telespectadores e ouvintes, e isso faz com que o locutor tenha maior preocupação em se precaver de possíveis reações desfavoráveis ou discordância do público.

Evidenciam-se como objetivos específicos: discutir o papel dos mecanismos que operam como elementos atenuadores na interação (marcadores e procedimentos de atenuação), bem como os efeitos de sentido produzidos em cada contexto; descrever a maneira como os procedimentos que marcam maior/menor envolvimento do locutor são empregados no discurso, ressaltando as estratégias usadas pelo presidente Lula, para conseguir a adesão do ouvinte; e, enfim, assinalar como o político se posiciona em relação ao outro e o que mostra de si mesmo ao enunciar, ou seja, a imagem que o indivíduo adota para se apresentar diante da sociedade.

Cabe considerar, ainda, que a função dos procedimentos sob análise não é fixa e, na maioria dos casos, eles podem exercer mais de um papel e, por essa razão, preferimos focalizar a análise nas funções predominantes de cada recurso nos exemplos expostos. É oportuno salientar, no entanto, que as funções secundárias também serão discutidas, porém, com menor ênfase.

1.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho segue o método empírico-indutivo, considerando-se que os segmentos analisados foram obtidos em situação real de interação (os textos não são lidos, mas formulados em tempo real, no momento de execução). Em consonância com Galembeck (1999a, p. 118), o estudo da língua falada

deve seguir o método empírico-indutivo, partindo do exame das ocorrências para as interpretações qualitativas. Essa postura metodológica, aliás, decorre da própria natureza da língua falada, que é caracterizada pela extrema variabilidade e fluidez. Essa variabilidade impede, aliás, a adoção de categorias e modelos formais previamente definidos e traz consigo a necessidade de uma teoria que flua dos casos e corresponda diretamente a eles.

Foram também utilizadas as pesquisas bibliográfica e descritiva como técnicas auxiliares na análise do corpus adotado. A metodologia apresenta-se, sobretudo, com natureza qualitativa, interpretativa, realizando-se a partir da fala contextualizada e situada (contexto situacional e social). Os textos figuram no plano da língua falada, trazendo, portanto, marcas explícitas de planejamento verbal local.

1.3 CONSTITUIÇÃO DO *CORPUS*

Quanto à constituição do *corpus*, foram gravadas várias entrevistas concedidas pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em programas de televisão e rádio. Visando a delimitar o corpus, houve a seleção das entrevistas que mais apresentavam questões relacionadas a temas polêmicos e comprometedores, os quais poderiam proporcionar mais elementos para a análise. Em seguida, realizou-se a transcrição das mesmas, que foram realizadas conforme as regras sugeridas pelo projeto USP-NURC/SP, coordenado por Preti (2003, p. 13-14).

O *corpus* é composto dos seguintes anexos, cronologicamente dispostos: o anexo A traz uma entrevista concedida à repórter brasileira Melissa Monteiro que trabalha para a televisão francesa, e nessa entrevista o Presidente

Lula manifesta-se em relação aos escândalos de corrupção denunciados em 2005. Essa entrevista foi realizada no dia 15 de julho de 2005, em Paris, e exibida no programa *Fantástico*, da Rede Globo de Televisão, no dia 17 de julho de 2005, com duração de doze minutos, aproximadamente.

No anexo B, há uma entrevista concedida ao repórter Pedro Bial, no programa *Fantástico*, da Rede Globo de Televisão, em 01 de janeiro de 2006, com duração de 34 minutos e 14 segundos. Devido à crise política que o governo atravessava na época, o Presidente Lula fala acerca dos problemas enfrentados.

Já os anexos C, D e E são compostos de três entrevistas obtidas por meio de gravação do programa de rádio “Café com o Presidente”, produzido pela Diretoria de Serviços da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), com a supervisão editorial da Secretaria de Comunicação Social (Secom), órgão vinculado à Presidência da República. O programa vai ao ar sempre às segundas-feiras, e é transmitido via satélite, no mesmo canal de distribuição de “A Voz do Brasil”, podendo ser acessado, também, na Internet (endereço: www.radiobras.gov.br). As transmissões do rádio ocorrem em quatro horários: às 6h, às 7h, às 8h30 e às 13h. As entrevistas foram concedidas ao jornalista Luciano Seixas: a primeira (anexo C) foi ao ar em cinco de maio de 2008, com duração de seis minutos; a segunda (anexo D) em dezenove de maio de 2008, com duração de seis minutos; e a terceira, em trinta de junho de 2008, com duração de seis minutos e nove segundos.

1.4 TRANSCRIÇÃO DOS DADOS

As convenções adotadas para a transcrição dos dados são as seguintes:

Ocorrências	Sinais	Exemplificação*
Incompreensão de palavras ou segmentos	()	do nível de renda... () nível de renda nominal...
Hipótese do que se ouviu	(hipótese)	(estou) meio preocupado (com o gravador)
Truncamento (havendo homografia, usa-se acento indicativo da tônica e/ou timbre)	/	e comé/ e reinicia
Entonação enfática	maiúscula	porque as pessoas reTÊM moeda
Prolongamento de vogal e consoante (como s, r)	::podendo aumentar para ::: ou mais	ao emprestarem os...éh ::: ... o dinheiro
Silabação	_	por motivo tran-sa-ção
Interrogação	?	e o Banco... Central... certo?
Qualquer pausa	...	são três motivos... ou três razões... que fazem com que se retenha moeda... existe uma...retenção
Comentários descritivos do transcritor	((minúscula))	((tossiu))
Indicações de que a fala foi tomada ou interrompida em determinado ponto. Não no seu início.	[...]	[...] nós vimos que existem...
Citações literais ou leitura de textos, durante a gravação	“ ”	Pedro Lima... ah escreve na ocasião... “O cinema falado em língua estrangeira não precisa de nenhuma baRRElra entre nós”...

Quadro 1 – Convenções adotadas para a transcrição dos dados.

* Exemplos retirados dos inquéritos NURC/SP nº. 338 EF e 331 D², extraídos de Preti (2003, p. 13-14).

2 FALA E ESCRITA EM QUESTÃO

Um equívoco bastante comum nas questões que envolvem Língua Falada e Língua Escrita (doravante LF e LE, respectivamente) é o fato de a fala ter suas características observadas conforme o parâmetro da escrita-padrão e de uma gramática traçada para a escrita. Isso acaba por gerar uma apreciação negativa em torno da LF, que passa a ser julgada como inapropriada em função da incidência de frases incompletas e interrompidas, falsos começos, hesitações, certas ocorrências que caracterizam o texto falado, que (erroneamente) são consideradas “defeitos”, e, assim, fortalecem a condição de primazia da LE.

Os estudos acerca da LF e LE, em um primeiro momento, apontavam, de modo geral, para concepções que consideravam a escrita como a única manifestação correta de expressão. A língua, embora seja uma atividade social, era vista, por muitos estudiosos, como um sistema de regras que preconizava a obediência aos preceitos normativos da gramática, e era tratada como um sistema e não um evento linguístico, especialmente na primeira metade do século. Diante dessa premissa, a fala seria vista como um desvio da escrita, uma manifestação marginal da língua e não se levava em conta seu valor funcional, interacional e situacional. Porém, no dizer de Blakemore (2003, p. 101), “the contextual assumptions required for a complete interpretation of the speaker’s intentions and the computations that are used in deriving this interpretation are *outside* the language module (grammar).”²

Um dos fatores que contribuíram para a noção de superioridade da escrita em detrimento da fala legitimou-se porque a LE era responsável pela transmissão de conhecimentos por meio dos livros, isto é, um meio de se perpetuar a história (civilização) de um povo pela aquisição da escrita. Dada a demasiada importância à escrita, esta se tornou o foco de interesse para análises. “Historicamente a escrita, sobretudo a literária, sempre foi considerada a verdadeira forma de linguagem, e a fala, instável, não podendo constituir objeto de estudo”. (FÁVERO; ANDRADE; AQUINO, 1999, p.10).

² As suposições contextuais exigidas para uma interpretação completa das intenções do falante e as computações que são usadas na dedução dessa interpretação estão “fora” do módulo da linguagem (a gramática). (tradução nossa).

Posteriormente a essa concepção, estudos mais recentes postulam outra posição acerca da LF e LE. A fala passou, então, a ser estudada a partir de suas características próprias, e deixa de ser considerada o lugar do “caos”, como antes, para ocupar uma posição de realce, passível de ser estudada cientificamente. A LF, portanto, começou a ser vista como uma modalidade de realização linguística altamente organizada e que requer uma análise focalizada em seu processo de construção.

De acordo com essa perspectiva, a LF coloca-se como um instrumento de comunicação e interação, no qual o “uso” torna-se o ponto relevante, visto que compreende os aspectos cognitivos e situacionais como forma de edificação da linguagem. Apesar dessa premissa, parece haver, ainda nos dias de hoje, certa discordância entre os trabalhos concernentes ao assunto. Por essa razão, faremos alguns apontamentos a respeito das questões que envolvem LF e LE.

Conforme Marcuschi (2001, p.17), é equivocada a convicção de que a escrita é derivada e a fala é primária, assim como a escrita não pode ser considerada como uma representação da fala. Em parte, porque a escrita não consegue reproduzir muitos fenômenos da oralidade como a prosódia, a gestualidade, os movimentos do corpo e dos olhos, entre outros. Por outro lado, a escrita apresenta elementos próprios como o tamanho e tipo de letras, cores e formatos, elementos pictóricos, que operam como gestos, mímica e prosódia graficamente representados.

A escrita não é transcrição da fala, realizada em outro plano de expressão. Tanto a escrita, quanto a fala possuem recursos variados para exprimir o que se pretende. Os sinais gráficos e a pontuação, no texto escrito, assumem as funções de marcar e assinalar as manifestações e relações entre os interactantes. Na fala, isso é percebido pelos gestos e entoação. No dizer de Barros (2000, p. 74), “não há uma transposição simples de conteúdos, pois os recursos diferentes de expressão estão relacionados a diferenças de sentido”. Na fala, pode-se utilizar sinais gráficos da expressão escrita para produzir determinados efeitos de sentido, como no exemplo: “estou falando em **erro**, entre aspas”. Esse recurso, por exemplo, ajuda a criar um certo distanciamento do locutor em relação ao termo ao qual se refere.

Cabe assinalar que a fala é empregada em uma gama mais ampla de situações, enquanto a escrita é colocada em casos em que a comunicação vocal-auditiva é impossível ou ineficiente. Há, também, de se reconhecer que a aquisição

da LF se dá de forma natural, ao passo que a LE, normalmente, é adquirida por meios formais de instrução.

Pelo fato de a escrita ser adquirida em um ambiente formal, como a escola, a sociedade ainda a coloca em primazia à fala. Isso significa que a escrita tem mais prestígio por ser pautada na língua padrão, nas normas aprendidas por meio da escolarização e, em consequência disso, acaba sendo considerada e desejada como um bem cultural e símbolo indicador de uma classe social privilegiada. A fala, por sua vez, é obtida informal e naturalmente, e não necessita mais do que os próprios órgãos da fala de cada indivíduo. Valoriza-se o status cultural, uma vez que a escrita, sendo adquirida por meios formais, fornece ao indivíduo as normas e as regras necessárias ao que se considera como o “correto uso da língua”. A literatura e as obras dos bons autores acabam por servir “de modelo para as outras manifestações da língua”. (CAMPOS, 1989, p.202).

É extremamente comum as pessoas considerarem o bom falante do português pela maneira como empregam as normas gramaticais, enaltecendo o “certo” e depreciando o “errado”. Isso nos remete à questão da norma³ linguística e prescritiva, isto é, a norma da gramática tradicional. A maioria dos usuários anseia por “falar bem”, seja por uma questão de status intelectual, seja por uma questão de não se manter inferior ou, ainda, para conservar sua imagem perante o grupo ao qual pertence.

Existe, atualmente, um número significativo de livros que se propõem a indicar ao leitor uma série de recomendações de usos da língua baseadas na norma considerada culta, as quais devem ser seguidas para a obtenção de resultados linguísticos ideais, ou ao menos, desejáveis. Entretanto, nas palavras de Leite (2000, p. 129-130):

A primeira consequência da leitura é tomar conhecimento de que eram “errados”, ou considerados inexistentes na língua, muitos de seus usos, antes nem imaginados como tal. A segunda é comentar com amigos e parentes as novidades linguísticas que aprendeu. A terceira pode ser descobrir que, se puser em prática, de modo instintivo, muitas daquelas “recomendações”, vai-se sentir “um estranho no ninho”, em muitos momentos de interação.

³ No dizer de Castilho (1988, p. 53), “há um conceito amplo e um estrito de norma. “No primeiro caso, ela é entendida como um fator de coesão social. No segundo, corresponde concretamente aos usos e aspirações da classe social de prestígio.”

As normas e regras da língua padrão nem sempre fazem parte da realidade linguística em todo seu contexto de uso. Há gêneros textuais em que elas são mais empregadas, e outros em que são menos, dependendo da situação e dos objetivos pretendidos pelos indivíduos em um evento linguístico, seja falado ou escrito. Em consonância com Marcuschi (1998, p. 142):

Quando se fala em língua padrão arrepiam-se muitas pessoas imaginando que se trata de uma visão elitista, homogênea, com a eliminação de todas as demais variantes. Não se trata disso. É inegável que a escrita padrão tem uma variedade de formas manifestas nas multiplicidades dos gêneros textuais que ocorrem no dia a dia. Uma carta pessoal, por exemplo, é diferente de uma carta comercial sob muitos aspectos; uma notícia de jornal difere de um artigo científico; um texto jurídico é diferente de um poema; um bilhete e um comunicado oficial do governo são muito diversos. Mas todos estes gêneros textuais têm uma forma típica (um padrão) de serem realizados. Basta observar os textos que temos pela frente todos os dias. Portanto padrão não equivale a monoliticidade ou a algum tipo de amarra. Neste caso teríamos que jogar fora boa parte de nossa melhor literatura que abriu novos caminhos na relação com a forma padrão da língua.

Dessa forma, LF e LE não podem ser tratadas como dois sistemas antagônicos cujas categorias de análise diferem da gramática tradicional uma da outra, de modo que a escrita seja entendida como o lugar do “certo”, do uso correto das normas que regem a língua padrão, e a fala o da desordem.

Segundo Berruto (1985, p. 146):

La grammatica del parlato non è un'*altra* grammatica. E' bensì, semmai, una grammatica riveduta e 'liberalizzata', focalizzata sul parlante più che sul sistema e sulla sua esplicitazione a fondo; grazie anche, e ovviamente, alla possibilità di larga integrazione contestuale delle regole della grammatica. Una grammatica, in fondo, più libera e più agile, se mi si passano aggettivi antropomorfici per un'entità così arida e astratta come una grammatica...⁴

Fala e escrita são duas modalidades que pertencem ao mesmo sistema linguístico, porém, apresentam certas particularidades. Para Fávero, Andrade e Aquino (1999, p.69), “ambas apresentam distinções porque diferem nos

⁴ A gramática da fala não é *outra* gramática. É, por sua vez, uma gramática revista e 'liberalizada', mais focalizada no falante que no sistema e na sua explicitação profunda; graças também e, obviamente, à possibilidade da larga integração contextual das regras da gramática. Uma gramática, no fundo, mais livre e mais ágil, caso passem adjetivos antropomórficos para uma entidade tão árida e abstrata como uma gramática. (tradução nossa).

seus modos de aquisição; nas suas condições de produção, transmissão e recepção; nos meios através dos quais os elementos de estrutura são organizados.”

Marcuschi (2001, p.9) defende a ideia de que não é a morfologia ou a gramática que fundam o uso da língua, e sim, a intenção comunicativa. Baseado nessas ideias, o autor afirma que “falar ou escrever bem não é ser capaz de adequar-se às regras da língua, mas é usar adequadamente a língua para produzir um efeito de sentido pretendido numa dada situação”.

De acordo com esse ponto de vista, fala e escrita não são analisadas de forma estanque ou dicotômica, ou, ainda, tomadas como dois sistemas linguísticos distintos. São observadas, pois, as relações entre ambas dentro de um âmbito que valoriza o aspecto funcional das atividades discursivas. O formato dessas atividades varia de acordo com os diversos contextos, interactantes e necessidades, por isso existe a preocupação em se respeitarem as práticas linguísticas como práticas sociais, já que, por fazerem parte do cotidiano das pessoas, tanto a fala quanto a escrita tornam-se modalidades que devem adequar-se às mais variadas situações, assim como atender aos mais variados objetivos também. Não se restringem, portanto, ao plano do código. A noção de processo, na LF, é mais evidente que na LE, pois nela (LF) os “andaimes” são mais visíveis. A LE, ao contrário, apresenta-se como um produto pronto e acabado.

Na mesma obra, um pouco mais adiante, o autor assevera que:

[...] Quando se olha para a escrita, tem-se a impressão de que se está contemplando algo naturalmente claro e definido. Tudo se passa como se ao nos referirmos à escrita estivéssemos apontando para um fenômeno se não homogêneo, pelo menos bastante estável e com pouca variação. O contrário ocorre com a consciência espontânea que se desenvolve a respeito da fala. Esta se representa como variada e, curiosamente, não nos vem à mente em primeira mão a fala padrão. É o caso de dizer que fala e escrita são intuitivamente construídas como tipos ideais concebidos com princípios opostos e que não correspondem a realidade alguma, a menos que identifiquemos um fenômeno que as realize. (p.37).

Conclui-se, portanto, que ambas as modalidades, oral e escrita, apresentam certas particularidades que decorrem da situação de uso na qual estão inseridas, pois se trata de atividades interacionais complementares, e não antagônicas e contraditórias.

2.1 O CONTINUUM LF E LE

Apesar de existirem diferenças e semelhanças entre fala e escrita, não se pode relacioná-las numa perspectiva dicotômica e fora de seu uso em práticas sociais, mas situá-las em um *continuum* tipológico da produção textual. Preferimos, então, discutir essa questão de acordo com os preceitos que distinguem LF e LE dentro de uma abordagem pautada no uso da língua, que integra o contexto das práticas comunicativas e dos gêneros textuais. Conforme postula Marcuschi (2001, p.42):

O contínuo dos gêneros textuais distingue e correlaciona os textos de cada modalidade (fala e escrita) quanto às estratégias de formulação que determinam o contínuo das características que produzem as variações das estruturas textuais-discursivas, seleções lexicais, estilo, grau de formalidade etc., que se dão num contínuo de variações, surgindo daí semelhanças e diferenças ao longo de contínuos sobrepostos. [...] Certamente, o sucesso da análise dependerá também da concepção de língua que fundamentará a perspectiva teórica, bem como da idéia de funcionamento da língua como fruto também das condições de produção, ou seja, da atividade de produtores/receptores de textos situados em contextos reais e submetidos a decisões que seguem estratégias nem sempre dependentes apenas do que se convencionou chamar de sistema lingüístico. Daí a necessidade de se adotar um componente funcional para analisar a relação fala versus escrita enquanto modalidades de uso.

No contínuo tipológico, existem gêneros da escrita que se situam mais próximos ao polo de um determinado gênero da fala, assim como há gêneros da fala que se situam mais próximos de um determinado polo da escrita, havendo, ainda, gêneros mistos. Para exemplificar o exposto, pode-se dizer que seria mais aconselhável comparar uma conversa espontânea a um bilhete, do que compará-la a uma conferência acadêmica num congresso. Isso porque existe uma gama de textos que são produzidos em condições naturais e que se encontram tanto no plano da fala quanto no plano da escrita e, também, textos que se entrecruzam, podendo constituir domínios mistos.

Preti (1998, p. 83-84), assinala que:

A rigor, o que existe no *continuum* fala/escrita é uma tipificação textual, que iria desde a conversa distensa do dia a dia, até a exposição científica tensa ou o pronunciamento oficial de uma autoridade, no caso da língua falada; e desde a informalidade de uma carta familiar até a elaboração de um texto literário ou de um artigo científico, no caso da língua escrita. Mas, se observarmos qualquer desses tipos de texto em que se notam diferenças e semelhanças entre fala e escrita, seria impossível afirmar que existe uma perfeita correspondência entre eles, de tal forma, por exemplo, que a linguagem de uma carta familiar pudesse ser a representação exata da linguagem falada do dia a dia.

Nessa perspectiva, Chafe (1982, p.49) observa que afirmações categóricas acerca da LF e LE aplicam-se, na verdade, aos extremos de um *continuum*. Há estilos de fala que estão mais na direção da escrita e outros estilos de escrita que estão mais próximos da fala.

Para Brown e Yule (1997, p. 7), gêneros de textos falados que se aproximam dos escritos podem ser encontrados em discursos de falantes que costumam se apresentar em público, como, por exemplo os de políticos, advogados e acadêmicos. Apesar disso, é interessante observar que muitos desses indivíduos que, frequentemente, falam em público, têm usado uma linguagem relativamente simples, e isso vem crescendo em muitas universidades, cujas palestras acadêmicas têm sido produzidas em um estilo mais simples, que é característico da LF. Há razões para supor que essa linguagem é bem mais fácil de entender, na modalidade oral, que na “língua escrita falada em voz alta”.

Corroborando essa visão, Tannen (1982) assevera que existem peculiaridades em cada modalidade, porém, estratégias encontradas em um texto oral podem ser encontradas em um texto escrito, de igual modo que podem ser encontradas estratégias do texto escrito em um texto falado. As diferenças formais não se dão em função da modalidade, mas do gênero e do registro linguístico.

Marcuschi (2001, p.38) aponta uma outra ocorrência que merece atenção: uma aula expositiva, que é tratada como um evento típico da modalidade oral, é composta em parte de leituras que o professor faz e, em parte, são exposições inéditas, ou seja, a aula é composta de textos escritos que auxiliam o docente, e também de textos falados, já que são proferidos oralmente e de forma original. “Há gêneros que se aproximam da oralidade pelo tipo de linguagem e pela

natureza da relação entre os indivíduos, por exemplo, as cartas íntimas e pessoais. Isso já não ocorre no caso das cartas comerciais ou cartas abertas”. Observa-se, assim, que é impossível situar a oralidade e a escrita em sistemas linguísticos diferentes, uma vez que pertencem ao mesmo sistema, porém, apresentam particularidades decorrentes das circunstâncias em que são usados.

No que concerne às relações mistas entre os gêneros, o autor coloca em relevo o meio de produção e a concepção discursiva. Nesse sentido, a fala tem concepção oral e meio sonoro, enquanto a escrita tem concepção escrita e meio gráfico. A partir disso, instauram-se dois domínios: o domínio do falado, tanto quanto à concepção quanto ao meio, em contraparte com o domínio do escrito. Não obstante, tanto um como o outro constituem os domínios mistos, por meio dos quais as modalidades se combinam.

O pesquisador toma como base os seguintes gêneros textuais para analisá-los conforme os domínios acima expostos: (1) conversação espontânea; (2) artigo científico; (3) notícia de TV; e (4) entrevista publicada na Revista *Veja*. Os domínios tipicamente falados e os tipicamente escritos são prototípicos, posto que o gênero (1) tem concepção oral e meio sonoro, e o gênero (2) tem concepção escrita e meio gráfico. Já o gênero (3) tem concepção escrita, porém, meio sonoro, e o gênero (4) tem concepção oral e meio gráfico, configurando-se, pois, como gêneros cujos domínios são mistos, visto que a produção e o meio são de modalidades diferentes. (p.39-40).

Para Hilgert (2000, p.19), qualquer texto é resultado da relação entre interlocutores e, com base nesse pressuposto:

[...] um texto conceptualmente falado prototípico, ao contrário do conceptualmente escrito, se caracterizaria, do ponto de vista das condições de comunicação, por um alto **grau** de privacidade, de intimidade, de envolvimento emocional, de mútua referencialidade, de cooperação, de dialogicidade, de espontaneidade entre os interlocutores e, também, por um destacado **grau** de dependência situacional e interacional das atividades de comunicação, além de um baixo grau de centração temática.

Segundo o autor, fala e escrita não mais aludem a tipos de textos “dicotomicamente antagônicos, mas sim identificam gêneros de textos configurados por um conjunto de traços que os leva a serem concebidos como textos falados ou escritos em maior ou menor **grau**.” (p.19).

Marcuschi (2001, p.27) aponta quatro tendências no que se refere à caracterização falada e escrita, e culmina na perspectiva que melhor abarca a noção de *continuum*:

- a) A perspectiva das dicotomias: com matizes distintos, têm-se, de um lado, alguns autores de visão mais restrita e, de outro, alguns representantes que valorizam as relações entre fala e escrita dentro de um “contínuo, seja tipológico ou da realidade cognitiva e social”. As dicotomias estritas referem-se a “uma análise que se volta para o código e permanece na imanência do fato linguístico”. Trata-se de uma forma mais rigorosa, representada na norma culta e caracterizada como uma visão imanentista que originou a maior parte das gramáticas pedagógicas da atualidade. O autor atribui propriedades típicas, divididas em dois blocos distintos, o que nos permite conhecer as dicotomias que separam a LF e a LE.

FALA	ESCRITA
Contextualizada	Descontextualizada
dependente	autônoma
implícita	explícita
redundante	condensada
não-planejada	planejada
imprecisa	precisa
não-normatizada	normatizada
fragmentária	completa

Quadro 2 – Fala e escrita sob a perspectiva das dicotomias.

Fonte: Marcuschi (2001, p. 27.).

Este modelo, muito difundido nos manuais escolares, sugere uma divisão entre forma e conteúdo, língua e uso. A língua, então, é tida como um sistema de regras que leva o ensino de língua ao ensino de regras gramaticais. Isso tende a colocar a fala no lugar do erro e a escrita no lugar da norma e do bom uso da língua e, por isso, “trata-se de uma visão a ser rejeitada”. (p.28).

b) Tendência fenomenológica de caráter culturalista: está ligada à natureza das práticas da oralidade em oposição à escrita, envolvendo estudos com base cognitiva, antropológica ou social. É calcada na “*fenomenologia da escrita e seus efeitos na forma de organização e produção do conhecimento*” (p.28). Nesta tendência, têm-se a **cultura oral** e suas características: pensamento concreto; raciocínio prático; atividade artesanal; cultivo da tradição; ritualismo; a elas se contrapõem as características da **cultura letrada**: pensamento abstrato; raciocínio lógico; atividade tecnológica; inovação constante; analiticidade.

O pesquisador citado aponta alguns problemas desta perspectiva, resumidos em três pontos. O primeiro é o *etnocentrismo*, no qual alguns autores preconizam uma concepção acerca das culturas estrangeiras centrada em sua própria cultura, e valorizam-se certos aspectos, a partir da visão de mundo que possuem. Essa perspectiva é calcada no exame da escrita sob o julgamento e controle de grupos da elite, dentro dos quais estão os autores. Esses grupos eram bastante limitados, enquanto os grupos de cultura oral existiam em maior quantidade ao lado da pequena massa elitizada e letrada. Isso acarreta uma ideia de a introdução da escrita significar a escolarização da toda a sociedade, e não se observa o fato de que o letramento é um processo pertinente à sociedade, independentemente da formação escolar. Nesse sentido, as formas de raciocínio da classe dita analfabeta não diferem totalmente da alfabetizada.

O segundo ponto envolve a *supervalorização da escrita*, especialmente da escrita alfabética, instalando-a num lugar de supremacia. Esta noção de autonomia advém de um conceito que diz ser a escrita responsável pela descentralização do pensamento que, situado no plano abstrato, passaria para o plano concreto. Trata-se de um conceito a ser contestado, uma vez que a fonologia também realiza a passagem do pensamento (*plano abstrato*) para a fala (*plano concreto*).

O último aspecto ressaltado pelo autor trata da forma globalizante de se ver a escrita, desconsiderando-se o fato de que não existem “sociedades letradas”, mas sim “grupos letrados”, elites que detêm o poder social, já que as

sociedades não são fenômenos homogêneos, globais, mas apresentam diferenças internas. (p. 30).

- c) A perspectiva variacionista: sob a ótica dos processos educacionais, esta tendência talvez se encontre numa esfera intermediária em relação aos dois casos anteriores, pois propõe o tratamento da variação existente entre padrão e não-padrão linguístico e preocupa-se com o chamado currículo bidialetal. Nessa acepção, ponderam-se as variações de usos da língua, em sua forma dialetal e socioletal, não promovendo distinções divergentes ou caracterizações estagnadas, como ocorre nos modelos precedentes a este. Não se postula, portanto, a classificação da escrita como equivalente à norma padrão, tal qual faz a perspectiva das dicotomias estritas, nem, tampouco, realiza distinção entre fala e escrita, mas sim, um exame das variedades linguísticas distintas. Dessa forma, ambas apresentam:

língua padrão	variedades não-padrão
língua culta	língua coloquial
norma padrão	normas não-padrão

Quadro 3 – Exame das variedades linguísticas distintas

Fonte: Marcuschi (2001, p. 31.).

- d) A perspectiva sociinteracionista: nesta visão, a língua é observada como “fenômeno interativo e dinâmico, voltado para as atividades dialógicas que marcam as características mais salientes da fala, tais como as estratégias de formulação em tempo real” (p. 33). Nesse sentido, fala e escrita apresentam: dialogicidade; usos estratégicos; funções interacionais; envolvimento; negociação; situacionalidade; coerência; dinamicidade.

Nessa tendência, são analisadas as diversidades das formas textuais produzidas em coautoria, as conversações e, em monoautoria, os monólogos. Percebe-se, também, a capacidade de se detectar as peculiaridades constitutivas da própria interação face a face e da interação entre leitor e texto escrito. Vê-se, pois, a preocupação com os processos de produção de sentidos, contextualizados num âmbito social e histórico. As categorias linguísticas são construídas de modo interativo, e, assim, tornam-se suscetíveis a fatos culturais, havendo o interesse no estudo dos gêneros textuais e seus usos na sociedade. O autor conclui que:

[...] Pode-se dizer que discorrer sobre as relações entre oralidade/letramento e fala/escrita não é referir-se a algo consensual nem mesmo como objeto de análise. Trata-se de fenômenos da fala e da escrita enquanto relação entre fatos lingüísticos (relação fala-escrita) e enquanto relação entre práticas sociais (oralidade *versus* letramento). As relações entre fala e escrita não são óbvias nem lineares, pois elas refletem um constante dinamismo fundado no *continuum* que se manifesta entre essas duas modalidades de usos da língua. Também não se pode postular polaridades estritas e dicotomias estanques. (p. 34).

Embora a LE possa ser vista como o território em que mais se evidencia a obediência a modelos prestigiados de uso, é possível dizer que, em qualquer modalidade de língua, constituem-se normas que emergem naturalmente de seus usos em situações diversas. A variação, considerada uma propriedade típica da linguagem, mostra que existem diferentes e legítimos modos de uso da língua em lugares, tempos e situações diversas e, que, para a funcionalidade desses usos e sua adequação, é necessária uma orientação que valoriza os aspectos sócio-culturais.

De acordo com o quadro a seguir, é possível verificar que as diferenças entre fala e escrita são uma consequência da maior ou menor pressão das condições físicas de comunicação, e causam um efeito sobre o material linguístico, isto é, sobre a organização da informação. Dessa forma, as características que envolvem as estratégias de formulação, observadas na perspectiva do continuum tipológico, terão a sua forma e função próprias para cada modalidade da língua.

RELAÇÃO FALA/ESCRITA

	FALA	ESCRITA
Condições físicas de produção (relação do produtor com o contexto físico)	➤ Ausência de espaço temporal para o planejamento, organização das ideias, escolha lexical etc...	➤ Tempo maior para reflexão, planejamento, escolha lexical etc...
	➤ Planejada localmente (no momento de execução).	➤ Planejamento prévio.
	➤ A fala é mais rápida. A média de velocidade da língua falada (incluindo pausas) é em torno de 180 palavras por minuto.	➤ A velocidade da escrita depende da forma como cada pessoa escreve ou digita, e, também, das diferenças individuais.
	➤ Não possibilidade de se apagar o dito.	➤ Há a possibilidade de se apagar o dito.
	➤ Os reparos são públicos.	➤ Os reparos não são públicos e não atingem o leitor.
	Condições físicas de produção (relação do produtor com o contexto físico)	➤ O texto apresenta-se “em se fazendo”, deixando transparecer o próprio processo de construção.
➤ O falante pode observar o ouvinte e suas reações.		➤ O escritor não pode observar seu leitor diretamente.
Condições de comunicação (relação do produtor com o ato de produção)	➤ Tendência a ser mais dialogada.	➤ Tendência a ser mais monologada.
	➤ Existência de um espaço comum partilhado entre os interlocutores.	➤ Ausência de um espaço comum partilhado entre os interlocutores.
	➤ Espontaneidade.	➤ Reflexão e racionalidade.
	➤ Falantes interagem com seus interlocutores diretamente.	➤ Escritores têm menor interação direta com seus destinatários.
	➤ Envolvimento dos interactantes entre si e com o assunto da conversação	➤ Maior distanciamento do autor em relação à obra devido à impessoalidade e pela busca de equilíbrio em seu aspecto formal.
Organização da informação (efeito das duas relações sobre o material linguístico)	➤ Rarefação na informação.	➤ Maior densidade na informação.
	➤ Caráter fragmentário.	➤ Caráter não-fragmentário.
	➤ Pouca elaboração textual.	➤ Maior elaboração textual.
	➤ O fluxo discursivo apresenta descontinuidades frequentes.	➤ O fluxo discursivo não apresenta descontinuidades frequentes.
Organização da informação (efeito das duas relações sobre o material linguístico)	➤ Predomínio de orações curtas, simples ou coordenadas.	➤ Predominância de frases complexas, com subordinação abundante.
	➤ Presença de anacolutos, elipses, truncamentos, correções e repetições.	➤ Ausência de anacolutos, elipses e truncamentos; tendência a apresentar menor ocorrência de correções e repetições.

Quadro 4 – Relação fala/escrita.

Fonte: Elaborado com base em Koch (1992, p. 68-69); Galembeck e Carvalho (1997, p.831); Campos (1989, p.203-214); Chafe (1982, p. 35-37).

Marcuschi (2001) parte do conceito de língua que pressupõe um fenômeno heterogêneo, ou seja, compreende formas variadas de manifestação: é variável e sensível a mudanças; é histórico e social, pois resulta de práticas sociais e históricas; é indeterminado, sujeito a condições de produção; e evidencia-se em situações concretas de uso. Desse modo, o funcionamento da língua é consequência das condições de produção, por isso, a necessidade de se analisar a relação fala-escrita enquanto modalidades de uso.

Risso (1994) postula que as relações entre fala e escrita devem ser examinadas no âmbito das práticas discursivas, no contexto do uso da língua e das condições de uso da língua. Os padrões de construção da LF e LE são organizados de forma distinta, apesar de partilharem um mesmo sistema léxico-gramatical. Esses padrões são construídos “a partir de especificidades de processamento, transmissão e recepção ajustadas a diferentes situações comunicativas e a diferentes condições de produção”. (p.62).

A autora defende a relação entre fala e escrita livre de preconceitos, equívocos e falsos juízos de valor. Nesse sentido, a língua ocupa o papel de atividade interacional e não somente como código: no tratamento da LF como instrumento que reflete os processos de criação da linguagem com mais autenticidade e no exame da importância da LF para a aquisição da LE, tornando esta um ponto de chegada no ensino escolar.

Postulando, então, que LF e LE devem ser analisadas como modalidades de uso, têm-se, por outro lado, como práticas sociais, a oralidade e o letramento. A primeira seria uma prática social interativa que visa à comunicação, e apresenta-se sob os mais diversos gêneros textuais ou formas sonoras, podendo, ainda, ser realizada formal ou informalmente, dependendo dos contextos de uso. Situa-se no plano da oralidade, a fala, a qual seria uma forma de manifestação textual-discursiva com propósitos comunicativos. É caracterizada por ser utilizada sob a forma de sons e recursos expressivos como a gestualidade, a mímica e os movimentos corporais.

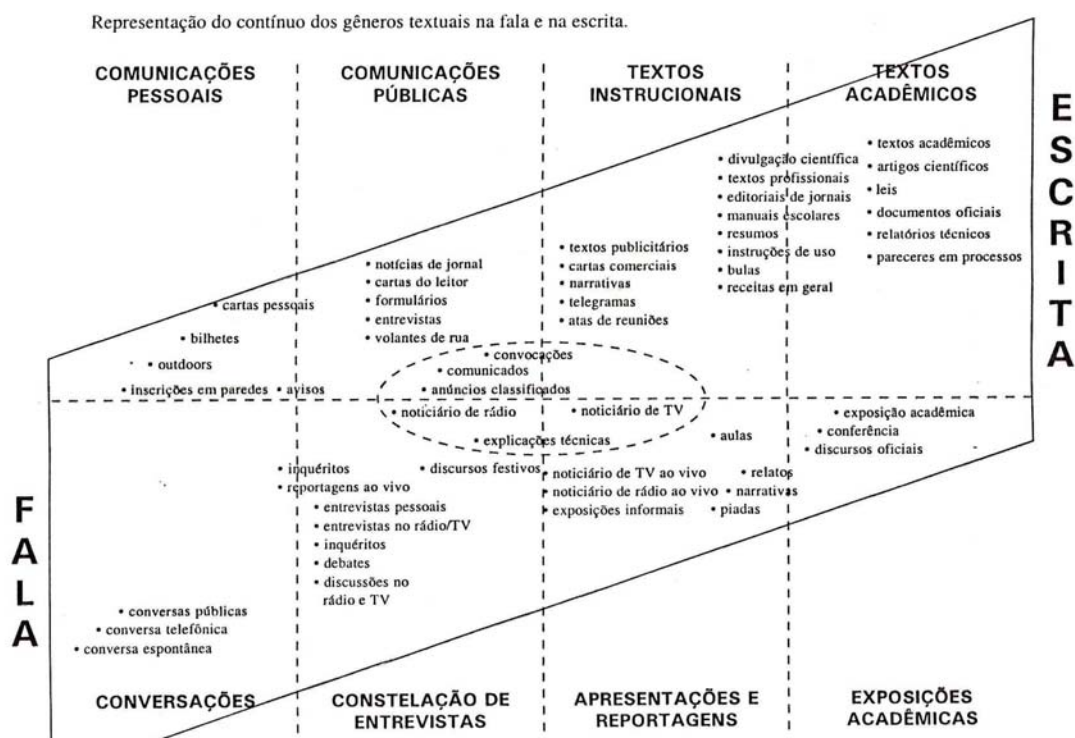
O letramento, sendo um processo de aprendizagem sócio-histórica da leitura e da escrita, acontece em situações informais, que também primam pela função utilitária, ou seja, para atender necessidades e objetivos práticos e específicos. Embora a escrita seja uma manifestação formal do letramento, não significa que um indivíduo, para ser letrado, deva aprender a escrever, pois o

letramento não é o correspondente à aquisição da escrita. Há letramentos sociais que são adquiridos independentemente da escolarização. Uma pessoa pode ser analfabeta e, no entanto, ser letrada na medida em que consegue perfazer-se em circunstâncias que exijam determinada habilidade, como, por exemplo, identificar o ônibus a ser tomado, identificar o valor do dinheiro, diferenciar mercadorias pelas marcas etc. O letramento torna possível uma participação expressiva do indivíduo em acontecimentos usuais do cotidiano. Nesse sentido, a escrita seria uma forma de produção textual-discursiva a serviço da comunicação e complementar à fala.

Em conformidade com Marcuschi (1998, p.140-141):

Na realidade, a língua, por ser um aspecto tão central na vida humana e, em certo sentido, um dos fatores da organização social, não pode ser vista apenas como um instrumento ou uma tecnologia. Nos seus dois modos de uso - oralidade e escrita -, a língua é uma prática social que contribui para constituir, transmitir e preservar a própria memória dos feitos humanos. Nossa história está crucialmente ligada a fenômenos de fala e escrita. Há, pois, aspectos sócio-cognitivos e aspectos históricos relevantes a serem considerados na própria concepção de língua em sentido amplo.

Segundo o autor (2001, p. 40), a noção do *continuum* “contempla a relação fala e escrita numa visão não-dicotômica sob o ponto de vista sociointeracional”, e isso pode ser visto no seguinte gráfico:



A distinção entre fala e escrita, inserida nesse panorama, contempla sua utilização para designar formas e atividades comunicativas. LF e LE, por conseguinte, não podem ser tratadas como se fossem dois domínios díspares, visto que há práticas sociais mediadas preferencialmente pela escrita, enquanto outras o são pela oralidade.

2.2 PARTICULARIDADES DA FALA

Na perspectiva de Berruto (1985, p. 143-144), há um grupo de fatores que constituem os princípios fundamentais de funcionamento da LF, e que, frequentemente, intervêm de maneira conjunta. Trata-se de quatro fatores ligados e dependentes da comunicação falada:

a) *L'egocentrismo*, l'essere una parte della grammatica del parlato empatica e centrata sul parlante, il che motiva anzitutto l'enfasi, la salienza emotiva, il centro d'interesse, l'affidamento alla deissi; e che viene a manifestarsi nei tratti o regole [...]; b) *La semplificazione*; in un duplice senso: vera e propria semplificazione linguistica, là dove, specie per quanto riguarda i paradigmi di forme, vi è riduzione della quantità delle unità e delle opposizioni; e rilassamento del controllo formale di parlante e ascoltatore; che vengono a manifestarsi in tratti o regole [...]; c) *La non pianificazione*, la mancanza o lo scarso grado di progettazione in anticipo, che viene a manifestarsi in tratti o regole (essendo in rapporto la situazione di enunciazione e il 'mezzo' o 'modo' comunicativo impiegato, la natura dell'oralità *hic et nunc*); d) *La percettività*, come potrei provvisoriamente chiamare la presenza di dispositivi atti a migliorare l'articolazione del discorso e la sua decodificabilità, che viene a manifestarsi in tratti o regole (essendo in rapporto con il ricevente, la presenza dell'ascoltatore e le sue esigenze di *processing* dell'informazione).⁵

⁵ a) O egocentrismo, uma parte da gramática da fala empática e centrada no falante, o que motiva, principalmente, a ênfase, a saliência emotiva, o centro de interesse e a confiança à dêixis; e que vem a manifestar-se nos traços (marcas, vestígios) e nas regras [...]; b) A simplificação, em um duplo sentido: verdadeira e própria simplificação linguística, que, particularmente, enquanto se refere aos paradigmas das formas, ocorre redução da quantidade das unidades e das oposições; e relaxamento do controle formal do falante e ouvinte; que vem a manifestar-se em traços ou regras [...]; c) A falta de programação ou o grau insuficiente de planejamento antecipado, que vem a manifestar-se em traços ou regras (sendo em relação à situação de enunciação e o 'meio' ou 'modo' comunicativo empregado, a natureza da oralidade *hic et nunc*); d) A percepção, como poderia provisoriamente chamar a presença de dispositivos capazes de melhorar a articulação do discurso e a sua decodificação, que vem a manifestar-se em traços ou regras (em relação ao ouvinte e às exigências do processo de informação). (tradução nossa).

No que concerne à estruturação do texto falado, Fávero, Andrade e Aquino (1999, p. 22-23) organizam a conversação em níveis distintos:

- a) local: a interação se estabelece por meio de turnos (produção de um falante quando está com a palavra) em que os interactantes se intercalam e desenvolvem suas falas um após o outro, podendo acarretar momentos de hesitação, sobreposição e assalto de turno;
- b) global: há uma obediência a certas normas de organização global, ao mesmo tempo em que a organização local acontece, especialmente no que se refere ao tópico discursivo, ocasionando, por exemplo, a movimentação do tema inicial, interrompido por uma digressão e depois retomado.

Na LE, os sinais gráficos convencionais e a organização em parágrafos são formas de identificar as unidades de sentido marcadas por pausas na LF. Por meio dessas pistas linguísticas, o interlocutor se orienta quanto ao efeito de sentido pretendido pelo locutor, que utiliza a parafraseação para marcar sua intencionalidade.

Chafe (1982) postula duas diferenças entre os processos de fala e escrita. A primeira é que a fala é mais rápida que a escrita, pois nesta o emissor dispõe de mais tempo para integrar uma sucessão de ideias em um único conjunto linguístico, de modo que não é possível na fala. Ao escrevermos, nossos pensamentos têm tempo o suficiente de se moverem à frente de outros, diferentemente da fala, em que produzimos apenas um assunto em cada momento. “In the writing we have time to mold a succession of ideas into a more complex, coherent, integrated whole, making use of devices we seldom use in speaking”⁶. (p.37). Essa perspectiva reside no conceito de “integração”, o qual se relaciona com a LE e contrasta com a qualidade fragmentária da LF. A integração refere-se, portanto, ao agrupamento de um número maior de informação dentro de uma unidade de idéia⁷ que o ritmo acelerado da língua falada normalmente permitiria. Na

⁶ Na escrita, nós temos mais tempo para moldar uma sucessão de ideias em um conjunto mais complexo, coerente e integrado, fazendo uso de mecanismos que, raramente, usamos na fala. (tradução nossa).

⁷ O termo unidade de ideia corresponde à unidade discursiva (UD). Gumperz (1982, p. 107) denomina unidade discursiva “pedaços do enunciado”, mas afirma que os analistas do discurso se referem a essas unidades como “unidade da informação” (Halliday) e “unidade de idéia” (Chafe). Apesar desses tratamentos distintos, adotaremos, no decorrer do trabalho, a explicação proposta por

fragmentação, uma unidade de idéia típica consiste, basicamente, em uma única oração, contendo um elemento predicativo e as frases nominais que estão diretamente associadas a esse elemento como sujeito ou objeto. Às vezes, uma unidade de ideia fragmentada pode consistir em apenas uma frase nominal ou preposicional, ao passo que a integração utiliza uma variedade de artifícios para a incorporação de elementos adicionais a uma unidade de ideia.

Baseando-se em casos típicos, nos quais o falante tem contato face a face com a pessoa com quem fala, a segunda diferença, de acordo com o autor, é que os falantes interagem diretamente com seus ouvintes, mas os escritores não o fazem. Essa concepção, portanto, está intimamente ligada à questão do contato face a face com o interlocutor: o falante partilha do mesmo assunto e do mesmo ambiente de conversação no qual está inserido o ouvinte, e, assim, é capaz de monitorar o efeito de sua enunciação. O ouvinte, por sua vez, também pode entender o que é dito ou pedir esclarecimentos, visto que há um intercâmbio direto, com a presença dos participantes. Essa particularidade faz com que o falante se apoie em elementos extralinguísticos de situação imediata, bastante eficientes na comunicação. Em uma circunstância oposta, encontra-se o escritor: como os leitores estão deslocados em tempo e espaço, ele acaba por não saber exatamente quem será seu receptor. Trata-se, obviamente, de uma visão prototípica, pois há o caso das cartas e bilhetes, por exemplo, nos quais o autor conhece seu enunciatário. Acredita-se, então, que pode haver certo envolvimento na escrita, apesar de este envolvimento ser maior na fala.

O texto escrito tem de suprir, na maioria das vezes, a ausência da situação, fornecendo o maior número possível de pistas para esclarecer o seu sentido, a sua intenção. Há maior preocupação em se escrever algo consistente, já que será lido por pessoas em lugares e tempos distintos. A qualidade de deslocamento de um texto escrito é manifestada por mecanismos que servem para distanciar a língua de estados e eventos específicos, como, por exemplo, a voz passiva, que suprime o envolvimento direto de um agente em ação.

Nos textos falados, produzidos em situações face-a-face, os interlocutores têm a oportunidade de esclarecimentos, mas precisam confiar nos

Castilho (2000, p. 62): "a unidade do texto falado é a Unidade Discursiva, a que corresponde o parágrafo, na LE". O autor assinala que "Assunto", "Tópico Conversacional" são expressões sinônimas, e que a A UD "é a manifestação formal de um Tópico" (p. 66).

sinais paralinguísticos para se comunicarem. Biber e Conrad (2003, p. 191) postulam que a LE é tipicamente produzida por escritores que estão separados em espaço e tempo de seus leitores e, em decorrência disso, tem-se uma grande dependência do próprio canal linguístico para a comunicação.

No que tange ao monitoramento do fluxo de informação, Chafe (1982, p.47) considera a concepção de “envolvimento”, afirmando que “involvement includes monitoring by the speaker of the communication channel which exists with the listener, and attempts to make sure that the channel is functioning well”⁸. Dessa forma, o falante pode empregar certos recursos que o auxiliam na reafirmação do que está sendo dito e, com isso, o ouvinte dirige sua atenção ao tema em andamento. Para tanto, algumas expressões coloquiais como “bem, sabe, quero dizer”, entre outras, são propriamente utilizadas para este tipo de função.

As diferenças entre LF e LE concentram-se nas características de cada uma. Um conjunto de características aponta para uma oposição entre a fragmentação e a integração, a qual pode ser vista como uma consequência de distinções existentes no uso do tempo da fala e da escrita; outro, diz respeito ao envolvimento e deslocamento, intrinsecamente movido pelas relações entre falante e escritor e seus respectivos receptores.

Corroborando essas aceções, Tannen (1982, p. 14) expõe uma análise de duas narrativas, uma escrita e outra falada, produzidas pela mesma pessoa acerca do mesmo evento. Trata-se de um relato espontaneamente contado por uma mulher em uma conversa com amigos a respeito de um homem em seu trabalho. Ao ser solicitada para escrever o que havia contado, a mulher apresentou uma história curta que combinou traços tanto da LF quanto da LE. Sua versão escrita exibiu características da “integração” e algumas de “envolvimento”. Percebe-se, com isso, que um texto espontâneo, mesmo sendo escrito, associa elementos da LF, pois depende de seu efeito no envolvimento interpessoal ou no sentido de identificação entre escritor e leitor.

Uma das características mais evidentes da LF é o “fato de ser planejada localmente, no momento de sua execução. Isso confere a ela um caráter fragmentário, que pode ser verificado tanto no plano de construção da frase ou

⁸ O envolvimento inclui o monitoramento, por parte do falante, do canal de comunicação que existe com o ouvinte, esforçando-se para se assegurar de que o canal está funcionando bem. (tradução nossa).

enunciado como no da sequência de assuntos” (Galembeck, 1999a, p. 109). Em função desse planejamento local, alguns fenômenos inerentes ao processo de construção verbal tais como hesitações, truncamentos, repetições, digressões, inserções, correções, pausas, entre outros, são considerados como falta de estruturação e organização textual. Esses elementos, no entanto, são de natureza pragmática, ou seja, referem-se ao uso, e são muito frequentes em qualquer texto falado. Diante da imprevisibilidade dos elementos estruturais, o texto conversacional pode parecer pouco elaborado em face da elaboração do texto escrito, já que, na fala, é possível perceber as estratégias e procedimentos organizacionais, ou seja, a construção do enunciado que, aliás, está sempre em andamento. O texto escrito padrão, por sua vez, não deixa perceber as marcas de sua elaboração, pois se apresenta acabado, coeso, com sequência temporal.

De acordo com Halliday (1989, p. 76-77), a fala não é “pobre em conteúdo” no sentido geral de falta de informação e, certamente, não é desestruturada e superficial. A falta de forma na fala é um artefato da transcrição. Se um texto escrito for reproduzido com todos os processos planejados deixados nele, este obviamente parecerá sem forma. A LF não é, pois, menos estruturada ou organizada do que a LE.

Durante a situação de produção oral, os interlocutores estão presentes fisicamente, e isso resulta em uma interação efetiva entre emissor e receptor, permitindo que estes lancem mão de recursos paralinguísticos como gestos, expressão facial e corporal, entonação, entre outros. Nesse sentido, os textos tendem a se tornar menos lineares, visto que, como as formulações são realizadas mediante a reação do interlocutor, há um grau maior de repetições e alterações.

Por outro lado, a comunicação escrita faz com que o autor apresente mais claramente os tópicos, o que promove um trabalho mais minucioso de elaboração, decorrente da condição de planejamento e seleção antes do trabalho pronto. Ademais, há a possibilidade de se corrigir o que foi exposto, acrescentando palavras, reorganizando ideias. Busca-se, com isso, obter menor redundância e maior clareza na organização e apresentação dos temas.

Dessa forma, uma propriedade fundamental na construção do texto falado envolve, portanto, a questão do planejamento que, na escrita, vai desde o

tema a ser desenvolvido ao planejamento linguístico, implicando a articulação de ideias e de aspectos linguísticos.

Marcuschi (2006, p.28) afirma que “ao escrevermos, dispomos de mais tempo que na conversação. Podemos voltar atrás corrigindo os equívocos, eliminando passagens supérfluas, refazendo o estilo e polindo o texto. O leitor só recebe a versão final.” As atividades de formulação da LF (repetição, correção, hesitação, etc.) não aparecem na LE, já que quem escreve não deixa as correções realizadas, durante o processo construtivo, aparecerem em seu texto. Há, ainda, uma tendência para a ocultação das hesitações e o menor uso possível de repetições.

Segundo Koch (1992, p.69), “ao contrário do que acontece com o texto escrito, em que o produtor tem maior tempo de planejamento, podendo fazer um rascunho, proceder a revisões, ‘copidescagem’ etc., o texto falado emerge no próprio momento da interação: ele é o seu próprio rascunho”.

De acordo com Jubran (1996, p. 414):

Processado em situações de interação face-a-face, na quase simultaneidade entre planejamento e realização, o texto falado, principalmente o conversacional, é marcado pela interlocução ativa dos participantes do ato comunicativo, de modo que resulta de uma coprodução discursiva, que se revela na sua própria materialidade lingüística. Na superfície textual manifestam-se fatos que evidenciam a construção conjunta do texto, efetuada pelos interlocutores, bem como o monitoramento contínuo e “local” de sua elaboração. Conseqüentemente, surge um produto lingüisticamente materializado, com características do processo de interação verbal.

Na visão de Biber e Conrad (2003, p. 191-192), em um extremo, a LE é produzida de modo *on line*, com pouco pré-planejamento ou revisão (como em um apressado bilhete ou carta) e, em outro extremo, ela pode ser cuidadosamente planejada. Os textos escritos permitem níveis diferentes de edição e revisão. Os enunciados na LF, por sua vez, são frequentemente reiniciados (como em falsos começos), e os falantes podem formular as palavras e expressões, ao mesmo tempo em que pensam nas ideias; não é possível editar ou revisar um texto falado. A LE pode ser produzida em qualquer velocidade, com qualquer quantidade de planejamento, podendo ser revisada quantas vezes o escritor desejar, antes de o texto ser considerado completo. Em decorrência disso, há a possibilidade de se agrupar estruturas linguísticas, de forma que na LF, não podem ser mantidas.

Fala e escrita, com efeito, não possuem as mesmas formas, tampouco os mesmos recursos. Ressaltamos algumas manifestações do planejamento local da LF no plano da construção do enunciado:

- ocorrência de anacolutos ou rupturas de construção: o texto desvia-se de sua trajetória;
- frequência de frases inacabadas;
- emprego de formas contraídas ou omissão de termos no interior das frases;
- escassez do uso de determinados tempos verbais, como, por exemplo, o mais-que- perfeito;
- supressão de certas construções (relativas com cujo, por exemplo);
- não planejada;
- pouco elaborada;
- predominância de frases curtas ou coordenadas;
- pouca utilização de passivas.

Barros (2000, p.60) afirma que “o texto escrito é planejado tanto do ponto de vista temático (escolha dos assuntos a serem tratados) quanto do lingüístico-discursivo”. Mesmo que na fala exista certa liberdade de escolha, a sequência de tópicos não é aleatória, pois os autores prendem-se ao tópico genérico em andamento. Dessa forma, as escolhas temáticas e linguísticas, em sua maioria, são realizadas conforme o assunto no decorrer da conversação. Em função da falta de tempo para reelaborações sem deixar marcas, o texto falado revela traços de formulação, diferentemente do texto escrito, em que há a possibilidade de refacção, correção, enfim, tem-se maior tempo para apagar e rever o que foi escrito, apresentando-se de forma acabada.

Tanto os recursos utilizados na LF, quanto os na LE exercem diferentes funções em um evento linguístico, e isso depende dos objetivos traçados pelo emissor. Na fala, por exemplo, o locutor pode contribuir para uma interação mais pacífica, negociando o andamento dos tópicos da conversa e fornecendo tempo ao interlocutor para formular seu texto, se essa for sua intenção. Caso contrário, ele pode reduzir ou mesmo não dar tempo suficiente para o outro formular seu texto, resultando em uma sobreposição de vozes. Na escrita, o autor pode deixar pistas para o leitor compreender de maneira mais ou menos explícita, conforme o efeito de sentido pretendido.

Em conformidade com a autora citada:

[...] a escrita é planejada antes de sua realização, não apresenta marcas de formulação e de reformulação e suas unidades “duram” mais do ponto de vista da dimensão e da complexidade; a fala não é planejada antecipadamente, apresenta traços de formulação e de reelaboração que assumem diferentes papéis na interação verbal e ocorre fragmentada em jatos ou borbotões. (p. 61).

Urbano (1998a, p. 133) ressalta, no conceito de planejamento, “a capacidade de previsão e projeção, a atividade que prepara e projeta outra, possibilitando a previsão dos riscos da execução e a tomada antecipada de decisões. Ele se caracteriza como uma atividade consciente e complexa.” Como a noção de *continuum* está sempre presente nas relações entre LF e LE, as expressões “relativamente não planejado” e “relativamente planejado” são mais adequadas. Nesse sentido, o autor considera os planejamentos prévio/local, e os níveis de planejamento temático ou de conteúdo. O planejamento prévio ou local ocorre conforme as condições de tempo disponíveis para ser planejado e executado, ou seja, a produção completa e acabada do texto depende do tempo que se tem para planejá-lo. O texto falado é, via de regra, planejado localmente (concomitantemente com sua execução). O texto escrito, por outro lado, proporciona um grau maior de planejamento prévio, decorrente do tempo que, geralmente, dispomos para produzi-lo. Pode-se considerar, ainda, o planejamento temático ou de conteúdo, nos quais incluem-se os seguintes tipos de planejamento: verbal, rítmico, de formas de utilização do discurso, estilístico, pragmático, entre outros níveis de planejamento. Os planejamentos temático e verbal podem se manifestar de maneira independente, ou seja, prévia ou localmente. Em conversações, raramente, o planejamento é prévio.

Para o autor, no planejamento verbal, “pode-se admitir a possibilidade de um certo grau de planejamento”, porém, em relação ao planejamento temático, “dificilmente há condições de sua ocorrência. E se houver alguma tentativa, dificilmente é posta em execução”. Já com o texto escrito, ocorre o contrário, pois suas “condições de produção normalmente ensejam a possibilidade de planejamento temático e verbal prévio”. (2000, p. 88).

Outra peculiaridade da LF diz respeito ao turno conversacional. Nesse sentido, Galembeck (2003, p. 65), assevera que

Uma das características mais evidentes da conversação é, seguramente, o fato de que os interlocutores alternam-se nos papéis de falante e ouvinte. Desse modo, uma das formas de se compreender a organização do texto conversacional é verificar os processos pelos quais ocorre a alternância nos referidos papéis e a maneira pela qual os participantes atuam conjuntamente na construção do diálogo.

Embora a noção de turno seja polêmica, pois há diferentes conceitos para essa questão, seguimos os preceitos que o pesquisador acima referido adota: turno é a “participação de cada interlocutor”, isto é, a oportunidade de falar, tomar a palavra, em algum ponto da conversação. Quando um interlocutor passa de ouvinte a falante, ele dá início ao seu turno (p. 65). A noção de turno, “de acordo com o senso comum”, está relacionada às mais variadas “situações em que os membros de um grupo se alternam ou se sucedem na consecução de um objetivo comum ou numa disputa”, como, por exemplo, um jogo de xadrez, uma corrida de revezamento ou uma mesa redonda. Em todas essas circunstâncias, “cada participante dispõe, para a consecução de sua tarefa, de um período de tempo (fixo ou não), o qual vem a constituir um turno” (p. 70). Trata-se de uma prática social que pode ter uma expressão linguística ou não. A passagem de duas ou mais pessoas por uma porta, ou o cruzamento de veículos no trânsito podem ser considerados como turnos não linguísticos. Nessas situações, em que dois ou mais parceiros estão envolvidos, regras sociais disciplinam quem age primeiro.

Nas palavras de Castilho (2000, p. 36), o turno é conceituado como o “segmento produzido por um falante com direito a voz”. Complementando esse conceito, Fávero, Andrade e Aquino (1999, p.35) postulam que:

Estruturalmente, o turno define-se como a produção de um falante enquanto ele está com a palavra, incluindo a possibilidade de silêncio. Na conversação, ocorre a alternância dos participantes, isto é, os interlocutores revezam-se nos papéis de falante e ouvinte. Nessa perspectiva, pode-se caracterizar a conversação como uma sucessão de turnos, entendendo-se por turno qualquer intervenção dos participantes (tanto as intervenções de caráter informativo, quanto breves sinais de monitoramento, como: *ahn ahn; sei; certo*) durante a interação.

Urbano (2000, p. 91) observa que “nas formas de interação alternantes e sucessivas, os participantes se revezam em sua qualidade de agentes das ações consecutivas”. Dessa forma, o turno é “a unidade estrutural que se define

como aquela em que um falante diz alguma coisa durante uma abordagem interativa continuada”.

Os interlocutores falam um de cada vez para sustentar a conversação; entretanto essa regra é mais observada em conversações formais, pois nas espontâneas, observam-se superposições de vozes.

Galembeck (2003, p.92) afirma que, por conta da dinamicidade da fala:

[...] não cabe estabelecer regras absolutas para o texto conversacional. O próprio princípio ‘fala um por vez’ é constantemente violado, sem que isso constitua uma falta de polidez. É que geralmente as falas simultâneas indicam antes o desejo acalorado de participar, o envolvimento na consecução de uma tarefa comum.

Com relação aos tipos de turnos, o autor assinala que eles podem ser nucleares ou inseridos. Os primeiros têm um caráter referencial bastante claro, isto é, são responsáveis pela veiculação das informações. O tópico (assunto) é essencialmente desenvolvido pelo turno nuclear, e é por meio dele que informações novas são trazidas para a conversação. Os turnos inseridos, por sua vez, não possuem valor referencial, já que não cumprem a função de desenvolvimento do tópico. Eles exercem somente o papel de demonstrar que o interlocutor que não está ocupando o turno no momento (ouvinte) acompanha o que está sendo dito pelo outro interlocutor (falante). Por essa razão, esses turnos podem ter função interacional, pois ajudam a evidenciar que o interlocutor está prestando atenção e/ou concordando com a exposição do outro e que ele pode prosseguir falando.

Castilho (2000, p. 37-41) salienta alguns processos concernentes ao gerenciamento dos turnos:

- a) Manutenção do turno: é a estratégia de quem está falando. Como um silêncio prolongado assinala a disposição de ceder o turno, o falante procura *evitar pausas longas*, preenchendo-as com fáticos do tipo “ah”, “eh”; ocorre também o *alongamento de vogais e consoantes*, a *autocorreção* (para afastar o risco da heterocorreção), *repulsa à correção do outro* (fazendo-se de desentendido) e *incorporação da heterocorreção*.

- b) Assalto ao turno: é a estratégia do ouvinte, que julga oportuno intervir antes do momento apropriado. Esse assalto envolve a *interrupção direta do interlocutor*, e produz, com frequência, um momento de superposição de vozes. O autor expõe que:

Prete (1988) estudou a sobreposição de vozes [...] concluindo que as execuções lingüísticas simultâneas são comuns nas seguintes situações: após uma pausa de cerca de sete segundos, após a produção de um segmento sintaticamente completo, após um fático interrogativo (quando o locutor supõe que o interlocutor tinha terminado sua intervenção), nos assaltos de turno, ou finalmente, quando um locutor quer colaborar com o outro, acrescentando segmentos, corrigindo, discordando, duvidando, perguntando ou respondendo. Prete-Urbano (1990) retomam o assunto, e mostram que a sobreposição pode 'não gerar interrupção do discurso do falante que estava com a palavra'. (p. 39).

Além disso, pode ocorrer uma *heterocorreção colaborativa* – agregando-se dados ao turno do outro, propondo-se um termo mais apropriado ou repetindo-se o que já foi dito (“linguagem-eco”) – ou ainda o *aproveitamento de uma pausa ou hesitação* por meio da pontuação do que foi dito com uma exclamação, da apropriação do último segmento, continuando-se o assunto (“fala colaborativa”) ou alternando-se o tópico.

- c) Passagem consentida de turno: o olhar é o processo mais habitual. Grande parte do tempo, o falante fixa o olhar no interlocutor, especialmente no início e no fim da atividade. O pesquisador assinala que a “transição pacífica” de um turno para outro ocorre segundo o “lugar relevante da transição”, ou seja, existe certa sistematicidade recorrente nesse momento de passagem. Esse ponto é descrito como prosódica, sintática e culturalmente definido. (p. 41).

Um outro aspecto relevante acerca da LF é o que se refere ao espaço, ou melhor, à unidade espacial. Embora alguns estudiosos não considerem esse elemento como um traço que caracteriza a conversação face a face, já que, em certas formas de conversação (telefonemas, bate-papos na internet), não há a presença real e física dos participantes. De qualquer maneira, faz-se necessário observar a presença e ausência dos interlocutores, e a presença e ausência do contexto situacional. No que tange a esse assunto, Barros (2000, p. 64) advoga que:

A definição plena da fala prevê a presença dos sujeitos envolvidos na conversação que dialogam face a face e que podem empregar mais facilmente ou preferencialmente os dêiticos e recursos de outras ordens de expressão (visual, tátil, etc.), tais como os gestos ou as expressões faciais, pois se encontram em um mesmo espaço e partilham o mesmo contexto situacional. O texto escrito, por sua vez, não tem seu destinador e seu destinatário centrados em um mesmo espaço e, conseqüentemente, faz uso de outros recursos em lugar dos dêiticos, dos gestos, das expressões faciais.

É importante considerar o espaço comum compartilhado, e, diante disso, fala e escrita podem não produzir os mesmos efeitos de sentido. Na conversação face a face, há certos traços pertencentes à fala, sinalizadores de funções comunicativas, como a gestualidade, que assume diversos papéis: estabelecimento, manutenção ou interrupção dos turnos; concordância, discordância, manifestação de espanto, incerteza, desconfiança, dúvida, equívoco, insegurança etc. A autora afirma que, para reaver essas funções características da fala, no texto escrito, é preciso empregar outros recursos, como a perífrase: “João falou bravo”; “Ela interrompeu-o com um gesto brusco”; “Ele cumprimentou-o com um gesto de cabeça”; “Maria concordou com um movimento de ombros”; e assim por diante”. (p. 65).

De acordo com Pawley (1975), há sinais (atos de fala, incluindo os gestos) cuja função é de regular o fluxo da troca de turnos na conversação. Muitos desses sinais servem para assegurar ordem ao manejo do problema central da conversação: controle da palavra, e dos processos de tomada e distribuição do turno. Dessa forma, existem os sinais de movimento, os quais não interferem no enunciado em andamento, mas possuem um papel relevante na interação. É raro que um enunciado perdure por mais de duas ou três sentenças sem um sinal de continuidade, como, por exemplo: “hum”, “mm”. Este tipo de sinal assume o valor de consentimento do ouvinte para que o falante dominante prossiga com sua fala, ou seja, indica interesse no que está sendo dito e ânsia para que o falante continue com o mesmo assunto. Geralmente, ele ocorre durante uma pausa seguida de uma frase completa ou em algum ponto do enunciado em andamento, imediatamente após uma informação ser concebida.

A modalidade oral, portanto, possui propriedades singulares e imutáveis. Trata-se de uma prática em que são considerados os valores funcional, interacional e situacional da linguagem.

2.3 OS PROCESSOS DE CONSTRUÇÃO DA LÍNGUA FALADA

A LF, como vimos, não deve ser considerada como uma atividade destituída de forma ou estrutura, pois é uma modalidade que apresenta valiosos recursos em uma situação de comunicação. Nesse sentido, a correção, a repetição, as hesitações, as inserções, as reformulações, entre outros fenômenos, não podem ser vistos como desvios ou falhas, mas devem ser tomados justamente como unidades típicas da fala. Configuram-se como marcas que nos ajudam a observar a formulação e construção do discurso, diferentemente da LE que, conforme Halliday (1989), representa os fenômenos como produtos, enquanto a LF representa os fenômenos como processos.

As atividades de composição textual ou formulação “lato sensu”, conforme Hilgert (1996, p. 107), devem ser consideradas como um procedimento que serve para solucionar problemas:

Se, em sentido lato, se admitiu que atividades de formulação são iniciativas de construção lingüístico-comunicativas de um enunciador, para fornecer uma “proposta de compreensão” ao enunciatário, em interação com o qual o processo comunicacional se realiza; e se, com Rath (1985:21), se considerar que na “língua falada, um texto consiste, ao menos em parte, na própria produção do texto [...]”, onde fenômenos específicos como interrupções, reinícios, correções, paráfrases, repetições e outros o apresentam em constante *statu nascendi*, então se pode admitir que as atividades de formulação são desencadeadas por problemas de compreensão decorrentes de problemas de formulação.

Em outras palavras, segundo o autor, atividades de formulação são:

[...] aqueles procedimentos a que recorrem os interlocutores para resolver, contornar, ultrapassar ou impedir problemas, obstáculos ou barreiras de compreensão e, portanto, de formulação com que se deparam no desenvolvimento da construção enunciativa. Vale relembrar que são procedimentos comuns para esse fim: acentuar, completar, corrigir, exemplificar, explicar, parafrasear, precisar, repetir, resumir. (p.107)

Castilho (2000) define os processos constitutivos do texto, os quais nos remetem à ideia de um programa discursivo-computacional. Ele faz a mediação entre o léxico (o ponto de partida da língua, pois nele ocorre a seleção de palavras), a semântica e a gramática, consideradas como o ponto de chegada. A

administração dessas propriedades forma um conjunto de momentos mentais que atuam simultaneamente e podem ser identificados como: a ativação, a reativação e a desativação. A construção por ativação é “o processo central de constituição da língua, seja falada, seja escrita” (p. 57). Por intermédio dele, podemos selecionar as palavras e, com elas, dispor o texto e as sentenças de acordo com suas estruturas sintagmática, funcional, semântica e informacional. Já a construção por reativação configura o processo de retomada do tópico conversacional para uma reelaboração da sequência discursiva, o que gera a recorrência de expressões e conteúdos, ou seja, a repetição e a paráfrase.

A construção por desativação, no dizer do autor, consiste no “processo de ruptura na elaboração do texto e da sentença”, por meio do qual ocorrem “o abandono de segmentos textuais, as digressões, os parênteses, e, no domínio da sentença, a ruptura da adjacência por meio de pausas, de hesitações, de inserção de elementos discursivos etc.” (p.57). Esses elementos que, em princípio, truncariam, atropelariam e subverteriam orações, constituem valiosos recursos para encadeamento temático da sequência e para a condução do fluxo de informação.

Como já exposto, na LF, o planejamento e a execução linguísticos ocorrem concomitantemente, em tempo real. Frequentemente, então, é necessário voltar atrás para corrigir o que foi dito. Entretanto, não se trata aqui de falhas contra a norma gramatical, mas sim, erros de planejamento.

Objetivando uma forma mais adequada dos termos de um enunciado, o locutor procede a correções, visto que não lhe é permitido apagar o que foi dito. As correções “correspondem a um processo altamente interativo e colaborativo e, quando usadas apropriadamente, colocam-se como um dispositivo dinâmico em potencial da língua falada”. Já a formulação do texto escrito “exige uma edição final do trabalho, visando a possíveis alterações dessa primeira formulação. Isso faz com que o produto textual não permita um resgate de seu processo de produção”. Dessa forma, as hesitações, as correções e repetições são inexistentes no texto escrito, pois podem ser apagadas ou substituídas. (FÁVERO, ANDRADE; AQUINO 1999, p.66).

No que tange ao sistema de correção, Castilho (2000) observa que há duas perspectivas nesse sentido:

- a) Correção pragmática: envolve a *autocorreção* – para abortar um assalto ao turno – ou a *heterocorreção* – para tomar o turno.

Alguns autores preferem intitular esses recursos como reparações, uma vez que eles funcionam também para restituir as transgressões na distribuição do turno.

- b) Correção textual: textualmente, o sistema de correção pode ser visto como um conjunto de “atos de constituição do texto falado”, que vão da escolha das palavras até a organização do texto propriamente dito. Envolve a *correção da palavra truncada* (quando o falante as articula erradamente, quando hesita no planejamento sintático ou semântico da sentença) e as *negações “de dicto”* (a palavra é pronunciada inteira, mas o falante reprova-a e nega-a).

Silva, Tarallo e Braga (1996, p. 195) asseveram que:

Nas *correções*, como a própria denominação o sugere, a reiteração de um segmento por outro visa ao ‘conserto’, ‘reparo’ do anterior. A natureza do segmento a ser reparado varia. Também variável é o fenômeno a merecer reparo. Incluem-se aqui tanto as corriqueiras ocorrências de concordância entre os elementos que integram o SN, mormente aquela sinalizada pelo artigo definido, quanto as escassas ocorrências de concordância verbal ou de correção lexical.

Considera-se, ainda, a paráfrase, pois quando sintagmas ou sentenças não correspondem à direção que o falante quer imprimir à sua fala, ele procede à correção, mudando a forma e preservando parte do conteúdo.

Koch (2003, p. 83-84) menciona as funções interativas exercidas pelas atividades de construção do texto falado, as quais são vistas como estratégias de processamento textual. Entre essas estratégias, as principais são a “inserção” e a “reformulação”, seja a “retórica”, seja a “saneadora”.

No caso da inserção, sua macro-função cognitiva parece ser a de tornar mais fácil a compreensão dos participantes. O falante interrompe provisoriamente o tópico e insere algum tipo de material linguístico. De acordo com a autora, entre outros objetivos da inserção, ressaltam-se a introdução de explicações ou justificativas; a alusão a um conhecimento prévio que facilita o total entendimento do assunto; a apresentação de ilustrações ou exemplificações; a introdução de comentários metaformativos. (p.84-86).

Ainda segundo a pesquisadora, a inserção “pode ter a função interacional de despertar ou manter o interesse do parceiro e/ou criar uma atmosfera de intimidade ou cumplicidade”. Para isso, o falante utiliza estratégias como a formulação de questões retóricas e a introdução de comentários jocosos. Existem, também, outras funções interacionais relevantes, quais sejam: a de “servir de suporte para a argumentação em curso” e a de “expressar a atitude do locutor perante o dito, introduzindo, por exemplo, atenuações, avaliações, ressalvas.” (p.86-87).

Jubran (1996, p.411) assevera que, sob uma perspectiva textual-interativa, os parênteses podem ser considerados uma modalidade de inserção. Estabelecendo como critério a categoria do tópico discursivo, “os parênteses identificam-se como desvios momentâneos, sem estatuto tópico, do quadro de relevância temática do segmento contextualizador.” Com relação às funções exercidas pelos parênteses, a autora afirma que eles “têm papel importante no estabelecimento da significação, de base informacional, que costura a centração temática do segmento-contexto.” No intervalo da suspensão tópica, eles promovem:

[...] esclarecimentos, atenuações, ressalvas, advertências, avaliações e comentários laterais sobre o que está sendo dito, e/ou sobre como se diz, e/ou sobre a situação interativa em que ocorre o ato verbal. [...] Por congregarem valores dessa natureza, os parênteses desempenham uma função acentuadamente pragmática, constituindo-se como um dos recursos pelos quais a atividade interacional projeta-se concretamente no texto. Através de parênteses são explicitados dados do processamento discursivo, de forma a se observar, no próprio produto lingüístico, a dinâmica da atuação interacional. (p. 413).

A pesquisadora afirma que os parênteses exercem uma função pragmática, “atualizando elementos do espaço discursivo geradores do texto falado e que, desviando-se de seu contexto, com ele se articulam, por atuarem sobre o conteúdo das proposições criadoras desse contexto.” (p. 419)

No tangente às estratégias de reformulação, elas podem ser retóricas ou saneadoras. A reformulação retórica realiza-se, principalmente, por meio de repetições e paráfrases, e sua função primordial é fortalecer a argumentação, sendo caracterizada, principalmente, por sua dimensão interacional, diferentemente da macrofunção da inserção, que é cognitiva. Entretanto, a reformulação retórica pode apresentar, também, a função cognitiva de facilitar a compreensão por

intermédio da “desaceleração do ritmo da fala, dando ao(s) parceiro(s) tempo maior para o processamento do que vai ser dito.” (Koch, 2003, p. 87-89).

Já a reformulação saneadora pode realizar-se por meio de correções ou reparos e repetições ou paráfrases saneadoras. As primeiras, de acordo com a autora,

[...] decorrem da necessidade de o locutor solucionar, imediatamente após a materialização de um segmento, dificuldades nele detectadas por ele mesmo ou pelos parceiros, podendo, pois, ser auto ou heterocondicionadas. Já as segundas são, via de regra, heterocondicionadas, isto é, provocadas pelo interlocutor. (p. 90).

O parafraseamento consiste em uma atividade de reformulação de um enunciado anterior, que mantém uma ligação semanticamente equivalente entre o enunciado original e o derivado, estabelecendo, portanto, uma relação de intertextualidade. Segundo Koch (1992), enquanto processos de reconstrução, as repetições e paráfrases têm função similar às correções: a de “sanar problemas detectados (pelo próprio locutor ou pelo parceiro) em segmentos enunciados anteriormente”, tornando-se relevante para que não haja mal-entendidos ou distrações do interlocutor (p.100).

Na opinião de Castilho (1994, p. 62), a paráfrase tem muitas caras:

- a) como fenômeno pragmático: é empregada nos processos de “auto e hétero-repetição, que alimentam o diálogo”;
- b) como fenômeno textual: exerce um papel “coesivo aditivo (no caso das paráfrases não adjacentes)”⁹;
- c) como fenômeno semântico: é utilizada para “especificar/generalizar, expandir/sintetizar, atenuar/enfatizar os argumentos do texto”.

Para Hilgert (1995, p.234-235), a paráfrase é um “enunciado lingüístico que, na seqüência do texto, reformula um enunciado anterior, chamado de enunciado-origem ou matriz, com o qual mantém, em grau maior ou menor, uma relação de equivalência semântica”. A partir de estudos anteriores acerca da

⁹ As paráfrases adjacentes são aquelas que se realizam logo após a matriz, e as paráfrases não adjacentes são aquelas que se realizam posteriormente, distanciadas da matriz. De acordo com Hilgert (2003, p. 134), as paráfrases não adjacentes “funcionam como estruturadoras de tópicos conversacionais mais longos e abrangentes, na medida em que asseguram unidade a uma abordagem temática.”

correção, o autor afirma que é possível usar os mesmos critérios de análise dos procedimentos de correção para a discussão das paráfrases. Em sua concepção, podem ser previstos os seguintes tipos de paráfrase: autoparáfrases autoiniciadas e heteroiniciadas, e heteroparáfrases autoiniciadas e heteroiniciadas.

- Autoparáfrases: caracterizam-se pelo fato de o falante parafrasear o seu próprio enunciado. Elas podem ser: autoiniciadas (quando a reformulação parafrástica é de iniciativa do próprio falante) e heteroiniciadas (quando o desencadeador da atividade parafrástica não é o mesmo falante que a realiza).
- Heteroparáfrases: caracterizam-se por serem produzidas pelo falante e o enunciado parafraseado por outro. Elas podem ser autoiniciadas e heteroiniciadas, “na medida em que o interlocutor que desencadeia o parafraseamento não é o mesmo que o realiza” (p.235).

O autor afirma que, excetuando-se as paráfrases autoiniciadas, já que, aparentemente, não implicam determinações interacionais diretas, “as demais paráfrases envolvem necessária e explicitamente, no caso do diálogo, ambos os interlocutores, seja na realização da atividade parafrástica, seja no seu desencadeamento”. (p. 235).

Castilho (2000, p. 75) salienta que a Linguística do Texto recuperou o sentido definido na Retórica de Aristóteles acerca da paráfrase, entendendo-a como a transformação de um mesmo sentido em outro diferente. “O paradoxo da paráfrase está nisso: é uma repetição de conteúdos que, precisamente por terem sido repetidos, se acrescentaram semanticamente, e nesse sentido, mudaram”.

Hilgert (1997, p. 133) identificou regularidades no recurso à paráfrase na construção do texto falado, quais sejam:

No Nível Semântico

Expõem-se os deslocamentos de sentido na passagem da matriz para a paráfrase. Manifestam-se dois tipos de movimentos semânticos básicos:

- a) A especificação: ela ocorre quando o movimento semântico da matriz para a paráfrase vai do geral para o específico, ou seja, quando a abrangência semântica da matriz é maior do que a da paráfrase, sendo esta uma atualização de um ou mais traços semânticos inerentes àquela.
- b) A generalização: ela ocorre quando o movimento semântico da matriz para a paráfrase vai do específico para o geral, ou seja, a abrangência semântica da matriz é menor do que a da paráfrase.

No Nível Formal

Salientam-se as reformulações léxico-sintáticas ocorridas na passagem da matriz para a paráfrase. Em geral, a especificação e a generalização traduzem-se, respectivamente, na expansão e na condensação sintático-lexical.

- a) A expansão parafrástica: consiste no fato de o parafraseamento realizar-se por meio de um enunciado lexical e sintaticamente mais complexo do que a matriz. Pode atender a diferentes funções no processo de constituição textual, como, por exemplo, atuar como explicação definidora (definição de conceitos abstratos referidos nas matrizes), e, assim, prestar-se a explicitar enunciados, precisar, especificando informações contidas na matriz, entre outras funções.
- b) A condensação parafrástica: quando o movimento semântico da matriz para a paráfrase se formula numa densidade lexical e sintaticamente mais simples, isto é, quando a formulação da paráfrase se desenvolve em sentido contrário ao da expansão, identifica-se a condensação. Podem apontar funções conclusivas ou resumidoras, entre outras.
- c) O paralelismo sintático: pode-se reconhecer paráfrases que se formulam na mesma dimensão léxico-sintática de suas matrizes. São chamadas de paráfrases paralelas as paráfrases que, do ponto de vista formal, só diferem de seus enunciados de origem por variações lexicais.

No Nível Funcional

Como já exposto, as paráfrases expandidas possuem função definidora, ou seja, a paráfrase define termos abstratos mencionados na matriz e, nos casos em que a matriz não apresenta esse caráter abstrato, a expansão assume o papel de explicitar, de modo a precisar ou especificar informações contidas nas matrizes. Essa função, muitas vezes, pode manifestar-se por meio de exemplificações. Além dessas, outras funções são evidenciadas, tais como:

A condensação parafrástica pode cumprir o papel de resumo, quando a paráfrase sintetiza as informações apresentadas na matriz.

- Outra função das paráfrases condensadoras é a denominação, na medida em que retomam a formulação analítica e, não raras vezes, vaga, complexa ou confusa da matriz, por meio de um termo ou uma expressão semanticamente abrangente.
- As paráfrases paralelas tendem a especificar o termo ou a expressão parafraseada. Algumas visam a uma adequação vocabular, e outras se estabelecem junto à matriz numa função complementar, como que ampliando o leque de sentido desta.

Em suma, pode-se dizer que, na construção do texto falado, as paráfrases possuem a função geral de garantir a intercompreensão conversacional. Esta intercompreensão consegue-se, em geral, explicitando (também por meio de exemplificações), e especificando, resumindo ou denominando informações da matriz. Outras vezes, ela se realiza, adequando vocábulos ou apondo-lhes nuanças de sentido.

Quadro 5 – Regularidades da paráfrase na construção do texto falado.

Fonte: Adaptado de Hilgert (1997, p. 133- 144).

Vale ressaltar, também, que a repetição é uma das estratégias mais recorrentes na LF, e, dada à sua ampla flexibilidade funcional, exerce funções diversas. Marcuschi (1997, p.95) afirma que a repetição “contribui para a organização discursiva e a monitoração da coerência textual; dá continuidade à organização tópica e auxilia nas atividades interativas.”

Quando se fala em repetição, o que nos vem à mente, em um primeiro momento, é a reprodução de palavras ou segmentos linguísticos duas ou mais vezes. Todavia, a repetição não se presta meramente a esse fim e, nesse

sentido, pode-se afirmar que não há repetição pura e simples: toda repetição acrescenta algo. Cada vez que algo é repetido, algo novo é expresso, e, portanto, na perspectiva do autor:

[...] Marcadores tais como, “repetindo”, “como já disse”, “quer dizer”, “em suma” etc., podem ser avisos de que se trata de uma repetição, mas não avisos de que se vai dizer a mesma coisa simplesmente. No geral, eles introduzem paráfrases ou simplesmente algo novo. Há uma grande diferença entre repetir elementos linguísticos e repetir o mesmo conteúdo. Portanto, *repetir as mesmas palavras num evento comunicativo não equivale a dizer a mesma coisa.* (p. 96).

Ainda de acordo com os estudos do mesmo pesquisador, no que concerne aos aspectos funcionais, as repetições operam no “plano da **composição do texto** em sua materialidade e sequenciação das cadeias linguísticas (relações contextuais)” e, também, atuam no “plano **discursivo** de caráter mais global relacionado aos aspectos interacionais, cognitivos e pragmáticos (relações sócio-contextuais)”. (p. 107).

No plano da textualização, a repetição cumpre as funções básicas de: “**coesividade** (sequenciação, referenciação, correção, expansão, parentetização, enquadramento)”. No que diz respeito à coesão sequencial, uma estratégia bastante frequente é o “princípio da **listagem**”, ou seja, a formação de listas identificadas como “**paralelismos sintáticos**, geralmente com variações lexicais e morfológicas e manutenção de uma estrutura nuclear.” Essas listas são relevantes e muito empregadas no texto falado, uma vez que, além de “constituírem uma estratégia comum para a conexão inter-frástica”, elas, ainda, “criam um ritmo especial na interação e possibilitam um maior envolvimento”. (p.107-108).

No plano discursivo, a repetição assume funções mais variadas, colaborando, na opinião do estudioso (p. 112-125), para:

- a) Compreensão: a repetição promove e facilita a compreensão, criando pistas, como é o caso da intensificação. Há, também, repetições que assumem a função de esclarecimento, as quais “explicitam as informações com expansões sucessivas, seja pela repetição com variação ou com pequenas paráfrases”.
- b) Continuidade tópica: a repetição é usada para “introduzir, reintroduzir, manter ou delimitar tópicos”.

- c) Argumentatividade: a repetição é utilizada como estratégia de reafirmação, contraste ou contestação de argumentos.
- d) Interatividade: a repetição apresenta várias funções voltadas, especialmente, para a promoção da interação como, por exemplo, para “expressar opinião pessoal, monitorar a tomada de turno, ratificar o papel do ouvinte, incorporar ou endossar asserções do parceiro, mostrar polidez.” Vale considerar que as repetições com função de promover a interação são governadas, em grande parte dos casos, pelo princípio da preservação das faces (como será discutido posteriormente neste trabalho) “e são permeadas de marcadores ou atenuadores.”

Diante disso, chega-se à conclusão de que a repetição, nas palavras do autor, não é “um fenômeno resultante apenas das condições de produção local ou *on line*, mas sim de estratégia de processamento regular e sistemática, situável entre as estratégias básicas de formulação da fala.” Assim:

[...] a repetição tem nas funções de coesividade e condução do tópico sua presença mais frequente e sistemática. Já as funções de argumentatividade e interação tem uma presença mais variada. Com isto, a repetição constitui-se numa estratégia valiosa para o processamento textual-interativo, seja na sua contribuição para o processamento informacional, seja na preservação da funcionalidade comunicativa. [...] pode-se dizer que a repetição não é um descontinuador textual, mas principalmente uma estratégia de formulação do discurso oral sedimentada na superfície do produto material do texto como reflexo do processo desenvolvido. (p. 125).

A hesitação, tal como a inserção e a reformulação, também constitui uma estratégia de processamento textual. Koch (2003, p.91) considera a hesitação como “constitutiva do próprio processo de construção do texto falado, ligada à possibilidade mesma de sua emissão”, visto que, nele, o planejamento e a verbalização concretizam-se concomitantemente, mostrando, assim, o processo de construção a todo momento. O texto falado é seu próprio rascunho, por isso, não há trechos de fala sem hesitação, no entanto, pode haver trechos mais longos sem inserções ou reformulações, o que confere à hesitação um “estatuto diverso”.

A hesitação, além de ser um fenômeno típico da fala, apresenta outra diferença em relação à inserção e à reformulação. Estas podem ser consideradas, de certo modo cognitivamente ‘controladas’ pelo locutor, ao passo

que a hesitação, na maioria das vezes, “nos parecer ser ‘não controlada’ ou, pelo menos, controlada apenas parcialmente, sobretudo quando sinaliza dificuldades que o locutor vem encontrando no processamento/verbalização de seus enunciados”. (p. 91).

Evidentemente, essas dificuldades podem ser simuladas pelo falante, sobretudo quando ele tenta passar uma imagem de pessoa meticulosa com o que diz. Porém, conforme a pesquisadora, de modo geral:

[...] as hesitações - que se manifestam por meio de pausas, preenchidas ou não, alongamentos de vogais, consoantes ou sílabas iniciais ou finais, repetição de palavras de pequeno porte, truncamentos oracionais etc - têm a função cognitiva de ganhar maior tempo para o planejamento/verbalização do texto, podendo-se afirmar que são “menos controladas”, porque são condicionadas por pressões situacionais das mais diversas ordens a que estão sujeitos os interlocutores. (p.91-92).

Caracterizadas pela quebra da linearidade textual, as hesitações podem ser consideradas como um traço que aponta para uma dificuldade cognitivo/verbal localizado na estrutura sintagmática (MARCUSCHI, 1989). Embora haja uma descontinuidade na cadeia informacional, por meio das hesitações, podemos evidenciar, na fala, os processos criativos.

3 FORMAS DE INTERAÇÃO (ESPONTÂNEAS OU NÃO)

A interação, entendida como uma ação conjunta e socialmente planejada, advém da reciprocidade comportamental dos indivíduos. O termo “interação”, segundo Yule (1996, p. 71), pode ser aplicado a um grande número de encontros variados, por exemplo, uma professora falando com seus alunos na sala de aula é um tipo de interação; outra seria um médico conversando com seu paciente em uma clínica. Muitos são os tipos de interação que incluem diferentes experiências que as pessoas têm, em que há a troca de falas. O tipo de conversação difere, conforme o contexto de interação. Entretanto, a estrutura da conversa, ou o modelo básico “eu falo - você fala - eu falo – você fala” é decorrente do tipo de interação que as pessoas adquirem, ao longo da vida, e que é o mais usado. Essa é a estrutura da conversação.

A interação conversacional pode ser vista como uma forma de organização social, por meio da qual o trabalho das instituições que constituem as sociedades se realiza, como a economia, as formas de governo, a família, entre outra. Ela é a base do princípio sociológico e o meio primordial para o desenvolvimento, uso e aprendizagem de uma língua. (SCHEGLOFF, 2003, p. 230).

Segundo Preti (2002), a interação acontece desde a simples copresença de duas pessoas desconhecidas que se cruzam na rua, e observam-se e desviam-se para não se chocarem, até a relação de envolvimento de dois falantes com um único foco visual e cognitivo, como a conversação. No caso desta, a ligação entre os falantes ocorre por meio dos conhecimentos partilhados e por fatores socioculturais, expressos no modo como os discursos são produzidos e na maneira como o diálogo é conduzido.

Em conformidade com Bakhtin (1986), a linguagem é essencialmente dialógica, compreendida a partir de sua natureza sócio-histórica. O ato de fala, ou mais precisamente, a enunciação, é de natureza social, e, para compreendê-la, é necessário ter em mente que ela ocorre sempre em uma interação. A enunciação é concebida como um fazer coletivo, “produto da interação de dois indivíduos socialmente organizados” (p. 112). A interação verbal, portanto, constitui “a realidade fundamental da língua” (p. 123).

O filósofo russo afirma que há, na interação, um processo de duas faces: a palavra é proveniente *de* alguém, assim como ela se dirige *para* alguém,

servindo de expressão a *um* sobre o *outro*. O conceito defendido pelo autor acerca da natureza social e dialógica da linguagem é decorrente da sua percepção de mundo, visto que, “considera o homem como um ser histórico-social e a língua, na qual e pela qual se constitui, como reflexo das relações entre os falantes.” (PERFEITO, 2000, p. 109).

Para Brait (2003, p. 220), a interação é um “componente do processo de comunicação, de significação, de construção de sentido e que faz parte de todo ato de linguagem. Trata-se de um fenômeno sociocultural, cujas características linguísticas e discursivas são “passíveis de serem observadas, descritas, analisadas e interpretadas”.

Goffman (1999, p. 23) postula que a “interação (isto é, interação face a face) pode ser definida, em linhas gerais, como a influência recíproca sobre as ações uns dos outros, quando em presença física imediata.”

Na concepção de Urbano (2000, p. 89):

A interação verbal é mesmo um componente conceitual do discurso, sendo ele o produto da interação de dois indivíduos que se organizam socialmente, o que leva a aceitar que, corolariamente, a dialogicidade está sempre presente em qualquer discurso e que a interação é uma atividade cooperativa, estabelecendo-se uma cumplicidade de ações coordenadas, complexas e intercambiadas entre os participantes, gerando, na realidade, sobretudo na conversação, um “produto textual coletivo”.

Em consonância com Fávero, Andrade e Aquino (1998, p. 93), “a comunicação interpessoal desenvolve-se entre indivíduos e é entendida como uma relação dialógica em que ambos os interlocutores adaptam continuamente o diálogo às necessidades dos outros”. Dessa forma:

[...] a interação caracteriza-se por situar-se em um contexto em cujo âmbito se estabelece um campo de ação comum no qual os sujeitos envolvidos podem entrar em contato entre si. Torna-se, portanto, fundamental a capacidade de ação de cada indivíduo, que deve estar apto a influir no desenvolvimento sucessivo da interação, determinando-o com sua atuação: cada ação de um sujeito deve constituir a premissa das ações realizadas posteriormente pelos demais. Por fim, a interação realiza-se sobre uma série de regras e pode até introduzir alterações no contexto, configurando-se como um processo circular em que as ações de cada participante determinam um retorno por parte do outro ou dos outros sujeitos implicados. É uma espécie de retroação sobre o indivíduo que a realizou. (p.93).

Interação e conversação, conforme Brait (2003, p. 243), são duas noções intimamente relacionadas, pois “os participantes do ato conversacional engajam-se na conversação porque têm o propósito de interagir.” De maneira recíproca, “é o desenrolar da conversação que possibilita a continuidade da interação.” Nesse sentido, é preciso a aproximação desses dois conceitos, visto que “a conversação é o palco privilegiado da interação”.

A conversação é uma atividade linguística básica, que representa “o intercurso verbal em que dois ou mais participantes se alternam, discorrendo livremente sobre tópicos propiciados pela vida diária [...]”. (CASTILHO, 2000, p.29).

Rodrigues (2003, p. 21) afirma que “a conversação é um evento de fala especial”, pois se trata de uma “interação verbal centrada, que se desenvolve durante o tempo em que dois ou mais interlocutores voltam sua atenção para uma tarefa comum, que é a de trocar idéias sobre determinado assunto”.

Fávero, Andrade e Aquino (1999, p.15-16) definem a conversação como:

atividade na qual interagem dois ou mais interlocutores que se alternam constantemente, discorrendo sobre temas próprios do cotidiano. Eles organizam sua fala em turnos, que se alternam sem uma disposição fixa, o que caracteriza o encontro em relativamente simétrico ou relativamente assimétrico.

Quanto ao conceito de conversação natural, Stubbs (1983) afirma que ele próprio utilizou, sem uma distinção adequada, muitos termos grosseiramente sinônimos, tais como: conversação espontânea, não-planejada e casual. Eles, por sua vez, são considerados opostos a termos como: artificial, planejada, inventada, introspectiva, intuitiva e hipotética. Porém, o autor advoga que uma conversação pode ser, ao mesmo tempo, espontânea e altamente organizada. O comportamento pode ser automático e inconsciente e, nesse sentido, espontâneo, porém, profundamente organizado a ponto de ser frequentemente aceito pelos usuários. Há, então, duas distinções. A primeira é entre: a) a linguagem que ocorre naturalmente, sem intervenção alguma do linguista; e b) a linguagem que é obtida pelo linguista como parte de algum experimento, incluindo dados advindos da intuição do próprio pesquisador, dados extraídos dele mesmo. A segunda distinção é entre: c) a linguagem que é espontânea, no sentido de ser não-planejada e que é construída em tempo real, em resposta às necessidades situacionais imediatas; d) linguagem

que é deliberadamente planejada, ensaiada, pensada, alterada e editada. “Type (c) characterizes most spoken language, including everyday conversation, whereas type (d) characterizes most formal written language”¹⁰ (p.34). Pode-se argumentar, portanto, que a conversação normal é, por definição, não-planejada e não-planejável, e que ela é relativamente imprevisível, exceto às vezes em curto prazo.

De acordo com Marcuschi (2006), a conversação pode ser classificada em natural (formal ou assimétrica, informal, coloquial ou simétrica) ou artificial (as desenvolvidas em peças, novelas, filmes etc., ou seja, as que seguem algum tipo de roteiro prévio). Considera-se simétrica a conversação em que ambos os interlocutores têm o mesmo direito de tomar a palavra e de escolher o tópico discursivo, direcionando-o e estabelecendo o tempo de participação. Trata-se de uma “situação de conversação em que todos os interlocutores dão contribuições relevantes em relação ao tópico, engajando-se, substantivamente na consecução do objetivo comum.” (GLOSSÁRIO, 2003, p.267).

Já nas formas assimétricas, um dos participantes tem o privilégio quanto ao uso da palavra, cabendo a ele iniciar a conversação, conduzi-la e mudar o tópico. São alguns exemplos de interações assimétricas as entrevistas, consultas, palestras, entre outras situações nas quais, segundo o autor supracitado (p. 266-267), apenas um falante “domina a cena”, ou seja, toma a palavra para si, enquanto o ouvinte somente contribui com “intervenções episódicas, marginais em relação ao tópico do fragmento”. Desse modo, só um interlocutor desenvolve o assunto, ao passo que o outro “segue” o que está sendo dito com pequenos turnos inseridos na conversação.

Respeitando a regra de que se deve falar um por vez, não é possível a tomada de turno a qualquer momento, mesmo em interações simétricas. “Os interlocutores podem assumir o turno nos chamados espaços de transição”, caracterizados por marcas como: “silêncio ou pausas mais longas do detentor do turno, entonação característica, gestos, olhar, sinais de entrega de turno” etc.. O atual falante pode eleger o outro seguinte para ocupar o turno e, se isso não acontecer, qualquer participante pode tomar a palavra; “se nenhum o fizer, aquele que detinha o turno até então pode continuar a falar até o próximo espaço de transição; e assim sucessivamente.” (KOCH, 1992, p.71).

¹⁰ “O tipo (c) caracteriza mais a língua falada, incluindo a conversação diária, ao passo que o tipo (d) caracteriza mais a língua escrita formal.” (tradução nossa).

Em função de existirem certas igualdades e desigualdades entre os interlocutores envolvidos nos eventos interacionais em andamento, a relação de simetria e direitos não é inteiramente verdadeira. As diferenças culturais, socioeconômicas, de poder, de papel, de profissão, entre outras podem interferir na condição de participação dos interlocutores, tornando a interação mais simétrica, se essas diferenças prevalecerem, ou assimétricas, se essas disparidades não predominarem. Contudo, o grau de participação não é o único fator a incidir sobre a relação de simetria ou assimetria. É importante considerar, também, o controle de alocação dos turnos, que, normalmente, pertence a somente um dos participantes. No caso das entrevistas, por exemplo, compete ao entrevistador a tarefa de alocar os turnos, mesmo que as intervenções do entrevistado sejam extensas.

Em geral, a conversação inicia-se com o tópico que motivou a interação, ou seja, ela se estabelece e se mantém, desde que exista algo acerca do que conversar e intenção por parte dos interlocutores de manter a interação. O desenvolvimento do tópico, na fala, depende dessa interação, e o rumo do discurso coletivo criado, naquele ato de interação, é construído pelos interlocutores, que podem interromper, acrescentar fatos, mudar o rumo da conversa. O não-planejamento da fala informal é, pois, condição indispensável para um relacionamento humano produtivo e enriquecedor. Dessa forma, o texto conversacional é o resultado de um trabalho cooperativo.

Preti (2002, p.45) diz que:

A palavra conversação abrange um grande leque de atividades de comunicação verbal, desde as falas descompromissadas do dia-a-dia, até diálogos com temas pré-determinados, que podem, à medida que decorrem, ir-se modificando, em função das circunstâncias criadas pela própria interação. A rigor, os falantes criam um texto em conjunto, colaborando ou contra-argumentando ou, às vezes, até completando-se, para levarem adiante o diálogo.

Observa-se que o planejamento e replanejamento da organização discursiva do falante servem como tática para suprir necessidades de compreensão, participação, convencimento do interlocutor, enfim, objetivos pretendidos e que serão alcançados graças a essas estratégias conversacionais. Nesse sentido, são consideradas as condições situacionais do diálogo, isto é, onde ocorre o diálogo, quem são os interlocutores, qual o tema tratado. Numa ocasião em que o falante

não conhece seu interlocutor, por exemplo, tais situações se fazem extremamente relevantes, para que haja o desenvolvimento da conversação.

Marcuschi (2006, p.5) observa que a conversação é “a prática social mais comum no dia-a-dia do ser humano”, e é responsável, ainda, por desenvolver o espaço para a construção de identidades sociais em situações reais. Como características constitutivas da atividade conversacional, salientam-se: a interação entre no mínimo dois falantes; a ocorrência de, no mínimo, uma troca de falantes; a presença de uma sequência de ações coordenadas; a execução numa identidade temporal; o envolvimento numa interação centrada, ou seja, que se constitui durante o tempo em que os interlocutores concentram sua atenção visual e cognitiva para uma mesma tarefa.

Segundo o autor, espera-se que qualquer conversação apresente:

- a recorrência ou ocorrência da troca de falantes;
- em qualquer turno, fala um de cada vez;
- ocorrências com mais de uma falante por vez são comuns, mas breves;
- transições de um turno a outro sem intervalo e sem sobreposição, são habituais; longas pausas e sobreposições extensas acontecem com mais escassez;
- a ordem dos turnos é variável;
- o tamanho do turno é variável;
- a extensão da conversação não é fixa nem previamente especificada;
- o que cada falante irá dizer não é fixo nem previamente especificado;
- a distribuição dos turnos não é fixa;
- o número de participantes é variável;
- a fala pode ser contínua ou descontínua;
- são empregadas técnicas de atribuição de turnos;
- são utilizadas diversas unidades construidoras de turnos, tais como: lexema, sintagma, sentença, entre outras;
- determinados mecanismos de reparação solucionam falhas ou violações nas tomadas. (p.18)

Uma característica significativa da conversação natural é sua imprevisibilidade, visto que as decisões são tomadas ao mesmo tempo em que a fala está sendo executada. Além disso, o falante dirige-se sempre a um interlocutor a partir de determinados pressupostos acerca dele, do assunto, da imagem que ele supõe que o interlocutor tenha feito a seu respeito (CASTILHO, 2000, p.34). A participação do falante numa conversa é construída a partir da apreensão e análise dessas informações, numa atividade automática; o falante monitora os resultados de sua atuação, planeja as próximas intervenções, de forma que cada turno administra o seguinte, numa atividade autoconstrutiva, extremamente dinâmica.

3.1 ENTREVISTAS

O diálogo está presente na vida de todos. A entrevista, em princípio, é uma atividade recorrente no cotidiano, pois, normalmente, os indivíduos atuam como entrevistadores e entrevistados em conversações diárias. No caso de entrevistas de televisão e rádio, os textos podem se desenvolver em menor grau de dialogicidade, uma vez que a interação tende a ser mais assimétrica, diferentemente de conversações espontâneas entre amigos, por exemplo. Não obstante, as entrevistas também podem apresentar-se de forma menos assimétrica, se comparadas a palestras, nas quais a tendência é o turno ser mantido por um falante apenas.

Nas palavras de Urbano et al (1996, p. 84), entrevistas são “eventos conversacionais tipicamente desenvolvidos por meio de Perguntas e Respostas”, ao contrário das conversas espontâneas “que não só as incluem – aliás como estrutura básica – como também se realizam por movimentos de fala de outros tipos”. Dessa forma, as respostas nas entrevistas “revelam uma complexidade que normalmente as conversações espontâneas desconhecem”.

Fávero e Aquino (1998, p. 122) asseveram que:

Dependendo de quem seja o entrevistador ou do papel que lhe destinem, a entrevista pode construir apenas uma técnica em que se obtém respostas já esperadas a partir da organização de um simples questionário e, neste caso, um pré-texto já estaria construído anteriormente ao encontro e seria preenchido tão somente com as respostas do entrevistado. Tomando-se a interação em termos de possibilidade e de enquadramento em uma escala, poder-se-ia dizer que, nesses textos, observa-se um direcionamento para o menor grau nessa escala de interação. Por outro lado, é possível ocorrer um grau elevado de dialogicidade em que o entrevistador deixa o texto fluir e transcorrer de tal forma que este não se identifique com um mero monólogo.

Segundo as autoras, em entrevistas, as perguntas configuram-se como “estratégias cujos efeitos são cumulativos, isto é, o entrevistador pode formular um pedido de informação, de confirmação ou esclarecimento, ao mesmo tempo em que pode utilizá-la para introduzir, mudar, redirecionar o tópico” (p. 123). É possível, ainda, que esse expediente sirva para a manutenção do tópico, e seja utilizado para fins específicos, como provocar o entrevistado a fim de desestruturar sua resposta ao ponto de conseguir que sua imagem seja arranhada, sobretudo quando se trata de políticos. Desse modo, as perguntas e as respostas são fatores que colaboram para o estabelecimento da coerência, e não existe, necessariamente, uma única possibilidade de resposta, pois esta se encontra relacionada ao contexto de ocorrência da pergunta. Nesse sentido, mesmo que um participante formule sua pergunta, sem apresentar interesse na maneira como seu interlocutor irá interpretá-la, fornecendo-lhe qualquer resposta, “a quase totalidade das perguntas é formulada em decorrência do contexto discursivo anterior, fato que permite indicar a importância do contexto precedente da pergunta o qual acaba por emoldurá-la.” (p. 124).

Em relação à assimetria em entrevistas, o entrevistador, normalmente, tem a função de fazer a escolha dos assuntos, direcionar a conversação e distribuir os turnos, atribuindo ao entrevistado maior tempo de fala. Porém, o conceito de assimetria interacional, como afirmam Fávero e Andrade (1998, p. 162), não está ligado, somente, “às funções dos interlocutores na situação comunicativa, mas principalmente a seus papéis sociais e suas características individuais.” A relevância social do entrevistado pode interferir no equilíbrio da

entrevista e, nesse caso, o entrevistado seleciona os tópicos e conduz as passagens de turnos. Por outro lado, “há entrevistadores peculiares que dominam a entrevista e não deixam ao entrevistado nem mesmo os turnos que lhe são devidos.”

No que tange ao planejamento textual e tempo de elaboração, existem três momentos distintos na entrevista, seja na LF (entrevistas televisivas, de rádio, entre outras), ou na LE (entrevistas publicadas em revistas, jornais, entre outras). Há o momento de preparação, o da entrevista em si e o da edição. Como na LF o planejamento é local, ou seja, desenvolve-se ao mesmo tempo em que se executa o enunciado, em tempo real, a entrevista se apresenta como um “tipo especial de texto falado, porque o planejamento existe da parte do entrevistador e pode existir também, em certos casos, da parte do entrevistado [...]” (FÁVERO, 2000, p.83). Os interlocutores, por terem mais tempo de elaboração, tendem a diminuir as marcas de reformulação textual.

As estruturas de participação que caracterizam as entrevistas televisivas demonstram que cada participante cumpre seu papel de forma efetiva. Assim, eles se alternam na construção do turno e revelam maior envolvimento interpessoal. Fávero e Aquino (1997, p. 70) afirmam que, nas entrevistas de televisão:

[...] as perguntas, utilizadas de forma estratégica, dinamizam a interação verbal, ajustam a participação dos interlocutores, reorganizam o contexto e permitem ao entrevistador explorar a organização sequencial e, automaticamente, a organização contextual como recurso criativo para a organização das atividades em que o entrevistador e entrevistado estejam engajados.

No entanto, não se pode desconsiderar o fato de que há um terceiro elemento que incide significativamente nesse tipo de interação: o público. A audiência é um “elemento propulsor de modificações na interação entre os participantes”, visto que a “interação se desenvolve exatamente em função da terceira-parte e é em razão de não se perder esse aliado que se precede a reformulações, preservando-se ou atacando-se a autoimagem”. (FÁVERO; ANDRADE; AQUINO, 1998, p. 94).

A partir desse jogo entre entrevistado, entrevistador e público, Fávero e Andrade (1998, p. 157) postulam que os dois primeiros têm a tarefa de informar e convencer o público, desempenhando, portanto, “um duplo papel na interação: são cúmplices, no que diz respeito à comunicação, e oponentes, quanto à

conquista desse mesmo público”. Desse modo, as entrevistas às vezes convergem para o polo do contrato e, às vezes, para o da polêmica. “No primeiro caso, os interlocutores buscam causar boa impressão na audiência, para isso tentam respeitar a fala do outro, costumam ceder o turno, evitem traços que demonstrem agressividade”. O estilo polêmico, por sua vez, permite que a interação possa desqualificar um dos participantes.

Embora os estudos acerca de trocas entre dois interlocutores tenham sido o foco de análise de muitos pesquisadores, é preciso considerar que, quanto maior o número de participantes de um evento conversacional, mais complexa se torna a interação, ou seja, quando há três ou mais interlocutores, a tomada e a manutenção de seus turnos exigem maior negociação. O debate televisivo, então, é uma outra forma de interação realizada dentro de uma tríade, ou seja, realizada por três interlocutores em conjunto. Há, nessa situação, um “duplo esquema triangular: o que se desenrola no estúdio entre debatedores e animador e o que põe em cena dois debatedores diante de um público (telespectador).” (FÁVERO; AQUINO, 2002, p. 159).

O trílogo, nas palavras das pesquisadoras acima referidas, “é potencialmente mais conflitual e menos constrangedor para os participantes do que o diálogo¹¹, pois um deles pode, provisoriamente, pôr-se de lado sem que isso ameace seriamente o desenrolar da conversa.” No diálogo, o locutor L2, normalmente, faz suas intervenções após o locutor L1, e a sobreposição de vozes é a única maneira de interrupção. Já no trílogo, a fórmula “fala um por vez” nem sempre se aplica: nele não existem regras fixas; não há como prever, exatamente, o sucessor do turno; e o locutor L3 pode tomar a palavra, sem que ela lhe seja solicitada. Por outro lado, essa situação pode causar menos constrangimento, se, por exemplo, o locutor L3 prolongar seu silêncio, delegando, momentaneamente, aos outros interactantes a função de desenvolver os assuntos em seu lugar. Mesmo se abstendo do turno, por um determinado tempo, seu dever de cooperar com o andamento da conversação é dividido com os outros participantes, sem que isso prejudique a interação como um todo. Dessa maneira, existem momentos em que o silêncio de um dos interlocutores se estende, “cabendo aos outros o

¹¹ Fávero e Aquino 2002 (p. 160) utilizam o termo diálogo (troca diádica), com base em Kerbrat-Orecchioni (1995, p. 24). As autoras reservam a “diálogo seu sentido etimológico: dia = prefixo grego que significa *através de*, como em diacronia, diáfano, diagonal.”

desenvolvimento da conversação”, em outras palavras, “a obrigação de cooperar fica diluída no grupo.” (p. 161).

Considerando-se que todo político tem como finalidade maior a adesão dos eleitores e, conseqüentemente, a obtenção de seus votos, há uma grande preocupação com a imagem que querem passar à sociedade, e, por isso, as exposições são voltadas, sobretudo, aos telespectadores. Assim, mesmo que o destinatário direto pareça ser o oponente, na verdade, o real destinatário é o público. O mediador, portanto, acaba tendo uma participação menos ativa, já que o tempo de seus turnos é previamente estabelecido pela produção da emissora. Isso não quer dizer que sua importância possa ser desmerecida: ele propõe os tópicos, controla o tempo de cada adversário, enfim, conduz a interação de modo que não aparente tomar partido e se mostre imparcial, atuando como o árbitro ou juiz do embate.

Em uma conversação casual, a interação, geralmente, inclina-se para uma relação pacífica entre os interactantes, já em debates, ela converge para o lado contrário, pois a polêmica e a atmosfera de confronto sempre se fazem presentes. Apesar de não haver um vencedor declarado em um debate, os índices de audiência são fatores altamente significativos, uma vez que eles denotam o número de pessoas a quem os textos foram destinados, e no caso da política, o bom desempenho do candidato pode dissuadir o eleitor a votar em seu adversário, bem como pode persuadi-lo a obter sua aprovação.

Conforme McIlvenny (1996, p. 28-29), estudos acerca dos discursos políticos têm demonstrado que os oradores raramente desconsideram seu público, e “adaptam seus discursos ao momento”, a fim de suscitar respostas de comum acordo com a audiência. Os aplausos, por exemplo, não são, “necessariamente, reações espontâneas”, pois podem ser incentivados pelo carisma que o falante transparece ter ou pelas estratégias argumentativas e retóricas que ele emprega. Por outro lado, em debates políticos, é possível que os falantes não recebam apenas respostas positivas da audiência; suas declarações podem ser alvo de reações desfavoráveis e, por conta disso, eles podem obter reações negativas da audiência (como as vaias), sobretudo, quando há iniciativa de outros que encorajam o restante. Há a possibilidade, ainda, de que as vaias manifestem uma réplica à determinada postura arrogante, como a de se vangloriar dos próprios feitos ou de seu partido, em detrimento de outros.

3.2.OS PARES ADJACENTES

Um conceito central na análise da conversação, como já exposto, é o turno conversacional. De acordo com Sacks, Schegloff e Jefferson (1974), são necessários, no mínimo, dois turnos para que haja uma conversação, entretanto, a tomada de turno é mais do que apenas uma propriedade definidora da atividade conversacional. O estudo de seus padrões permite descrever a variação contextual (examinando, por exemplo, a organização estrutural de turnos; como os falantes gerenciam as sequências, assim como a arquitetura dos turnos). Nesse sentido, um outro conceito fundamental é o que concerne aos pares adjacentes. A ideia básica é a de que os turnos vêm em pares, e a primeira parte de um par cria certas expectativas que limitam as possibilidades para a segunda.

Para que se concretize uma conversação, não basta a ocorrência de um turno, mas, no mínimo, a ocorrência de dois turnos coordenados e cooperativos, que se implicam por condições de relevâncias (relevância condicional). Isso significa que, dada a primeira parte, uma segunda é esperável; se esta ocorrer, é vista como a segunda em relação à primeira. Nesses termos, essa sequência da primeira parte somada à segunda configura-se um par conversacional, o qual é considerado, na realidade, a unidade conversacional mínima.

Par adjacente (ou par conversacional), segundo Marcuschi (2006, p. 35), “é uma sequência de dois turnos que coocorrem e servem para a organização local da conversação”. O referido autor menciona alguns exemplos de pares conversacionais: pergunta-resposta; ordem-execução; convite-aceitação/recusa; cumprimento-cumprimento; xingamento-defesa/revide; acusação-defesa/justificativa; pedido de desculpa-perdão.

A ocorrência dos pares adjacentes forma a base para o princípio de que cada movimento em uma conversação é essencialmente uma resposta a uma fala anterior e uma antecipação do tipo de fala que virá, ou seja, na formulação de seus turnos, os falantes mostram sua compreensão do turno anterior e revelam suas expectativas acerca do próximo turno.

Na perspectiva de Goffman (1981), toda vez que as pessoas conversam, a probabilidade de usarem perguntas e respostas é bem grande. Os enunciados se realizam em diferentes pontos em uma sequência temporal. A

despeito do conteúdo de suas respostas, aqueles que perguntam dependem do que está por vir; já aqueles que respondem, são orientados para o que acabou de ser dito. Observa-se que, embora uma pergunta seja projetada para receber um retorno, ela pode dar a impressão de ser dependente disso, apenas. No entanto, a resposta parece ser mais dependente ainda da pergunta, pois sozinha, faz menos sentido que o enunciado que a precedeu. Nas palavras do pesquisador, “whatever answers do, they must do this with something already begun” (p. 5)¹².

Ainda Segundo o autor, “in questions and answers we have one example, perhaps the canonical one, of what Harvey Sacks has called a ‘first pair part’ and a ‘second pair part’, that is, a couplet, a minimal dialogic unit”¹³. Trata-se de dois enunciados completos, cada um temporal e diretamente seguido do outro; em suma, um exemplo de “par adjacente”. A primeira parte do par estabelece uma “relevância condicional” em tudo o que ocorre na abertura que segue, ou seja, o que for dito será examinado se servirá como resposta e, se nada for dito, o silêncio resultante será percebido como algum sentido pretendido. (p. 6).

Na concepção de Castilho (2000, p. 44), “os pares adjacentes são dois turnos emparelhados.” Os pares mais comuns são “saudação/saudação”, “pergunta/resposta”, “reclamação/pedido de desculpas”, “advertência/aceitação ou recusa da advertência”. O autor assevera que:

Por vezes, dá-se aqui o fenômeno da ‘preferência’, quando a determinado estímulo verbal de L1, L2 corresponde com um ato de fala culturalmente esperado, e por isso mesmo estruturalmente não marcado, ou da ‘despreferência’, quando a esse estímulo corresponde-se com um ato evasivo, negativo, inesperado, e por isso mesmo estruturalmente marcado. Um exemplo disso é responder a uma pergunta com outra pergunta [...] ou, então, quando a resposta é muito mais uma réplica do que qualquer outra coisa. (p.44-45).

O termo “preferência”, como afirma Marcuschi (2006, p.49-50), “foi desenvolvido por Sacks e Schegloff para descrever as diferenças características entre as diversas maneiras de os falantes realizarem ações alternativas não equivalentes.” Dessa forma, é mais frequente que se espere, no caso de propostas e convites, uma preferência do interlocutor pela aceitação do que pela negação,

¹² Seja o que for que as respostas façam, elas devem fazê-lo com algo já iniciado. (tradução nossa).

¹³ Em perguntas e respostas, temos um exemplo, talvez o canônico, do que Harvey Sacks chamou de ‘primeira parte do par’ e ‘segunda parte do par’, isto é, um dístico (estrofe de dois versos), uma unidade dialógica mínima. (tradução nossa).

diferentemente de casos de insulto e ofensa, em que, normalmente, há a despreferência por tal ação. Em casos de elogios, a despreferência parece ser a escolha mais habitual, já que é comum eles serem evitados, pelo menos em público.

Cabe salientar que “a preferência ou despreferência de ações é social e culturalmente determinada.” Em nossa cultura, é bem provável a despreferência em situações de ofertas, como, por exemplo, em convites para almoço quando se chega à casa de alguém no horário das refeições. Espera-se uma resposta do tipo “obrigado, eu já almocei” e não a aceitação imediata, pois isso poderia ser visto como um traço de impolidez. “Não é bem uma questão de sinceridade ou não dos atos, mas uma oportunidade para negociações, pois é costume que a oferta seja repetida, assumindo a aceitação, após várias insistências, outra qualidade” (p. 50-51). Assim, o esquema seria: oferta-recusa-insistência-recusa/aceitação.

Yule (1996, p. 78-79) afirma que a primeira parte do par que contém um pedido ou uma oferta, é normalmente realizada, na expectativa de que de a segunda parte irá aceitá-los. Uma aceitação é mais provável que a recusa e, essa probabilidade estrutural é chamada de *preferência*. “The term is used to indicate a socially determined structural pattern and does not refer to any individual’s mental or emotional desires. In this technical use of the word, preference is an observed pattern in talk and not a personal wish”¹⁴. A despreferência é a reação inesperada a certas situações, como no caso de um convite, por exemplo; geralmente ele é seguido de um aceite, que seria a preferência, e a recusa seria a despreferência.

Urbano et al. (1996, p.76) expõem que a diferença fundamental entre Perguntas e Respostas está relacionada “ao fato de que as primeiras impõem restrições ilocucionárias e discursivas às segundas, indicando se uma possível Resposta é adequada ou não, enquanto as Respostas indicam somente que certas condições foram satisfeitas.” Normalmente, há dois tipos de pares adjacentes pergunta/resposta:

- a) Perguntas *fechadas* ou de confirmação/negação, isto é, perguntas de *sim* ou *não*, cuja informação é trazida na pergunta, e não na resposta. A interrogação incide sobre todo o enunciado.

¹⁴ O termo é usado para indicar um modelo de estrutura socialmente determinado, e não se refere a nenhum desejo mental ou emocional do indivíduo. Nesse uso técnico da palavra, a preferência é um modelo observado na conversação, e não no desejo pessoal. (tradução nossa).

Exemplo 1) A: __ Há um lugar específico para as bailarinas se trocarem?
B: __ sim.

Apesar de se esperar uma resposta de *sim* ou *não*, podem ocorrer outros elementos com o mesmo significado:

Exemplo 2) A: __ Você pode comer qualquer tipo de fruta?
B: __ Ah qualquer tipo...

b) Perguntas *abertas* ou de busca de informação nova, em que a informação vem na resposta. As perguntas são iniciadas, geralmente, por marcadores ou pronomes interrogativos “*onde, quando, quem, de quem, que, como, que etc.*”, seguidos de Respostas cujos termos estejam diretamente correlacionados com a circunstância indicada pelo marcador interrogativo” (p. 78). A interrogação incide sobre um elemento do enunciado.

Exemplo 3) A: __ Quando aconteceu isto?
B: __ Ontem.

Esse fato, no entanto, nem sempre acontece:

Exemplo 4) A: __ Quando aconteceu isto?
B: __ Na escola.

Isso ocorre porque as pessoas fazem interpretações por meio da recuperação de elementos elípticos, como no exemplo acima (aconteceu isto quando estava na escola).

Sendo os marcadores interrogativos esvaziados de sentido, funcionam como catafóricos. São elementos semanticamente vazios em busca de preenchimento, o qual é “esperado na Resposta por meio de informação nova” (p.78).

Exemplo 5) A: __ *Onde* está Pedro?

B: __ Ele está *em casa*.

Castilho (2000, p.46) comenta:

A observação dos pares adjacentes aponta para uma sorte de “subordinação pragmática”, pois a ocorrência de um turno-pergunta obriga a que ocorra um turno-resposta, que depende do primeiro. Não há, como no domínio da Sintaxe, conectivos ou outros dispositivos formais que assinalem a subordinação, mas a relação de dependência ainda que firmada no domínio da interação, está aí presente, e isso não pode deixar de ser notado.

Fávero, Andrade e Aquino (1996, 1999) salientam que Pergunta (P) e Resposta (R) não funcionam de maneira aleatória, são estratégias empregadas pelos falantes para:

1) Introdução de Tópico
<p>Ao iniciarem a conversação, é comum que os falantes o façam utilizando-se de uma P. Além disso, ocorrem Ps também quando se introduzem novos supertópicos. Para introduzir o supertópico “Família”, L2 usa uma pergunta:</p> <p>L2: a sua família é grande?</p> <p>L1: nós somos:: seis filhos</p>
2) Continuidade de Tópico
<p>As Ps e Rs também são utilizadas pelos interlocutores para dar prosseguimento ao tópico. No exemplo abaixo, em que se desenvolvia o tópico “Viagens de trem”, tem-se um tipo de P lançada pelo Doc para dar continuidade ao subtópico iniciado na l.8:</p> <p>Doc E fora daqui, vocês já viajaram de trem? (l.8)</p> <p>Doc Quanto tempo durou? Você dormiu alguma noite no trem? (l.24)</p> <p>L2 Ah, eu dormi no trem e cheguei em Lake Placid eram de manhãzinha [...]</p>
3) Redirecionamento de Tópico

Dada a propriedade da recursividade, verifica-se que o tópico pode agir prospectiva e retroativamente. Deste modo, ao perceber que houve um desvio do tópico, o interlocutor pode, muitas vezes, redirecioná-lo por meio de uma P, reintroduzindo o tópico original. No exemplo a seguir, os falantes desenvolviam o tópico “Compras”. Ao perceber um desvio do tópico, para “Controle de preço do café”, L2 o redireciona por meio de uma P:

L2 mas o que você ia falar de compra?

L1 gozado nós não costumamos fazer muita compra não... não sou do tipo de...

L2 eu até que compro bastante coisa eu acho

4) Mudança de Tópico

Por esgotamento do assunto ou por não querer mais falar sobre aquele tópico, observa-se a possibilidade de ocorrência de uma P, funcionando como elemento de mudança de tópico. Essa mudança pode ser local (mudança no nível do subtópico) ou global (mudança no supertópico). No exemplo abaixo, são apresentados dois supertópicos: “Família” e “Profissão”. A mudança do primeiro para o segundo ocorre com uma P de L2, observando-se, assim, uma mudança global:

L2 você... chegou a trabalhar e depois deixar de trabalhar por causa dis/de:: /

L1 eu trabalhei s::ó no início...

Quadro 6 – Perguntas e respostas: estratégias utilizadas pelo falante.

Fonte: Adaptado de Fávero, Andrade e Aquino (1996, p. 484-489; 1999, p. 50-53).

3.3 A TEORIA DA ATIVIDADE VERBAL

A escola psicológica e psicolinguística soviética, assim como a alemã, serviu de base para o desenvolvimento da Teoria da Atividade Verbal. Vilela e Koch (2001) afirmam que, seguindo algumas ideias de Vigotsky, essa teoria é voltada para o pressuposto de que a linguagem é uma atividade social, que visa a

determinados fins. Tem-se um conjunto de processos que é acionado pelo emissor para atender suas necessidades.

A partir disso, toda atividade linguística seria formada por um enunciado, produzido com um objetivo pretendido, sob determinadas condições necessárias para o cumprimento desse propósito e as consequências que isso acarreta. (Koch, 1992, p. 24).

Para o locutor alcançar seu propósito, ele deve garantir condições necessárias ao seu interlocutor para que este: “a) seja capaz de *reconhecer* a intenção”, ou seja, qual é o objetivo pretendido, e isso depende da “*formulação* adequada do enunciado”; b) “*aceite* realizar” o objetivo intencionado, isto é, “concorde em demonstrar a reação e/ou o comportamento visado pelo locutor.” (VILELA; KOCH, 2001, p.422).

Em consonância com essa perspectiva, o falante deve realizar atividades linguístico-cognitivas para assegurar a compreensão (pelo uso de paráfrases, correções, exemplificações, ênfase, complementações, entre outros recursos), bem como para incentivar, facilitar e ocasionar a aceitação de seu texto por parte de seu interlocutor (justificando, fundamentando etc.).

Em relação à maneira como o conjunto da atividade e do seu entorno sócio- psicológico atua na forma específica da expressão linguística, Leont’ev (apud Koch, 2003, p.13-14) ressalta que os fatores que determinam a intervenção verbal (aquilo que conduz à realização de um ato verbal específico) são:

- a) motivação: não há, normalmente, um único motivo, mas um conjunto de motivos, apesar de haver a possibilidade de se reconhecer o motivo predominante;
- b) situação: engloba um conjunto de influências internas que operam sobre um organismo, e que, aliadas à motivação inicial, o informam a respeito das escolhas que deve fazer. Incluem-se, também, a situação objetiva (situação propriamente dita) e a informação acerca das situações variadas nas quais outras atividades se realizaram;
- c) prova de probabilidades: determina quais ações são passíveis de conseguirem êxito;

- d) tarefa-ação: seleciona-se a ação com maior probabilidade de sucesso; trata-se de eleger uma das ações para exercer uma função específica dentre todas as outras do conjunto.

Com base nesses fatores, o sujeito traça seu plano geral do texto, que estabelece as regras internas para, em seguida, realizá-lo por meio das unidades linguísticas. Para proceder à realização verbal *da intenção verbal*, o indivíduo deve levar em conta: o sistema linguístico de uma determinada língua, o grau de domínio dessa língua, o fator funcional-estilístico, por meio do qual é possível optar por um recurso linguístico mais adequado às condições em que se realiza a comunicação (escolher por uma forma dialogada ou monologada, escrita ou falada etc), o fator afetivo, o contexto linguístico, a situação comunicativa.

A linguagem, enquanto atividade verbal, possui: uma motivação, que gera o impulso inicial; um conjunto de operações linguísticas que articulam as ações individuais em que a atividades estão estruturadas; e um objetivo final. A realização linguística da atividade verbal está vinculada às condições sociais e psicológicas e é determinada pelo motivo original da atividade, usando expedientes como a seleção lexical, o projeto gramatical, as variantes sintáticas.

O interlocutor exerce um papel extremamente relevante na atividade verbal, pois, como asseveram Vilela e Koch (2001, p. 423):

Sem dúvida nenhuma, o processamento do texto por parte do interlocutor, em termos de compreensão ou interpretação, constitui também uma *atividade*, como, aliás, tem sido ressaltado na vasta bibliografia atual, quer europeia, quer americana, voltada para questão: o ouvinte/leitor não é absolutamente um “receptor” passivo, já que lhe cabe *atuar* sobre o material linguístico de que dispõe (além, é claro, da entonação, dos gestos, das expressões fisionômicas, dos movimentos corporais na linguagem falada), e, deste modo, *construir* um sentido, *criar* uma leitura.

O ouvinte/leitor, por conseguinte, é construído na **interlocução**, por meio da qual os interactantes se constituem e são constituídos. Mediante os elementos textuais e todo o contexto envolvido, cabe ao recebedor determinar as relações que o conduzirão ao conteúdo semântico do texto e sua interpretação. Dentre as atividades realizadas para esse intuito, evidencia-se a produção de inferências como um aspecto altamente significativo. (KOCH, 1992; VILELA; KOCH, 2001).

Nenhum texto traz explicitamente toda a informação indispensável à compreensão, pois há sempre elementos implícitos que exigem ser recuperados pelo alocutário, legitimando a necessidade do uso de inferências. De acordo com Koch (1992), é preciso que o leitor/ouvinte recorra ao seu conhecimento de mundo (conhecimento enciclopédico armazenado na memória), e aos conhecimentos comuns partilhados entre ele e seu interlocutor.

Existe uma dependência muito grande das inferências em relação ao conhecimento de mundo do receptor e sua ativação na interlocução. Em função disso, ocorrem as diversas leituras, por diversos leitores, para um mesmo texto, ou, ainda, diferentes leituras, por um mesmo leitor, em circunstâncias variadas.

3.4 AS MÁXIMAS CONVERSACIONAIS DE GRICE

O filósofo Herbert Paul Grice e suas teorias acerca do ato comunicativo serviram como base para os estudos modernos da pragmática. Seus trabalhos ocuparam lugar de relevo nessa área, e originaram várias pesquisas em relação ao uso da linguagem.

Ao descrever os princípios que regem a conversação, Grice (1975) aponta algumas máximas que devem ser consideradas como estratégias referentes à necessidade de cooperação. Quando o locutor e interlocutor se dispõem a interagir verbalmente, eles geralmente irão cooperar para que a comunicação suceda de forma apropriada. Cabe ao locutor levar o ouvinte a aceitar o texto, e este, empenhar-se em alcançar a significação esperada pelo falante. O teórico formulou, então, o “Princípio da Cooperação”: faça sua contribuição conversacional tal como ela for requerida, no estágio em que ela ocorrer, e de acordo com o propósito ou direção da troca verbal na qual você está participando.

Nas palavras de Vilela e Koch (2001, p. 425):

[...] quando duas ou mais pessoas propõem-se a interagir verbalmente, elas normalmente irão cooperar para que a interlocução transcorra de maneira adequada. Usando uma metáfora: quem se propõe a jogar um jogo, aceita jogar de acordo com suas regras e fazer o possível para que ele chegue a bom termo.

Grice (1975, p. 45-46) desenvolveu as seguintes *máximas da conversação* divididas em quatro grandes categorias:

- Categoria da quantidade: corresponde à quantidade de informação a ser fornecida. É preciso dosar a quantidade de informação, para que ela não seja nem mais nem menos que o necessário. Têm-se, portanto as seguintes máximas:
 - a) Faça sua contribuição tão informativa quanto necessária (aos propósitos do intercâmbio em questão).
 - b) Não faça sua contribuição mais informativa que o necessário.
- Categoria da Qualidade: Subjacente à categoria de qualidade, está uma “super máxima” - faça com que sua contribuição seja verdadeira - e duas máximas mais específicas:
 - a) Não diga o que acredita ser falso.
 - b) Não diga coisas para as quais não se tem evidência adequada.
- Categoria da Relação: há uma única máxima: seja relevante, isto é, só se pode dizer o que é importante.
- Categoria de Modo: diferentemente das categorias anteriores, essa máxima não está relacionada ao que é dito, mas “como” aquilo que se diz deve ser dito. O autor inclui a “super máxima” - seja claro – e as submáximas:
 - a) Evite obscuridade de expressão.
 - b) Evite ambiguidades.
 - c) Seja breve (evite prolixidade desnecessária).
 - d) Seja ordenado (evite desordem ao organizar as informações em uma sequência temporal, espacial e lógica).

Havendo um choque entre essas máximas, pode ocorrer a predominância de uma delas. Se houver, também, desrespeito, por parte do locutor, a alguma dessas categorias conversacionais, o interlocutor deve esforçar-se, então, para fazer um cálculo no sentido de identificar o motivo da desobediência. Nessas ocasiões, tem-se uma *implicatura conversacional*. Quando isso acontece, as falhas do locutor são reconhecidas e consideradas como pertinentes em certas situações pelo interlocutor ou toleradas por ele. Nesse sentido, o locutor pode perceber essa tolerância, mas, simultaneamente, tem a possibilidade de contar com a habilidade de

pressuposição e inferência do interlocutor, o que resulta num jogo de cumplicidade que viabiliza a interação. (VILELA; KOCH, 2001).

Gumperz (2003, p. 216) assevera que o termo *implicatura*, descrito por Grice, significa, de modo geral, o que o falante pretende exprimir, por meio de uma mensagem. Grice utilizou o verbo *implicar* para sugerir que nossas interpretações são derivadas do que é perceptivelmente dito por meio de inferências, via processos de implicaturas, processos que, por sua vez, apoiam-se em um conjunto limitado de princípios gerais, essencialmente sociais de cooperação conversacional. Completando essa noção, Brown e Yule (1983, p. 31) afirmam que a expressão *implicatura* foi empregada por Grice para dar conta do que o falante pode insinuar, sugerir, ou querer dizer, diferentemente do que ele fala, literalmente. A implicatura conversacional é derivada do princípio de conversação geral (princípio da cooperação), aliado ao número de máximas a que os falantes, normalmente, obedecerão.

Yule (1996, p. 35-36) explica que, se, por exemplo, uma mulher, em seu intervalo para almoço, perguntar a outra como ela gosta do hambúrguer que está comendo, e esta responder “um hambúrguer é um hambúrguer”, é necessário que a mulher que ouviu essa expressão presuma que a outra está sendo cooperativa e pretende comunicar algo. Esse “algo” deve ir além do que as palavras querem dizer por si só. É um significado adicional expresso, chamado de *implicatura*. No caso exposto, a falante espera que a ouvinte seja capaz de calcular, a partir do que já sabe, a implicatura pretendida nesse contexto e, assim, entender a mensagem. Dada a oportunidade de avaliar o hambúrguer, a falante responde sem avaliá-lo e, por isso, uma implicatura é que ela não tem nenhuma opinião a respeito, nem boa, nem má. Dependendo de outros aspectos contextuais, implicaturas adicionais podem ser inferidas (todos os hambúrgueres são iguais).

Na conversação, supõe-se que os participantes estão aderindo aos princípios cooperativos e às máximas. O autor apresenta um caso em que a pessoa parece estar violando a máxima de quantidade. A garota diz ao rapaz: “espero que você tenha trazido o pão e o queijo”. Ele responde: “Ah, eu trouxe o pão”. A garota deve supor que ele está cooperando, mesmo não totalmente ciente ou atento à máxima de quantidade (ele mencionou apenas o pão). Como o garoto não disse nada a respeito do queijo, pressupõe-se que ele não o trouxe, pois se assim o fosse, ele teria dito e, dessa forma, estaria obedecendo à máxima de quantidade. Ele

supõe que a garota irá inferir que o que não foi mencionado, não foi trazido. Nessa situação, o rapaz exprimiu mais do que realmente disse, graças à implicatura conversacional. É importante ressaltar que são os falantes quem comunicam os sentidos, e os ouvintes quem reconhecem esses sentidos, por meio de inferências. As inferências selecionadas são aquelas que irão preservar o princípio da cooperação. (p. 40).

Segundo Grice (1975), há, seguramente, vários outros tipos de máximas, de natureza estética, social ou moral. Um exemplo é o da polidez no âmbito da comunicação, que é também normalmente observado pelos participantes nas trocas verbais, porém, entende-se que as quatro categorias mencionadas são suficientes para explicar o fenômeno da implicatura conversacional.

O autor em questão postula que expectativas ou pressupostos específicos associados a algumas das máximas anteriores possuem, no mínimo, seus análogos na esfera das transações que não são trocas conversacionais, listando, assim, um análogo para cada categoria:

- 1) Quantidade: se você está me ajudando a consertar um carro, espero que sua contribuição não seja mais nem menos que o solicitado. Se, por exemplo, em uma determinada etapa, eu precisar de quatro parafusos, eu espero que você me dê quatro, ao invés de dois ou seis.
- 2) Qualidade: espero que suas contribuições sejam autênticas e não falsas, adulteradas. Se eu precisar de açúcar como ingrediente em um bolo que você está me ajudando a fazer, eu não espero que você me dê o sal; se eu precisar de uma colher, espero uma colher de verdade, e não uma de brincadeira, feita de borracha.
- 3) Relação: eu espero que a contribuição de um parceiro seja adequada às necessidades imediatas em cada estágio da negociação; se eu estou misturando ingredientes para um bolo, eu não espero ser ajudado por um bom livro de receitas (embora isso possa ser apropriado em uma fase posterior).
- 4) Modo: espero que um parceiro deixe claro qual contribuição ele está fazendo, e execute sua performance com uma razoável presteza (p. 47).

Para o pesquisador mencionado, essas analogias são pertinentes ao que ele considera como uma questão fundamental acerca do princípio da cooperação e suas máximas, a saber, os participantes de uma conversação procedem da maneira pela qual os princípios determinam; trata-se de um fato empírico de que as pessoas se comportam desse modo. Elas aprenderam a proceder assim na infância e não perderam esse hábito e, com efeito, envolveria um grande esforço para que abandonassem radicalmente esse costume. É muito mais fácil, por exemplo, contar a verdade que inventar mentiras (p. 47-48).

4 AS ATIVIDADES ILOCUCIONAIS E O DISCURSO POLÍTICO

O texto falado é compreendido como uma sequência composta de atividades linguísticas, mais exatamente, de atividades ilocucionais. Segundo Hilgert (1996, p.101), a atividade linguística “está assentada no princípio da relação dialógica entre enunciador e enunciatário, na medida em que aquele enuncia, visando a um objetivo que, em última instância, cabe ao enunciatário realizar”.

Dentre as atividades ilocucionais, salientamos algumas que possuem funções pertinentes ao discurso político: argumentar, expor, responder, replicar, refutar, fundamentar, justificar, explicar, repetir, complementar, parafrasear, resumir, corrigir, enfatizar, entre outras.

A enunciação ilocucional é ocasionada por um propósito específico intencionado pelo locutor em relação ao seu interlocutor, isto é, o enunciador pretende que o enunciatário apresente determinada reação. No que tange ao discurso político, assinalamos como um objetivo frequentemente pretendido pelo falante, o de fazer com que o ouvinte creia em algo. Na visão do autor mencionado, para atingir um objetivo ilocucional, é necessário que o enunciador garanta condições suficientes para que sua intenção seja identificada pelo enunciatário e isso cause a aceitação do mesmo em relação ao objetivo proposto.

De acordo com o pesquisador, em síntese, verifica-se que:

[...] a realização hierárquica das atividades ilocucionais põe em evidência o intrínseco caráter interacional dessa realização. O enunciador produz a enunciação movido pela intenção de provocar uma reação no enunciatário. Para tanto exige-se uma enunciação adequada, em condições de assegurar ao enunciatário a compreensão, a qual o poderá levar a aceitar o objetivo do enunciador e lhe mostrar a reação desejada. (p. 104-105).

As particularidades do exercício linguístico estão associadas às maneiras mais amplamente compartilhadas e ideologicamente construídas do uso da língua. Dessa forma, podemos dizer que o discurso político é essencialmente polêmico, visto que instaura sempre como destinatário direto ou indireto um adversário. Sendo assim, a política será o espaço interacional que conduzirá os efeitos de poder e as relações de força que se instauram entre os sujeitos que,

inscritos em uma formação ideológico-discursiva, passam a ser vistos como seres socializados que utilizam certos segmentos que lhes servem de sustento.

Osakabe (1999, p.70) afirma que:

Quem enuncia é, no momento específico em que enuncia, a entidade dominante, na medida em que é ela quem manipula as coordenadas do discurso. Sob este aspecto o dominador será sempre o locutor, coincida ou não essa dominação com a dominação efetiva, social ou psicológica.

A relação, segundo o mesmo autor, é “sempre a de quem, tendo direito (no momento) à palavra, se acha também no direito de conduzir por ela o próprio ouvinte”. Sob esse enfoque, a imagem que o locutor faz do ouvinte é a de *dominado*, em função de sua situação de aparente inércia que tem naquele momento.

Seguindo o pensamento de Foucault (1997), o exercício do poder seria um modo de ação de uns sujeitos sobre as ações de outros, o governo de uns homens por outros homens. Os efeitos de poder são constituídos nas relações de força entre os sujeitos desiguais (individuais ou coletivos) por sua situação e por potencial de recursos (econômicos, militares, de informação). A guerra é o melhor analisador das relações de poder, na qual os adversários utilizam estratégias para alcançar um objetivo determinado. Esta ideia nos remete à construção enunciativa dos diferentes elementos do chamado “jogo político”, no qual os valores e estratégias são instrumentos de combate que se aplicam na luta das relações de força existentes na interação com o propósito de produzir determinado efeito de sentido.

Para Montiel (1993), os discursos políticos podem ser observados em três tipos de contextos: 1) o próprio contexto do discurso, visto que o significado das palavras e das frases resulta do contexto textual; 2) a situação discursiva: quem fala, onde se fala, com que finalidade e em quais circunstâncias; 3) a situação político-social. Esses três aspectos se complementam, à medida que se faz necessário julgar os efeitos de sentido produzidos tanto no contexto do discurso, quanto numa determinada situação de fala e na relação com o processo de desenvolvimento político.

Em relação às estratégias utilizadas no discurso político, podemos dizer que o locutor procura apresentar sua posição de uma maneira tão favorável

que lhe assegure a adesão de seu ouvinte; salientar o lado favorável e amenizar ou ocultar o desfavorável; atribuir características positivas para o próprio grupo; associar a própria posição com valores positivos; fazer generalização positiva com base em dois ou três exemplos concretos; apresentar objetivos interesseiros como desinteressados; supervalorizar os próprios méritos; transferir os próprios erros para outros ou para as circunstâncias; induzir o ouvinte a identificar-se com o próprio grupo; deslocar para posição contrária quem tiver outra opinião.

Outra característica desse discurso é que o opositor é apresentado pelo locutor de maneira tão negativa que os ouvintes devem rejeitá-los (destruição da posição contrária). Além disso, o político busca salientar o lado desfavorável, amenizar ou ocultar o favorável; atribuir ao opositor características negativas; ampliar os erros do opositor; transferir para o opositor os erros de terceiros, negando-lhe êxito; deformar os argumentos opositoristas, distorcendo-os e refutando-os; dividir o opositor, atraindo-o parte dele para o próprio lado.

Salienta-se, ainda, outro aspecto do discurso político, no qual o enunciador apresenta formulações tão vagas que acaba sendo visto pelo interlocutor como representante de seus interesses. Diante disso, salientam-se outras particularidades que visam a manifestar compreensão; remeter à comunidade (todos nós somos uma família); fazer-se representante de um grupo, em porta voz de outra (papel de mediador); reconhecer todos os interesses como justos e calar as contradições; enunciar verdades genéricas (errar é humano); apresentar formulações que permaneçam abertas para qualquer interpretação.

Orlandi (1998, p. 80) postula que:

[...] quando se trata do político é necessário ir além da situação imediata, dos conteúdos, da formulação. A forma material do político é diferente, por exemplo, nos diferentes países, porque a discursividade (a materialidade textual, simbólica) difere, produzindo diferentes jogos imaginários, nas diferentes línguas. E isto é prática ideológica, em outras palavras, resulta do trabalho da ideologia, constitutiva da relação sujeito/sentido, que integra a relação imaginária do homem com o simbólico. Retomando nossa distinção entre real e realidade, podemos dizer que, na realidade argumentativa de um discurso é preciso compreender o real do processo de significação em que ela se inscreve. A argumentação pode então ser um observatório do político, na medida mesma em que é parte da materialidade do texto. Este jogo sobre o universal e o local, a produção do equívoco, o apagamento das diferenças, na retórica da globalização, pode ser um bom lugar para o exercício analítico de se dar visibilidade ao político, ao real dos sentidos.

No que diz respeito ao político em questão neste trabalho, o Presidente Lula, pode-se observar que seu discurso vem ganhando argumentatividade com o passar do tempo. Atualmente, suas palavras têm maior poder de persuasão, se comparadas ao início de sua carreira. Sua origem humilde contribuiu para aproximá-lo da população que, como ele, não teve condições ou acesso à uma educação que garantisse um bom emprego. Mesmo assim, ele conseguiu ser o Presidente da República, passando de dominado a dominador. Acerca de sua origem sócio-histórica, Markun (2004, p. 15) assevera que Lula “oscilou entre motorista de caminhão-tanque e bombeiro, foi vendedor ambulante, engraxate e office-boy, antes de sentir-se o dono do mundo ao receber meio salário mínimo por mês, envergando o macacão azul de operário”. O autor, estabelecendo uma comparação com o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, observa que:

Um é poliglota, o outro volta e meia escorrega nas concordâncias do português. Um considera a leitura uma grande prazer; o outro tem preguiça de ler. [...] Um joga pôquer, o outro, truco. Um bebe uísque e vinho, o outro, cachaça. [...] Um escuta ópera, música clássica e, eventualmente, jazz. O gosto do outro alcançou as árias popularizadas por Pavarotti, depois de apreciar Altamar Dutra, Nelson Gonçalves, Roberto Carlos, Elis Regina, Chico Buarque e, mais recentemente, baianos e sertanejos. [...] Um não gosta do contato físico com estranhos [...] O outro cultivava a proximidade e se expande nos cumprimentos, passando um braço pelas costas do interlocutor e batendo várias vezes em seu peito com a mão espalmada. (MARKUN, 2004, p. 15-16).

Sob os cuidados do publicitário Duda Mendonça, Lula começou a ter algumas orientações de como passar a impressão de que domina qualquer tema. Inicialmente, Duda convenceu o Presidente a usar o “teleprompter” (programa que é colocado diante da câmera e por meio do qual é possível ler o texto sem utilizar o papel). Em seguida, empregou outra estratégia: sempre que precisava tratar de um assunto, ele gravava as exposições de Lula acerca do tópico, antes de escrever o texto que ia ser lido. Conforme o autor, “na primeira gravação, Duda o fez repetir o mesmo texto sete vezes. No final, mostrou-lhe duas versões da gravação – a primeira e a sétima, muito melhor.” Lula, então percebeu que seu desempenho havia melhorado significativamente e, a partir disso, “surgiu um código entre eles – sempre que Duda queria uma fisionomia mais tranquila e descontraída do seu candidato, dizia: _Cara sete presidente...” (p. 324). Essas técnicas, nesse caso, foram utilizadas

para produzir um dado sentido: transmitir serenidade ao falar e, assim, levar o ouvinte a entender que Lula discute o assunto com muita propriedade, justamente pelo emprego de expedientes que mais contribuem para esse efeito.

Por meio da combinação de determinadas estratégias, pode-se evidenciar a maneira como o falante mobiliza os recursos linguísticos e os emprega a favor da argumentatividade discursiva.

4.1 DISCURSO E IDEOLOGIA

Fiorin (1990) conceitua ideologia como o conjunto de ideias, de representações que servem para justificar e explicar a ordem social, as condições de vida do homem e as relações que ele mantém com os outros homens. O autor considera, ainda, a ideologia como uma visão de mundo, ou seja, o ponto de vista de uma classe social a respeito da realidade, a maneira como uma classe ordena, justifica e explica a classe social. Pode-se deduzir, com isso, que há tantas visões de mundo numa dada formação social quantas forem as classes sociais.

No processo de interação, a ideologia ocupa um papel importante, pois mantém uma estreita relação com os valores dos indivíduos pertencentes a um determinado grupo social. Compreende a participação dos sujeitos nos acontecimentos e suas relações com os outros e com as coisas que os circundam. Essa forma de relacionamento denota a visão que se tem do mundo e traduz, portanto, a ideologia que conduz e orienta o sujeito para certas ações ou dizeres decorrentes de um conjunto de valores, ideias e procedimentos de concepções de natureza intelectual, política, religiosa, entre outras.

Cada indivíduo pode assumir mais de uma ideologia em um dado momento ou situação. Assim, uma mulher, por exemplo, que já pertence obviamente, ao grupo das mulheres, também pode pertencer a outros grupos como o das brasileiras, negras, mães, advogadas, enfim, várias identidades que interferem nas escolhas e estratégias utilizadas na comunicação.

Na visão de Althusser (1985), não é no campo das ideias que as ideologias existem e, portanto, não é aí que se encontra seu interesse teórico. As ideologias têm existência “material”, é nessa existência material que devem ser

estudadas, e não enquanto ideias. Trata-se, desse modo, de estudar as ideologias como conjunto de práticas materiais necessárias à reprodução das relações de produção. O autor afirma que as relações de poder são marcadas por diferenças de classes: a dominante, que representa a minoria que detém o poder (donos dos meios de produção) e a classe dominada (trabalhadores que produzem). Há, pois, a hegemonia da classe majoritária.

Entendendo que a luta de classes gira sobre o Estado, o autor designa pelo nome de Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE) um certo número de realidades que se representam sob forma de instituições distintas e especializadas: a escola, a Igreja, a família, o sistema político, os meios de comunicação de massa, entre outros. Porém, estes não se confundem com os Aparelhos Repressores de Estados (ARE), lembrando que, na teoria marxista, o Aparelho de Estado (AE) compreende: o governo, a administração, o exército, a polícia, os tribunais, as prisões etc., que constituem o que Althusser chama de ARE. Repressivo indica que o aparelho repressivo de Estado em questão funciona pela violência, ou seja, são forças que fazem com que as leis sejam cumpridas.

Em suma, os ARE funcionam predominantemente por meio da repressão e secundariamente pela ideologia. Por isso, não há aparelho unicamente repressivo, já que temos como exemplos a Polícia e o Exército que funcionam também pela ideologia, tanto para garantir sua própria coesão e reprodução, como para divulgar os valores por eles propostos. Já os AIE funcionam de forma inversa, primeiro pela ideologia e segundo pela repressão, embora esta seja bastante atenuada, dissimulada ou mesmo simbólica. A Igreja, por exemplo, possui métodos que podem excluir, selecionar ou aplicar sanções em suas ovelhas, assim como a Escola, a Família, entre outras instituições.

Brandão (1993), baseando-se nos postulados althusserianos, assevera que há três hipóteses para explicar o mecanismo de fixação teórica da ideologia:

- a) “a ideologia representa a relação imaginária de indivíduos com suas reais condições de existência” (p. 22): neste sentido, a ideologia é a maneira pela qual os homens vivem a sua relação com as condições reais de existência, relação esta, imaginária;
- b) “a ideologia tem uma existência porque existe sempre num aparelho e na sua prática ou suas práticas” (p.23): a ideologia se materializa por meio de atos concretos, adotando um caráter

moldador das ações. A prática só existe numa ideologia e por meio dela;

c) e “a ideologia interpela indivíduos como sujeitos” (p.23): a função de toda ideologia é constituir indivíduos concretos em sujeitos.

Mussalim (2001, p. 110) lembra que o discurso é tomado como:

[...] uma manifestação, uma materialização da ideologia decorrente do modo de organização dos modos de produção social. Sendo assim, o sujeito do discurso não poderia ser considerado como aquele que decide sobre os sentidos e as possibilidades enunciativas do próprio discurso, mas aquele que ocupa um lugar social e a partir dele se enuncia, sempre inserido no processo histórico que lhe permite determinadas inserções e não outras.

À guisa de conclusão, pode-se dizer que a ideologia oscila entre dois polos: de um lado, tem-se a concepção de ideologia ligada à tradição marxista, que entende o fenômeno da ideologia como o mecanismo que leva ao mascaramento da realidade social, resultante na existência de um discurso ideológico que legitima o poder de uma classe social. Por outro lado, há o conceito de ideologia como uma visão de mundo de uma determinada comunidade social numa dada situação histórica. Essas duas concepções não se excluem, mas se cruzam, já que, partindo-se do princípio de que a ideologia, enquanto visão de mundo, apresenta-se como uma forma verdadeira de se pensar esse mundo, esta forma pode ser incompatível com a realidade. Faz-se, assim, um recorte da realidade, mesmo que por meio de manipulação, como pode ocorrer, por exemplo, com o discurso político, fazendo com que o real não se mostre na medida em que, intencionalmente, omitem-se, atenuam ou falseiam dados.

4.2 A SUBJETIVIDADE DISCURSIVA

Observando o trajeto da concepção de sujeito nas teorias linguísticas, pode-se apresentar duas linhas: uma que reconhece o sujeito como o centro da enunciação e outra que o entende como descentrado. Na primeira, o

sujeito é individual, dotado de intenção, que é dono de seu dizer, colocando a consciência como o centro que determina sua vida. O segundo caso, no entanto, concebe o sujeito como uma ilusão. Trata-se de uma teoria não subjetivista do sujeito, em que as noções de ideologia e inconsciente exercem papel fundamental.

Para Benveniste (1995), a subjetividade é a capacidade de o locutor se propor como sujeito de seu discurso que se funda no exercício da língua. Na enunciação, este locutor se posiciona por meio de índices formais que revelam a subjetividade na linguagem. Pelos pronomes pessoais, é possível que o sujeito se revele e, na instauração de um *eu*, necessariamente, instaura-se também um *tu*. Ambos são protagonistas da enunciação que, ao se referir a um indivíduo específico, a marca da pessoa é identificada. Segundo o autor:

A consciência de si mesmo só é possível se experimentada por contraste. Eu não emprego *eu* a não ser dirigindo-me a alguém, que será na minha alocução um *tu*. Essa condição de diálogo é que é constitutiva da *pessoa*, pois implica em reciprocidade – que eu me torne *tu* na alocução daquele que por sua vez se designa por *eu*. (p. 286).

O sujeito é tomado como ponto de referência, pois, ao enunciar-se, todo espaço e todo tempo organizam-se em torno do sujeito. Nesse sentido, espaço e tempo estão na dependência do *eu*, que neles se enuncia, caracterizando o *aqui* como o espaço do *eu* e o presente como o tempo em que coincidem o momento do evento descrito e o ato de enunciação que o descreve. Todas as relações espaciais e temporais são organizadas a partir desses dois elementos. Sendo a enunciação o lugar de instauração do sujeito, é também o lugar do *ego*, *hic et nunc*. (FIORIN, 1996).

Com base nessas ideias, Brandão (1993, p. 49) conclui que:

O sujeito de Benveniste é um *eu* que se caracteriza pela sua homogeneidade e unicidade e se constitui na medida em que interage com um *tu* – alocutário – opondo-se ambos à não-pessoa, ele (eu – tu x ele). Apesar desse *tu* ser complementar e indispensável, na relação é o *eu* que tem ascendência sobre o *tu*. Denominando sintomaticamente esse *eu* de *ego*, sente-se, nas colocações de Benveniste, uma marcação bastante acentuada de uma subjetividade “ego-cêntrica” a reger o mecanismo da enunciação.

A concepção de sujeito que se desdobra em vários e assume diversos papéis no discurso, está presente no conceito proposto por Bakhtin (1986), que opõe um discurso monológico a um discurso polifônico, construído com base no discurso do outro. Acreditando que toda palavra é dialógica e que todo discurso contém dentro dele outro discurso que apresenta o dito como um já-dito, não existem, pois, discursos constitutivamente monológicos. Para o autor, a palavra é plurivalente e o dialogismo uma condição constitutiva do sentido. Haveria no discurso uma dupla orientação dialógica:

- a) uma voltada para os outros discursos enquanto processos constitutivos do discurso, que parte do pressuposto de que o enunciado, existindo em um momento histórico e um meio social determinado, mistura-se com outros discursos, o que faz o discurso ser, polifonicamente, tecido por várias vozes;
- b) e, outra, voltada para o *outro* da interlocução, que diz respeito ao diálogo que o locutor instaura com o discurso do receptor ao enunciar. Não se trata de um mero processo de decodificação, mas a representação da imagem de um contradiscurso.

Focalizando os estudos políticos, predomina a concepção althusseriana de que, enquanto sujeito, qualquer pessoa é interpelada a ocupar um lugar determinado no sistema de produção, na qual a ideologia tem por finalidade, constituir indivíduos concretos em sujeitos. Outro aspecto é de que, para Althusser (1985), essa interpelação dos indivíduos como sujeito supõe a existência de um outro sujeito. Nesse ponto, a ideologia se coloca como elemento que influencia a constituição do sujeito. Diante disso, a linguagem não é mais vista como assentada na homogeneidade, produzida por um sujeito uno, mas o sujeito, neste momento, compartilha seu espaço discursivo com o outro e, conseqüentemente, acaba por incorporar a ideologia deste outro. Assim, a heterogeneidade se faz presente na constituição do sujeito, e isso comporta uma concepção de linguagem também heterogênea.

O sujeito, situado historicamente, é agente de práticas sociais e, portanto, um indivíduo interpelado em sujeito por meio da ideologia. Há, pois, uma forma social na apropriação da linguagem, à medida que o sujeito é situado

socialmente. Pode-se dizer que o sujeito é interpelado tanto pela ideologia quanto pelo inconsciente: o sujeito, então, é ele, mais a complementação do “outro” (não só o destinatário, mas também a voz de outros discursos historicamente constituídos) e mais o inconsciente.

Faz-se necessário considerar não apenas o indivíduo em si, mas, de igual forma, os outros seres, observando-se as relações de dependência que existem na interação entre um indivíduo e seu interlocutor. Nesse sentido, a concepção de sujeito é baseada em dois princípios: o da exclusão e o da inclusão. Galembeck (2002a, p.69) assinala que:

O princípio da exclusão baseia-se na instituição do “eu” como elemento único e central: é a consciência da individualidade e da subjetividade. Mas a exclusão pressupõe a inclusão, pois o “eu” só existe em função do outro com o qual mantemos relações (“você”) e de outros seres com os quais nos integramos (“nós”). Em outros termos, pode-se admitir que o ser humano – dotado de linguagem e cultura – institui-se a si mesmo como um ser único (o “eu”, seguramente, não tem plural), mas, do mesmo modo, ele não pode deixar de levar em consideração o interlocutor (“você”) e o grupo no qual ele se insere (“nós”). O “eu” isolado não existe, porque o sujeito e o outro se complementam e é nessa complementaridade que o ser humano pode exercitar sua liberdade, como tal entendida a capacidade de escolha.

O sujeito do discurso, ao mesmo tempo em que acredita ser *um*, é constituído de *não-um*, apontando para uma contradição interna que o caracteriza. Na noção althusseriana, esta ambiguidade constitutiva coloca o sujeito que se situa entre uma subjetividade livre, sendo responsável por seus atos e, uma subjetividade assujeitada, destituída de liberdade. O sujeito não é, por conseguinte, totalmente livre e nem totalmente assujeitado, ele se move entre o espaço discursivo de *um* e do *outro*, entre a ilusão de ser origem do sentido e o caráter polifônico da linguagem.

Existe uma opacidade na linguagem, isto é, a linguagem não é transparente, ela é opaca. O enunciador possui limitações, não diz tudo o que quer, ele fala o que pode dentro de certas circunstâncias. Authier-Revuz (1998) apresenta um processo enunciativo de desconhecimento das não-coincidências fundamentais que marcam o sujeito. Todo enunciador tem a ilusão de ser o centro de sua enunciação, o que resulta em um processo de denegação de outras vozes no discurso. Dentro dessa visão, o enunciador acredita que suas palavras são a

representação fiel da realidade, em função dos esquecimentos que o afetam (ilusão de que é a origem do que diz e que seu discurso reflete a realidade). O sujeito é inscrito no discurso pela relação que articula um imaginário de coincidência a um real de não-coincidência.

Para a autora, dois tipos de heterogeneidade são identificados no discurso: a heterogeneidade mostrada e a heterogeneidade constitutiva. A heterogeneidade mostrada corresponde a uma presença detectável de um outro discurso ao longo do texto. Há uma distinção entre as formas marcadas e não-marcadas. O primeiro caso corresponde às formas que são assinaladas de maneira unívoca. Refere-se ao discurso direto, aspas, discurso indireto, glosas, que denotam a presença de outras vozes, indicando uma não-coincidência do enunciador com o que ele diz. Quatro tipos de glosas são salientadas: 1) não-coincidência do discurso com ele mesmo (“como disse fulano”, “no sentido de fulano”...); 2) não-coincidência entre palavras e coisas (“como poderei dizer?”, “é a palavra que convém”...); 3) não-coincidência das palavras com elas mesmas (“no sentido figurado”, “em todos os sentidos”...); 4) não-coincidência entre enunciador e co-enunciador (“como você diz”, “passe-me a expressão”...). Debatendo-se com a alteridade, o enunciador busca preservar uma fronteira com o que não depende de seu discurso. O segundo caso, por sua vez, diz respeito às formas não-marcadas, as quais são identificáveis sobre a base de índices textuais diversos ou em razão da cultura do co-enunciador (discurso indireto livre, ironia, alusões).

Na heterogeneidade constitutiva, por sua vez, o discurso é dominado pelo interdiscurso. O discurso não é visto apenas como o espaço no qual se introduz o discurso do outro, mas é constituído também por meio de um debate com a alteridade, independentemente de toda marca visível de alusão, citação, entre outras. O sujeito, neste caso, é clivado, dividido pelo inconsciente e vive na ilusão da autonomia de sua consciência e de seu discurso.

Diante do exposto, pode-se dizer que o sujeito tem a ilusão de ser origem do que diz, isto é, possui a ilusão de autonomia, porém, acaba se descentrando em função de existirem outras vozes que entrecruzam seu discurso, o que denuncia sua natureza heterogênea. Ele é, portanto, incompleto, contraditório e fragmentado e, não sendo dono de seu dizer, quem fala é o outro e a partir dessa heterogeneidade constitutiva. O sujeito, algumas vezes é assujeitado, mas pode chegar à superação de sua sujeição por sua experiência própria, ou seja, não há

assujeitamento completo como também não existe liberdade total. Existe uma consciência e liberdade que não são totais, mas possíveis. Dessa forma, as possíveis escolhas partem de uma tensão entre a liberdade e as condições sociais, culturais e ideológicas que determinam os sujeitos.

4.3 A ARGUMENTAÇÃO NA LINGUAGEM

A argumentação vem sendo estudada desde a Antiguidade Grega. Aproximadamente no século V a. C., a tradição filosófica grega instaurou a posição segundo a qual tudo poderia ser argumentado, desde que quem o fizesse estivesse suficientemente preparado para a perfeita exposição de um discurso. Historicamente, o ensino da retórica (ou oratória) aos cidadãos gregos surge nesse período. Assim acontecia com os advogados da época, que não representavam seus clientes como ocorre hoje, mas preparavam seus discursos com a intenção de fazer com que seus clientes os memorizassem para desempenhar uma excelente explanação e, com isso, ganhar a causa. A retórica, pois, não se fundava, necessariamente, no conhecimento ou na verdade e sim numa manipulação do discurso com o objetivo de se obter êxito nas assembleias e debates.

De acordo com Oliveira (1999, p. 12), em meados do século V a. C., surgem os sofistas. Estes buscavam substituir a educação grega por uma outra que valorizasse a mente, e não apenas o corpo. Pretendiam transformar os guerreiros e atletas gregos em cidadãos críticos que exercessem um papel de relevo na democracia. Passava-se, então, a se ponderar uma visão que englobava “o homem e a sociedade”. Nessa concepção sofística, a argumentação retórica visava, assim como atualmente, a convencer, induzir e persuadir o destinatário, como forma de superação e triunfo no debate. Por essa razão, os sofistas eram chamados de “mercadores de falsidades”.

Para a mesma autora (p. 16-20), o filósofo grego Aristóteles distinguia três gêneros de argumentação:

- a) Jurídico ou forense: empenhava-se em combater a parte oposta; acusar ou defender alguém frente ao tribunal; destruir os

argumentos contrários. Atualmente, podemos encontrar esse tipo de discurso nos tribunais pelos advogados e juízes, por exemplo.

- b) Deliberativo ou político: tinha a finalidade de aconselhar ou desaconselhar as atitudes diante de uma assembleia votante. Procurava mostrar a fiel aplicabilidade das leis e do tesouro público. Hoje, vemos esse modelo nos pronunciamentos políticos (aconselhamento, adoção de medidas ou aprovação de leis), em documentos técnicos etc.
- c) Epidítico ou panegírico (cerimonial): objetivava louvar ou censurar alguém, sem ter a participação explícita do auditório. Tratava-se do encontro da retórica e da poética. Esse gênero equivale, nos tempos modernos, aos discursos comemorativos ou fúnebres. No que tange à elaboração do discurso, esta se dividia em: invenção (criação de argumentos e ideias para nortear o discurso); disposição (escolha e ordenação dos argumentos); elocução (exposição adequada e clara dos raciocínios); memória (retenção das informações para o desenvolvimento dos argumentos); ação (enunciação oral do discurso, incluindo recursos vocais como pausa, entonação, ritmo e mímica).

Na Idade Média, predominou a elocução, ou seja, a expressão linguística do pensamento. Salientam-se dois nomes de relevância, segundo a pesquisadora: São Jerônimo, o qual elaborou a tradução da Bíblia, e Santo Agostinho, filósofo que recuperou na Bíblia o sentido das palavras. No século XI, a retórica é transformada em epistolografia e distancia-se da educação tradicional. A poesia medieval é inspirada pelo gênero epidítico, pois colocava como seu principal propósito, o elogio. A extensão dos temas laudatórios revelava a ligação da retórica epidítica com a poesia, já que esta contemplava os grandes louvores.

A autora assinala que, no Renascimento, a retórica se encontrava presente “no ensino de todos os ciclos escolares de protestantes, jansenitas e jesuítas” (p.28). Nesse período, porém, inicia-se o declínio da retórica e o elo entre o argumentativo e oratório é rompido. Todavia, na Idade Contemporânea, a retórica renasce. Esta passa a ser considerada como a estilística dos antigos, correspondendo ao esquema da linguística moderna: língua, pensamento, locutor;

alguns fatores começam ser considerados: a situação do discurso, a aceitabilidade e as intenções do falante.

A pesquisadora expõe que “em 1905, Charles Bally (1865-1947), linguista suíço, publica a obra Précis de Stylistique (Compêndio de estilística) e em 1909 o Traité de Stylistique Française (Tratado de estilística francesa), estabelecendo novos caminhos para a velha retórica” (p. 33). Bally introduz o conceito de expressividade, evidenciando o domínio em que se situam as tonalidades emotivas, as variações linguísticas e as situações de uso. Privilegiou a análise das funções da linguagem, estudando as figuras em base mais científica do que na antiga retórica. Surgem, então, duas disciplinas: a estilística da expressão e a da intuição. A primeira abrange o campo da forma e pensamento, equivalendo à elocução da antiga retórica. A segunda, por sua vez, preocupa-se com o indivíduo; o homem e sua relação com o mundo.

Finalmente, chegou-se à Linguística que, em sua fase inicial, concentrou-se no estudo da estrutura linguística. Na semântica tradicional, a preocupação se volta para o conceito, na determinação do significado das formas significantes. A palavra era vista como um signo composto pela forma da palavra e o seu significado. No século XX, iniciaram-se as tentativas de tratamento sistemático da significação em termos linguísticos e numa perspectiva empírica e descritivista. Das dicotomias entre *langue* e *parole* apresentadas por Saussure, passou-se a se analisar a língua e a sua relação com o homem e a sociedade, o que culminou na teoria da Enunciação de Benveniste. A intersubjetividade é enfocada, ou seja, ocorre a necessidade de se explorar os elementos envolvidos na produção dos enunciados. Recentes investigações colocaram a problemática da enunciação na análise da linguagem e, a partir dos fenômenos encontrados na língua, reconhece-se a enunciação, o discurso, o texto e a subjetividade.

Na década de 80, surge a Semântica Argumentativa, cuja abordagem traz a análise do discurso ou a linguística textual. Nela, o ato de argumentar está vinculado à utilização de certos mecanismos que encadeiam as proposições a fim de sustentá-las. Por meio da argumentação, o indivíduo pode se valer de um conjunto de procedimentos linguísticos empregados no nível do discurso, os quais irão lhe assegurar, em termos gerais, a sustentação de afirmações, a adesão do interlocutor ou a justificação de uma tomada de posição.

Orlandi (1998, p. 73) afirma que:

A questão da argumentação está presente em diferentes perspectivas do estudo sobre a linguagem. Podem-se assim observar desde posições que a consideram como constitutiva, incontornável, o dizer sendo ele próprio já e sempre argumentação, até posições menos específicas, em que a argumentação é considerada apenas ornamento do dizer, tendo então um lugar mais periférico, secundário, por assim dizer. Mas em nenhum caso, nega-se o fato de que a argumentação tem seu lugar na linguagem.

Podemos dizer, entretanto, que a argumentação não se modificou muito com o passar do tempo. Numa visão geral, sua função se caracteriza como uma forma de conduzir o interlocutor a algo, sendo esta sua força ilocutória. Por meio dela, podemos persuadir, convencer, produzir consenso, bem como provar afirmações, estabelecer verdades e até produzir certezas, possibilitando o uso de estratégias para que se possa alcançar determinado objetivo. Não basta apenas o domínio de regras gramaticais para que um falante desempenhe a função de enunciador. Faz-se necessária a inscrição do locutor como sujeito de seu discurso e sua atuação sobre o mundo em que vive.

Conforme postulam Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996, p.50):

O objetivo de toda argumentação é provocar ou aumentar a adesão dos espíritos às teses que se apresentam a seu assentimento: uma argumentação eficaz é a que consegue aumentar essa intensidade de adesão, de forma que se desencadeie nos ouvintes a ação pretendida (ação positiva ou abstenção) ou, pelo menos, crie neles uma disposição para a ação, que se manifestará no momento oportuno.

A nova retórica na argumentação tem por objetivo redefinir o problema do conhecimento. Ela reabilita a arte de persuadir e de convencer, e vai ao encontro das preocupações do Renascimento e, ainda, dos autores gregos e latinos. A teoria da argumentação não tem como finalidade o estudo único e exclusivo de técnicas discursivas, mas também o das condições que possibilitam o desenvolvimento da argumentação. A persuasão, concebida dessa forma, abrange um campo muito mais vasto que o da retórica antiga. Os referidos pesquisadores mostram que os fatores sociais e sociológicos interferem na comunicação e evidenciam a forma persuasiva, porém não constrangedora de adesão do interlocutor.

Em relação à diferença dos dois atos perlocucionários em questão (persuadir e convencer), os autores diferenciam um auditório universal (constituído pela humanidade inteira ou pelo menos por todos os homens adultos e normais) de um auditório particular (constituído de um único ouvinte) e ainda do ouvinte constituído do próprio locutor.

A distinção entre “persuadir”, que se refere a um ouvinte particular, e “convencer”, que se refere a um ouvinte universal, não constitui uma distinção fundada numa objetividade diretamente observável, mas numa questão de intenção. Se o locutor tem a intenção de se dirigir e de fazer sua argumentação a todos os homens, mesmo que isso não corresponda à realidade dos fatos, ele poderá dirigir-se apenas a uma parcela intelectualizada dos homens, realizando, assim, um ato de convencer. No entanto, se sua exposição for voltada a um ouvinte particular ou a si mesmo, estará persuadindo. Cabe ressaltar que essa distinção não é absoluta, pois na política, por exemplo, o conjunto dos eleitores é persuadido, não convencido. O político em campanha, normalmente, procura expor seus argumentos para alcançar a adesão de um ouvinte universal, uma parcela expressiva dos eleitores, e não apenas um eleitor em particular. Grande parte dos eleitores são persuadidos, pois, muitas vezes, são levados a agir conforme as ideias do político, ainda que não concordem plenamente com elas.

De acordo com Osakabe (1999, p.110):

O ato de argumentar parece estar fundado em três atos distintos: um ato de promover o ouvinte para um lugar de decisão na estrutura política; um ato de envolvê-lo de forma tal a anular a possibilidade da crítica; e um ato de engajar o ouvinte numa mesma posição ou mesma tarefa política. Esses atos foram denominados de atos de Promoção, Envolvimento e Engajamento e, através do conjunto dos três que permite que o locutor obtenha efeito de sentido no ouvinte.

Koch (1992) lembra que “o uso da linguagem é essencialmente argumentativo”. Existem, na gramática de toda língua, mecanismos que permitem mostrar a orientação argumentativa dos enunciados. Vale ressaltar, pois, o emprego dos marcadores discursivos no discurso político, não somente no âmbito da coesão, como também no campo da coerência, já que operam uma modificação no conhecimento semântico do discurso, além de comprometerem o sujeito, indicando suas posições subjetivas. Por meio dessas marcas deixadas no discurso pelo

enunciador, pode-se conhecer seus pontos de vista, suas atitudes e posicionamentos, mesmo que não sejam revelados explicitamente. Podem, ainda, reforçar ou atenuar aquilo que está sendo dito.

5 O CONCEITO DE MARCADORES CONVERSACIONAIS

Primeiramente, é importante observar que, neste estudo, optou-se pela denominação “marcadores conversacionais” (doravante MCs), ao invés de “marcadores discursivos”, pois estes compreendem tanto o campo da LF, quanto o da LE, ao passo que aqueles abrangem os elementos típicos da fala, mais exatamente, da conversação, que é o tipo de texto oral sob análise no trabalho. Cabe salientar que, apesar de haver distinção entre o uso dessas nomenclaturas entre os autores pesquisados, serão mantidas as designações, tais como são mencionadas em suas obras.

Os marcadores conversacionais apresentam-se como elementos independentes sintaticamente do verbo, formados por um ou mais itens ou expressões lexicais, que corroboram o monitoramento da conversação e a organização do texto. Podem ser considerados semanticamente vazios, porém, são extremamente relevantes na manutenção da interação. Na visão de Urbano (1997, p.81), os marcadores conversacionais são elementos de “variada natureza, estrutura, dimensão, complexidade semântica-sintática, aparentemente supérfluos ou até complicadores, mas de indiscutível significação e importância para qualquer análise de texto oral e para sua boa e cabal compreensão”.

Segundo o autor, trata-se de

elementos, típicos da fala, são de grande frequência, recorrência, convencionalidade, idiomática e significação discursivo-interacional. Mas não integram propriamente o conteúdo cognitivo do texto. São, na realidade, elementos que ajudam a construir e a dar coesão e coerência ao texto falado, especialmente dentro do enfoque conversacional. Nesse sentido, funcionam como articuladores não só das unidades cognitivo-informativas do texto como também dos seus interlocutores, revelando e marcando, de uma forma ou de outra, as condições de produção do texto, naquilo que ela, a produção, representa de interacional e pragmático. Em outras palavras, são elementos que amarram o texto não só enquanto estrutura verbal cognitiva, mas também, enquanto estrutura de interação interpessoal. (p.85-86).

Fraser (1994, p. 157) propõe que “os marcadores discursivos não são formas de conteúdo disfarçadas em outra entidade, eles não constituem um

grupo casual de expressões”, mas devem ser vistos como uma categoria pragmática definida na gramática de uma língua.

No dizer de Risso, Silva e Urbano (1997, p. 21):

Trata-se de um amplo grupo de elementos de constituição bastante diversificada, envolvendo, no plano verbal, sons não lexicalizados, palavras, locuções e sintagmas mais desenvolvidos, aos quais se pode atribuir homogeneamente a condição de uma categoria pragmática bem consolidada no funcionamento da linguagem. Por seu intermédio, a instância de enunciação marca presença forte no enunciado, ao mesmo tempo em que se manifestam importantes aspectos que definem sua relação com a construção textual-interativa.

Conforme Schiffrin (2003, p. 57), “discourse markers could be considered as a set of linguistic expressions comprised of members of word classes as varied as conjunctions (e.g. *and, but, or*), interjections (*oh*), adverbs (*now, then*), and lexicalized phrases (*y’know, I mean*)”¹⁵. A autora também considera o grau em que os marcadores conferem, eles próprios, sentido ao discurso, ou refletem um significado já aceitável, semanticamente. Um exemplo do primeiro caso seria a análise de quando o marcador “oh” exhibe uma informação nova, inesperada, e do segundo, quando o marcador “mas” expressa um claro significado contrastivo (p. 58).

Adotando, também, a nomenclatura “marcadores discursivos”, Levinson (1983, p. 87-88) afirma que existem, em muitas línguas, várias palavras e locuções que indicam a relação entre o enunciado e o discurso anterior. Tem-se, como exemplo, o uso de marcadores de posição inicial, tais como: *but, therefore, in conclusion, to the contrary, still, however, anyway, well, besides, actually, after all*, “mas, portanto, em conclusão, pelo contrário, ainda, entretanto, de qualquer modo, bem, além de, na verdade, afinal de contas”. Essas expressões podem indicar se o enunciado que as contém constitui uma resposta a, ou uma continuidade de algum fragmento do discurso anterior.

¹⁵ Os marcadores discursivos poderiam ser considerados como um conjunto de expressões linguísticas, compostas de membros de classes de palavras, tão variadas quanto as conjunções (ex.: *e, mas, ou*), as interjeições (*oh*), os advérbios (*agora, então*) e locuções lexicalizadas (*sabe, quero dizer*). (tradução nossa).

Quanto à classificação dos marcadores conversacionais, adota-se a perspectiva de Marcuschi (1989, p. 290-291), que busca sistematizar as formas em classes, subdividindo-as em quatro grupos:

- 1) MC simples: é o marcador que se realiza com um só lexema ou para-lexema, como as interjeições, os advérbios, os verbos, os adjetivos, as conjunções, os pronomes, entre outros.
- 2) MC composto: de caráter sintagmático, com grande tendência à estereotipia e com pouca alteração morfológica no tipo produzido.
- 3) MC oracional: trata-se de pequenas orações, podendo se apresentar em todos os tempos e formas verbais ou modos oracionais (assertivo, indagativo, exclamativo). Figuram-se os MCs de caráter estritamente semântico e pragmático, tais como as paráfrases, os resumos, as repetições de frases curtas, entre outros.
- 4) MC prosódico: é o MC formado com recursos prosódicos e normalmente utilizado com algum MC verbal. Acham-se, neste contexto, a entonação, a hesitação, o tom de voz, entre outros.

Diante do exposto, é oportuno assinalar que os marcadores não compreendem somente as expressões frequentemente utilizadas pelos falantes, mas envolvem, também, aspectos interacionais, textuais, cognitivos e finalísticos da linguagem. Suas funções são muito abrangentes e, por isso, deve-se considerar o papel que exercem na conversação, em cada situação de uso.

5.1 FUNÇÕES DOS MARCADORES

Diversos autores conceituam os marcadores conversacionais, de acordo com a sua função. Marcuschi (1989, p.282), por exemplo, sustenta o caráter multifuncional dos marcadores conversacionais, que operam simultaneamente como organizadores da interação, articuladores do texto e indicadores de força ilocutória. Na análise dos marcadores, consideram-se suas propriedades interacionais (na

condução dos atos ilocutórios e das relações interpessoais), bem como em suas propriedades intratextuais (na estruturação da cadeia linguística).

De acordo com Galembeck e Carvalho (1997, p.831), os marcadores conversacionais têm por função:

- “assinalar as relações interpessoais e o envolvimento entre os interlocutores;
- situar o tópico ou assunto da conversação no contexto partilhado pelos interlocutores e no contexto pessoal de cada um deles;
- articular e estruturar as unidades da cadeia linguística”.

Castilho (1989, p.273-274) atribui aos marcadores a função de organizar o texto. Para esse autor, caracterizam-se os marcadores em dois tipos:

a) MARCADORES interpessoais que servem para administrar os turnos conversacionais, funcionando da seguinte maneira:

- assinalam o início do turno: nas pré-sequências, como “olha !...”, “escuta”, “vem cá”, “nós queríamos saber”, “e aí?”. Nas sequências de propostas de assunto (“vamos dizer o seguinte”), de aceitação (“bom”, “tá”, “tá certo”) e de recusa (“negativo”, “desculpe... mas”, “tá certo... só que”).
- assinalam a passagem de turno: “agora”, “agora é tua vez”.
- assinalam a tomada de turno: “ah não!”, “mas espera aí um pouco”.
- assinalam que se pretende manter o turno: “e tem mais”, “como eu dizia”, “e isso não é tudo”.
- assinalam o encerramento do turno: “tá bom”, “depois nos falamos”, “foi bom”, “valeu”. Nos diálogos simétricos, figuram aqui as despedidas.

b) marcadores ideacionais que são acionados pelos falantes para a negociação do tema e seu desenvolvimento:

- Negociação do tema: “bom”, “então”.
- Aceitação ou recusa do tema: “tá bom”, “vamos lá”, “essa é boa”, “ah:: essa não”, “corta essa”, “xi:: lá vem você de novo”.
- Mudança ou retomada do tema: “agora me lembro”, “falando agora de...”, “e por falar em...”, “você já ouviu a última?” “voltando agora ao ponto”, “retomando o fio da meada”.

- Tipificação do tema: trata-se dos marcadores que atribuem um tipo ao núcleo, isto é, as marcas da declaração (afirmativa ou negativa), interrogação e exclamação: “não é?”, “pô!”.
- Ênfase de um aspecto do tema: “o principal nisto é que”, “o essencial”, “o problema real”, “o ponto em questão”, “o mais importante”, “acima de tudo”, “antes de tudo”, “o X da questão”.
- Atenuação de um aspecto do tema: “isso é secundário”, “basicamente”, “fundamentalmente”, “num certo sentido”, “em grande medida”, “de certa forma”, “quase como”, “praticamente”, e - bastante comum no português brasileiro contemporâneo, - “assim”, “alongando-se a vogal nasal desse vocábulo e rodeando-o de pausas”.

Para Marcuschi (2006, p.61), “existem relações estruturais e lingüísticas entre a organização da conversação em turnos (marcados pela troca de falantes) e a ligação interna em unidades constitutivas de turno”. Sendo assim, os marcadores exercem tanto funções discursivas como sintáticas e servem de elo entre unidades comunicativas, direcionando os interlocutores. Trata-se de recursos coesivos que assinalam os limites da comunicação: início e fim. O autor classifica esses marcadores em verbais, não-verbais ou paralingüísticos e supra-segmentais.

Os recursos verbais são os que formam uma categoria de palavras ou expressões estereotipadas e de grande ocorrência. Embora geralmente não forneçam informações novas para o desenvolvimento do tópico, contribuem para situá-lo no contexto geral ou particular da conversação.

Os recursos não-verbais ou paralingüísticos compreendem as marcas representadas pelos gestos e pelas expressões faciais (risos, gestos, olhares, entre outros). Operam como mantenedores e reguladores do contato na interação face a face.

Os recursos supra-segmentais configuram-se como elementos de natureza lingüística, porém, não de caráter verbal. Referem-se à prosódia (tom de voz, ritmo, pausas, entoação, entre outros). No caso das pausas, há de se levar em consideração seu papel decisivo na organização do discurso conversacional. Podem apresentar-se como pausas curtas (micropausas), médias ou longas e são comuns em final de unidades comunicativas. São utilizadas, também, junto a outros marcadores.

No que concerne aos sinais verbais, de acordo com sua fonte de produção, podem ser subdivididos em dois grupos: sinais do falante e sinais do ouvinte. Em relação às suas funções específicas, cada um pode desempenhar funções conversacionais e funções sintáticas, além de poderem vir em várias posições no turno ou na sequência do mesmo.

As funções conversacionais podem ser vistas sob dois ângulos:

- a) Sinais produzidos pelo falante: são usados para sustentar o turno, preencher pausas, dar tempo à organização do pensamento, monitorar o ouvinte, explicitar intenções, nomear e referir ações, marcar comunicativamente unidades temáticas, indicar o início e o final de uma asserção, dúvida ou indagação, avisar, antecipar ou anunciar o que será dito, eliminar posições anteriores, corrigir-se, autointerpretar-se, reorganizar e reorientar o discurso, entre outros;
- b) Sinais produzidos pelo ouvinte: ocupam a função de orientar o falante e monitorá-lo quanto à recepção. Aos sinais de concordância do tipo “ahã”, “sim”, “claro”, o falante pode animar-se; aos sinais de discordância como “não”, “impossível”, o falante pode reformular-se ou acrescentar algo mais e assim por diante. Assinalam, portanto, a posição pessoal do ouvinte no momento, animam, desanimam, requerem esclarecimentos, enfim, não possuem, então, apenas função fática. (MARCUSCHI, 2006, p.71).

No tocante às funções sintáticas, esses sinais são responsáveis não somente pela sintaxe, como pela segmentação e encadeamento das estruturas linguísticas. Pelo fato de marcarem sintaticamente as unidades, à medida que se apresentam juntamente com as pausas, correções, anacolutos, pode-se estabelecer uma relação da sintaxe da interação com a sintaxe da gramática.

No que diz respeito às posições, os sinais do falante podem ocorrer no início, meio ou fim do turno, ao passo que os do ouvinte são localizados, aparecendo no momento de discordância ou concordância com o tópico.

O autor mencionado relaciona as formas, posições e funções, e adota o seguinte esquema:

SINAIS DE TOMADA DE TURNO
Iniciam ou tomam o turno em algum momento. Se o turno iniciado for uma resposta, têm-se algumas expressões como “olhe”, “certo, mas”, “você me pergunta se”, “entendi, mas”, “eu?”; outras funcionam como prefácios de disjunção e desalinhamento, como “bem”, tencionando um rompimento com o precedente; há, também, as que instauram opinião, como “é isso”, “boa idéia”; algumas retomam o tópico, como “voltando ao tema”, “em relação a isso”; há, ainda, as que funcionam como digressão: “a propósito”, “antes que me esqueça”, as quais servem para marcar deslocamento; ou, ainda, as que adiam o tópico: “depois a gente volta a isso”.
SINAIS DE SUSTENTAÇÃO DE TURNO
Servem para manter a palavra ou obter a aprovação do ouvinte. São alguns exemplos: “viu?”, “sabe?”, “entende?”, “correto?”, no final de uma unidade comunicativa. A paráfrase também se enquadra neste contexto: “em resumo”, “em outras palavras”.
SINAIS DE SAÍDA OU ENTREGA DE TURNO
Geralmente encontrados na forma indagativa, ocorrem no final do turno, como, por exemplo “né?”, “viu?”, “entendeu?”, “é isso aí”, “o que você acha?” etc.
SINAIS DE ARMAÇÃO DO QUADRO TÓPICO
Indicam o panorama em que se encontra a conversação: “agora que estamos neste ponto”, sendo empregado no início e meio de turno.
SINAIS DE ASSENTIMENTO OU DISCORDÂNCIA
Praticados pelo ouvinte durante o turno do falante, numa sobreposição de vozes: “mhm”, “ahã”, “não, não”, “como?”, “ué”.
SINAIS DE ABRANDAMENTO
Solucionam problemas específicos, como o aviso de más notícias e informações desagradáveis. O autor sintetiza, em seu livro, a proposta do pesquisador Bruce Fraser acerca das técnicas conversacionais de abrandamento, e apresenta o uso dos seguintes recursos: <p>a) forma passiva: direciona o foco da questão, de forma impessoal: “fui incumbido de”;</p> <p>b) marcadores de distanciamento: afastam responsabilidades: “os regulamentos prevêm para este caso”;</p> <p>c) marcadores de rejeição: “odeio fazer estas coisas”, “a menos que me equivoque”;</p> <p>d) verbos parentéticos: “você não se oporá, suponho”, “não estou sendo inconveniente, espero”; ou advérbios: “certamente”, “presumivelmente”;</p> <p>e) indagações pospostas: “você esteve aqui, não esteve?”, “fiz bem, não fiz?”;</p> <p>f) evasões: operam como precaução, afastando a indisposição do ouvinte em relação ao falante: “tecnicamente sua residência é de primeira classe” (logo, o imposto é mais alto), “oficialmente”.</p>

Quadro 7 – Formas, posições e funções dos marcadores conversacionais.

Fonte: Marcuschi (2006, p. 72-74.).

Pawley (1975), por sua vez, estuda a conversação, fazendo uma analogia às funções utilizadas no tráfego de veículos, situação em que o motorista precisa não apenas saber quando parar ou quando prosseguir, mas, sobretudo, saber onde lhe é permitido ir e, também, como sinalizar suas intenções aos outros. A classe de sinais que lidam com este aspecto direcional ou orientacional de tráfego inclui tanto os sinais mecânicos e manuais, quanto os sinais gráficos. Em sinalizações de trânsito, existem sinais que dizem ao motorista seguir em frente, virar à direita etc., e sinais que indicam, por exemplo, uma pista interditada ou um desvio adiante. Esses sinais de orientação apresentam-se, portanto, como marcadores de mudança de tópico e como sinais de indicação de caminho ou delimitação.

Encontram-se, como marcadores de mudança de tópico, aqueles que introduzem completa mudança de assunto. São alguns exemplos: “a propósito”, “acabei de lembrar”, “antes que eu me esqueça”, “por acaso”, “isto me lembra...”, “só mudando o assunto por um minuto”, entre outros. Em algumas situações, os falantes deixam explícito que estão iniciando apenas um desvio (digressão) temporário. Provavelmente, isso é instalado quando se interrompe uma discussão infundável de um tópico. A mudança de tópico pode ocorrer por iniciativa daquele que mantém a palavra ou daquele que ainda não a possui, ocasionando uma ruptura maior. Nesse caso, não só se corre o risco de se confundir os ouvintes, como o de depreciar o enunciado anterior ou o enunciado interrompido pela falta de reconhecimento dele. Isso equivale dizer que o que está sendo dito pelo outro não gera interesse, mas sim, seu próprio discurso.

Há outro grupo de sinais, cuja função mais comum é indicar uma mudança parcial de tópico. Trata-se de uma mudança de foco, o movimento para um tópico relacionado, um retorno a um tópico previamente discutido (clarificação). Uma expressão típica deste caso é “conte-me”, que introduz uma solicitação de informação sobre algum aspecto do assunto sob discussão. Isso nos remete à idéia de que a utilização deste termo sugere que tal aspecto seja o mais enfocado do assunto. Na mudança de foco, é muito comum o uso da fórmula “aceitação/reconhecimento do enunciado anterior + pergunta”. Pode ocorrer, ainda, o emprego de “conte-me”, mais o sinal de desvio.

Os recursos de mudança de foco, em geral, diferem dos marcadores de mudança de tópico, não somente no que tange ao grau da mudança pretendida,

mas também com respeito à duração da digressão. A mudança de foco é normalmente utilizada com a intenção de redirecionar o curso da conversação. A mudança de tópico, por sua vez, tende a promover um desvio lateral na conversação em andamento (qualquer assunto que seja, isso em geral, resulta num redirecionamento sem volta ao tópico original, na conversação casual).

As perguntas apresentam-se como recursos eficientes para a mudança de tópico, uma vez que obrigam aquele que responde a replicar os turnos, fornecendo aos falantes o direito ao próximo turno. Dessa forma, há a permissão para se manter a tentativa do falante em redirecionar a conversação.

Acontece, porém, que há certas circunstâncias nas quais o redirecionamento conversacional pode ser bloqueado pelos outros participantes. Algumas expressões assinalam tal função bloqueadora e podem ser consideradas como sinais de orientação. Elas indicam que o falante intenciona manter a conversação em curso ou dentro de determinada esfera, apontando, desse modo, a extensão para a qual ele pode realizar o desvio. Esses enunciados bloqueadores de desvios são mais frequentes em encontros mais amplos, como debates, seminários, simpósios, reuniões políticas, enfim, em ocasiões nas quais a discussão é centrada em um tópico e uma pessoa torna-se o falante dominante por algum período de tempo, havendo a necessidade, pois, da presença de um mediador. Alguns exemplos são: “Eu não vejo a relevância de sua pergunta”; “Deixe-me terminar o que estou dizendo sobre...antes de prosseguir...”; “Eu responderei isto em um minuto se você me deixar...”; “eu não acho que esta indagação nos levará a algum lugar”; “Eu não sei a resposta para isto, mas eu sei que isto...”, entre outras expressões.

Depreende-se, dessa forma, que não é tão fácil impedir a mudança de tópico ou o redirecionamento intencionado pelos interlocutores em uma conversação casual ou uma discussão formal, sobretudo quando o número de participantes é pequeno e sua categoria é igual.

5.2 POSIÇÕES DOS MARCADORES

Segundo Galembeck e Carvalho (1997, p.832-847), quanto à posição no turno de fala, os marcadores classificam-se em:

- “Iniciais: não, mas, acho que, não é assim, que caracterizam o início ou a tomada de turno.
- Mediais: né?, sabe?, entende?, digamos, advérbios, conjunções, alongamentos, que são responsáveis pelo desenvolvimento do turno.
- Finais: né?, não é?, entendeu?, perguntas diretas, pausa conclusa, que assinalam a passagem implícita ou explícita do turno”.

Segundo informam os pesquisadores, os marcadores iniciais de turno são empregados em posição inicial de turno, e dividem-se em: marcadores de valor interpessoal (ligados à construção e gestão do ato conversacional) e marcadores de valor ideacional (elementos de coesão entre as partes do texto).

Quanto aos marcadores iniciais de função interacional, escrevem os autores (p.833) que “estes marcadores exercem três funções principais: assinalam a tomada de turno; envolvem o ouvinte; prefaciam opiniões”. Os primeiros – marcadores conversacionais de tomada de turno – têm por função assinalar a tomada de turno, mas em alguns deles essa é a função mais nítida, se não mesmo exclusiva. São os marcadores éh, oh, ah, bom, pois é.

Os marcadores iniciais de valor ideacional são representados por determinadas conjunções e advérbios (e, mas, então, além disso, agora, aliás) e funcionam como elementos de coesão entre os turnos de conversação. Cabe observar, contudo, que esses mesmos marcadores podem também dar continuidade ao tópico em andamento ou introduzir novo tópico.

Já os marcadores mediais de turno, tal qual os de posição inicial, subdividem-se em marcadores conversacionais de função predominantemente interacional e marcadores conversacionais de função predominantemente ideacional ou coesiva.

Os marcadores mediais de função interacional distribuem-se em vários subtipos, em conformidade com a função que exercem. O quadro a seguir indica esses subtipos:

MARCADORES CONVERSACIONAIS DE ENVOLVIMENTO DO OUVINTE	MARCADORES CONVERSACIONAIS DE SUSTENTAÇÃO DO TURNO	MARCADORES CONVERSACIONAIS DE MANIFESTAÇÃO DE OPINIÃO
<p>Representados pelas expressões <u>veja</u>, <u>você veja</u>, <u>olha</u>, <u>você sabe</u>, <u>você repara</u>, <u>você imagina</u>, <u>você pode ver</u> e demais locuções assemelhadas, usadas para conseguir a atenção do ouvinte e/ou obter o seu apoio.</p>	<p>O texto falado é planejado localmente, nele o planejamento co-ocorre com a execução. Por isso, são frequentes os silêncios, hesitações ou dificuldades na construção da frase ou do texto. Nesse caso, o silêncio (pausas não preenchidas) deixa vulnerável a posição do locutor, já que permite que o turno seja ocupado pelo outro interlocutor. Dessa forma, o falante acaba por preencher as pausas, empregando determinados marcadores não-lexicalizados (<u>ahn</u>, <u>uhn</u>, <u>eh</u>, <u>ah</u>) e de alongamento, como: <u>certo</u>, <u>ahn</u> ::</p>	<p>Representados por verbos ou locuções denotadores de atividade mental ou de elocução, estes marcadores podem dividir-se em dois grupos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • os que indicam que o locutor assume explicitamente as opiniões ou conceitos emitidos (<u>creio que</u>, <u>acredito que</u>, <u>tenho certeza que</u>); • e aqueles por meio dos quais o locutor manifesta falta de certeza ou convicção.

Quadro 8 – Subtipos de marcadores conversacionais de função interacional.

Fonte: Adaptado de Galembeck e Carvalho (1997, p.840-843).

Os marcadores mediais de função ideacional são marcadores representados por conjunções e advérbios, responsáveis pela estruturação das unidades componentes do diálogo, com função coesiva. São eles: e, mas, agora, porque, então, depois, além disso.

Os marcadores finais de turno, por sua vez, cumprem duas funções de valor interacional, que se relacionam com a troca de falantes, ou seja:

- mostram a entrega do turno a outro interlocutor: passagem requerida. Esses marcadores são representados por uma pergunta direta ou por determinados marcadores que visam a

testar a atenção do ouvinte, proferidos com entoação ascendente (né?, não é, certo?, entende?);

- sinalizam o fim do turno (passagem consentida), geralmente assinalada pelo final de uma frase declarativa (entonação descendente). Essa sinalização é por vezes seguida por uma pausa conclusa, constituindo, portanto, uma marca de final de frase.

Em consonância com os autores, a “posição dos marcadores não é fixa” (p. 833). O mesmo marcador pode ser usado em posições distintas, como, no caso do “eu acho que”. Frequentemente, ele ocupa a posição inicial, mas, também, pode aparecer em posição medial, propriedades que resultam do caráter multifuncional dos marcadores conversacionais.

6 FACE, ATENUAÇÃO E POLIDEZ

Entendendo a conversação como um ato social e como forma de interação, o locutor, muitas vezes, precisa empregar determinadas estratégias sociointeracionais para alcançar um fim.

Segundo Koch (2003, p. 36-37):

Estratégias interacionais são estratégias socioculturalmente determinadas que visam a estabelecer, manter e levar a bom termo uma interação verbal. Entre elas, podem-se mencionar, além daquelas relativas à realização dos diversos tipos de atos de fala, as estratégias de preservação das faces (“facework”) e/ou de representação positiva do “self”, que envolvem o uso das *formas de atenuação*, as estratégias de polidez, de negociação, de atribuição de causas aos malentendidos, entre outras.

Por se tratar de uma atividade na qual se instituem constantes negociações entre os interactantes, a conversação propõe, geralmente, uma ameaça potencial à face dos participantes. Entende-se por face a autoimagem pública que cada indivíduo constrói de si mesmo e que pretende ver preservada. O conceito de face foi desenvolvido por Goffman (1974) e reelaborado por Brown e Levinson (1978), os quais ampliaram essa noção, empregando os termos “face positiva” e “face negativa” em seus estudos acerca da polidez.

Segundo Goffman (1974), face é o valor social positivo que uma pessoa efetivamente reivindica para si por meio da linha de ação que os outros pressupõem que ela tenha adotado durante um contato específico. “La face est une image du moi délinéée selon certains attributs sociaux approuvés”¹⁶ (p. 9). Essa imagem, no entanto, é compartilhada, pois, oferecer uma boa imagem profissional, por exemplo, é oferecer uma boa imagem de si próprio.

Toda pessoa vive em um mundo social que a conduz a estabelecer contatos com os outros. É nesses contatos, portanto, que o indivíduo tende a exteriorizar opiniões, apreciações, julgamentos e pontos de vista que os levam a adotar uma determinada linha de ação. Por linha de ação, entende-se, conforme o referido autor, que os indivíduos desempenham um padrão de atos verbais e não

¹⁶ A face é uma imagem de si delineada segundo certos atributos sociais aprovados. (tradução nossa).

verbais que retratam a versão do falante acerca da situação, dos outros e de si próprio. O locutor faz, portanto, uma avaliação dos participantes e, sobretudo, de si mesmo, de tal forma que sua linha de ação apresente uma visão do “eu”. Além disso, essa linha precisa entrar em acordo com a forma como ele deseja que os outros a vejam.

Um indivíduo preserva a face quando sua linha de ação é condizente com aquela esperada pelos participantes, ou seja, quando manifesta uma imagem que se apoia nos pressupostos e julgamentos dos interactantes, aprovados pela linha de ação adotada pelo locutor. A face não está alojada no interior ou na superfície de quem a possui, mas é disseminada no fluxo de eventos do encontro, e manifesta-se quando os participantes estão dispostos a decifrar, nesses eventos, os julgamentos que são expressos.

Sob uma perspectiva de caráter dramático, Goffman (1999, p. 9) leva em consideração o modo como o indivíduo, em situações triviais de trabalho, “apresenta a si mesmo e a suas atividades às outras pessoas, os meios pelos quais dirige e regula a impressão que formam a seu respeito e as coisas que pode ou não fazer, enquanto realiza seu desempenho diante delas.” Usando, então, um modelo teatral para representar as coisas reais, o autor afirma que, em um palco, há uma correlação de três elementos: o ator que se apresenta atrás da máscara de um personagem, em conjunto com outros atores e seus respectivos personagens direcionados a uma plateia. Na vida real, esses elementos se restringem a dois: o papel que um indivíduo desempenha é dividido conforme os papéis que os outros desempenham, sendo que esses “outros” formam, também, a plateia.

A expressividade do indivíduo e, por conseguinte, sua capacidade de dar impressão, parece abarcar dois tipos extremamente distintos de atividade, segundo o autor referido: uma é a expressão que ele transmite e a outra é a expressão que ele emite. A primeira envolve “os símbolos verbais, ou seus substitutos, que ele usa propositadamente e tão só para veicular a informação que ele e os outros sabem estar ligada a esses símbolos” (p. 12). A expressão que o sujeito emite, por sua vez, compreende uma vasta gama de ações, que os outros podem achar sintomáticas do ator, supondo que a ação foi realizada por outros motivos, diferentes da informação como foi transmitida. Essa premissa, no entanto, não é definitiva, pois o indivíduo, obviamente, pode transmitir informação falsa,

propositadamente, por meio de ambos os tipos de comunicação, um que sugere fraude, e outro dissimulação.

No dia-a-dia, as primeiras impressões são importantes em interações iniciais que precedem uma série de interações futuras, já que, como diz o ditado popular: “a primeira impressão é a que fica.” Isso ocorre porque existe uma ideia comumente perpetuada de que se deve estabelecer o controle da situação em estágio inicial para evitar problemas posteriores decorrentes dessa atitude. Um exemplo disso é a postura de alguns professores que se posicionam radicalmente severos no primeiro dia de aula para mostrar aos alunos quem dita as regras e, por isso, devem ser respeitados. Se a imagem do professor rígido não for criada logo no início, talvez, no futuro, quando o docente quiser demonstrar uma posição firme e de credibilidade, os alunos não o levarão a sério. Nessa concepção, acredita-se que, caso a situação não for definida logo no começo, o indivíduo corre o risco de ficar desacreditado, acarretando uma crise na interação.

A sociedade está organizada tendo por base o princípio de que qualquer indivíduo que possua certas características sociais tem o direito moral de esperar que os outros o valorizem e o tratem de maneira adequada. Ligada a este princípio há um segundo, ou seja, de que um indivíduo que implícita ou explicitamente dê a entender que possui certas características sociais deve de fato ser o que pretende que é. Consequentemente, quando um indivíduo projeta uma definição da situação e com isso pretende, implícita ou explicitamente, ser uma pessoa de determinado tipo, automaticamente exerce uma exigência moral sobre os outros, obrigando-os a valorizá-lo e a tratá-lo de acordo com o que as pessoas de seu tipo têm o direito de esperar. Implícitamente também renuncia a toda pretensão de ser o que não aparenta ser, e portanto abre mão do tratamento que seria adequado a tais pessoas. Os outros descobrem, então, que o indivíduo os informou a respeito do que é e do que eles *devem* entender por ‘é’. (GOFFMAN. 1999, p. 21).

Para impedir embaraços e constrangimentos, os sujeitos, geralmente, usam práticas preventivas e, para compensar ocorrências desfavoráveis que não foram evitadas com sucesso, eles empregam práticas corretivas. De acordo com o estudioso, quando o indivíduo utiliza estratégias para proteger suas próprias projeções, pode-se considerá-las como práticas defensivas. Já as práticas protetoras ou de diplomacia ocorrem quando um indivíduo utiliza táticas para resguardar a projeção realizada por outro.

Ao desempenhar um papel, o indivíduo, de forma implícita, convida seus observadores a acreditarem em sua representação e que, de modo geral, as coisas devem ser o que parecem ser. Segundo o autor (p. 25-26), há, na aparência da vida cotidiana, dois extremos de um contínuo. Em um deles encontra-se o ator, que pode estar convencido de que a realidade que encena corresponde à realidade concreta.

Em outro extremo, percebe-se que o ator pode ser um fingidor consciente, ou seja, não estando inteiramente compenetrado em sua própria encenação, é levado a conduzir a convicção de sua plateia como um meio para fins específicos. Quando o indivíduo não acredita em sua própria atuação e, por isso, também não se importa com o que seu público acredita, pode-se chamá-lo de cínico. O termo “sincero” se destina aos que creem na impressão criada por sua própria representação. Isso pode acontecer com profissionais que, em outras condições são honestos, mas que, em determinadas ocasiões, se veem na obrigação de iludir seus clientes, em função de perceber que eles (os clientes) desejam que suas expectativas sejam realizadas. Tomam-se como exemplo vendedores de calçados que vendem um número diferente, porém, que serve para o cliente, dizendo que é do tamanho solicitado, ou um médico que prescreve uma medicação simplesmente para deixar o paciente confortado.

O indivíduo, conforme os estudos do pesquisador mencionado, é dividido, implicitamente, em dois papéis: o ator, que é considerado um “atormentado fabricante de impressões envolvido na tarefa demasiado humana de encenar uma representação”; e o personagem, visto “tipicamente como uma figura admirável, cujo espírito, força e outras excelentes qualidades a representação tinha por finalidade evocar.” (p. 230-231).

Goffman (1974) denomina figuração ou trabalho de face (facework), tudo o que uma pessoa empenha para que suas ações não façam ninguém perder a face, incluindo ela própria. Segundo Preti (2002, p. 54), “a perda da face, em geral, pode levar a uma situação tensa e comprometedora da situação”.

Entre os principais tipos de figuração encontram-se os procedimentos para evitar o risco da face e os procedimentos de reparação da face. No que tange aos primeiros, Goffman (1974, p. 17-18) assevera que,

le plus sûr moyen de prévenir le danger est d'éviter les rencontres ou le risque de se manifester. C'est un procédé que l'on peut observer dans toutes les sociétés, à travers les relations d'évitement et le rôle des intermédiaires dans certaines transactions délicates. De même, dans de nombreuses sociétés, on sait se retirer élégamment pour sauver la face avant que le danger prévu n'ait eu l'occasion de se manifester.¹⁷

Quanto à reparação, o autor afirma que

lorsque ceux qui participent à une entreprise ou à une rencontre ne parviennent pas à prévenir un événement qui, par ce qu'il exprime, est incompatible avec les valeurs sociales défendues, et sur lequel il est difficile de fermer les yeux, le plus fréquent est qu'ils reconnaissent cet événement en tant qu'incident – en tant que danger qui mérite une attention directe et officielle – et s'efforcent d'en réparer les effets. A ce moment, un ou plusieurs participants se trouvent ouvertement en déséquilibre, en disgrâce, et il leur faut essayer de rétablir entre eux un état rituel satisfaisant. (p. 20-21)¹⁸

Os interactantes esperam que cada um se comporte de uma maneira que seja condizente com o que deseja que sua imagem seja, tanto para construir sua face, quanto para mantê-la. O sujeito pode encontrar-se em uma situação em que sua face pode não ser a pretendida, como, por exemplo, se disser algo que não se harmonize com a linha de ação adotada, ou se participar de um evento comunicativo, sem ter definida sua linha de conduta a respeito do tipo de participantes que são esperados a interagir em tais situações. Isso pode fazer o locutor perder sua face. Entretanto, o pesquisador salienta outros usos específicos concernentes ao “ganho de face”, que ocorre quando um falante toma providências para que o outro assuma uma melhor linha de conduta do que poderia, diferentemente do que tem sido capaz.

¹⁷ o caminho mais seguro para prevenir o perigo é evitar os encontros ou ele (o perigo) corre o risco de se manifestar. É um procedimento que pode ser observado em todas as sociedades, por meio das relações de evitação e do papel dos intermediários em certas negociações delicadas. Da mesma maneira, em muitas sociedades, sabemos nos retirar elegantemente para salvar a face antes que o perigo previsto tenha tido a oportunidade de se manifestar. (tradução nossa).

¹⁸ Quando aqueles que participam de uma negociação ou de um encontro não conseguem prever um acontecimento que, pelo que ele expressa, é incompatível com os valores sociais defendidos, e diante do qual é difícil fechar os olhos, o mais comum é que eles reconheçam este acontecimento como um incidente – como um perigo que merece atenção direta e oficial – e se esforcem em reparar os efeitos. Nesse momento, um ou vários participantes encontram-se abertamente em desequilíbrio, em desgraça, e é preciso tentar restabelecer um estado de condição satisfatória entre eles. (tradução nossa).

A expressão “perder a face” significa, *a priori*, fazer má figura. A expressão “salvar a face” refere-se ao processo pelo qual uma pessoa é capaz de dar aos outros a impressão de que não tenha perdido sua face.

Galembeck (1999b, p. 174) assevera que “as circunstâncias particulares em que se desenvolvem os diálogos fazem com que neles a preservação da face seja uma necessidade constante.” Já que não é possível prever as ações desenvolvidas pelo outro interlocutor, “o falante adota mecanismos que assegurem o resguardo do que não deseja ver exibido e coloquem em evidência aquilo que desejam ver exibido.” Assim:

A necessidade de preservação da face torna-se particularmente relevante em determinadas situações, nas quais o falante se expõe de forma direta: pedidos, atendimento de pedidos ou recusa em fazê-lo, perguntas diretas e indiretas, respostas, manifestações de opiniões. Cabe acrescentar que a preservação da face deve ser necessariamente considerada em relação ao quadro geral da interação, e não como uma atitude isolada do falante. (p. 174).

A aceitação mútua das faces é um atributo estrutural e fundamental de toda interação, e isso é inteiramente compatível com embates, disputas, divergências de opiniões, já que as regras de um jogo justo ainda são identificáveis. A proteção da face é “uma condição da interação, não seu objeto”; é vista como uma prática social em todas as culturas ou grupos. Espera-se que os membros de um grupo preservem suas faces, não somente por seus aspectos defensivos, como proteger a própria face, mas, também, por aqueles que protegem as faces dos outros. Um indivíduo pode ameaçar não apenas sua própria face, como pode ameaçar a dos outros, de forma voluntária ou não. (KOTTHOFF, 2000, p. 61).

Para levar uma interação a bom termo, é extremamente importante saber usar adequadamente os recursos que a língua oferece, sobretudo quando o falante enfrenta situações difíceis e que entram em atrito com seus objetivos e os de seu interlocutor. Nesse caso, é preciso lançar mão de certas estratégias de polidez que servirão para abrandar o conflito. Vale lembrar que a atenuação pode denotar polidez, no entanto, esta não implica, necessariamente aquela.

De acordo com Rosa (1992, p. 28), é difícil diferenciar os conceitos de atenuação e polidez, “pois o efeito de sentido resultante do enunciado parece

apontar para a vinculação funcional do que é polido e do que é atenuado.” No dizer da autora:

Apesar da dificuldade apontada, a polidez é, sem dúvida, um fenômeno mais vasto que a atenuação, podendo prescindir dos chamados procedimentos ou elementos atenuadores. Embora nem toda estratégia de polidez indique a tentativa de evitar ou diminuir a responsabilidade pelo que é dito, em alguns casos, o simples cuidado que todo locutor apresenta com a própria face sugere tal motivação [...] Evitar responsabilidades pelo que se diz é, assim, parte das preocupações com a face, e pode ser sugerido pelo uso de uma estratégia de polidez com ou sem elementos atenuadores. (p.28-29).

A polidez é um fenômeno social, e sua finalidade é manter a harmonia na interação, de modo a estabelecer a cordialidade nas relações entre os participantes. Para Schneider (1998, p. 51), ela é normalmente expressa em estruturas gramaticais, por meio de “convenções pragmáticas reconhecidas por uma dada sociedade como portadora de uma certa força ilocucionária intencional (e.g., *por favor..., você poderia..., etc.*)”. Em conversações, é natural “os interactantes cooperarem para a manutenção da face um do outro, havendo uma espécie de acordo tácito entre eles”. Assim, “normalmente, a face de uma pessoa é mantida quando a face da outra que interage também é mantida.” (SILVA, 1998, p. 109).

A teoria de polidez proposta por Brown e Levinson (1987) baseia-se na noção de face formulada por Goffman (1974), porém apresenta um aporte teórico mais elaborado a respeito do assunto. Dessa forma, os autores assinalam dois aspectos concernentes à autoimagem socialmente construída: a face negativa e a face positiva. A face negativa refere-se à reivindicação aos territórios, reservas pessoais, direitos à não distração, como, por exemplo, a liberdade de ação e a liberdade de imposição. A face positiva é a autoimagem ou “personalidade” reivindicada pelos interactantes, incluindo-se, principalmente, o desejo de que essa autoimagem seja apreciada, reconhecida e aprovada (p. 61). Em outros termos, a face negativa de um indivíduo é a necessidade de ser independente, de ter liberdade de ação, de não sofrer imposições, interrupções ou impedimentos dos outros, e de manter seu território protegido. A face positiva de um indivíduo é a necessidade de ser aceito pelos outros, de ser tratado como um membro do mesmo grupo, e de saber que suas necessidades são compartilhadas com os outros. A noção de face, portanto, está intimamente ligada aos desejos ou necessidades dos indivíduos.

Nas interações sociais do dia-a-dia, as pessoas, normalmente, comportam-se de acordo com suas expectativas e desejos em relação à autoimagem pública (face wants) que querem ver respeitadas. Os autores tratam os aspectos da face como necessidades básicas, ou seja, os membros conhecem, em geral, os desejos dos outros e suas intenções em satisfazê-los. Porém, há situações em que a face pode ser ignorada, não apenas em casos de colapsos sociais (insultos ou afrontamentos), mas, também, em casos de cooperação urgentes ou que exijam uma eficiência imediata, como em situações de perigo ou emergência. Por isso, os componentes da face podem ser reestabelecidos e definidos da seguinte forma:

- a) Face negativa: “the want of every ‘competent adult member’ that his actions be unimpeded by others”;¹⁹
- b) Face positiva: “the want of every member that his wants be desirable to at least some others”.²⁰ (p. 62).

Complementando esse assunto, Marcuschi (1989) assevera que todo indivíduo possui uma face positiva e outra negativa. A primeira, como se viu, diz respeito ao desejo de assentimento e aceitação de sua personalidade e desejos, e a segunda corresponde ao âmbito pessoal a ser protegido, isto é, a independência de ação, sem imposições. Como o interesse de preservação da face é mútuo, cada pessoa funda estratégias que buscam reduzir os riscos de ameaças.

No decorrer de uma interação social, todo falante intenciona preservar a face para que a interação se desenvolva sem problemas; o indivíduo se preocupa em preservar sua face tanto quanto o faz para respeitar a do outro. Nesse sentido, para a preservação da face negativa, há a necessidade de proteger o território privado, a intimidade, e para a preservação da face positiva, o interlocutor objetiva ser reconhecido e valorizado pelo outro. Isso pode gerar um conflito, uma vez que a intenção do indivíduo preservar, por exemplo, a face negativa, pode chocar com a intenção do outro de preservar sua face positiva. Nas palavras de Belchí (1994, p. 332):

¹⁹ O desejo de todo “membro adulto competente” de que suas ações não sejam interrompidas pelos outros. (tradução nossa).

²⁰ O desejo de todo membro de que suas necessidades sejam desejáveis, ao menos, a alguns. (tradução nossa).

[...] la defensa del propio territorio por parte del individuo A entra en conflict con el deseo de entablar relaciones del individuo B. Partiendo de esta base es fácil llegar a la conclusión de que toda interacción es esencialmente conflictiva, aunque afortunadamente no lo es siempre em el mismo grado.²¹

A interação comunicativa instaura, essencialmente, situações conflituosas e, nesse sentido, a condição indispensável para que ela se desenvolva sem problemas é que os participantes, segundo a autora (p. 343), “preserven la cara de su interlocutor manteniendo um equilibrio entre el deseo de acercamiento y el respeto a la intimidad del outro”.²²

Brown e Levinson (1987) advogam que, durante a conversação, existem atos de linguagem ameaçadores da face (chamados, em inglês, de “*face-threatening acts* ou *FTAs*”) e, a partir disso, buscam identificar estratégias de polidez destinadas à manutenção da face dos interlocutores quando realizam um FTA, a saber:

- a) *bald-on record*: realize o FTA explicitamente e sem ação reparadora. É uma estratégia que não fornece esforço algum para reduzir o impacto do FTA, ou seja, não há esforço para minimizar a ameaça à face do indivíduo com quem se fala (o ouvinte). Geralmente, essa estratégia é utilizada entre pessoas que se conhecem bem, como amigos próximos e familiares. Exemplificando: “Lave os pratos” ou “pegue o jornal lá fora”.
- b) *Positive Politeness*: realize o FTA explicitamente, com ação reparadora (cortesia positiva); procura-se minimizar a ameaça à face positiva do ouvinte. Há o reconhecimento de que o interlocutor possui um desejo a ser respeitado. Essa estratégia visa a demonstrar interesse e aceitação pelas opiniões e atitudes que o ouvinte reivindica para si e é frequentemente empregada em grupos de amigos ou em dada situação social em que as pessoas se conhecem relativamente bem, que possuem traços de personalidade conhecidos e admirados, supostamente recíprocos. No dizer de Schneider (1998, p. 55), “a ameaça potencial de um

²¹ [...] a defesa do próprio território por parte do indivíduo A entra em conflito com o desejo de travar relações do indivíduo B. Partindo desse princípio, é fácil chegar à conclusão de que toda interação é essencialmente conflituosa, ainda que, felizmente, não é sempre no mesmo grau. (tradução nossa).

²² “preservem a face de seu interlocutor mantendo um equilíbrio entre o desejo de aproximação e o respeito à intimidade do outro.” (tradução nossa).

ato é minimizada, neste caso, pela segurança de que o falante compartilha de alguns dos desejos dos ouvintes”, como nos exemplos “eu agradeceria se você lavasse os pratos”, ou “Já faz tempo que você tomou o café da manhã, que tal servirmos o almoço?”.

- c) *Negative Politeness*: realize o FTA explicitamente, com ação reparadora (cortesia negativa); pressupõe-se que o falante, apesar de reconhecer o desejo do ouvinte, de alguma forma, estará se impondo a ele. É evidente que a situação de embaraço e desconforto será maior do que ocorre nas estratégias anteriores, pois se trata de um recurso que impõe o desejo do falante em permanecer autônomo. São alguns exemplos: “eu não quero lhe interromper, mas...”; “sei que você está sem muito dinheiro, mas poderia me emprestar.....”; “me desculpe, mas...”. Nesses casos, é muito provável que o ouvinte venha a acatar a solicitação em respeito à habilidade do falante em manter sua autonomia. De acordo com a autora (p. 55), a polidez negativa “inclui estratégias tais como os atenuadores, as formas indiretas convencionais, a deferência, os agradecimentos, e a dissociação da pessoa da imposição”.
- d) *Off-record* (estratégias indiretas): realize o FTA implicitamente, de forma encoberta. O falante procura distanciar o efeito de imposição, utilizando, para tanto, uma linguagem indireta que contribui para afastar a pressão sobre ele. Um exemplo disso seria o locutor dizer “está frio aqui”, esperando que o(s) ouvinte(s) feche(m) a janela ou ligue(m) o aquecedor.
- e) Não realizar o FTA.

Com efeito, a polidez garante a preservação das faces, tanto de falante quanto de ouvinte, quer seja realizada por meio de estratégias de polidez positiva, quer seja por meio de estratégias de polidez negativa.

Tendo em vista que os recursos de preservação da face – entre os quais, se salientam as formas de polidez, os marcadores de atenuação, entre outros – são, frequentemente, de caráter verbal, o princípio de defesa da autoimagem pública, incide, pois, sobre as formas interacionais e também sobre as formas gramaticais.

Dessa forma, procedimentos que ameaçam a face positiva do ouvinte (por exemplo, insultos, acusações etc.) ou a face negativa do ouvinte (no caso de ordens, pedidos etc.) são regidos por alguma marca prosódica ou verbal, vinculada ao efeito ou objetivo que o locutor pretende atingir. Essas mesmas marcas aparecem nos procedimentos que ameaçam a face positiva do falante (auto-humilhações, autoconfissões, etc.) ou negativa do falante (agradecimentos, desculpas, etc).

Koch (1997, p.141) assinala que:

A estratégia de preservação das faces manifesta-se lingüisticamente através de atos preparatórios, eufemismos, rodeios, mudanças de tópico e dos marcadores de atenuação em geral. O grau de polidez é socialmente determinado, em geral com base nos papéis sociais desempenhados pelos participantes, na necessidade de resguardar a própria face ou a do parceiro, ou, ainda, condicionado por normas culturais.

Marcuschi (1989) assinala que, mesmo que tal princípio esteja relacionado a um conjunto parcial de marcadores conversacionais, com funções específicas, como a polidez e a atenuação, sua atuação pode ser vista de maneira mais extensa. O autor, então, sugere a hipótese de que “a noção de polidez pode ser tomada num sentido mais amplo de englobar, por exemplo, a própria noção de função fática ou de contato, já que o simples fato de marcar presença ou marcar atenção é um sinal de polidez.” (p. 285).

Todo indivíduo possui o desejo de que os outros o admirem e o aprovem. Não obstante, isso culmina num choque entre as necessidades do sujeito e as regras sociais que envolvem a satisfação de sua autoimagem. Em conformidade com Barbosa (1996, p. 6), “os falantes, de modo geral, têm o desejo de serem admirados pelos seus interlocutores, no entanto quando são receptores de elogios, seguem a regra geral de modéstia em suas respostas e tendem a discordar e a evitar os elogios.” Mais adiante, a pesquisadora expõe:

A expressão de modéstia em respostas a elogios é uma regra evidente de polidez que serve aos receptores como estratégias não apenas para distanciamento do elogio em si, mas também para a evitação do auto-elogio, uma vez que a aceitação de determinados elogios expõe o receptor ao auto-elogio. O auto-elogio é uma atitude lingüística socialmente reprovada, porque viola a regra geral, segundo a qual falantes de ambos os sexos, quer em situação formal quer em situação informal, devem expressar modéstia diante dos seus interlocutores.

Observa-se que as estratégias de afastamento de elogios, de um modo geral, podem ser utilizadas tanto para expressar polidez, por meio da modéstia, quanto para diminuir o impacto de ameaça às faces dos participantes da interação. Por isso, não deixam de ser mecanismos que ajudam a amenizar o choque proveniente de um elogio, principalmente quando ele é proferido em demasia. Isso resulta em uma forma de atenuação, visto que a necessidade da modéstia frente ao interlocutor e, segundo a mesma autora (p.14), acima de tudo, “a necessidade de evitar o auto-elogio conduz o receptor à atenuação, já que a simples aceitação do elogio implicaria num auto-elogio e a negação colocaria em risco a face positiva do receptor, já que o elogio envolve a imagem pública deste.”

A transferência de elogios a terceiros pode ser empregada como uma estratégia de polidez negativa e, ainda, de polidez positiva, como no caso de alguém receber elogios em relação ao seu trabalho e a pessoa responder algo do tipo: “eu só consegui isso graças a muitas pessoas que me ajudaram”, ou “isso não seria possível sem a ajuda de...”. O receptor não deixa de negar o elogio para não parecer rude, mas implicitamente, ele o aceita com certa modéstia e, com isso, acaba preservando a face negativa do falante. Ao mesmo tempo, o recebedor procura ser solidário aos outros, entendendo que o elogio merece ser endereçado também àqueles que têm sua admiração, configurando-se, como uma estratégia de polidez positiva.

As pessoas costumam responder aos elogios a fim de atender às necessidades das suas faces e as de seus interlocutores. Os entrevistados de televisão, como estão em uma situação de evidência, revelam maiores cuidados com a preservação da sua face positiva (autoimagem). Em conformidade com a autora referida, “um indício de que os entrevistados de televisão se preocupam muito com a sua face positiva é o fato de que eles tendem a respostas que incluem atenuações e evitam tipos de respostas auto-depreciativas como é o caso das diminuições” (p.16). Os indivíduos, em situações de maior exposição pública, preocupam-se não somente com a sua imagem pessoal, mas, especialmente, com sua imagem profissional ou a de seu grupo e, assim, as estratégias de polidez que visam à atenuação se tornam artifícios linguísticos por meio dos quais o locutor pode preservar a face positiva.

6.1 PERSONA

As concepções doravante explanadas neste item baseiam-se na teoria psicanalítica de Carl Gustav Jung e seu conceito de persona, o qual vem a contribuir com os estudos acerca da imagem que o indivíduo adota para se apresentar diante da sociedade. Psiquiatra e psicólogo suíço, Jung foi um dos primeiros seguidores de Sigmund Freud, mas, apesar da identidade de pensamentos e amizade que os unia em seus estudos, romperam relações por discordância de alguns preceitos fundamentais. Jung não concordava com Freud sobre o pressuposto de que as causas dos conflitos psíquicos sempre teriam envolvimento com algum trauma de ordem sexual, e, assim, acabou desenvolvendo sua própria doutrina, intitulando-a, em um primeiro momento, de “Psicologia dos Complexos”, porém, mais tarde, chamou-a de “Psicologia Analítica”.

A psique (entendida como o conjunto de todos os processos psíquicos conscientes e inconscientes) é composta de três elementos: o Consciente, o Inconsciente Pessoal e o Inconsciente Coletivo.

Em consonância com Jung (1991, p. 123):

Assim definido, o inconsciente retrata um estado de coisas extremamente fluido: tudo o que eu sei, mas em que não estou pensando no momento; tudo aquilo de que um dia eu estava consciente, mas de que atualmente estou esquecido; tudo o que meus sentidos percebem, mas minha mente consciente não considera; tudo o que sinto, penso, recordo, desejo e faço involuntariamente e sem prestar atenção; todas as coisas futuras que se foram dentro de mim e somente mais tarde chegarão à consciência; tudo isto são conteúdos do inconsciente. Estes conteúdos são, por assim dizer, mais ou menos capazes de se tornarem conscientes, ou pelo menos foram conscientes e no momento imediato podem tornar-se conscientes de novo.

Dessa forma, chega-se a um ponto por meio do qual é questionado o estado em que os conteúdos se encontram quando não estão ligados ao eu consciente. Na perspectiva do autor, “esta relação constitui aquilo que podemos chamar de consciência” (p.124). O consciente é um estado relativo, visto que envolve não apenas a consciência propriamente dita, “mas toda uma escala de intensidade da consciência. Entre o ‘eu faço’ e o ‘eu estou consciente daquilo que

faço' não há só uma distância imensa, mas até mesmo uma contradição aberta" (p.126). Há uma consciência na qual prevalece o inconsciente, e outra em que a autoconsciência a domina. Logo, observa-se que não é possível ter absoluta certeza do que é estritamente consciente, pois "isto necessitaria uma totalidade inimaginável da consciência, e uma totalidade desta natureza pressuporia uma totalidade ou integralidade igualmente inimaginável da mente humana" (p. 126). Concluindo esse paradoxo, não existe um conteúdo consciente que não seja influenciado, de algum modo, pelo inconsciente.

O Inconsciente é constituído de duas camadas: o Inconsciente Pessoal e o Coletivo. O primeiro abrange conteúdos mentais adquiridos durante a vida, mas que foram esquecidos ou reprimidos, ao passo que o segundo se configura como uma estrutura comum a todos os indivíduos e que foi transmitida pela sociedade. Este difere daquele por ser inteiramente universal e seus conteúdos serem encontrados em todo lugar. Jung (1981a, p. 58) postula que "o inconsciente coletivo representa a parte objetiva do psiquismo; o inconsciente pessoal, a parte subjetiva". O Inconsciente Pessoal, segundo o autor:

contém lembranças perdidas, reprimidas (propositalmente esquecidas), evocações dolorosas, percepções que, por assim dizer, não ultrapassaram o limiar da consciência (subliminais), isto é, percepções dos sentidos que por falta de intensidade, não atingiram a consciência e conteúdos que ainda não amadureceram para a consciência. Corresponde à figura da *sombra*, que frequentemente aparece nos sonhos. (p. 58).

Entende-se por sombra "a parte 'negativa' da personalidade", ou seja, a soma das propriedades ocultas e desfavoráveis, das funções mal desenvolvidas e dos conteúdos do Inconsciente Pessoal. A sombra resguarda, no inconsciente pessoal, os anseios e experiências vistas como inadequadas ou incompatíveis com a imagem que se quer representar perante os padrões da sociedade, e que, por isso, devem ficar à sombra.

Byington (1988, p. 14) afirma que "Jung descreveu a sombra de forma bipolar em duas conotações muito importantes. A primeira é a necessidade da sua reintegração para o desenvolvimento." Nesse sentido, a sombra é a parte não aceita pela consciência, porém, o indivíduo precisa dela para a expansão do crescimento. "A segunda é que a sombra pode abrigar nossas melhores qualidades".

Os conteúdos da sombra não se restringem à destrutividade ou construtividade. Há dois polos que atuam de modo dialético e intercambiável; é possível extrair algum aspecto positivo ou negativo que possa produzir aumento de consciência. Fazendo uma analogia com a sombra física, “a consciência pode ser equacionada com a luz, ficando a sombra e o inconsciente equacionados com a falta de luz, da penumbra à escuridão”. A sombra física não significa escuridão. Trata-se de uma “zona escura produzida por uma incidência de luz” (p. 27). Nesse paralelo entre luz/consciente e escuro/inconsciente, pode-se afirmar que

Sombra não significa os processos inconscientes ou zonas da personalidade inconscientes em si, mas tão somente, zonas inconscientes *que já poderiam ser conscientes*, e que têm um pouco de consciência mas que, por uma razão ou outra, *referente ao movimento de expressividade do ser* não se tornaram conscientes. (p. 27).

O Inconsciente Pessoal é a camada mais superficial de conteúdos, “cujo marco divisório com o consciente não é tão rígido.” Trata-se de uma camada de conteúdos que se encontra em uma zona próxima da consciência. Esses conteúdos se fundamentam no inconsciente, pois não possuem força para insurgir na consciência. Os conteúdos da memória que a consciência não precisa, necessariamente, conservar estão presentes no Inconsciente Pessoal. “Todos estes conteúdos formam no Inconsciente Pessoal um grande banco de dados que poderão surgir na consciência a qualquer momento.” (PORTILLO, 2001, p.3).

Já o Inconsciente Coletivo constitui a camada mais profunda da psique e é formado dos conteúdos herdados da Humanidade. Nas palavras da autora:

É nesta camada que existem os traços funcionais como se fossem imagens virtuais, comuns a todos os seres humanos e prontas para serem concretizadas através das experiências reais. É nessa camada do inconsciente que todos os humanos são iguais. A existência do inconsciente coletivo não depende de experiências individuais, como é o caso do inconsciente pessoal, porém, seu conteúdo precisa das experiências reais para expressar-se, já que são predisposições latentes. (p.4).

No estágio em que “as fantasias não repousam mais sobre reminiscências pessoais, trata-se da manifestação da camada mais profunda do

inconsciente, onde jazem adormecidas as imagens humanas universais e originárias.” Jung (1981a, p. 57) denominou essas imagens “arquétipos” ou “dominantes”. Na perspectiva do autor, “o inconsciente coletivo é uma figuração do mundo, representando a um só tempo a sedimentação multimilenar da experiência” (p. 86). Ao passar do tempo, esses traços funcionais do inconsciente coletivo foram-se definindo. São, portanto, os chamados arquétipos. Para o pesquisador:

[...] Na medida em que essas figurações são retratos relativamente fiéis dos acontecimentos psíquicos, os seus arquétipos, ou melhor, as características gerais que se destacam no conjunto das repetições de experiências semelhantes, também correspondem a certas características gerais de ordem física. Este é o motivo pelo qual é possível transferir figurações arquetípicas, como conceitos ilustrativos da experiência diretamente ao fenômeno físico [...] os arquétipos quase sempre se apresentam em forma de projeções, e quando estas são inconscientes, manifestam-se nas pessoas com quem se convive, subestimando ou sobre-estimando-as, provocando desentendimentos, discórdias, fanatismos e loucuras de todo tipo. (p. 86).

Há tantos arquétipos quanto as situações vivenciadas no cotidiano dos indivíduos. Os arquétipos dizem respeito às experiências pelas quais os indivíduos passam em situações humanas universais e as simbolizam, cada um ao seu modo. Há arquétipos que representam diversas situações, como, por exemplo, relações familiares, profissionais, matrimoniais, entre amigos, sócios, vizinhos etc. Os arquétipos podem suscitar imagens ligadas a determinados aspectos de um estado consciente. Certas imagens se repetem a partir de uma mesma experiência, e, por isso, os arquétipos operam como centros autônomos que criam essas mesmas imagens, podendo ser projetados, separadamente uns dos outros, embora possam se misturar.

Jung deduz que as "imagens primordiais", outro nome para arquétipos, originam-se de uma constante repetição de uma mesma experiência, durante muitas gerações. Funcionam como centros autônomos que tendem a produzir, em cada geração, a repetição e a elaboração dessas mesmas experiências. Eles se encontram isolados uns dos outros, embora possam se interpenetrar e se misturar.

De acordo com Byington (1996, p. 115), um arquétipo é “um padrão coordenador de processos de relacionamentos e, por isso, inclui polaridades. Pode

ser bom ou mau, construtivo ou destrutivo, belo ou escabroso, dependendo das condições do processo de elaboração simbólica”. A mãe pode simbolizar a fada ou a bruxa, assim como o professor pode representar aquele que ensina o aluno a gostar ou a odiar a disciplina que leciona. “As possibilidades dos arquétipos abrangem o ódio e o afeto, o bem e o mau”.

Alguns arquétipos se encontram em nosso cotidiano e são engendrados pela psique, assim que surge uma situação própria. “Com o desenvolvimento da consciência, o ser humano, gregário por natureza, necessita desenvolver algumas características básicas para a adaptação social em contraste com seus instintos animais.” O arquétipo dessa adaptação é a persona. (PORTILLO, 2001, p.4).

Lunardelli (2007) assinala que, oriundo do Latim, o termo persona, em sua origem, correspondia à máscara que os atores usavam para indicar o papel que representavam no momento, em determinado espetáculo. Em Carvalho (1986, p. 64), encontra-se a seguinte formulação proposta por Jung: “a persona é o que alguém na realidade não é, mas o que ele mesmo e os outros pensam que ele é”.

Jung (1981b, p. 146) assevera que a persona é uma “simples máscara da psique coletiva, máscara que *aparenta uma individualidade*, procurando convencer aos outros e a si mesma que é uma individualidade, quando, na realidade, não passa de um papel no qual fala a psique coletiva.” Mais adiante, o autor advoga que:

Ao analisarmos a persona, dissolvemos a máscara e descobrimos que, aparentando ser individual, ela é no fundo coletiva; em outras palavras, a persona não passa de uma máscara da psique coletiva. No fundo, nada tem de *real*; ela representa um compromisso entre o indivíduo e a sociedade, acerca daquilo que ‘alguém parece ser’: nome, título, ocupação, isto ou aquilo. De certo modo, tais dados são reais; mas, em relação à individualidade essencial da pessoa, representam algo de secundário, uma vez que resultam de um compromisso no qual outros podem ter uma quota maior do que a do indivíduo em questão. A persona é uma aparência, uma realidade bidimensional, como se poderia designá-la ironicamente. (146-147).

Lunardelli (2007, p. 34) postula que “assim como a máscara de teatro conferia uma identidade ao ator, a persona, nos estudos junguianos, pode ser considerada como o que confere uma identidade social a uma pessoa, pois está relacionada ao modo pelo qual ela é perante a sociedade.” A persona é, por

consequente, “a face pública”, formada individualmente e adotada diante dos outros, o que é decorrente, na maioria das vezes, das “expectativas que a sociedade e a família lhes impõem”. Isso “inclui os papéis sociais humanos, os símbolos e objetos característicos de uma profissão, o tipo de roupa escolhida para usar e o estilo de expressão (verbal ou não-verbal), entre outros recursos.” Dessa forma, a persona colabora para que o indivíduo possa conviver no dia-a-dia de uma sociedade. Consequentemente, é esperado que um sacerdote oriente seus fiéis, assim como um juiz profira uma sentença justa ou que os pais protejam seus filhos, entre outros exemplos.

Persona e sombra são dois conceitos descritos por Jung na personalidade adulta. Segundo Byington (1987, p. 36), a persona tem a função de “adaptação social e a sombra abriga símbolos²³ de difícil aceitação pela consciência”, duas estruturas que são “complementares e formam uma polaridade.” Toda cultura é permeada por símbolos cujas representações estruturam a consciência coletiva. Elas são manifestadas por meio de costumes, crenças e leis que constituem os papéis sociais que o indivíduo recebe desde o nascimento, e que “permanecem à sua disposição como caminhos de desenvolvimento para sua personalidade.”

Para o autor

A sexualidade, a agressividade, a vingança, a ambição, a competição, o luto e os inúmeros outros símbolos e funções simbólicas possuem papéis sociais característicos em cada cultura para sua expressão e elaboração. Da mesma forma que a máscara dos atores lhes permitia expressar a palavra através de uma determinada expressão facial (*persona*=per+som= “som emitido através de”), a *persona* é formada pelo conjunto de papéis que uma cultura tem à disposição das pessoas para a expressão e elaboração dos seus símbolos. (p. 36-37).

Dessa forma, a persona também pode ser empregada para ocultar símbolos. Algumas pessoas adotam uma postura agressiva, justamente para camuflar sua carência, outras agem de maneira sedutora para esconder sua frieza. Esse é o uso defensivo da persona que, “quando estruturado e estereotipado, se torna patológico. Seu uso normal e criativo é como veículo expressivo.” (p. 37).

²³ De acordo com Byington (1987, p. 90), símbolo é a “célula nobre ou a unidade da psique; sua função estruturante é coordenada por um arquétipo; reúne energia consciente e inconsciente e age como um transformador, estruturando a consciência com o potencial arquétipo”.

A persona é, então, uma imagem do sujeito construída pelos materiais coletivos, ou seja, por aquilo que se espera da sociedade em relação ao que o indivíduo pretende mostrar. A persona, segundo Jung (1981b, p. 291), é “um produto de compromisso com a sociedade” e, assim, o indivíduo se identifica mais com a persona do que com o seu próprio eu. Quanto mais o sujeito se identifica com a persona, mais ele estará representando o que quer aparentar ser e, com isso, sua individualidade vai sendo apagada. Se o eu é totalmente idêntico à persona, a individualidade é anulada, e toda psique consciente acaba sendo coletiva, o que pode acarretar uma atitude que represente uma completa adaptação à sociedade e uma ínfima adequação ao próprio eu.

6.2 PROCEDIMENTOS E MARCADORES DE ATENUAÇÃO

Atenuação, neste trabalho, é conceituada como os procedimentos que têm por objetivo diminuir a força ilocutória dos enunciados e abrandar efeitos de sentido não convenientes aos interesses e propósitos do falante, e isso só pode ser analisado dentro de um contexto interacional específico. Trataremos, portanto, dos meios e recursos atenuadores de natureza variada, e entre eles incluem-se, também, os marcadores de atenuação.

Rosa (1992, p. 30-31), com base no preceito de atenuação exposto, observa que alguns procedimentos de atenuação “podem ser considerados como marcadores conversacionais, pois correspondem às margens de uma unidade discursiva e a formas linguísticas de recorrência e fixidez considerável”. Esses elementos são denominados marcadores de atenuação. Já os procedimentos de atenuação diferem dos marcadores por dois critérios. O primeiro é que os marcadores de atenuação, em função de corresponderem às margens da unidade discursiva, normalmente, localizam-se à esquerda e à direita do núcleo da unidade, e quando estão situadas no interior do núcleo, estabelecem relações de dependência sintático-semânticas com o mesmo. Já os procedimentos de atenuação podem interferir e modificar o núcleo da unidade discursiva a qual pertencem, como, por exemplo, as paráfrases atenuadoras. O segundo critério concerne à relativa fixidez formal e à grande frequência de uso, e isso põe em xeque a natureza

formulaica dos marcadores, já que apresentam-se como expressões com alto grau de convencionalidade e uso, sobretudo do ponto de vista pragmático. A autora afirma que:

Embora os marcadores de atenuação também admitam alguma variação na forma, em sua maioria tendem a ser palavras, expressões e frases bastante estereotipadas. Com relação à sua fixidez no tempo, são frequentes e recorrentes. Mas sua utilização no contexto pode variar, conforme o marcador enfocado. Quando os procedimentos de atenuação ocorrem às margens de uma unidade discursiva (UD), a distinção entre estes e os marcadores se dá pela observação do grau de formulaicidade apresentada: são, essencialmente, construções linguísticas de baixa fixidez na forma [...] (p. 33).

Consideramos, dessa forma, “procedimentos” de atenuação e de preservação da face os mecanismos empregados pelo falante para abrandar a força ilocutória do que diz, como estratégias destinadas à reduzir possíveis ameaças à imagem que deseja preservar, para obter aprovação dos ouvintes, e para garantir o resguardo do que não pretende ver exibido. Entre essas estratégias, salienta-se o uso da forma passiva, de determinadas expressões parentéticas e metadiscursivas, de certos advérbios, tempo e modos verbais, de evasivas, de paráfrases, de marcadores que indicam maior e menor envolvimento do falante, entre outros fenômenos linguísticos.

6.2.1 Procedimentos que Marcam Menor Envolvimento do Falante

A manifestação direta de opiniões do falante pode deixá-lo em situação delicada frente a seus interlocutores, visto que estes podem criticá-lo ou manifestar opiniões opostas. Para evitar a vulnerabilidade do locutor, é preciso promover o “apagamento da instância da enunciação no enunciado”. Isso é alcançado por meio de dois recursos: do emprego da impessoalidade (*parece que, parece e é possível que*) e do uso da indeterminação do sujeito do enunciado (*diz que, dizem que, diz-se e variações dessas formas, como dizem até e dizem que*). (ROSA, 1992, p. 41-42).

Como afirma Galembeck (1999b), a utilização dos procedimentos de indeterminação do sujeito, por não sinalizar responsabilidade pelo que diz, apresenta-se como um recurso que marca um afastamento acentuado do falante acerca das ideias expressas. O emprego dos procedimentos de impessoalidade, por sua vez, mostra o afastamento em menor grau, pois neles a ideia de apreciação e julgamento fica implícita.

6.2.1.1 Marcadores de rejeição

Os marcadores de rejeição dizem respeito à habilidade de o locutor prever, a partir daquilo que diz, possíveis reações negativas do ouvinte, a fim de controlá-las ou neutralizá-las. Para Galembeck (1999b), eles exercem um papel importante no desenvolvimento da interação. Por meio deles o falante pode se proteger de eventuais objeções ou críticas, vindas dos interlocutores.

Em concordância com o pesquisador (2009), os marcadores de rejeição apresentam marcas de pessoa, porém, são incluídos entre os de menor envolvimento, já que revelam a tentativa explícita de o falante afastar-se do que está sendo dito, e mostram que ele não assume, inteiramente, as ideias anunciadas.

Na visão de Rosa (1992, p. 57), os marcadores de rejeição (ou *disclaimers*) atuam como atenuadores, uma vez que auxiliam a preservar a face do falante, “restringindo a gama de respostas desfavoráveis à sua intervenção”, além de preservarem a face do interlocutor “afastando, de antemão, interpretações danosas à interação.”

Alguns marcadores de rejeição, de acordo com os estudos da autora, correspondem às seguintes frases estereotipadas: “se não me falha a memória, que eu me lembre, que eu me lembro de momento, que eu saiba e se não estou enganado”. Algumas delas funcionam como prefácios: “que eu me lembro de momento, que eu saiba e que eu me lembre.” Essas frases estereotipadas prefaciadoras “remetem à competência epistêmica do locutor enunciador (verbos *saber* e *lembrar-se*)”; rejeitam, de forma antecipada, um leque de “reações desfavoráveis do interlocutor, e fornecem ao locutor enunciador uma resposta eficaz contra possíveis objeções” (p. 57-77).

6.2.2 Procedimentos que Marcam Maior Envolvimento do Falante

São procedimentos que assinalam que o locutor assume, mesmo que parcialmente, o que é dito, ou seja, ele assume as opiniões emitidas. Na conversação, segundo o que postula Galembeck (1999b, p. 181), “o emprego desses elementos é mais frequente que os marcadores de afastamento, fato que se explica pela necessidade de cada interlocutor marcar a própria presença (autoenvolvimento) nas situações de interação face-a-face”.

6.2.2.1 “Mas-prefácios” controladores de respostas

Os prefácios controladores de respostas são compostos por pequenas orações ou frases que apresentam a adversativa *mas* no final. Eles antecipam possíveis reações desfavoráveis dos interlocutores, a fim de eliminá-las. Normalmente, os “mas-prefácios” servem como procedimentos de atenuação, já que apresentam um baixo grau de formulaicidade. Suas estruturas geralmente vêm combinadas ao “mas”, e isso significa que sua forma é razoavelmente fixa. (ROSA, 1992, p. 57-58).

Urbano (1998b, p. 270) assinala os casos que, além da “função atenuadora antecipada”, possuem “um caráter de preparação defensiva em relação ao que vai ser dito na sequência introduzida pelo “mas”.” Por exemplo: “Eu não quero ser grosseiro, mas você pegou o meu lugar.” Mais adiante, o autor esclarece:

Baker (1995) denominou esse uso do “mas” em tais contextos de “mas prefácio controlador de resposta”. Na realidade o “mas” articula-se com um segmento anterior (“Eu não quero ser grosseiro”), aprioristicamente atenuador, de feição mais ou menos formulaica. Esse conjunto prefacia a oração “você pegou o meu lugar”, de natureza ofensiva, que, sem o acompanhamento atenuador do início, poderia ensejar uma réplica agressiva. Trata-se de uma estratégia que tenta afastar por antecipação o eventual melindre do ouvinte em face de algo menos cortês ou irreverente que ele, falante, pretende ou vai falar.

Baseando-se nas acepções de Rosa (1992), os marcadores “mas-prefácios” controladores de resposta podem ser de dois tipos:

- a) “Mas-prefácios” que realizam um anúncio metacomunicativo acerca do que vai ser dito na UD (unidade discursiva) diretora²⁴. Trata-se de “marcadores que contêm expressões ou verbos declarativos associados à adversativa *mas*” (p. 78). Eles podem ocorrer sob dois modos: o primeiro é aquele em que o anúncio metacomunicativo corresponde à figura por meio da qual o locutor finge que não irá falar sobre um dado assunto, mas o faz, mesmo assim. O outro tipo de “mas-prefácio” que realiza um anúncio metacomunicativo “faz uma avaliação negativa da declaração contida na UD diretora” (p. 79).
- b) “Mas-prefácios” que negam a competência epistêmica do locutor enunciatador: contêm as expressões verbais: “não saber, não entender e não se lembrar”. O falante pode antecipar o que vai ser desenvolvido na UD que prefacia, afastando objeções ao que é dito nela à direita. É interessante observar que, também, certos usos dos “mas-prefácios” desse tipo não causam, necessariamente, efeitos de atenuação, e são chamados falsos “mas-prefácios”. São casos em que eles produzem efeitos variados, como pôr em evidência o conteúdo da UD, ao invés de suavizá-lo ou minimizar a responsabilidade pelo que se diz, ou, ainda, negociar o tópico a ser desenvolvido na intervenção. É uma estratégia que busca colocar em risco, temporariamente, a face positiva do locutor para depois restituí-la, como recompensa ao sacrifício. Vale mencionar que esses recursos devem ser analisados dentro de um determinado contexto para avaliar se são atenuadores ou não.

²⁴ Castilho (1989, p. 253) afirma que a UD é “um segmento do texto caracterizado semanticamente por preservar a propriedade de coerência temática da unidade maior, atendo-se como arranjo temático secundário ao processamento de um subtema, e formalmente por se compor de um núcleo e de duas margens, sendo facultativa a figuração destas.” O termo diretora significa uma UD “hierarquicamente superior” do ponto de vista de sua importância para a negociação. (ROSA, 1992, p.63)

Além dos “mas-controladores de respostas”, há, ainda, os “Prefácios Contrastivos”. São prefácios que determinam o contraste entre duas ações que indicam um mesmo verbo, e visam a excluir, previamente, objeções do interlocutor à unidade discursiva diretora. Para tanto, negam a competência epistêmica do locutor enunciador, para, em seguida, afirmá-la. Embora a face do locutor seja também sacrificada para depois ser restaurada, em certos casos, esses prefácios contrastivos não se reservam ao mesmo objetivo acentuado pelos falsos “mas-prefácios”, pois atenuam o que é dito em seguida.

6.2.2.2 Marcadores de opinião

Os marcadores de opinião podem ser classificados por duas classes gramaticais, a saber: “os verbos de opinião, geralmente utilizados na primeira pessoa do singular (**acho, creio, suponho, vejo, noto** e similares) e certas expressões adverbiais (**na minha opinião, no que me diz respeito** e similares)”. Existem casos, no entanto, que “verbos de valor epistêmicos (**vejo, acho, noto**)”, os quais, normalmente, expressam certeza e convicção, podem vir acompanhados de expressões que “denotam incerteza ou imprecisão”. Além desses verbos, o locutor pode manifestar sua opinião por meio de locuções adverbiais que assinalam, de modo geral, “que se trata de uma opinião marcadamente pessoal” (pessoalmente, para mim, eu por mim etc). (GALEMBECK, 1999b, p. 182-185).

Os marcadores prefaciadores de opinião, como Rosa (1992, p. 65) observa, podem exercer a função de “emolduramento”, que implica o intuito do locutor em orientar seu interlocutor a respeito de como interpretar o discurso em andamento. Eles contribuem, ainda, para distanciar reações contrárias das pretendidas pelo falante, assim como os *disclaimers* e atos que venham a ameaçar a face do interlocutor.

6.2.2.3 Marcadores “hedges”

A noção de “hedge” adotada nesta pesquisa é a formulada por Brown e Levinson (1987, p. 145), qual seja: “a particle, word or phrase that modifies the degree of membership of a predicate or noun phrase in a set; it says of that membership that it is *partial*, or true only in certain respects, or that it is *more* true and complete than might be expected”²⁵. Complementando o exposto, Galembeck (1999b, p. 186) coloca que os “hedges” são “os marcadores que, de qualquer forma, modificam o valor ilocutório de um enunciado”. Para Rosa (1992, p. 49), os “hedges”, nesse sentido:

Encontram-se semeados no discurso, muitas vezes em posição parentética, e abrangem diferentes formas estereotipadas. São advérbios, locuções adverbiais, expressões verbais, pequenas frases, etc., que introduzem um grau de incerteza ou de imprecisão nos enunciados em que ocorrem.

Há “hedges” que manifestam atividades cognitivas e “hedges” que expressam incerteza:

- a) “Hedges” que, no dizer da autora, manifestam atividades cognitivas: em sentido estrito, eles correspondem aos marcadores: “assim, quer dizer, vamos dizer, digamos, digamos assim, sei lá, não sei” e uma sorte de advérbios vazios de significação própria, “cuja frequência no discurso corresponde às idiosincrasias de alguns falantes (realmente, naturalmente, evidentemente, etc.)”. Esses “hedges” indicam atividades de planejamento verbal, que alteram a força das declarações nas quais ocorrem, atenuando a imposição decorrente delas. (p. 49).
- b) “Hedges” que expressam incerteza: são expressões do tipo “talvez, quem sabe, sei lá, não sei” e similares, as quais “diminuem a força ilocutória dos enunciados opinativos e, assim, fazem com que o locutor não se veja tão comprometido com os

²⁵ “uma partícula, palavra ou locução que modifica o grau de filiação de um predicado ou locução nominal em um conjunto; isso mostra que essa filiação é parcial, ou verdadeira somente em certos aspectos, ou que é mais verdadeira e completa do que poderia ser esperada.” (tradução nossa).

juízos emitidos”. Igualmente aos “hedges” que indicam planejamento verbal, os “hedges” que denotam “incerteza ou imprecisão ocupam uma posição parentética nos enunciados” (GALEMBECK, 1999b, p. 187). Na visão do autor:

Os marcadores “hedges” de ambos os tipos funcionam como elementos de atenuação do valor ilocutório dos enunciados, pois provocam no ouvinte um efeito de dúvida, imprecisão ou incerteza e, assim, diminuem a ‘responsabilidade’ do locutor em relação aos conceitos emitidos. Por isso mesmo, esses marcadores cumprem um papel análogo ao que é exercido pelos marcadores de rejeição, e previnem eventuais reações desfavoráveis, preservando, assim, a face do falante. (p. 188).

6.2.2.4 Marcadores metadiscursivos

Os marcadores metadiscursivos são prefácios compostos de pequenas orações que possuem verbos declarativos (declarar, dizer e avisar, por exemplo). Por anteciparem um possível rompimento das expectativas dos interlocutores, eles reduzem os riscos de ameaça às faces, justamente porque estes foram anunciados previamente. São, portanto, marcadores prefaciadores. Eles realizam um anúncio do que vai ser dito e, por isso, podem antecipar uma violação potencial das regras de polidez ou das máximas conversacionais, diminuindo os perigos de tornar a interação menos cortês. Cabe mencionar que o verbo “dizer”, conforme Rosa (1992, p. 71), “é um verbo declarativo que denomina uma função ilocutória básica a toda atividade linguística; difere dos verbos *declarar* e *avisar* por ser neutro do ponto de vista semântico-pragmático”.

No que concerne às entrevistas, os marcadores prefaciadores metadiscursivos podem ser muito úteis. É de se esperar que nesse tipo de evento conversacional, o entrevistado esteja disposto a responder as perguntas feitas pelo entrevistador e, que este tenha um grande controle da direção dos tópicos. Se o andamento temático for desviado, isso pode ser representado como uma quebra no contrato tácito estabelecido para essa situação, resultando em uma ameaça à face do entrevistador. Ao empregar um marcador prefaciador metadiscursivo, o

entrevistado garante a intenção de cumprir o acordo que rege, implicitamente, uma entrevista, neutralizando uma possível ameaça à face do entrevistador.

7 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

É importante salientar que os exemplos são apresentados de duas formas: em blocos de perguntas e respostas, devido à necessidade da contextualização, e em unidades discursivas, e ambos os formatos são extraídos das transcrições em anexo. Cabe ressaltar que a análise está centrada na discussão dos procedimentos de atenuação, porém nela são considerados, de igual forma, os recursos que contribuem para a criação da face positiva do falante, ou seja, recursos que auxiliam a preservação da autoimagem pública do Presidente da República. Alguns mecanismos da língua falada também são observados, para que o trabalho se concretize de maneira mais coesa. A rigor, esta pesquisa não se limita ao tratamento dos marcadores conversacionais, embora eles tenham sido analisados também.

7.1 PROCEDIMENTOS QUE MARCAM MAIOR ENVOLVIMENTO DO FALANTE

Os fragmentos abaixo (1 a 18) referem-se ao anexo A. Trata-se de uma entrevista concedida à repórter brasileira Melissa Monteiro, no dia 15 de julho de 2005, em Paris, e exibida no programa *Fantástico*, da Rede Globo de Televisão, dois dias depois. Nela, o Presidente Lula fala acerca dos escândalos de corrupção denunciados na época.

Fragmento 1

1	Entrevistador: Infelizmente o Brasil atravessa uma nova crise política nós já atravessamos outras crises no passado... ligadas à corrupção eu queria saber o que você acha... quando é que o Brasil vai se livrar definitivamente dessa doença qual... sua cura definitiva?
5	Entrevistado: De um lado você tem uma série de denúncias que... naquilo que diz respeito... à possibilidade de investigação do governo... nós estamos fazendo MAis do que já foi feito em qualquer outro momento da história do Brasil...e <u>tem um problema grave</u> porque toda vez que você combate a corrupção...sabe? ela aparece mais na imprensa... e <u>passa pra sociedade a impressão que</u> tem mais corrupção exatamente porque você tá combatendo... tá? (Anexo A, linhas 1 a 9)

No exemplo exposto, tem-se o emprego de um expediente que opera como envolvimento do ouvinte (“e tem um problema grave porque toda vez que você combate a corrupção...sabe? ela aparece mais na imprensa... e passa pra sociedade a impressão que tem mais corrupção exatamente porque você tá combatendo... tá?”). Antes de iniciar sua proposição, o entrevistado chama a atenção do interlocutor para o problema cuja gravidade merece ser comentada. Trata-se de um meio de reverter o atual quadro negativo a seu favor. O Presidente empenha-se em mostrar que, ao contrário do que vem sendo exposto pela mídia e pela oposição, o governo está tomando sérias providências no sentido de combater a corrupção. O problema é que quanto mais isso é feito, mais isso se torna evidente, levando-nos a pensar, então, que o fato de a corrupção sempre aparecer na imprensa, na verdade, é positivo, pois se ela não estivesse sendo combatida, não estaria em realce. Essa ideia é reforçada pelo uso da expressão “e passa pra sociedade a impressão...”.

O emprego de “tá” e “sabe” (MCs bastante utilizados na língua falada) é responsável tanto pelo desenvolvimento quanto pela sustentação do turno conversacional. Esse recurso funciona, ainda, como uma antecipada busca de aprovação, pois imaginando que o destinatário possa vir a não concordar com sua proposição, o entrevistado funda essa estratégia em seu discurso, procurando, de maneira implícita, induzir o ouvinte a identificar-se com o próprio de seu discurso ou deslocar para posição contrária quem tiver outra opinião.

Mais alguns exemplos que apresentam o emprego do marcador “sabe”, de igual função, são expostos abaixo:

Fragmento 2

[...] cê num pode fazer populismo de prometer coisas que você não vai conseguir fazer... e trabalhar com a verdade é muito melhor... sabe? [...] (Anexo A, linhas 71 e 72)

Fragmento 3

[...] na medida que o PT trocou... a direção agora e tem uma nova direção... e essa nova direção está fazendo auditoria interna no PT... e o Tarso Genro tem esse compromisso é de explicar pra sociedade... aonde é que o PT errou porque o PT errou... sabe? e como é que vai fazer pra consertar... aquilo que foi o erro cometido pelo PT [...] (Anexo A, linhas 85 a 89)

Fragmento 4

[...] a nova direção do partido saberá... explicar pra sociedade... sabe?... o que aconteceu com o PT e o que vai acontecer daqui pra frente com o PT... (Anexo A, linhas 94 e 95)

Fragmento 5

[...] o PT teve um... problema... sabe? que é da questão da direção porque... ah... houve um tempo em que os melhores quadros da política de esquerda do Brasil... eram dirigentes do PT... [...] (Anexo A, linhas 102 a 105)

Marcuschi (1998) afirma que esse tipo de marcador é um sinal de sustentação de turno, e é utilizado para manter a palavra ou conseguir o assentimento do ouvinte. Aparecem, normalmente, no final de uma unidade discursiva, preferencialmente na forma indagativa, como “viu?”, “sabe?”, “entende?”, “correto?”. Pode, ainda, acarretar uma paráfrase: “em resumo”, “em outras palavras” etc. Conforme Galembeck e Blanco (2001), os marcadores do tipo “né?”, “sabe?”, “certo?”, “entende?” e perguntas retóricas possuem valor fático, porém, estão relacionados com a busca de aprovação discursiva no contexto da argumentação e interação.

A fim de corroborar a análise de indagações pospostas como “sabe? né? entende? certo?”, Barros (2005, p. 242) afirma que, ao mesmo tempo em que buscam a participação do destinatário, “atenuam o caráter impositivo do que é dito pelo destinador”. Segundo a autora, é “de forma mais fraca que as indagações finais fazem parte das estratégias de sedução por intensificação da imagem positiva do outro, já que são também estratégias de sedução por atenuação”, amenizando as asserções mais fortes.

Fragmento 6

[...] nesses vinte e nove meses de governo... mais de mil pessoas foram presas no Brasil ou seja... presas de verdade... por sonegação... por tráfico de corrupção... e nós vamos continuar utilizando todo o potencial que o ESTADO tem... para fazer o que precisa ser feito no Brasil... [...] (Anexo A, linhas 9 a 12)

Um importante aspecto a ser discutido, no recorte acima, é o que abrange o campo da repetição em “mais de mil pessoas foram presas no Brasil ou seja... presas de verdade”. Esse recurso aponta para um retorno que culmina na reconstrução textual, igualmente à função das paráfrases. O entrevistado antecipa a possibilidade de que seu discurso possa não parecer crível o bastante, visto que é muito comum as pessoas pensarem que grande parte de políticos faz uso de assertivas demagógicas, e apresentam dados mascarados ou distorcidos para salientar um aspecto favorável de seu grupo, justamente para ocultar ou amenizar um outro lado desfavorável. Prevendo que o argumento “mais de mil pessoas foram presas” não seja suficientemente convincente, o entrevistado reformula seu enunciado, parafraseando-o e inserindo uma proposição que atribua mais peso e credibilidade ao que está sendo exposto: “ou seja, presas de verdade”. Em seguida, são introduzidos exemplos que lhe auxiliam a assegurar a adesão do ouvinte. Ele faz uma generalização positiva com base em dois exemplos que pareçam concretos, de modo que os próprios méritos sejam devidamente valorizados.

Fragmento 7

<p>[...] meus adversários <u>ahn ahn ahn ahn</u> devem ter ficado um pouco indignado que é todas essas denúncias de corrupção... não chegou ao governo... e pelo contrário nas <u>últimas pesquisas mostrou que o governo teve um crescimento... sabe? o po/significa que... o povo brasileiro está sabendo distinguir bem... o que o que o que é denúncia verdadeira... o que o governo está apurando... e o que é:: peça de discurso... de pessoas que querem fazer discurso <u>ou seja...</u> toda vez que alguém faz relações... sobre corrupção e não dá um nome concreto... fica difícil de apurar... [...] (Anexo A, linhas 12 a 18)</u></p>

O segmento acima reúne uma série de expedientes que visam a atender a necessidade imediata do entrevistado em se defender e, simultaneamente, associar a própria posição com valores positivos, afastando os negativos que, por ventura, possam vir a lhe causar inconvenientes. Cabe ressaltar que ambos os recursos podem ocorrer de forma combinada.

Inicialmente, observa-se a ocorrência de um MC não verbal que indica hesitação e, ao mesmo tempo, preenchimento verbal: “ahn ahn ahn ahn”. Por conta de o texto falado ser planejado localmente (o planejamento desenvolve-se simultaneamente à execução), é comum que haja silêncios indicadores de hesitação

ou problemas na construção do texto. O silêncio, por sua vez, pode tornar vulnerável o turno do entrevistado, visto que o entrevistador tem a possibilidade de aproveitar-se dessa deixa para tomar a fala.

O entrevistado menciona que seus adversários ficaram um pouco indignados pelo fato de que as denúncias não chegaram ao governo. O Presidente, entendendo que seu dizer pode não ser inteiramente partilhado, antecipa a representação do outro, fundando sua estratégia no discurso por meio da inserção do termo “pelo contrário”, que contribui para reverter a situação (o governo desconhecer o teor das denúncias) a seu favor. Empenha-se em acrescentar uma afirmação baseada em dados estatísticos (pesquisas mostraram o crescimento do governo) na tentativa de convencer o interlocutor a estar de acordo. Trata-se de uma estratégia altamente argumentativa, especialmente porque há, também, o emprego do MC “sabe?”, com função de busca de aprovação discursiva e envolvimento do ouvinte.

O crescimento do governo, segundo o entrevistado, significa que o povo brasileiro está sabendo distinguir bem o que é denúncia verdadeira do que é peça de discurso. Ele lança mão de uma conclusão pessoal para criar o efeito de um julgamento coletivo; o interlocutor é chamado a um dizer junto, a um co-dizer, inserido dialogicamente no discurso. Trata-se de um cuidado em desfazer possíveis objeções ou discordâncias de pontos de vista. A subjetividade discursiva é projetada no texto e a apreciação valorativa do entrevistado é impressa de maneira sutil, visto que ele iria iniciar sua fala diretamente “o povo brasileiro...”, mas opta pela quebra da palavra “povo” e pela refacção do enunciado: “o po/significa que... o povo brasileiro está sabendo distinguir bem...”. Esse procedimento serve como um atenuador, uma vez que ajuda a amenizar a afirmação por intermédio de uma reelaboração textual. Com isso, a conclusão exposta parece estar pautada em um resultado de pesquisa e não na opinião do entrevistado apenas, distanciando uma completa responsabilidade e transferindo-a para os dados que comprovam sua explanação.

Há, também, o alongamento em “é::”. Vê-se, novamente, a utilização de um mecanismo que serve para preencher um vazio na fala, o qual poderia tornar vulnerável a passagem de turno. Essa manutenção de turno serve também para ganhar tempo para a elaboração textual, para a busca de um léxico mais adequado.

Observa-se, mais uma vez, o uso de “ou seja”. Trata-se de uma paráfrase atenuadora, por meio da qual o entrevistado legitima a dificuldade de apuração das denúncias de corrupção, alegando, para tanto, a falta de nomes concretos. Dessa forma, passa-se a impressão de que o governo, ao contrário do que muitos possam pensar, sobretudo os adversários, não está poupando esforços para investigar a verdade dos fatos, entretanto, é difícil de se apurarem denúncias quando não se tem dados concretos, apenas relações sobre corrupção feitas por “alguém”.

Fragmento 8

[...] depois que a CPI terminar o trabalho dela ela vai ter que mandar isso para o Ministério Público e o Ministério Público então vai... decidir o que fazer com o resultado... é importante lembrar que também não é a primeira vez que no Brasil ãhn ãhn tem uma CPI ou seja... nós gostamos muito de CPI e elas são feitas sistematicamente... e eu acho que... isso faz parte do jogo democrático... [...]
(Anexo A, linhas 22 a 26)

Marcando a retomada de tema, com o uso de “é importante lembrar que”, o entrevistado tenta voltar a atenção do ouvinte para um determinado aspecto do tema. Apresenta-se numa posição inicialmente desinteressada e despreziosa do tipo “meu objetivo é apenas o de lembrar-lhes de algo relevante”, mas, num segundo momento, mostra-se como alguém dotado de intenções. Pela ênfase dada ao enunciado que vai proferir, este ganha força e significância: ao enfatizar um ponto positivo, atenua-se o negativo. Assim, o entrevistado concentra as atenções em sua justificativa e conduz o discurso no sentido de explicar que a CPI é uma prática comum e sistemática no Brasil; não é uma situação inusitada, já houve várias anteriormente.

Novamente ocorre o emprego de “ou seja” como forma de orientar o ouvinte a uma interpretação desejada pelo entrevistado: muitas CPIs já aconteceram em outros governos, por isso não há razão para estranhamentos, uma vez que nós (o povo brasileiro, talvez) gostamos de CPI e isso é corriqueiro. Considerando-se a opacidade existente na linguagem (não-transparência do dizer), o falante possui limitações; não diz tudo o que quer, ele fala o que pode dentro de certas circunstâncias. As formas meta-enunciativas constituem formas de modalização que

aproximam a prática discursiva e a representação do dizer, correspondendo a um desdobramento e um reencontro com o próprio dizer. Ao mesmo tempo em que fala, o entrevistado chama atenção para a maneira com que se fala, direcionando ou redirecionando o discurso para um determinado sentido pretendido por ele. Parafraseando sua asserção com o uso de “ou seja”, o sujeito tenta voltar a atenção do ouvinte para algo que seja mais conveniente no momento.

No que concerne ao uso de “eu acho que”, em certas ocasiões, sua função de manifestar opinião deixa de ser predominante. Em alguns casos, seu papel é atenuar, preservar a face do locutor, como podemos observar no segmento acima, em que esse termo traduz uma opinião imbuída semanticamente de um valor ideológico e de um objetivo pretendido, porém, feito de forma um tanto sutil. A instauração de CPIs faz com que o governo, especialmente o Partido dos Trabalhadores, enfraqueça. O Presidente, procurando minimizar esse problema, atribuindo-lhe naturalidade, diz: “eu acho que... isso faz parte do jogo democrático”. O emprego de “eu acho que” ameniza o que será dito, e, ao mesmo tempo, ajuda a assegurar a posição do próprio entrevistado. Marcadores como eu acho (que), creio (que), eu gostaria de saber, eu sei, me parece que, eu tenho a impressão, acredito que apresentam-se como prefaciadores de opinião, mas também possuem valor atenuativo, que evidenciam uma opinião pessoal. Por essa razão, manifestam a subjetividade, pois não apenas revelam a presença do interlocutor, como também contribuem para reduzir a responsabilidade do falante em relação ao parecer exposto (Galembeck e Carvalho, 1997, p.837). Esses marcadores diminuem a força ilocutória do enunciado a partir do momento em que o entrevistado emite sua opinião amparada em um em um senso comum para alicerçar sua justificativa a respeito das CPIs, tentando, assim, precaver-se de possíveis reações negativas advindas do interlocutor.

Galembeck (2002a, p.85) expõe:

Os marcadores de atenuação com marcas de subjetividade preservam a autoimagem construída pelo falante (face), e são igualmente utilizados para provocar no ouvinte o efeito desejado. Essa dupla destinação constitui uma evidência bastante positiva acerca do fato de que a noção de sujeito é binária e transitiva: a marca do sujeito traz, em si, o reconhecimento de que essa marca assinala a presença em face do interlocutor.

Fragmento 9

[...] o que é importante pra mim é que... ähn... eu gostaria que que não acontecesse isso eu... eu acho que o Brasil não merece isso porque o Brasil tá vivendo um bom momento na sua economia... o Brasil tá vivendo um bom momento na geração de empregos... äh... e eu gostaria que fosse tudo diferente mas não é... faz parte da política... [...] (Anexo A, linhas 26 a 30)

Fragmento 10

[...] eu na verdade quando tomei posse eu tinha uma preocupação muito forte com a questão da política econômica... e isso foi resolvido e foi resolvido porque tivemos paciência... foi resolvido porque não tomamos nenhuma atitude populista... foi resolvido porque soubemos esperar o tempo certo de fazer as coisas... [...] (Anexo A, linhas 47 a 50)

Por meio da colocação: “o que é importante pra mim é que... ähn... eu gostaria que que não acontecesse isso...”, no fragmento 9, o entrevistado tende a demonstrar uma preocupação com os atuais problemas, e isso gera uma atmosfera de insatisfação. É também uma forma tênue de expor que não era sua intenção (e talvez até sua culpa) fazer o país atravessar todas essas dificuldades. A impressão que se tem é a de que ele está tranquilo, pois o que importa para ele realmente é saber que não era esse seu desejo. Entretanto, apresenta certo grau de desconforto em relação ao problema ocorrido e que não pode negar. Esse efeito é reforçado pelas marcas de planejamento verbal (“ähn”) aliadas às pausas e repetições (“que que”), as quais denotam certa hesitação.

Apesar de se colocar em um plano individual (eu), muitas vezes, o entrevistado apoia-se em um dizer coletivo, encoberto por uma suposta opinião pessoal, como no trecho: “eu acho que o Brasil não merece isso”. Em razão da crise política que o Brasil vem enfrentando, dizer que o Brasil não merece isso é um senso comum. O entrevistado poderia, perfeitamente, manifestar-se sem o auxílio do marcador “eu acho que”, porém, este confere ao discurso um tom de insatisfação que é expressa por meio de uma opinião própria; ele pretende transmitir seu sentimento de indignação, seu pesar em relação aos últimos acontecimentos.

As repetições são instrumentos que colaboram para a argumentação e, principalmente, para desviar a atenção do ouvinte para exemplos de desenvolvimento político que vêm indicando êxito, como o campo da economia e

geração de empregos. Esse tipo de recurso ajuda a converter um assunto inconveniente em um outro bastante adequado.

No segmento “o Brasil tá vivendo um bom momento na sua economia... o Brasil tá vivendo um bom momento na geração de empregos... ahn... e eu gostaria que fosse tudo diferente mas não é... faz parte da política...”, vemos que há um dizer implícito que contribui para a preservação da face do entrevistado. Na verdade, o “Brasil”, ao qual o Presidente se refere pode não corresponder realmente ao país em si, mas ao próprio governo, que certamente precisa ser exaltado com bons exemplos. Trata-se de uma maneira de dizer que, apesar de tudo, o Brasil está passando por momentos bons, os quais se devem à atual presidência. Entende-se que “o governo fez coisas positivas em algumas áreas, mesmo que a corrupção tenha atingido grandes proporções”. Desse modo, o entrevistado alcança seu objetivo: mostrar suas conquistas, eximindo-se de uma possível posição demagoga.

De forma semelhante às repetições empregadas anteriormente, no exemplo 10, elas atuam no sentido de enfatizar elementos da sentença, os quais realçam, na visão do entrevistado, uma decisão acertada. Ele explica, por meio de exemplos, o motivo pelo qual o problema da política econômica foi resolvido, apresentando méritos que corroboram o assentimento do ouvinte.

Fragmento 11

1	Entrevistador: O senhor acredita que há males que vêm para bem?
5	Entrevistado: A minha tese é que... nós precisamos aproveitar esse momento que está acontecendo no Brasil... pra sermos mais duros... para criarmos mais mecanismos de proteção do estado brasileiro... e vamos fazer... <u>goste quem gostar... doa a quem doer sabe?... nós vamos continuar sendo implacáveis... sabe?...</u> na apuração da corrupção <u>ahn ahn ahn</u> e quem tiver... quem tiver... ahn... que ficar bravo com o governo... sabe? que fique mas... se tiver... nós vamos apurar... [...] Anexo A, linhas 34 a 40)

Como podemos perceber no trecho acima, existe a recorrência de estratégias de envolvimento do ouvinte (“sabe?”), planejadores verbais e indicadores de hesitação (“ahn ahn ahn”). Cabe salientar que o entrevistado empenha-se em demonstrar uma postura severa em relação à punição dos culpados. São utilizadas

expressões de uso popular (“goste quem gostar... doa a quem doer”), para deixar claro que pretende ser rigoroso e, sobretudo, justo com as investigações, mesmo que isso cause problemas. Argumentos que se apoiam em outros conhecimentos já reconhecidos e valorizados são chamados de argumentos de autoridade, como provérbios, frases feitas etc. O argumento de autoridade atribui ao texto maior credibilidade. Se bem selecionado, pode também enriquecer e fortalecer o discurso.

Ao enunciar “nós vamos continuar sendo implacáveis”, o entrevistado sutilmente reafirma que atitudes enérgicas já vêm sendo executadas, pois o próprio verbo “continuar”, que indica a permanência de estado, configura-se como um marcador de pressuposição. É um elemento linguístico que introduz nos enunciados conteúdos semânticos adicionais que levam à pressuposição de algo já conhecido anteriormente. Ressalta-se, pois, a importância dos marcadores de pressuposição na construção do sentido. Essas marcas linguísticas constituem um recurso altamente argumentativo, que veicula uma informação capaz de conferir ao enunciado a carga persuasiva que garante um propósito definido.

Ao ser questionado se sentia um peso muito maior hoje do que quando foi eleito Presidente da República, o entrevistado expõe:

Fragmento 12

Não... ou seja... hoje eu tenho muito mais consciência... do que é administrar um país como o Brasil... [...] (Anexo A, linhas 46 e 47)

Com efeito, trata-se de uma pergunta que coloca o Presidente em uma situação delicada. Ele poderia responder que sim, sente maior peso hoje do que quando foi eleito, uma vez que, naquela época, a eleição recente era apenas o início de uma caminhada, a realização de uma meta que foi perseguida por muitos anos. No entanto, o entrevistado, na intenção de não parecer enfraquecido, diz que não, já inserindo uma espécie de explicação para tal assertiva: hoje ele tem mais consciência do que é administrar um país como o Brasil. Essa justificativa, precedida pelo termo “ou seja”, faz com que o ouvinte pense que ele, atualmente, está muito mais preparado para enfrentar as adversidades do que antes. É mais uma forma de preservação da face, visto que distancia uma possível imagem negativa (aparentar fragilidade no comando de um país cujos problemas de corrupção estão sendo

revelados em seu mandato), e cria uma imagem positiva: mostrar discernimento e experiência como líder.

Fragmento 13

1	Entrevistador: O senhor sente saudades da época em que era sindicalista ou oposição?
5	Entrevistado: <u>Veja...</u> é saudade não... até porque: ãhn... passei a vida inteira brigando pra chegar onde cheguei ãhn:: na verdade quando você é oposição você tem mais facilidade porque você não tem... a responsabilidade de fazer... você só tem a responsabilidade de cobrar... [...] (Anexo A, linhas 60 a 64)

No fragmento 13, o entrevistado ganha tempo para se preparar para uma exposição delicada. Tanto o “veja” quanto o “olha” perdem o sentido original de “ver” e “olhar” como verbos para atuarem como preenchedores verbais. Eles também adiam o enunciado subsequente, e mantêm o “canal de interlocução em aberto, enquanto se procura o rumo da formulação a ser dada ao tópico.” (RISSO, 1998, p.795).

Em conformidade com a autora:

A tendência para a cristalização semântica característica dos M., de modo geral, define aí um apagamento da referência à ação visual expressa pelo verbo. No estatuto discursivo do M. em questão, essa referência aparece remanejada para a expressão de uma espécie de envolvimento cognitivo proposto ao ouvinte, em forma de um chamado de sua atenção para a informação dada logo a seguir. (p.798).

Fragmento 14

1	Entrevistador: O senhor foi criador do Partido dos Trabalhadores... impossível não associar a sua imagem à imagem do partido... hoje ele comemora vinte e cinco anos e infelizmente está envolvido em todas essas denúncias de corrupção... eu queria saber... onde foi que o pai... Lula errou?
5	Entrevistado: <u>((risos))</u> olha... eu... eu tenho o PT como um filho porque... ãhn... eu ajudei eu sou um dos fundadores do PT... [...] (Anexo A, linhas 76 a 81)

É oportuno salientar que o entrevistador comete um FTA (ato ameaçador da face), pois o próprio teor da pergunta já representa um risco à face do entrevistado. O exemplo em questão traz, portanto, um sinal paralinguístico que serve como pista de contextualização no texto: os risos. Eles operam, predominantemente, neste caso, como atenuadores, pois contribuem para gerar uma atmosfera mais leve em relação à capciosa pergunta “onde foi que o pai Lula errou?”. Aproveitando a própria comparação de “pai” do partido, o entrevistado usa esse marcador não verbal que o beneficia em atribuir um tom de brincadeira à questão, amenizando, assim, o clima e levando a interação a bom termo.

O Presidente busca demonstrar que não está tenso e isso contribui para baixar o grau de desconforto que envolve a razão da entrevista: o seu posicionamento frente aos primeiros escândalos de corrupção no governo. Essa atitude, aparentemente, descontraída revela que o entrevistado, apesar da pressão, não se sente tão intimidado pelo entrevistador, talvez, por considerá-lo menos ameaçador que outros jornalistas mais invasivos e, portanto, mais perigosos que já enfrentou em seus anos de carreira política.

Fragmento 15

[...] muitas vezes dentro de casa... um filho quando pede dinheiro po pai... e que o pai diz “não tenho dinheiro”... sabe?... muitas vezes o pai tá sendo o mais verdadeiro dos seres humanos... mas po filho... sabe? ele sai diz pos amigos “olha meu pai não me deu dinheiro meu pai não sei das quanta...” [...] (Anexo A, linhas 65 a 68)

Fragmento 16

[...] se você quiser ser sério... você só poderá fazer aquilo que é possível fazer... cê num pode inventá... cê num pode gastá o que cê num tem... cê num pode fazer populismo de prometer coisas que você não vai conseguir fazer... [...] (Anexo A, linhas 69 a 71)

São utilizadas, nos exemplos acima, variedades menos prestigiadas ou mais estigmatizadas, porém, muito usadas no âmbito da língua falada, como “cê” (informal), “num” (alteração fonética de “não”), “gastá”/ “inventá” (apócope do “r”: retira-se o “r” no fim da palavra), “pó filho/po pai”/ “pos amigos” (variação fonética de “para o/os”). Sabendo que o Presidente foi ex-metalúrgico e sindicalista, seu discurso tende a apresentar marcas que sejam reconhecidas pela grande massa de

trabalhadores, talvez como uma estratégia de identificação com o povo, principalmente com aqueles que não tiveram acesso a um maior grau de escolaridade. Apesar de estar implícita a noção de que essas variantes são amplamente utilizadas por usuários que habitam a zona rural ou possuem um baixo grau de instrução, é válido lembrar que essas formas, com efeito, são constantemente empregadas por indivíduos pertencentes aos centros urbanos no cotidiano da comunicação, sobretudo no campo da conversação. Esses expedientes remetem-nos, ainda, à ideia de uma aproximação com o interlocutor, portanto, intencional. Ademais, MCs com função de envolvimento do ouvinte, como no caso “olha” e “sabe”, se mostram muito úteis para esse tipo de propósito sociointeracional.

Vale considerar que os fatores de natureza social, seja no âmbito da política, ou em qualquer outra área, podem ser associados a características provenientes de uma dada comunidade ou meio social e sua maneira de pensar e agir, que se refletem na linguagem. Nesse sentido, o indivíduo transforma-se, como diz Bechara (1997, p. 14), em um “poliglota dentro de sua própria língua”, capaz de escolher e adequar a variedade linguística, os recursos e o estilo às diversas situações enunciativas dentro de um dado contexto de produção discursiva, de acordo com suas intenções enunciativas.

É relevante observar, ainda, o fato de que certas formas populares, como “não sei das quanta”, além de serem extremamente informais e muito frequentes na oralidade, podem ser, também, um fenômeno inconsciente, natural do meio social no qual o Presidente esteve inserido por muito tempo de sua vida e que pode ser evidenciado na linguagem, especialmente espontânea, em que há menor grau de reflexão linguística. O entrevistado, no entanto, pertence atualmente a uma outra esfera social, logo, está inscrito em uma formação discursiva também diferente. A expressão “não sei das quanta”, então, contribui para demonstrar a heterogeneidade enunciativa, a voz do “outro”, do discurso popular que entrecruza o discurso político. Isso cria o efeito de proximidade com o ouvinte, tentando convidá-lo a se identificar com o discurso do falante. Passa-se uma imagem de que o entrevistado também faz parte da população que utiliza uma linguagem mais corriqueira, mesmo sendo uma autoridade, o Presidente da República.

Fragmento 17

1	Entrevistador: Mas Vossa Excelência estima que tem alguma culpa nessa crise do PT... e do país?
5	Entrevistado: Não/já faz... já faz tempo que eu deixei de ser presidente do PT <u>ou sei/eu</u> já fui presidente do PT durante três anos... <u>ãhn</u> depois que eu virei Presidente da República eu... <u>num/num</u> pude mais participar... <u>ah ah</u> das direções do PT não pude mais participar das reuniões de diretório do PT... <u>ah...</u> e o PT tem muita autonomia com relação ao governo e o governo tem mais autonomia ainda com relação ao PT... <u>eu eu eu (+) eu acho que... o PT teve um... problema... sabe?</u> que é da questão da direção porque... <u>ah...</u> houve um tempo em que os melhores quadros da política de esquerda do Brasil... eram dirigentes do PT... e depois que nós ganhamos prefeitura nós ganhamos governos estaduais elegemos muitos deputados eu ganhei a presidência... grande partes desses quadros do PT vieram para o governo... e a direção ficou muito fragilizada ficou muito... enfraquecida... [...] (Anexo A, linhas 96 a 107)
10	

Embora haja o pronome de tratamento respeitoso “Vossa Excelência”, por parte do entrevistador, o teor da pergunta é bem capcioso (achar que tenha culpa na crise do PT e do país). O entrevistado, por sua vez, tenta esquivar-se de qualquer responsabilidade, dizendo que, em relação ao PT, ele não é mais presidente do partido há tempos. Para tanto, ele usa uma reformulação repleta de elementos que denotam hesitação como “num/num”, pausas e “ah ah” no trecho “num/num pude mais participar... ah ah das direções do PT não pude mais participar das reuniões de diretório do PT”. Vendo que não foi tão preciso em sua informação, ele refaz seu enunciado a fim de parecer mais crível e garantir que sua credibilidade não seja posta em questão, o que pode resultar em uma forma de amenizar sua situação, ou seja, responder ao que lhe foi perguntado e, ao mesmo tempo, se eximir de uma suposta culpa. Como um articulador da interação, tem-se uma autocorreção, utilizada com o objetivo de atribuir mais veracidade ao que é dito. Segundo Marcuschi (1989, p.313):

Este é o esquema típico de uma atividade de autocorreção (referindo-se ao exemplo: eu fui: quinta-feira (.) não foi terça-feira à noite lá no Taidi/...) em que o locutor constata um equívoco e anuncia sua anulação com o objetivo de tornar crível a nova informação e não dar a impressão de se contradizer. Relevante para este tipo de ação é o pressuposto de dupla consciência do equívoco e da informação correta.

Cabe considerar que os risos contribuem para diminuir o nível de desconforto em que o Presidente é colocado, tornando o clima de interação mais descontraído para que ele possa responder a uma pergunta recorrente: se ele tem ou não real intenção de se reeleger. Sua resposta, basicamente, é sempre a mesma, pois sempre expõe uma falta de pretensão à continuidade da gestão e uma preocupação com o mandato em vigência e com os problemas atuais que deve resolver. Isso evoca uma imagem de quem não pensa, de modo precipitado, em coisas que o beneficiam individualmente no âmbito político, mas uma pessoa que pensa no bem estar do país em primeiro lugar. Aliás, o tom de prosperidade que o entrevistado procura passar à população é realçado pelo marcador de opinião “eu acho que” e pelas repetições de que o ano atual será melhor que o anterior, e isso colabora para diminuir a atenção do ouvinte acerca do tema proposto pelo entrevistador.

Os fragmentos a seguir (19 a 36) referem-se à entrevista concedida ao repórter Pedro Bial, no programa *Fantástico*, da Rede Globo de Televisão.

Fragmento 19

1 5	Entrevistador: Presidente... antes da sua eleição depois da sua eleição o senhor repetiu várias vezes... com pertinência é::... de que muitos poderiam errar no seu lugar mas o senhor com a sua biografia e com os preconceitos que o senhor enfrentava o senhor não poderia errar... agora... diante de tantos escândalos que o seu governo vem enfrentando... o senhor poderia me responder onde é que o senhor errou?
10 15	Entrevistado: <u>Primeiro Pedro... eu queria... aproveitar... esse... programa de... primeiro de ano...</u> e cumprimentar... o povo brasileiro... desejando a ele... um dois mil e seis éh... melhor do que qualquer um que eles já imaginaram ter... <u>afinal de contas eu acho que</u> o povo brasileiro merece... um bom dois mil e seis... <u>segundo... ô Pedro... éh éh éh... é muito difícil você dizer éh... aonde... você errou... você pode ter errado muitas vezes e pode ter acertado outras vezes... o dado concreto o dado concreto Pedro é que...</u> nós temos consciência que governar... um país do tamanho do Brasil... com a máquina poderosa que tem... <u>você pode cometer um ou outro erro</u> e na medida em que você detecta esse erro... tem que tomar as providências para apurar e punir aqueles que puderam ou aqueles que cometeram o erro... e isso nós fizemos como jamais foi feito na história do Brasil (Anexo B, linhas 1 a 15)

Observa-se que a pergunta do entrevistador é bastante direta e delicada (onde é que o senhor errou?), representando uma ameaça à face do entrevistado. Embora haja o uso de um procedimento de atenuação, o futuro do pretérito (o senhor poderia), a pergunta ainda causa um efeito impactante à interação e, para respondê-la, o Presidente se vale de um preâmbulo, realizado por meio das saudações introdutórias (“primeiro Pedro... eu queria... aproveitar...”), que adia o verdadeiro teor da resposta. Vê-se o uso do imperfeito do indicativo “eu queria” como um mecanismo que resguarda a imagem do entrevistado em não parecer invasivo, e atenua o efeito dessa invasão, tornando-a menos indelicada. Na concepção de Barros (2005, p. 245-246), “são muitas as estratégias implícitas de atenuação para a construção da imagem negativa do destinador como contraponto à imagem positiva do destinatário.” Uma delas pode ser feita por meio de “pedidos ou ordens, com o uso dos verbos *gostar*, *poder* e *querer*, em geral no futuro do pretérito, seguido de verbo no subjuntivo imperfeito.”

Trata-se de um artifício bastante conveniente para amenizar a intensidade da pergunta, pois o entrevistado usa as felicitações ao povo brasileiro, com vistas a ganhar tempo para pensar no que irá dizer e também para abrandar, em um primeiro momento, o impacto da declaração subsequente. Isso contribui para que o Presidente pareça cordial e interessado na felicidade da população em 2006, desviando-se do foco principal da pergunta, ao mesmo tempo em que mostra simpatia e polidez, o que, aliás, pode ser um recurso válido para abrandar, previamente, o enunciado posterior. Por minimizar a ameaça à face do entrevistado, o prefácio é, portanto, atenuador. Isso é percebido, também, pela recorrência das pausas, que denotam uma hesitação em formular os enunciados até que se encontre um caminho mais adequado à situação. Esse procedimento pode ser considerado um tipo de evasão, pois pode funcionar, segundo Marcuschi (2006, p. 74), “como precaução, anteparo ou mesmo evasivas, assumindo às vezes a forma de torneios frasais.”

Esse tipo de anúncio serve para tornar “menos ameaçadora a ação subsequente, minimizando os riscos contidos na declaração vindoura” (ROSA, 1992, p. 70). O prefácio utilizado pelo entrevistado noticia uma possível violação da máxima conversacional de relação (seja relevante: espera-se que a contribuição seja adequada às necessidades imediatas), acarretando, também, uma ameaça à face.

Em conformidade com a visão da autora:

A situação de entrevista pressupõe, em primeiro lugar, que o entrevistado esteja disposto a responder prontamente às perguntas que lhe forem dirigidas. Em segundo lugar, por ser uma entrevista em que o processamento temático é fortemente dirigido, qualquer comentário (sobretudo de for irônico) sobre a direção temática da entrevista pode ser tomado como um rompimento do contrato estabelecido para a realização desse tipo de evento, e certamente pode representar uma séria ameaça à face do entrevistador (p. 71).

O entrevistado, então, finaliza seus cumprimentos, dizendo “afinal de contas acho que o povo brasileiro merece... um bom dois mil e seis...” (linha 8). Há, nesse trecho, o uso do marcador de opinião “acho que”, como forma de produzir um tom de justiça acerca do que é dito, embutido em um valor de juízo particular. Esse marcador é precedido pela expressão “afinal de contas”, que serve para transmitir uma conclusão positiva e solidária aos brasileiros. Espera-se, obviamente, que, na posição de Presidente, a conclusão não seja outra, já que é improvável que um estadista declare achar que a população não mereça ter um bom ano, porém, essa manifestação de opinião afável torna-se muito útil em preservar sua imagem pública e reforçar sua identificação com o povo. Isso revela a persona do líder otimista, encorajador e que reconhece o mérito da população.

Vale ressaltar que esse recurso se presta muito bem à construção da face positiva, visto que:

[...] representa a auto-imagem definida ou personalidade (incluindo principalmente o desejo de que esta auto-imagem possa ser aprovada e apreciada) de que os interlocutores necessitam. É o desejo de aprovação social e de auto-estima. (SILVA, 1998, p. 113).

O Presidente faz suas declarações de forma pontual (primeiro.... segundo...), e isso nos remete à idéia de que, antes de emitir qualquer resposta, é preciso se dirigir à sociedade, atribuindo-lhe extrema importância, ou seja, primeiro vem a atenção ao povo, e segundo a resposta para a pergunta. Quando o entrevistado inicia sua resposta, propriamente dita, ele apela para um tom humanitário, envolvendo a natureza frágil da condição humana, que encontra dificuldades em saber, precisamente, onde errou, e que é natural as pessoas errarem e acertarem. Ele procura demonstrar que, além de ser um chefe de Estado,

é um ser humano antes de mais nada e, portanto, passível de erros como todos, apontando para a construção da imagem de um governante que se coloca em pé de igualdade com todos. É interessante observar que, apesar de ter sido questionado a respeito de seu erro, ele faz menção, em contrapartida, a seus acertos, no sentido de que, ele pode ter errado, mas pode ter acertado também. Esse expediente cumpre muito bem o papel de amenizar as asserções do locutor, revertendo a situação na qual se encontra, como vemos no segmento “é muito difícil você dizer éh... aonde... você errou... você pode ter errado muitas vezes e pode ter acertado outras vezes...”.

Ao utilizar a expressão “o dado concreto o dado concreto”, repetidamente, o entrevistado busca dar ênfase ao que lhe é conveniente, isto é, mostrar que, na verdade, a plena certeza que se pode ter é que governar um país tão grande não é tarefa fácil, e isso acarreta erros, que não são muitos, devido ao motivo apresentado por ele. Esse procedimento vem ao encontro da máxima de qualidade (faça com que sua contribuição seja verdadeira), afastando-se da ideia de não dizer o que acredita ser falso. Além disso, o Presidente diz que é possível cometer “um ou outro erro”, expressão que diminui a força ilocutória do enunciado, que tende a suavizar a possível impressão de que os erros foram muitos, e fazendo parecer que, na realidade, os erros foram mínimos, esporádicos. A partir do momento em que declara isso, o entrevistado acaba por não se eximir da culpa de cometer um erro, mesmo que isso seja feito de maneira tácita, entretanto, ele legitima sua suposta falha em função de que é admissível errar às vezes.

Fragmento 20

1	Entrevistador: O senhor está falan/se referindo às CPIs... éh... pra pra apurar... quer dizer o governo resistiu muito quer dizer procurou... impedir a implantação das CPIs num primeiro momento... e mesmo agora há pouco... tentou evitar a prorrogação de seu trabalho
5	Entrevistado: <u>Não/veja... primeiro</u> a CPI... ela é uma conquista da democracia brasileira... e o PT durante mUITO TEMpo se utilizou de CPI... pra fazer política... <u>segundo</u> ... é normal... que quem está na oposição queira mais uma CPI do que quem está na situação... <u>isso também é histórico no Brasil...</u> e a terceira coisa é que a CPI está funcionando na sua plenitude... sem que houvesse em qualquer momento qualquer interferência do governo... para criar qualquer obsTÁculo pra CPI... tudo que eu desejo na
10	

15	<p>vida... é que a CPI apure corretamente o que tem que apurar... FAça todas as acareações que tiver que fazer... APREsente o seu relatório final... o Mini/o Ministério Público a partir daí... vai fazer as suas investigações... e aquilo que for... para o Poder Judiciário será julgado aquilo que precisar de a Polícia Federal investigar... será investigado porque... <u>eu acredito piamente que</u> o Brasil... vai ao longo dos próximos <u>dez vinte ou trinta anos</u>... se nós quisermos transformar na grande nação que eu sonho em transformar o Brasil... [...]</p> <p>(Anexo B, linhas 16 a 31)</p>
----	---

Logo após a afirmação do entrevistador, o entrevistado usa a negativa, já buscando o envolvimento do ouvinte (“não/veja...”) e, ao mesmo tempo, recorre à argumentação, realizada por meio da armação do quadro tópico (“primeiro... segundo... e a terceira coisa é que...”). Ao invés de se sentir acuado, ele reverte a situação, enumerando argumentos, a fim de mostrar embasamento acerca do que diz, ou seja, procura mostrar que está munido de informações. Ele lista razões para parecer seguro e inteirado dos fatos, ao contrário de tempos atrás, quando dizia a frase que se tornou popular “eu não sei de nada”. Essa opção é fortalecida pela expressão parentética “isso também é histórico no Brasil”, por meio da qual o falante lembra ao ouvinte que o fato de a oposição querer mais uma CPI do que quem está na situação faz parte da trajetória política brasileira. Desse modo, ele tenta eximir-se de uma suposta culpa, atribuindo-a aos governos anteriores, já passando a impressão de que não é o primeiro a passar por esse problema e, por isso, esse caso não merece tamanha repercussão.

No trecho “eu acredito piamente”, o entrevistado utiliza um marcador conversacional que, normalmente, cumpre o papel de manifestação de opinião, que demonstra certeza do que diz e assume responsabilidade pelo enunciado. Entretanto, esse sentido implica uma incerteza proposta pela expressão “dez vinte ou trinta anos”, o que sinaliza, por outro lado, um tom de dúvida, pois o espaço de tempo é muito grande, não ficando claro em que ele acredita realmente. Mesmo assim, ao empregar o marcador de opinião anteriormente, o Presidente transmite uma ideia de convicção que o beneficia para a veracidade de sua assertiva e, conseqüentemente, mitiga o efeito de uma falsa promessa.

Fragmento 21

1	Entrevistador: O senhor me permite enumerar alguns dados que... escandalizaram o país porque o PT era meio... tido como o partido que monopolizava a ética na política brasileira e isso em 2005 foi por terra... porquê?... bom... o deputado José Genoíno presidente do partido... disse que não tomou empréstimo tomou... caiu Sílvio Pereira secretário-geral caiu... o ex-ministro-chefe da Casa Civil... José Dirceu foi cassado... esses não são erros?
5	
	Entrevistado: São erros... <u>e tanto é que que</u> foram punidos... o Genoíno saiu da presidência do PT... o Silvinho não está mais no PT... e o Zé Dirceu perdeu o mandato... o Delúbio saiu do PT... porque... <u>pra mim</u> a apuração ela tem que ser feita... [...] (Anexo B, linhas 35 a 42)

Ao responder a pergunta do entrevistador, o entrevistado concorda prontamente com seu interlocutor e reforça a afirmação, no dizer “e tanto é que que foram punidos”, seguidos de exemplos de punição aos que não agiram corretamente. Essa punição não alivia os delitos supostamente cometidos pelos políticos citados, pois trata-se de uma punição branda, que apenas os afastaram de cargos ligados ao PT e ao governo, e que, no entanto, nenhum deles teve que restituir o dinheiro, teoricamente, desviado.

Observa-se, portanto, que o entrevistado se esconde em ações aparentemente próprias em relação à penalidade dos acusados. Na verdade, porém, ele utiliza um conceito óbvio acerca de punição àqueles que estão sob denúncia pública, o que pode contribuir, positivamente, com seus seus argumentos, pois isso gera a imagem de um governante implacável na questão da justiça. Ele se refugia no senso comum, para atenuar o que diz e ganhar a adesão da plateia. Isso colabora para que transpareça a imagem de ser um grande partidário do combate à corrupção, isto é, um desejo de se identificar com aqueles que são, ou pelo menos, dizem ser honestos e que não aceitam impunidade. O Presidente faz uso de um discurso presente no inconsciente coletivo, visando à aproximação com a população. Na concepção de Jung (1981b, p. 149):

Na medida em que aumenta a influência do inconsciente coletivo, a consciência perde seu poder de liderança. Imperceptivelmente, vai sendo dirigida, enquanto o processo inconsciente e impessoal toma o controle. Assim pois, sem que o perceba, a personalidade consciente, como se fora uma peça entre outras num tabuleiro de

20	<p>de CPI... não posso... <u>primeiro</u> porque não é o papel do Presidente da República... <u>segundo</u> porque não tenho conhecimento suficiente pra analisar... como tem um delegado de polícia como tem um representante do Ministério Público... ou como tem um ministro do Supremo Tribunal Federal... <u>o que eu espero... e é a única coisa que peço a Deus todo dia... é que a investigação seja a mais séria possível... a apuração a mais séria possível... e a punição... aQUEla mais SÉria que puder ser feita...</u> de acordo com o crime que cada pessoa envolvida comprometeu (Anexo B, linhas 57 a 80)</p>
----	---

Assim como já visto anteriormente, o Presidente utiliza novamente um marcador conversacional de envolvimento do ouvinte “veja”, aliado ao marcador não-lexicalizado “ah” com função de planejamento verbal, o qual serviu, também, para preencher uma pausa indicativa de incerteza. Com o auxílio das pausas e do recurso indicador de hesitação “ô ô...”, percebe-se que o entrevistado pretende ganhar algum tempo para responder à pergunta constrangedora que lhe foi feita e, assim, achar uma maneira de se sair bem dessa situação. O texto falado é planejado localmente, ou seja, o planejamento desenvolve-se simultaneamente à execução. Por essa razão, é comum que nesse momento, haja a ocorrência de silêncios que indicam hesitação ou dificuldades na formulação do texto. De acordo com Galembeck e Carvalho (1997, p.842), “o problema é que o silêncio (pausas não-preenchidas) torna particularmente vulnerável a posição do locutor, pois permite que o turno venha a ser ocupado pelo outro interlocutor.” Por isso, o falante visa a preencher as pausas por meio de determinados marcadores como ahn, eh, ah, entre outros, e de alongamentos.

Outro recurso já empregado é expor os argumentos de modo pontual (“primeiro... segundo”). Como o entrevistador colocou a situação de uma forma acuadora (“falando em verdade e mentira”, o senhor já afirmou ah... nas seguintes palavras que essa história do mensalão parece folclore do Congresso, o senhor ainda acredita que não passa de folclore?”), o entrevistado, então, procura elencar razões para poder fortalecer suas assertivas. Somado a esse expediente, há, ainda, o uso da expressão parentética “que aliás já investigou muito” que dá mais peso e credibilidade no que está sendo exposto. Trata-se de uma forma de preservar sua imagem, visto que, baseado nesses argumentos, ele evita que sua face seja arranhada e a interação torna-se mais amena.

No trecho “... o que eu espero... e é a única coisa que peço a Deus todo dia... é que a investigação seja a mais séria possível... a apuração a mais séria

possível... e a punição... aQUEla mais SÉria que puder ser feita” (linha 21), vemos que há uma anúncio do que vai ser dito em “o que eu espero... [...] é que”, seguido de uma outra expressão parentética em “e é a única coisa que peço a Deus todo dia...”, combinada com repetições (a mais séria possível/ a mais séria possível/ mais séria) que auxiliam na carga argumentativa das afirmações. Esse conjunto de procedimentos denota um tom apelativo, ou seja, o Presidente se refugia na crença religiosa do Brasil, que é altamente esperançosa na ajuda divina, sobretudo os habitantes do nordeste, como ele, os quais se mostram extremamente confiantes em Deus.

Observa-se, portanto, a persona do governante justiceiro guiado por Deus, cuja preocupação maior é com o país e não com os desejos e necessidades individuais, como saúde e paz para a própria família, pois como diz: a única coisa que ele pede a Deus todo dia é que a investigação seja a mais séria possível. Cabe evidenciar a construção do arquétipo do pai nordestino, semelhante àquele que pede a chuva a Deus e tem fé Nele para resolver os problemas mais urgentes.

Fragmento 23

1	Entrevistador: O senhor acredita que ele vai recuperar essa credibilidade?
	Entrevistado: Vai vai recuperar... vai recuperar...
	Entrevistador: Tem salvação?
5	Entrevistado: <u>Eu acho que</u> tem salvação porque o PT é um partido muito grande... e numa família quando alguém... comete um erro qualquer você não pune a família inteira... vai ser punido quem cometeu o erro... e a legenda continuará com a mesma grandeza que fez política nesses últimos... vinte anos <u>segundo... ah ah ah:...</u> se você for à Justiça Eleitoral você vai perceber... a quantidade de milhares de processos que tem de denúncias de corrupção nesse país... se você andar no Brasil em época de eleição cê vai perceber
10	que... ao terminarem as eleições você tem... na maioria dos municípios brasileiros deNÚncia de corrupção contra quem ganhou ou contra quem perdeu ou contra alguém... isso é o que mais tem no Brasil... alguns processos são apurados e as pessoas são punidas outros não são apurados... ou termina o mandato e não apurou nada porque a justiça tem dificuldade... <u>mas eu estou convencido...</u> de que em nenhum momento da
15	história do Brasil... teve um governo... que colocasse o aparato do Estado brasileiro... pra fazer investigação como nós temos colocado... a Polícia Federal... tem trabalhado... nesses trinta e seis meses... o que/o que ela não trabalhou em vinte anos... <u>tem</u>
20	<u>investigado tem investigado</u> quadrilhas <u>tem inve/investigado...</u> lavagem de dinheiro <u>tem investigado</u> contrabando <u>tem investigado</u> tráfico <u>tem investigado...</u> o crime organizado... e <u>tem investigado</u> denúncia de corrupção... dentro da própria Polícia Federal... afinal de

25	<p>contas são dezenas de policiais... punidos... e isso é um processo de depuração... que vai levar tempo... <u>cê não tem uma varinha de condão que você fala apareça os corruptos... ou os malfeitores da pátria que nós vamos punir...</u> não... você fica sabendo das coisas quando você lê... cê fica sabendo das coisas quando alguém denuncia... cê fica sabendo das coisas quando... alguém... faz... uma uma denúncia ou pelo menos um indício de prova aí você manda investigar... e na investigação você prova se é inocente... ou não... se é culpado ou não (Anexo B, linhas 120 a 146)</p>
----	---

Vê-se que o entrevistado utiliza o marcador de opinião “eu acho que”, como elemento que denota incerteza. É atenuador, pois mesmo que diga que o PT tem salvação, ele não tem como garantir o que diz, e por isso, apoia-se em um julgamento próprio, mas com certo grau de incerteza que o exime da responsabilidade de fazer uma afirmação para a qual não tem total convicção. No dizer de Galembeck (2002b), pode-se perceber as marcas de subjetividade, as quais são representadas por marcadores proposicionais de opinião, geralmente construídos com verbos de valor cognitivo ou de percepção (vejo que, percebo que, acho que, creio que, você sabe que e assemelhados). Essas expressões operam na coesão textual, visto que auxiliam a extensão do tema, normalmente, por meio da introdução de uma explanação. De modo diferente, em “eu estou convencido” (linha 14), o efeito é de certeza. Ainda segundo o mesmo autor (1999b, p. 182), “o emprego de verbos que prefaciam ou introduzem a opinião do falante representa uma indicação de que ele assume integralmente a própria opinião.”

Novamente vemos a ocorrência da armação do quadro tópico, realizada por meio da apresentação dos argumentos de forma pontual (“segundo... ah ah ah:...”). Nesse exemplo, percebe-se que, além da função anteriormente exposta, há, ainda, a presença do marcador não-lexicalizado “ah ah ah:...”, que expressa hesitação. Urbano (1997, p.95) considera algumas causas decorrentes desses momentos de hesitação: “falta/falha de planejamento verbal e/ou semântico prévio; desconhecimento do assunto, de vocábulo ou de certas estruturas linguísticas; falhas de memória etc.”.

Observa-se o uso das repetições com valor altamente argumentativo. Esse procedimento permite que a intencionalidade do entrevistado seja evidenciada e, dessa forma, as repetições passam a constituir um mecanismo extremamente persuasivo. Há vários tipos de repetição que se definem não apenas por sua constituição formal, mas também pelas funções que desempenham na

interação verbal e na composição do texto. O emprego desses intensificadores no discurso evidencia a natureza subjetiva do falante, pois suas intenções e a situação de enunciação fazem parte da análise das estratégias da comunicação linguística e, assim, tornam-se fatores extremamente significativos para transformar em efeitos semânticos explícitos as intenções implícitas do entrevistado. Por meio das repetições, o Presidente fortalece seu discurso, atribuindo-lhe maior poder argumentativo e tornando-o mais convincente e, desse modo, afasta possíveis ameaças à face.

Ao dizer “cê não tem uma varinha de condão que você fala apareça os corruptos... ou os malfeitores da pátria que nós vamos punir”, o entrevistado procura distanciar sua imagem de líder passivo para provocar, novamente, uma identificação com o ouvinte. Seria o mesmo que dizer “eu não faço milagres para identificar quem são os corruptos”, ou “eu não tenho poderes mágicos para descobrir quem são os malfeitores da pátria”. Isso passa a impressão de que ele é apenas uma pessoa, e que, embora dirija uma nação, não tem habilidades além do normal para saber de coisas que estão além de sua condição frágil de ser humano.

Agregada a essa concepção, podemos salientar que há, nesse procedimento, um recurso de preservação da face, pois, devido ao rótulos anteriormente atribuídos a ele (eu não sei de nada), é necessário que se reverta esse quadro. Dessa forma, ele intenciona passar à população que, na verdade, se não tiver as informações necessárias, não há como punir os culpados. Assim, ele acaba adquirindo a adesão dos ouvintes e, por conseguinte, preserva sua imagem, de uma maneira bem sutil. Em consonância com essa assertiva, podemos dizer que o entrevistado, imaginando que alguém possa discordar ou pensar o contrário do que afirma, objetiva apontar a dificuldade de tomar as providências por, justamente, não poder fazer “mágicas”, ou seja, ele faz o que é possível de fato (realidade x mágica).

Essa postura revela a persona de um líder sensato, cauteloso e racional, que age de acordo com dados e fatos, ao contrário de outros que já passaram pelo governo e que são precipitados e levianos. Com isso, ele aproxima a ideia de de sensatez e firmeza, distanciando a de levandade e inércia.

Fragmento 24

1	Entrevistador: No episódio da compra do apartamento e do empréstimo para a mulher do José Dirceu... houve claros indícios de tráfico de influência
5	Entrevistado: Se há indícios tem que ter uma investigação séria e <u>quero que ela seja feita pro Zé Dirceu como quero que ela seja pra mim... como quero eu que ela seja feita para você...</u> a investigação tem que ser feita com a maior seriedade... <u>e na hora que a gente tiver a investigação feita corretamente e o veredicto... aí você fala “bom esse cidadão cometeu... uma heresia... e por isso o cidadão tem que ser punido”...</u> e isso vale pra todos nós... não vale pra um nem pra outro... <u>o que eu quero dizer... é que...</u> ah o processo de julgamento do Zé Dirceu e a câmara tem independência pra fazer isso...
10	<u>também não é a primeira vez nem será a última que vai cassar alguém... o que eu quero dizer é o seguinte é que...</u> até agora... a CPI... ela vai ter e por isso o relatório não tá concluído ainda... ela vai ter que apresentar à nação brasileira... sabe? um resultado que possa JUSTificar... sabe? todo o trabalho que a CPI fez até agora... e e <u>pra mim...</u> se a CPI precisa de mais um mês mais dois meses mais outro mês... é um problema da CPI
15	não é um problema meu... é um problema da CPI... <u>o meu papel nesse momento... é cuidar... deste país... o meu papel nesse momento é poder dizer ao povo brasileiro que a economia brasileira vai crescer...</u> que nós vamos melhorar a distribuição de renda... e que o Brasil vai ser muito melhor em dois mil e seis do que foi em dois mil e cinco do que foi... em dois mil e quatro do que foi em dois mil e três... e de que o Brasil está conquistando a chance de ter um ciclo de desenvolvimento duradouro que possa ser de dez ou quinze anos... para que a gente possa tirar o Brasil... do eterno lugar de país emergente... para colocar o Brasil no rol dos países desenvolvidos... é pra isso que eu tô trabalhando e <u>eu acho que</u> a crise até serviu pra isso... sabe? <u>primeiro</u> serviu pra alertar a gente de que é preciso primeiro tomar mais cuidado... <u>segundo</u> é preciso fiscalizar mais... <u>terceiro</u> é preciso fortalecer as instituições... <u>quarto</u> é preciso exercer MAIS democracia e que a sociedade POSSA ter mais controle das ações do Poder Judiciária/do
20	do do Poder Executivo do Poder Legislativo... e nós estamos criando TODos os instrumentos pra isso... porque veja... eu tenho um ano de mandato e esse ano de mandato eu quero fazer... com que ele seja exemplar pro o Brasil do ponto de vista das oportunidades que o Brasil tem que ter... <u>a partir de dois mil e seis e já foi bom em dois mil e quatro?... foi bom...</u> há muito tempo não se via o Brasil crescer como cresceu... em dois mil e cinco tivemos um problema porque a inflação voltou... sabe? <u>mas eu posso dizer pra você...</u> que no quarto trimestre a economia já está crescendo... e ela vai começar crescendo fortemente... e nós vamos ter um ano de crescimento... acima... da
25	média... nacional (Anexo B, linhas 153 a 187)
30	
35	

Já no início do exemplo acima, vê-se que o entrevistado procura mostrar sua preocupação com a seriedade da investigação, dizendo que ela tem

que ser feita da mesma forma, seja para o Zé Dirceu, seja para ele, seja para você (não se referindo ao entrevistador, necessariamente, mas a qualquer pessoa). Transmite o desejo de igualdade de tratamento a todos, sem distinção, independentemente das diferenças de poder social, intelectual, político etc. Como ele mesmo diz: “isso vale pra todos nós... não vale pra um nem pra outro.”

No segmento “e na hora que a gente tiver a investigação feita corretamente e o veredicto... aí você fala bom esse cidadão cometeu... uma heresia... e por isso o cidadão tem que ser punido” (linha 5), percebe-se, claramente, a presença do interdiscurso, a voz do outro que intercruza o discurso do político. Agora quem fala é o religioso (heresia), o juiz (veredicto) e o indivíduo comum da população (cidadão no sentido popular, com valor de “esse sujeito”, “essa pessoa” e não no sentido de cidadania, propriamente dita). Esse recurso colabora para que o Presidente assuma a persona do justiceiro em várias esferas, ou seja, ele é o sacerdote e o jurista, além de ser o brasileiro honesto e trabalhador, que reivindica punição aos que erram.

Há, também, a ocorrência de dois marcadores prefaciadores metadiscursivos: “o que quero dizer... é que” e “o que eu quero dizer é o seguinte” (linhas 8 e 10). O verbo “dizer”, empregado nesse tipo de marcador é, conforme Rosa (1992, p. 71), “um verbo declarativo que denomina uma função ilocutória básica a toda a atividade linguística; difere dos verbos *declarar* e *avisar* por ser neutro do ponto de vista semântico-pragmático.” Cabe considerar, ainda, que o primeiro marcador assume, predominantemente, o papel de paráfrase, havendo relação semântica entre os enunciados de origem e de reformulação.

No caso acima, o Presidente combina os recursos mencionados como uma espécie de preparatório para o que realmente intenciona declarar acerca do que foi dito até então: a câmara tem independência para cassar o mandato do ministro José Dirceu se for, de fato, comprovado seu envolvimento nas denúncias de corrupção. O segundo marcador (o que eu quero dizer é o seguinte), por sua vez, cumpre a função de anúncio, e o real teor da assertiva vindoura é que a CPI ainda vai apresentar um relatório mostrando toda a verdade dos fatos, e que, portanto, não se pode fazer um julgamento precipitado. Há, então, uma série de procedimentos que visam a evitar, de antemão, reações negativas do interlocutor, contribuindo para preservar a face do entrevistado e, assim, auxiliam a arquitetura dos enunciados que deseja atenuar.

Encontra-se, ainda, o uso dos marcadores de opinião “pra mim” e “eu acho que”, que constituem marcas da enunciação no enunciado. Apesar de apresentarem algum grau de incerteza, nesse caso, eles não manifestam o efeito de dúvida. No primeiro exemplo, o marcador “pra mim” ocupa a função de emolduramento, pois como afirma Rosa (1992, p. 46), ele “instrui a audiência sobre como interpretar adequadamente o enunciado”. A referida autora expõe:

As pequenas frases que constituem prefácios e pósfácios de opinião colocam, também, em evidência o modo pelo qual o locutor enunciativo deseja ser compreendido pelo interlocutor, orientando a interpretação do enunciado para determinado quadro cognitivo de referência. Podem indicar a incerteza do locutor a respeito do que diz, mas parecem apontar igualmente para os limites da interpretação que se espera do interlocutor, com base no princípio de preservação das faces. (p. 47).

O segundo marcador (linha 23) é um caso em que o entrevistado “projeta-se no discurso e marca sua opinião, mas não de modo categórico e definitivo (URBANO, 1997, p. 93). “Eu acho que”, além de ser um marcador de função interacional, prefaciador de opinião, é também um modalizador que apresenta o falante investido de uma imagem, uma máscara de estadista comprometido e dedicado ao desenvolvimento da Nação. Ele admite a crise e, logo após, afirma que ela até serviu para colocar o Brasil no rol dos países desenvolvidos, elencando, para tanto, quatro argumentos que solidificam sua asserção e pontuando, novamente, as questões para fortalecer seu discurso, o qual se baseia no senso comum (primeiro, segundo, terceiro, quarto). Esse procedimento legitima sua afirmação, e, assim, reverte-se o quadro negativo, pois, de outra forma, estaria colocando em xeque a credibilidade de suas ideias e ficando exposto a críticas e não aceitação.

Ao enunciar “o meu papel nesse momento... é cuidar... deste país... o meu papel nesse momento é poder dizer ao povo brasileiro que a economia brasileira vai crescer” (linha 15), vê-se que, por meio da repetição do sintagma “o meu papel”, e pelo que se segue na margem direita da unidade discursiva, o entrevistado afasta a responsabilidade de sua função como responsável pela apuração das denúncias. Assim, ele aproxima-se de um papel mais conveniente, que é estar próximo dos brasileiros em seus anseios, que é de ser o protetor do país e encorajador de um futuro próspero para a economia.

Ele utiliza uma pergunta retórica “a partir de dois mil e seis e já foi bom em dois mil e quatro?... foi bom” (que não exige, necessariamente, resposta), já dando sua avaliação acerca do assunto que mais lhe convém: os anos de dois mil e seis e dois mil e quatro já foram bons em oportunidades, desconsiderando dois mil e cinco, que foi o ano de crise. Isso reflete o desejo de não ter sua pergunta contestada: ele já propõe uma resposta e não deixa espaço para questionamentos. É um procedimento argumentativo e, ao mesmo tempo, atenuador, já que o entrevistado reforça seu discurso e diminui a força ilocutória de seu enunciado, caracterizando, assim, um procedimento de preservação da face, visto que o entrevistado não pretende que o interlocutor manifeste opiniões contrárias às suas.

Ao usar a expressão “mas eu posso dizer pra você” (linha 32), o Presidente percebe que fez uma avaliação negativa (“em dois mil e cinco tivemos um problema porque a inflação voltou”), e se vale do “mas-prefácio” que realiza um anúncio metacomunicativo, já inserindo a seguinte declaração: “no quarto trimestre a economia já está crescendo... e ela vai começar crescendo fortemente... e nós vamos ter um ano de crescimento... acima... da média... nacional”, tentando validar o que disse anteriormente “há muito tempo não se via o Brasil crescer como cresceu”. Observa-se, assim, que ele emprega o procedimento de reparação proposto por Goffman (1974), pois, ao se dar conta de que o que disse é incompatível com o discurso que defende, esforça-se para reparar o efeito de desequilíbrio causado, a fim de reestabilizar a situação, amenizando os efeitos insatisfatórios produzidos.

Salienta-se, ainda, que o “mas-prefácio” é empregado como uma forma de não violação à máxima conversacional de qualidade, isto é, dizer somente o que se acredita ser verdadeiro. Mesmo não tendo plena certeza do que diz, o entrevistado afirma, categoricamente, que no quarto trimestre, a economia estará crescendo fortemente e esse crescimento será acima da média, ainda que ele não tenha como prever o futuro. Entretanto, essa previsão é feita de um modo muito crível, veemente, e isso conduz o ouvinte a aceitar passivamente o que é dito, acarretando uma forma de persuasão, sem ser intrusivo.

Diante da pergunta embaraçosa feita pelo entrevistador, o entrevistado utiliza um MC, com função de envolvimento do ouvinte, repetindo-o (veja/veja), para ganhar mais tempo na resposta e para diminuir a intensidade do que vai dizer. No recorte “eu não posso fazer dedução... qualquer cidadão comum pode fazer essa dedução eu não posso fazer”, observa-se a persona de um governante comedido, equilibrado, que não julga, nem age sem conhecimento da verdade dos fatos. O falante passa a ideia de que tem a obrigação de ser o exemplo à Nação, demonstrando ter princípios, sensatez e prudência. Assim como o símbolo da balança da justiça, ele mostra que não faz julgamento precipitado, imponderado.

Visando a fortalecer seu discurso, ele usa a paráfrase “então todo mundo merece a chance de ser... sabe? inocente até que se investigue e prove que ele é culpado” (linha 4), orientando a interpretação do ouvinte para o que melhor lhe convém: não tomar como certa a culpa do governo ou de alguns membros do partido, já que não houve, ainda, a prova disso. O emprego do verbo merecer já denota um tom apelativo, pois o senso comum diz que todo mundo é inocente até que se provem o contrário, e não que todo mundo “merece” ser inocente, como se a população e a mídia estivessem privando-os desse direito garantido por lei. Dessa forma, o entrevistado lança mão, também, da repetição “naquilo que...”, para tornar seu discurso mais sólido, ou seja, naquilo que depender das autoridades competentes para julgar os casos (e só depende delas mesmo), o julgamento será o mais severo possível.

No trecho em que o Presidente diz (linha 11) “depois desse processo todo... é que todos nós... você eu... e quem tá nos assistindo... vai poder dizer... é verdade... ou não era verdade”, observa-se que seu objetivo é convencer o ouvinte de que somente após as investigações concluídas é que se pode fazer algum juízo de valor positivo ou negativo. Nota-se, pelo exemplo adotado (“ todos nós, você, eu e quem está nos assistindo”), que ele intenciona reforçar, de maneira veemente, que ninguém terá dúvida alguma a respeito desse assunto. Porém essa veemência é atenuada, justamente por explicitar quem faz parte do “todos nós”, aproximando-se da linguagem coloquial e preservando sua imagem de ser uma pessoa do povo.

Evidencia-se, por meio dos segmentos “eu a única coisa que peço a Deus” e “só peço isso não quero/não quero não quero nada mais do que isso” (linhas 13 e 14), a persona do brasileiro que tem fé na justiça divina, demonstrando não ser uma pessoa que tem desejos absurdos, mas desejos humildes e

modestos, referentes ao anseio de ser reconhecido como injustiçado pelos homens. Isso nos remete ao versículo bíblico, no qual Jesus diz aos que condenam as atitudes anteriores de Maria Madalena “quem não tiver pecado que atire a primeira pedra”, isto é, aqueles que o condenaram de forma leviana, peçam desculpas pelo julgamento precipitado, e isso é a única coisa que ele espera que seja feita e que considera extremamente importante.

O marcador prefaciador de opinião “eu acho que” (linha 16) aparece, novamente, com valor atenuativo. Percebe-se, por tudo que foi exposto, que o entrevistado tem uma postura convicta acerca de se ter uma atitude precipitada de julgamento, porém, torna o teor de sua declaração mais amena por intermédio desse marcador.

Fragmento 27

1 5	Entrevistado: Mas o senhor sabe que quando eu soub/quando eu desco/conhe/soube que ia ter o privilégio de conversar com o senhor eu saí conversando muito com o povão mesmo em feira-livre táxi... botequim isso é um terror... éh e a pergunta a a a sensação não é de acusação ao senhor mas é de... éh... de estar muito intrigado como é que o Presidente não sabia? aliás essa pergunta continua sendo feita Presidente... o senhor sabia ou não sabia?
10	Entrevistado: <u>O Pedro só tem três hipóteses de você saber das coisas cê tá comigo aqui...</u> no terceiro andar... e tem gente trabalhando no quarto andar tem gente trabalhando no segundo tem gente trabalhando... nos ministérios... nem eu nem você sabemos o que tá acontecendo... mas como é que você sabe? quando participa da reunião... ou quando alguém que participou conta ou quando sai uma denúncia (Anexo B, linhas 219 a 229)

Novamente, o entrevistador faz uma pergunta embaraçosa, direta e que ficou popular no Brasil (o senhor sabia ou não sabia?). Trata-se de uma situação extremamente complicada, pois se o entrevistado responder que sabia, sua posição fica comprometida e, se responder que não, é possível que ninguém acredite, contribuindo para aumentar os comentários jocosos a esse respeito. De qualquer forma, sua credibilidade fica ameaçada. Para não deixar que isso ocorra, ele procura uma saída mais amena: não diz se sabia ou não, mas limita a resposta, oferecendo três modos de se considerar esse tipo de coisa. Cabe salientar que o

abertamente, um membro de seu grupo em xeque. Ele afirma que foi traído por coisas que apelam para o sentimentalismo e reconhecimento de sua trajetória de vida e que, por isso mesmo, ele se sente traído por companheiros que não condizem com a história do PT, sem, obviamente, expor aquele que ainda não assumiu ou não foi condenado pelas denúncias, que é o ex-ministro José Dirceu. O efeito de resignação é construído pelo anúncio “veja... eu me considero... eu me considero”, que convida inicialmente o ouvinte a ponderar (veja: marcador de envolvimento do ouvinte) e, em última instância, concordar com o que diz, auxiliado pela repetição de como se considera em relação ao assunto.

Tem-se a ocorrência da paráfrase realizada pelo uso do “então”, com valor conclusivo. Por meio dela, o entrevistado reforça sua imagem de pai que se doou ao partido e que merece que seus feitos sejam valorizados, independentemente de outros que não honraram esse comprometimento. Assim, ele se previne de objeções, preservando sua face.

No trecho “alguns companheiros meus... fizeram práticas... fizeram práticas... sabe?... que não... condiziam... com... aquilo... que era... a história do PT...” (linha 9), vê-se a utilização das pausas como um expediente que serve para que o entrevistado pense naquilo que irá dizer. Elas são muito úteis quando não se pretende declarar algo que possa prejudicar o falante, por isso, ele opta por não preencher sua fala com alguma assertiva que possa arranhar a face de determinados companheiros e, por conseguinte, sua própria face.

No conjunto dos procedimentos acima mencionados, percebemos que o Presidente assume que Delúbio Soares teve responsabilidade, mesmo porque, como foi provado pela CPI, ele não tem como negar. Entretanto, ele não se põe como o juiz desse caso, justamente para não dar ênfase ao acontecido. Baseia sua resposta em uma conclusão vaga, afastando sua responsabilidade de atribuir, precipitadamente, culpa a determinada pessoa, sobretudo, quando se trata de alguém ligado ao governo, como o ex-ministro José Dirceu.

Há, ainda, a recorrência dos marcadores prefaciadores de opinião “eu acho que” e “pra mim”. Analisando o emprego de “eu acho que”, temos o conceito de Vogt (1989), que distingue dois verbos “achar” em português: o primeiro manifesta um palpite (na acepção de crer ou supor), quando o falante está arriscando uma afirmação da qual desconhece o valor da verdade; o segundo é empregado na acepção de considerar, julgar, e indica que está sendo feita uma

apreciação subjetiva acerca de um objeto ou situação. No caso acima, pode-se dizer que essa marca linguística vai muito além de um mero “achismo”, julgamento ou opinião própria apenas; é um elemento atenuador, e que auxilia a compor o arquétipo do injustiçado, que no inconsciente coletivo, seria a pessoa traída que não quer saber ou não pode revelar quem o traiu para não expor mais a imagem construída e que deseja ver preservada.

A locução adverbial “pra mim”, por sua vez, assume a função de marcador que prefacia uma opinião, revestida de uma conclusão exclusivamente pessoal, mas que tende a atrair a aceitação popular por meio da identificação com as mazelas e percalços vividos pelos brasileiros.

Fragmento 30

1	Entrevistador: Porém antes mesmo dessas investigações serem concluídas o senhor afirmou que levaria José Dirceu ao seu palanque
5	Entrevistado: [...] eu Pedro... <u>só lamento profundamente</u> ... que toda essa crise... impediu... que... as coisas boas que o governo fez não aparecessem com o destaque que deveriam aparecer na imprensa... <u>lamento profundamente</u> ... porque o que nós fizemos nesse Brasil... <u>no ano de dois mil e cinco não precisa pegar dois mil e quatro não... no ano de dois mil e cinco</u> do ponto de vista da geração de empregos do ponto de vista do aumento do salário dos mais pobres nesse país do ponto de vista dos acordos salariais por exemplo... oitenta e cinco por cento dos sindicatos que fizeram acordo em oitenta e cinco fizeram acordos ou... à inflação ou acima da inflação há vinte anos que isso não acontecia no Brasil... <u>segundo</u> a geração de empregos... nós tivemos vinte anos de estagnação na economia brasileira... nós criamos nesses trinta e seis meses tivemos três milhões setecentos e nove mil empregos de carteira profissional assinada e <u>segundo o IBGE</u> criamos três milhões e oitocentos... numa demonstração... de que apesar de
10	
15	tudo que aconteceu... a economia brasileira tá caminhando... o Brasil está sólido e as coisas vão ser muito melhor em dois mil e seis (Anexo B, linhas 261 a 282)

No recorte “só lamento profundamente”, observa-se que há uma indignação velada por parte do entrevistado. Ele deseja mostrar um lado sentimental, emotivo, que possa vir a sensibilizar o ouvinte e, assim, ter condições de dizer as razões pelas quais não acha justo o que está acontecendo, de uma maneira mais confortável. Ele poderia ter dito algo como “não é justo que só as coisas ruins

apareçam e as coisas boas do governo não tenham destaque algum”, o que, realmente o faz, mas de uma forma bastante atenuada, sobretudo, com o auxílio da repetição, reforçando seu pesar em relação à injustiça que vem sofrendo. E, para fortalecer seu argumento de que o governo fez muito pelo Brasil, o Presidente assevera que “no ano de dois mil e cinco não precisa pegar dois mil e quatro não... no ano de dois mil e cinco”, sinalizando que em 2005, houve vários segmentos beneficiados, ou seja, só o ano de 2005 (justamente o ano em que o governo teve mais problemas) já é suficiente como exemplo de crescimento do país, dispensando até a referência a outros anos como base de justificativa. Na verdade, ocorre que o entrevistado não responde às acusações, mas foge delas. Ele reúne uma série de argumentos e recorre a um conjunto de expedientes que o ajudam a se esquivar de uma situação desagradável e suavizar o tom incriminador da conversação.

A alusão a outros está presente em “segundo o IBGE”, caracterizando seu emprego uma busca de fidedignidade. De acordo com Koch (1987), trata-se de um argumento de autoridade. Nas palavras de Galembeck (1999b, p. 188):

A alusão a terceiros constitui um caso de polifonia, pois o uso desse procedimento implica uma divisão entre os papéis de locutor e de enunciador. [...] os informantes utilizam-na para conferir às suas palavras maior fidedignidade ou valor de verdade. Isso significa que o falante incorpora as palavras das pessoas que cita e as emprega para obter crédito ou aprovação.

Fragmento 31

1	Entrevistador: Presidente o ex-ministro José Dirceu... desculpe-me insistir nesse nome afirmou que as direitas e a oposição querem prolongar a crise política para inviabilizar a sua reeleição o senhor será candidato à reeleição pra contrariar essa versão?
5	Entrevistado: <u>A minha preocupação nesse instante não é com a reeleição... a minha preocupação nesse instante é</u> que tenho um ano pra governar o país... eu tenho muita coisa para fazer no Brasil esse ano e eu não tô nem um pouco preocupado com o problema eleitoral... se na hora em que for decidir... lá pro meio do ano... chegar à conclusão que eu possa ser candidato porque interessa às forças políticas que me apoiam ser candidato... eu também não tenho nenhum problema
[

10	Entrevistador: O meio do ano não é tarde demais para começar uma campanha?
15	Entrevistado: <u>Eu não tenho pressa...</u> quem tem pressa são os meus adversários... <u>eu não tenho pressa...</u> eu tenho que governar o Brasil até o dia trinta e um de dezembro e tenho <u>muita coisa pra fazer...</u> <u>muita coisa pra fazer...</u> e muita coisa para colher... porque você sabe que é assim... <u>cê planta...</u> <u>rega...</u> e um belo dia <u>cê começa a colher</u> (Anexo B, linhas 283 a 297)

Por meio das repetições sublinhadas anteriormente, podemos observar que o entrevistado sinaliza que está disposto a fazer o que for melhor para o país. Salienta-se, portanto, o arquétipo do responsável pelos problemas atuais do Brasil e não consigo próprio. Dessa forma, a individualidade não tem tanta importância, pois o que importa, na verdade, é o desenvolvimento do país e o modo como o governo pode melhorar a situação do povo. Talvez por perceber que o entrevistado sempre encontra uma maneira de se esquivar do teor das perguntas, o entrevistador sobrepõe sua fala à dele, já aproveitando uma afirmação feita pelo Presidente para colocá-lo em uma circunstância delicada, justamente porque este sempre tenta amenizar o grau de conflito no qual se encontra.

A repetição, com certeza, é um recurso altamente empregado pelo entrevistado. Novamente ela aparece como um procedimento que serve não somente para reiterar ou reforçar o discurso, mas para diminuir a força ilocutória dos enunciados. Na primeira repetição: “eu não tenho pressa”, vê-se que o Presidente busca se igualar ao trabalhador, como um cidadão que, apesar de ocupar o cargo de chefe de Estado, possui sentimentos nobres, diferentemente de seus adversários, ansiosos para ver quem irão enfrentar nas eleições. Esse procedimento confere ao discurso do entrevistado a ideia de que o compromisso e o trabalho estão em primeiro lugar em sua vida, sobrepondo-se a seus interesses pessoais. A imagem que se cria é a de um político que pensa mais no bem-estar e na solução dos problemas do país do que em sua própria campanha, apontando uma despreocupação com esse assunto. O mesmo ocorre no segundo uso da repetição “muita coisa pra fazer”, em que ele procura demonstrar empenho, comprometimento e afazeres que parecem ser mais importantes que a campanha.

Um desses objetivos é colher o que plantou, isto é, tornar notório os bons resultados de seus feitos.

Fragmento 32

1	Entrevistador: Colher em ano eleitoral é ótimo não é?
5	Entrevistado: <u>Não/veja</u> ... <u>cê</u> colhe no tempo que dá... eu não escolho o tempo em que posso colher quando você começa uma obra... em dois mil e três <u>cê</u> não termina em dois mil e três... <u>sabe?</u> ... quando você começa uma hidrelétrica você demora cinco seis anos pra colher... quando você começa uma ferrovia você demora pra colher... quando você começa a plantar no tempo certo... você colhe no tempo certo... algumas coisas nós colhemos outras não eu vou dar um exemplo pra você... na política social... nós já colhemos... muita coisa e temos muito pra colher... nós pegamos o governo com sete bilhões em política social... este ano de dois mil e cinco terminamos com dezessete bilhões... e para dois mil e seis serão vinte e dois bilhões investidos em política social... é por isso que o estudo do IBGE divulgado pela Pnad... DÁ... que pela primeira vez na história os mais pobres tiveram um ganho como não tinham há muito tempo... e... embora... o salário não tenha crescido tanto quanto eu gostaria que crescesse <u>a verdade é que é</u> o momento em que ele mais cresce na história do Brasil... depois três milhões
15	de pessoas que viviam abaixo da linha da pobreza... deixaram de viver abaixo da linha da pobreza... então nós vamos fortalecer mais a política social <u>esse é um dado de uma coisa que nós estamos colhendo</u> ... outra coisa é que nós vamos colher... é o nosso programa de investimento em Educação... nós estamos construindo quatro universidades federais novas... nós estamos transformando cinco faculdades em universidades... e estamos fazendo trinta e duas extensões de universidades federais... para... para o interior do país... <u>tentando levar... tamo levando/levamos</u> uma... uma universidade pá o ABC tamo levando pá Diadema tamo levando pá Sorocaba tamo levando pro... pro nordeste pro norte inteiro... que é para que o Brasil... comece a pensar que deve ser um grande exportador de inteligência e de conhecimento ah/não apenas de produto manufaturado ou matéria-prima... e <u>depois</u> ... nós também vamos colher... porque o ano que vem estará pronto... <u>ou melhor</u> ... este ano já estará pronto... vin-te e cin-co novas escolas TÉCNICAS de formação profissional coisa que há muito tempo no Brasil não se fazia... então por que que eu não vou... colher... as coisas que nós plantamos? nós vamos colher e eu quero como Presidente da República... ir aos locais...
20	
25	
30	em que eu fui anunciar que ia fazer... porque eu quero ir lá... colher agora... o que eu plantei (Anexo B, linhas 398 a 328)

Diante da pergunta irônica do entrevistador, o entrevistado responde “não/veja”, aparentemente negando e já explicando o porquê da negação. Ele se

inscreve no discurso por meio do advérbio “não”, o que, na verdade, não se trata de uma negativa essencial. Trata-se, ao contrário, de um modo de chamar a atenção do ouvinte para aquilo que vai ser exposto, sobretudo por estar aliado ao MC “veja”, que também deixou de possuir o valor do verbo “ver”. Isso marca a função de envolvimento do ouvinte a fim de conseguir seu apoio e não ser contestado.

O marcador “sabe”, no exemplo acima, contribui para obter a aprovação do interlocutor, pois dificilmente uma obra começada em 2003 será finalizada em 2003. É evidente que uma hidrelétrica ou uma ferrovia não serão iniciadas e terminadas no mesmo ano. Com isso, o entrevistado tenta mostrar ao ouvinte que é necessário um tempo adequado para completar suas obras, porém não se mostra rude ou indelicado.

Com o emprego da expressão “a verdade é que”, o Presidente valoriza seu ponto de vista e passa a impressão de estar retratando a verdade dos fatos. Ela funciona como um recurso que garante ênfase à exposição do tópico. Na visão de Castilho (1989, p. 274), marcadores como: “o principal nisto é que”, “o essencial”, “o problema real”, “o ponto em questão”, “o mais importante”, “acima de tudo”, “antes de tudo”, “o X da questão”, encontram-se no plano ideacional e são acionados pelo locutor para a negociação do tema e seu desenvolvimento. Eles exercem a função de enfatizar um aspecto do tema.

No exemplo apresentado, o entrevistado procura sustentar o que diz, com base na máxima de qualidade (faça com que sua contribuição seja verdadeira). Assim, ele evita uma possível contestação, visto que fundamenta seu discurso em uma estatística (três milhões de pessoas deixaram de viver abaixo da linha da pobreza) para mascarar o problema do baixo crescimento do salário e, assim, preservar sua face. Observa-se uma concordância inicial com esse assunto, mas já salienta o êxito na política social, ou seja, ele também parece concordar que o salário deveria crescer mais, porém, o que importa é que o Brasil nunca cresceu tanto e isso é uma verdade, pois como diz “esse é um dado de uma coisa que nós estamos colhendo”.

No segmento “tentando levar... tamo levando/levamos” (linha 21), evidencia-se um efeito de incerteza e dúvida na elaboração do enunciado. Um importante aspecto a ser discutido nesse exemplo é o que abrange o campo da repetição revestida de uma autocorreção: a escolha entre “tentando levar”, “estamos levando” e “levamos”. Essa estratégia implica uma reconstrução textual,

similar ao que acontece nas paráfrases, reparos e correções, dada ao desempenho coesivo na construção do tema. Configuram-se como reajustadores que visam à melhor precisão do que foi enunciado, reiterando, dessa forma, a ideia original e os argumentos que colaboram com a obtenção de concordância do ouvinte. Jubran (1998, p. 703-704) postula que “devido à momentaneidade de processamento do texto falado, podem ocorrer recuos na sua elaboração linguística, decorrentes de reconstruções de segmentos textuais promovidas por repetições, retoques, correções e paráfrases.” Essa noção revela-se um mecanismo constitutivo do discurso político. Vemos que o entrevistado, no intuito de não violar a máxima de qualidade, tenta não se comprometer com um dado que não tem plena certeza e, então, opta por ser mais categórico e definitivo “levamos”, uma vez que não deseja ver sua face arranhada.

O operador argumentativo²⁶ “depois” (linha 25), no caso acima, possui o valor de “além disso”. Esse mecanismo colabora para afastar um possível confronto originado pela cobrança de desenvolvimento do país. O Presidente elenca uma série de providências já em andamento na área da educação, e diz que, além de todas essas realizações, ainda há vários projetos em vias de concretização no ano seguinte, tornando-se uma estratégia muito eficiente para evitar críticas acerca do que já foi feito e do que está sendo feito. Isso é corroborado pela expressão “ou melhor”, por meio da qual retifica a informação pela aproximação de tempo (ano que vem para esse ano), e isso gera um efeito de futuro mais próximo e, portanto, real.

A expressão “ou melhor” (linha 26) refere-se a uma forma de autorrepresentação do dizer e fica entre o opaco e o transparente, ou seja, que oscila entre o dizer e o não dizer, o que nos remete à acepção de um falante que não pretende se expor. Assim, o entrevistado chama atenção para explicação do fato de que tenha sido mal interpretado pela declaração anterior para não atrair interpretações que não lhe agradariam. Na metaenunciação, esses recursos se revelam como uma forma de representação da enunciação com as quais os

²⁶ Koch (1992, p. 30) afirma que “o termo *operadores argumentativos* foi cunhado por O. Ducrot, criador da Semântica Argumentativa (ou Semântica da Enunciação), para designar certos elementos da gramática de uma língua que têm por função indicar (‘mostrar’) a força argumentativa dos enunciados, a direção (sentido) para o qual apontam”. O operador argumentativo é “responsável pela argumentatividade do texto (escrito ou falado), direciona os argumentos para um determinado sentido, faz com que este sentido se realize com o objetivo de produzir um efeito no interlocutor”. Dessa forma, “os operadores executam, efetuam o caminho, o direcionamento dos argumentos, agindo, de forma eficaz, no raciocínio do enunciatário”. (OLIVEIRA, 1999, p. 129)

interactantes duplicam a enunciação de um elemento. Na concepção de Authier-Revuz (1998), esses mecanismos são denominados *glosas*. A autora os considera como meta-enunciativos, por serem: formas isoláveis que se referem a um determinado segmento da cadeia verbal; por serem formas estritamente reflexivas, correspondendo ao desdobramento do dizer de um elemento por um comentário simultâneo desse dizer; e, também, por serem formas opacificantes da representação do dizer. Existe uma opacidade na linguagem, isto é, a linguagem não é transparente, ela é opaca. O falante possui restrições, não diz tudo o que deseja abertamente, ele fala o que pode, de acordo com as condições, mas tendo sempre em mente objetivos a serem alcançados.

Fragmento 33

1	Entrevistador: Para encerrar esse tema de... de ano eleitoral no dia dez de outubro de dois mil e cinco no dia em que o falou em urucubaca... o senhor disse também “agora é a gente não permitir que o processo eleitoral do ano que vem venha exigir que governantes tomem medidas irresponsáveis e populistas”... data venia Presidente essa declaração na voz de um governante soa como uma ameAça
5	
10	Entrevistado: <u>Não/veja por que que eu faço isso?...</u> porque eu defendo a tese... histÓrica... de que... um dos problemas que faz o Brasil... não dar certo... é que o Brasil é pensado apenas de quatro em quatro anos... o cidadão toma posse... e ao invés de se preocupar em governar ele começa a pensar na próxima eleição... <u>então</u> tudo o que ele faz é pensando na próxima eleição
	Entrevistador: Então o senhor é contra a reeleição?
	[
	Entrevistado: Eu fui contra a reeleição eu votei contra
	[
	Entrevistador: E se mantém?
15	Entrevistado: Eu fu/fui contra... eu gostaria que não tivesse... <u>eu acho que pro Brasil um sistema bom seria que você não tivesse reeleição... tivesse um mandato de cinco anos que já tivemos...</u> aliás em mil novecentos e noventa e quatro derrubaram pensando que eu ia ganhar... com medo que eu ganhasse as eleições... eles reduziram o mandato... e depois eu não ganhei... eles aprovaram a reeleição... <u>então</u> eu gostaria que o Brasil não

20	tivesse reeleição... <u>mas eu gostaria</u> que o Brasil tivesse um mandato de cinco anos... para que o Presidente eleito tivesse a preocupação única de governar... e não de pensar na sua própria reeleição... ah <u>assim</u> ... que <u>eu acho que</u> o Brasil pode dar certo... por isso que eu disse que não haverá nenhuma medida... irresponsável <u>por quê?... porque</u> o Brasil historicamente... tava caminhando pá dar certo quando vieram as eleições... aí meteram os pés pelas mãos e não deu certo... <u>cê quer pegar exemplo?</u> ... a reeleição de
25	mil novecentos e noventa e seis... o Brasil tava num momento bom... SE não fosse a... a a a... (Anexo B, linhas 329 a 354)

Da mesma forma já discutida anteriormente, há o emprego do “não”, operando como uma espécie de termo introdutório para chamar a atenção do ouvinte acerca do que vai dizer, e não como uma negativa, propriamente dita. O segmento todo “não/veja por que que eu faço isso?...” revela um planejamento verbal para ganhar tempo de arquitetar a justificativa do entrevistado e fortalecer seu discurso. Trata-se de uma pergunta que antecipa uma interpretação negativa, uma vez que ele mesmo se encarrega de responder à sua própria pergunta. Nesse sentido, é relevante fazer menção às pausas, as quais contribuem para esse efeito; elas atuam como planejadores verbais também, mas que denotam uma certa hesitação. O entrevistado intenciona a escolha das palavras mais adequadas aos seus propósitos para precaver-se de respostas arreadias e, que possam ferir a face do interlocutor. Com isso, ele resguarda a sua própria face, pois não deseja tornar a situação mais abrasiva do que já foi proposta pelo entrevistador.

No que tange ao emprego do MC “então”, salienta-se que sua ocorrência nos dois casos evidenciados teve grande importância na articulação das partes do texto. Risso (1995, p.220) afirma que:

O valor textual básico desse M., assim genericamente registrado, é determinado pela frequência com que é desencadeado no plano da tessitura tópica, onde aparece promovendo um nexos coesivo responsável por encadeamentos intertópicos, encaminhamentos intratópicos, retornos a tópicos ou partes de tópicos anteriores e estabelecimentos de fechos. Ressalta-se, no nexos coesivo, por ele firmado, um valor lógico semântico constante, derivado da condição de item anafórico da fonte, que é o de permitir ao discurso avançar, sempre escorado em informações previamente dadas e na mesma direção de argumentação antes delineada. Instaure-se no discurso, a partir de **então**, um nítido efeito de linearidade ou de previsibilidade argumentativa, visivelmente diferenciado, por exemplo, pelo M. **agora**, que, nesse sentido, se contrapõe a então.

Conforme postula Fraser (1994), a partícula “so” (em português significa “portanto”, “então” possui um significado nuclear em cada contexto específico, no entanto, esse significado não envolve a noção de resultado necessário. Nos exemplos apresentados, o marcador em questão funciona no plano ideacional, evidenciando a estruturação e a sequência da narrativa. No entanto, sua função predominante exibe uma indicação de que a mensagem posterior decorre do contexto anterior, ou seja, uma consequência, uma conclusão lógica na concepção do entrevistado. Trata-se de um marcador metacomunicativo, pois se volta para a explicação ao ouvinte, no esforço de deixar clara a posição defendida pelo falante.

É evidente que o entrevistador tenta aproveitar determinados momentos para evitar que o entrevistado se esquive do embate. Por isso, ele utiliza a sobreposição de vozes para interpelar o Presidente, a fim de deixá-lo sem saída. Após ser colocado em situação delicada, o entrevistado acaba afirmando que não votou a favor da reeleição e ainda sustenta essa postura. Ele utiliza o marcador prefaciador de opinião “eu acho que”, porém, não se observa o efeito de dúvida, ao contrário, há um posicionamento no que diz respeito à não aceitação da reeleição e à concordância com o mandato de cinco anos. Trata-se de uma opinião própria que o beneficia em seus propósitos de distanciá-lo da imagem de monopolizador do poder. Verifica-se, atualmente, que essa assertiva não foi verdadeira, somente atenuadora, visto que o Presidente se reelegeu, contraditoriamente ao que declarou na época.

Por meio do segmento “mas eu gostaria que o Brasil tivesse um mandato de cinco anos”, observa-se que o entrevistador emprega o mesmo procedimento “mas-prefácio metacomunicativo”, já discutido anteriormente. O uso do futuro do pretérito contribui para que ele pareça menos impositivo, ou seja, ele emite uma opinião, sem parecer incisivo.

Em: “ ah assim... que eu acho que o Brasil pode dar certo...” (linha 21), vê-se que o entrevistado utiliza o hedge “assim”, com valor de planejamento verbal. Trata-se de um hedge indicador de atividade cognitiva. O marcador “assim” ajuda a produzir a atenuação do enunciado para dar tempo à argumentação seguinte. Aliado ao marcador seguinte “eu acho que”, vemos que se trata de um lugar comum. Se ele, como governante, não acreditar nisso, quem poderá acreditar? Isso produz um efeito de esperança nos ouvintes.

Por meio da pergunta “Por quê?... porque o Brasil historicamente...[...]”, o entrevistado prevê ou imagina uma possibilidade de interpretação por parte do ouvinte acerca de algum ponto vulnerável. Ele se previne de questionamentos, assim como o que ocorre em “cê quer pegar exemplo?”, cujo efeito de sentido é o mesmo. Há a pergunta retórica que fortalece seu discurso, retratando a imagem de um governante bem informado e bem embasado em suas explicações.

Fragmento 34

1	Entrevistador: Em noventa e oito o senhor diz...
	Entrevistado: Não em mil novecentos e noventa e seis quando foi aprovada a tese da reeleição
	Entrevistador: Ah sim...
5	Entrevistado: Em noventa e seis... se não tivesse sido aprovado... o Brasil teria outro Presidente que <u>certamente</u> ia fazer muito mais do que fez o Presidente no segundo mandato dele... e o Brasil teria seguido o seu rito democrático normal... ah ah ah:: <u>nós</u> tivemos um momento em que a economia parecia que ia crescer e <u>as pessoas</u> têm medo de aumentar juros têm medo de fazer isso têm medo de fazer aquilo... <u>não faz</u> por conta
10	das eleições <u>ou faz</u> em medida populista pra ganhar o voto <u>o que eu digo</u> ... eu não vou fazer muito mais do que o mandato... eu tenho uma história eu tenho uma biografia... eu tenho uma lista de/de/de dias de vida de comportamento... e que <u>portanto eu estou</u>
15	<u>seguro que</u> o que nós estamos fazendo pra economia brasileira é um bem... INcomensuRÁvel para os meus filhos para os meus netos para os seus filhos para os seus netos... <u>e o que que eu quero? o que eu quero é que eles</u> COlham um país sólido...
20	por isso hoje a gente não precisa mais discutir estabilidade... porque ela está consagrada... não precisamos mais ficar discutindo inflação porque provamos que temos coragem de controlá-la e fazemos o que for necessário para controlar... <u>sabe por quê? porque</u> controlar a inflação significa mais comida na mesa do trabalhador e mais salário no bolso de quem vive de salário nesse país... <u>e nós sabemos que</u> fazendo isso... a gente vai passar pro Brasil e pro o mundo inteiro a conFIANça necessária... para que o país continue crescendo (Anexo B, linhas 355 a 376)

Para fortalecer a tese de que era contra a reeleição, o entrevistado emprega o advérbio “certamente”, manifestando sua opinião de certeza e confiança no que diz, já garantindo que se houvesse outro presidente, este faria muito mais do

que fez seu antecessor no segundo mandato (referência ao então presidente Fernando Henrique Cardoso). Como na época, ele era candidato à presidência, obviamente, que sua postura seria contrária à reeleição para que pudesse assumir o poder, todavia, encobre seu real objetivo atrás de um desejo de democracia. O Presidente cria uma imagem conveniente, já que pode atacar seu opositor por meio de um dizer camuflado: ser a favor do rito democrático normal. É, portanto, um *hedge* da força ilocutória, pois, conforme Rosa (1992, p. 39), “os *hedges* da força ilocutória abrangem vários verbos e advérbios que diluem ou tornam ambígua a força ilocutória do enunciado, como, por exemplo, os advérbios *realmente*, *certamente* e *talvez*”. Marcuschi (1998, p.72) aponta, dentre os sinais de abrandamento, os verbos parentéticos “‘você não se oporá, suponho’, ‘não estou sendo inconveniente, espero’; ou advérbios: ‘certamente’, ‘presumivelmente’, os quais solucionam problemas específicos, como o aviso de más notícias e informações desagradáveis”.

Evidencia-se a ocorrência de determinados mecanismos que contribuem para o distanciamento do falante em relação ao enunciado. Primeiramente, há o uso do pronome “nós”, traduzido como “nós, do partido” em contraposição a “eles”, do governo anterior. Quando diz “as pessoas”, ele se refere aos políticos da oposição que estavam no poder; não cita nomes para não dar um tom acusativo a um indivíduo X. O entrevistado utiliza o hiperônimo “pessoas” em “não faz por conta... ou faz em medida...” (linhas 8 a 10), evitando um confronto direto com seus adversários, mas o faz de maneira sutil e distanciada; ele demonstra uma ponderação e moderação nas críticas ao governo anterior. Aliado a esses procedimentos, há o emprego do marcador metadiscursivo “o que eu digo:...”, equivalendo ao dizer “eu tenho uma conduta diferente, uma reputação a zelar”; anuncia que, para ele, a conduta correta é a dele e isso é uma coisa particular que envolve sua história, sua biografia e seus dias de comportamento, diferentemente daqueles que não possuem a mesma imagem a preservar. Para finalizar esse conjunto de recursos, ele usa os marcadores “portanto” (conclusivo) e “estou seguro de que” (opinião), garantindo que suas atitudes são dignas de credibilidade e que o governo atual, no setor da economia, vem fazendo um bem incomensurável e que oportunizará um ótimo futuro para todas as gerações, não se reportando somente a seus herdeiros próprios, mas às gerações de toda a população brasileira.

mais seriamente que a política. Nesse sentido, é humanamente impossível realizar todas as reivindicações desejadas pela sociedade.

Existe a recorrência do MC “eu acho que” com a apreciação valorativa do entrevistado acerca do assunto proposto. Não é um marcador que denuncia uma incerteza ou dúvida, uma vez que a realização da reforma trabalhista é um conceito óbvio para o bom andamento do país, sendo, portanto, um lugar comum, revestido de uma opinião aparentemente própria e que, dificilmente, será contestada.

O marcador “agora” (linha 13) não funciona apenas como um elemento responsável pela coesão entre o turno e continuação do tópico em andamento, mas também pelo sentido produzido no caso acima. O marcador em questão tem valor adversativo; não se encontra no âmbito temporal; assume o valor de “mas” na enunciação. Essa troca das funções do “agora” pelo “mas” acarreta uma concentração maior na defesa do entrevistado em se apresentar de forma desinteressada, quando observamos uma postura dotada de intenção.

Mais do que uma forma de explicação e síntese do dizer, a expressão “e por isso é que eu digo que” exerce um papel metadiscursivo, como também percebe-se no segmento “então eu digo sempre o seguinte”, que anuncia um dizer baseado em uma conclusão (por isso que/ então). Risso e Jubran (1998, p. 228) postulam que:

Como propriedade discursiva, potencialmente presente em toda e qualquer manifestação textual, a metadiscursividade ganha, no caso específico da língua falada, uma densidade particular, pelo fato de as contingências da produção oral promoverem uma acentuada manifestação dos fatores enunciativos na estruturação do texto. Fortemente ancorado no entorno espaço-temporal de interação face a face, o texto falado é produzido de forma dinâmica e momentânea, o que favorece sensivelmente o afloramento, na sua superfície, de traços da enunciação. Em razão do monitoramento local e contínuo das construções verbais, esses traços são linguisticamente materializados, ficando, portanto, acessíveis à análise.

Quanto ao segmento do discurso referenciado por esses procedimentos, as autoras citadas afirmam que os “operadores de metadiscursividade tendem a se posicionar como prefaciadores, e, portanto, como mecanismos que anunciam antecipadamente, no texto, o valor discursivo do fragmento que eles introduzem.” Algumas funções discursivas, como a repetição, a

síntese, a reformulação e a exemplificação assinalam seu lugar e relação com as demais partes do texto, “qualificam sua força ilocutória”, “explicitam sua direção argumentativa” e “conferem sua eficácia na relação comunicativa entre os interlocutores.” (p. 231).

Cabe assinalar que o entrevistado promove um distanciamento do seu dizer, dando voz a um outro na enunciação, o que consitui um caso de polifonia em “ah... o presidente tá fazendo isso aí por causa da eleição” (linha 17). Ele se projeta no discurso como se fosse uma outra pessoa, tecendo um comentário acerca dele (o Presidente), ou seja, antecipa o que os outros (oposição e população) possam pensar a seu respeito e se precavê, sinalizando que não tomará nenhuma atitude que venha lhe beneficiar na eleição. É afastado, então, um possível julgamento negativo, no caso, o de parecer populista para angariar votos.

De modo semelhante, há a interdiscursividade nos trechos “não queremos mais o seu dinheiro não precisamos de um acordo sem fazer nenhum alarde... porque agora nós somos senhores... dos nossos problemas e senhores das nossas soluções” (linha 21), e “Pedro... a economia brasileira vai bem ela vai crescer” (linha 24). Nesse sentido, percebemos que o entrevistado incorpora a voz do outro em seu dizer, acarretando uma sequência de três ocorrências na mesma resposta. Na primeira (“ah... o presidente tá fazendo isso aí por causa da eleição”), ele não se inclui no discurso; já na segunda (“não queremos mais...”) ele se inclui, enquanto governante; e na terceira, ele finalmente assume uma posição efetiva, isto é, legitima sua afirmação de que a economia vai bem e vai crescer, mostrando uma certeza abalizada pelos argumentos expostos anteriormente. O Presidente utiliza uma trajetória argumentativa que ameniza o confronto de um dizer contrário, pois ele próprio antecipa esse dizer, evitando que o ouvinte venha a fazer alguma objeção acerca de seu posicionamento.

No que tange ao papel da partícula “mas”, vejamos as seguintes construções:

- a) “eu quero poder fazer comparar... os meus números com os números de todos que passaram por aqui... alguns eu vou perder... outros eu vou ganhar... mas me permita pelo menos fazer essa comparação”
- b) “cê... eu num sei se era nascido... mas eu... já tinha nove anos de idade do... (do Petróleo é nosso)”

No exemplo (a), ao afirmar “alguns eu vou perder... outros eu vou ganhar”, o entrevistado se mostra disposto a correr o risco de comparar seus números com os daqueles que passaram pelo governo e, mesmo que os resultados não sejam os mais favoráveis, ele deseja ter a chance de o fazer, já introduzindo o apelo “mas me permita pelo menos fazer essa comparação”. A justificativa adotada para essa asserção é a de poder se discutir as coisas que ele julga serem essenciais para o Brasil, porém, essa declaração contém o marcador de opinião “eu considero” que se traduz como um sinal de abrandamento, uma vez que atenua a força ilocutória das asserções por não ser comprometedor. Segundo Galembeck e Carvalho (1997, p.837), “ao empregá-los, o falante sinaliza que não assume integralmente o que vai ser dito e previne-se de possíveis reações desfavoráveis do seu interlocutor”.

Depreende-se, ainda, um efeito de polidez, já que o entrevistador pede permissão para realizar a comparação, fazendo com que o ouvinte o tome como um sujeito que está sendo injustiçado, subjugado. Esse sentido é reforçado pelo uso do termo “pelo menos”, o que auxilia a conferir esse tom desprezencioso à sua reivindicação, na qual ele parece estar sendo privado de um direito que lhe assiste, sem ser impositivo. O Presidente, então, concretiza seu pedido (“só isso que eu quero”), contribuindo para a atmosfera dramática, porém, sutil e camuflada do dizer: “eu não estou pedindo nada mais do que um voto de confiança antes de me julgarem”.

Em (b), há a ocorrência do hedge de incerteza “eu num sei se”, combinado ao “mas-prefácio”. A estrutura que antecede o “mas” (cê eu num sei se era nascido) pode ser considerada como uma estratégia de polidez, pois tem-se a impressão de que o entrevistado, por meio da incerteza, supõe que o entrevistador seja mais jovem que ele. Na verdade, o entrevistado está convicto disso, haja vista o uso do marcador de pressuposição “já” (eu já tinha nove anos), mas opta por ficar na dubiedade. A atenuação se realiza por meio do efeito de dúvida quanto à época em que o entrevistador nasceu, visto que, em nossa cultura, é extremamente deselegante mencionar assuntos pertinentes à idade das pessoas, sobretudo em interações face a face. É um ato preparatório para amenizar o conteúdo da afirmação seguinte “mas eu... já tinha nove anos de idade do... (do Petróleo é nosso)”. Esse recurso serve para que o entrevistado, sem parecer rude, sobreponha sua experiência em relação ao entrevistador, legitimada pelo tempo de vivência a

mais que possui. É próprio do inconsciente coletivo pensarmos que quanto mais anos de vida, mais a pessoa reúne conhecimento, autorizando-a a dizer o que diz. É oportuno acrescentar que, no tocante ao esquema mencionado por Urbano (1998b, p. 271) “X+MAS+Y”, o X tem como uma de suas características a “função de ‘atenuar’ em benefício próprio e/ou do ouvinte, por antecipação, o conteúdo de Y”.

Cabe observar, ainda, a sobreposição de vozes no diálogo, em que entrevistador faz uma colocação (“Eu li muito Monteiro Lobato presidente”) no turno do entrevistado. Embora não seja um mecanismo de atenuação, ele colabora com a imagem positiva do entrevistado, pois passa a impressão de que não se sente intimidado ou ameaçado pela intervenção irônica do entrevistador. Ao contrário, mostra-se seguro acerca do que diz, fazendo parecer que o que diz é importante e é verdadeiro. A respeito disso, Marcuschi (2006, p. 25) assevera que “a sobreposição de vozes tem várias formas de se dar. Uma delas, a mais comum, é a que ocorre nos casos em que o ouvinte concorda, discorda, endossa etc. o falante com pequenas produções, como ‘sim’, ‘tá bom’, ‘é’, ‘ahã’, ‘claro’ etc”. No exemplo em pauta, percebe-se que o Presidente não emprega esse tipo de recurso, passando a impressão de que não se importou e, até mesmo ignorou a intervenção do entrevistador. Sua fala, aliás, nos remete aos contos fantasiosos, que transmitem a ideia de que o discurso do entrevistado não passa de uma história que não convence. Apesar disso, ele se mantém na mesma linha de argumentação adotada, sem se abalar com qualquer tipo de expediente que possa lhe comprometer.

Segundo Silva (1990, p. 604), um tipo de interferência do ouvinte, em uma conversação diádica, é o “comentário”, pois envolve sua intervenção, no sentido de fazer “alguma observação, resumo ou conclusão a respeito do enunciado do falante”, como é o caso em questão. Mesmo sem sinal de hesitação (como uma pausa, por exemplo), o entrevistado é abruptamente interrompido pelo entrevistador. Apesar disso, o comentário insinuator não parece abalar a sequencia tópica do entrevistado que, aliás, parece ignorar o teor da observação, justamente, para não se indispor com o entrevistador e, assim, não interferir negativamente no clima da interação, parecendo rude.

Fragmento 36

1	Entrevistador: Presidente uma última pergunta... hoje é dia primeiro de janeiro de dois mil e seis... onde é que o senhor deseja estar em primeiro de janeiro de dois mil e sete?
5	Entrevistado: (+) No Brasil em primeiro lugar ((risos))... <u>sabe?</u> tem muita coisa pra acontecer éh:: eu <u>como disse agora há pouco</u> eu não defini... se sou candidato eu num tenho pressa de definir... éh vai depender de muitas conversas com... com os partidos vai depender de muita conversa com gente da sociedade... <u>éh:: éh:: cê sabe que</u> eu tenho uma tese sobre a reeleição... éh:: se eu... decidir ser candidato obviamente que eu vou decidir ser candidato... vou comunicar à nação brasileira se eu decidir que não sou... sabe?... ou estarei tomando posse ou estarei passando a faixa pra alguém que ganhou ((risos)) as eleições... ah:: <u>a única coisa que eu tenho certeza... de dizer</u> ao povo brasileiro é que dois mil e seis... será o ano... será o ano... do povo brasileiro porque tá tudo engatilhado... tá tudo preparado... tá tudo armado para que o Brasil tenha um forte crescimento... uma forte distribuição de renda... muito emprego pra esse povo... e <u>quem sabe...</u> a gente construir junto... o Brasil... que nós sonhamos... há muito tempo construir (Anexo B, linhas 425 a 438)
10	

O entrevistador objetiva, como um último recurso, questionar o entrevistado acerca de sua pretensão à reeleição, utilizando para isso, uma pergunta, aparentemente desintencionada (“onde é que o senhor deseja estar em primeiro de janeiro de dois mil e sete?”).

Antes de iniciar sua resposta, o Presidente dá uma longa pausa, pois precisa pensar muito bem no que vai dizer para não ser mal interpretado. Após a declaração de querer estar no Brasil, vemos que há a presença dos risos. Sua função predominante, no exemplo acima, é a de levar a interação a bom termo, ou seja, atenuar o clima gerado pela pergunta capciosa. De acordo com Marcuschi (1998), os marcadores não-verbais ou paralinguísticos possuem papel crucial na interação face a face; contribuem para estabelecer, manter e regular o contato entre os participantes. Além desse recurso, é utilizado, também, o MC “sabe”, a fim de buscar a aprovação do interlocutor com relação ao que foi dito pelo falante. Da mesma forma, ocorre no segmento “ou estarei tomando posse ou estarei passando a faixa pra alguém que ganhou (risos) as eleições”, no qual os risos cumprem a função de baixar o grau de tensão que o tema causou.

A retomada de tema está presente no trecho “eu como disse agora há pouco eu não defini... se sou candidato”. A volta a uma enunciação anterior tem a finalidade de se enfatizar o ponto a ser defendido, mostrando convicção e seriedade por parte do entrevistado, o que, conseqüentemente, afasta a ideia de não estar falando a verdade em relação ao assunto candidatura.

No recorte “éh:: éh:: cê sabe que”, observamos a existência das partículas de hesitação que servem para preencher uma pausa de planejamento verbal (éh:: éh::), seguidas da expressão “cê sabe que”. Por meio dessa expressão, o Presidente procura incluir o interlocutor como cúmplice, como alguém que compartilha de uma suposta verdade sustentada por ele. É um artifício que contribui para diminuir a responsabilidade de que o entrevistador possa negar ou se manifestar contrariamente ao que foi exposto pelo entrevistado, de modo que, se isso acontecer, quem estará quebrando o acordo tácito de polidez será o entrevistador e não o entrevistado. Assim, o entrevistado se mantém protegido em seu território.

Pode-se apreender, por meio do procedimento “a única coisa que eu tenho certeza... de dizer” (linha 10), que o falante evita transgredir a categoria griceana de qualidade (faça com que sua contribuição seja verdadeira), a fim de tornar seu enunciado mais real e verossímil. Ele cria uma atmosfera mais confortável para poder oferecer ao povo expectativas positivas para o ano de 2006 e, dessa forma, conferir maior credibilidade e sinceridade à sua imagem.

É oportuno assinalar, entretanto, que após a garantia de um ano próspero aos brasileiros, seu discurso converge para um grau de dúvida observado pelo marcador *hedge* de incerteza “quem sabe”. Em outras palavras, 2006 será repleto de prosperidade, já que foram tomadas todas as providências para o crescimento do país e, a partir disso, é possível construirmos juntos o Brasil sonhado há muito tempo. Os *hedges* que denotam incerteza, conforme Rosa (1992, p. 52):

Demonstram o grau de certeza com que os locutores aderem aos seus enunciados, veiculando a avaliação epistêmica que o enunciador faz sobre o que diz. São atenuadores porque diminuem o comprometimento do locutor enunciador com o seu enunciado, diluindo também a força ilocutória das asserções.

No exemplo exposto, o Presidente inicia sua resposta, ressaltando os pontos favoráveis que o Brasil vem apresentando e, assim, os pontos negativos ficam esquecidos ou menos evidentes. A repetição assinalada nessa passagem representa um modo de realçar as conquistas do país e, por extensão, as conquistas do governo, ofuscando o que não é conveniente mostrar.

Salienta-se o uso da pergunta, a qual o próprio entrevistado se encarrega de responder, justamente para causar um efeito de transparência em suas colocações, pois antecipa o que o interlocutor possa vir a questionar e já se propõe a explicar a situação (“o que vai acontecer agora? teoricamente...”). Em seguida, observa-se a presença do advérbio “teoricamente”, que opera como um *hedge* atenuador, uma vez que promove o “apagamento das marcas da enunciação, com o fim de minimizar os riscos potenciais às faces numa interação verbal”. Esse procedimento possibilita amenizar os perigos embutidos na declaração do falante, orientando o ouvinte quanto à interpretação adequada de seu enunciado. (ROSA, 1992, p. 43-44).

Além do prefaciador de opinião “eu acho que” (linha 14), por meio do qual o entrevistado assume o valor de sua assertiva, há, ainda, a ocorrência dos prefaciadores metadiscursivos “eu tenho dito que” e “eu digo sempre que”. Eles anunciam uma posição constante e sólida do locutor. No trecho “eu tenho dito que... é quase como se fosse um momento mágico pro país mas eu digo sempre que tem que ter uma euforia comedida”, ele se vale de uma afirmação, que faz de uma conquista um evento miraculoso e extraordinário nunca ocorrido até então, porém, sem se comprometer muito, já que utiliza o termo “quase” para diminuir a carga de comprometimento com o que diz. Depois de exaltar o bom momento do país, o Presidente insere o “mas” com uma ressalva que encaminha o ouvinte a ter uma atitude entusiasmada, mas cautelosa, passando aos ouvintes uma postura que todos deveriam adotar: ser uma pessoa serena, responsável, prudente e que comemora os resultados com moderação, assim como ele (“mas eu digo sempre que tem que ter uma euforia comedida”).

Evidencia-se, então, a persona do sujeito “pé no chão”, sobretudo pelo emprego do termo “ou seja”, em que ele aproxima a postura do governo com a população que não pode gastar mais do que ganha e que, portanto, tem de conter os gastos, mas sempre atenta ao que é necessário e às metas assumidas (“ao mesmo tempo nós não podemos vacilar... em em não cumprir os compromissos que

nós temos com o PAC”). Essa ideia é reiterada por meio da paráfrase realizada pelo entrevistado no recorte “então eu acredito que nós precisamos ficar felizes mas ao mesmo tempo com muita seriedade... e com muita sensatez para que a gente não permita que a euforia... faça com que a gente abandone a seriedade com que estamos trabalhando até agora” (linha 20). Observamos que o Presidente utiliza o marcador de opinião “eu acredito que”, veiculando a certeza do que diz em relação a comemorar os frutos de uma vitória, porém, com parcimônia.

Considerando-se que existem falantes, cujo comportamento é mais informal do que outros, pode-se dizer que a expressão “eu acho que”, semanticamente, assemelha-se, mesmo que em menor grau, a “suponho que”, “acredito que” e “creio que”. Embora a situação seja formal (posicionamento do Presidente da República), o entrevistado busca criar um clima informal, agindo de modo coloquial e sem cerimônias, porém, com o uso de certos elementos que lhe conferem mais confiança (“eu acredito que”, ao invés de “eu acho que”). Conforme Urbano (1990, p. 631-632), talvez se possa levar em consideração a hipótese de que:

Não é o tipo de inquérito ou de evento conversacional que responde determinantemente pelo maior ou menor grau de informalidade na linguagem, mas sim é o falante, que participa desse evento, que é ou se comporta de maneira mais informal e coloquial. Isto posto, o uso mais frequente de um ou outro tipo de marcador da mesma categoria constituiria, então, certa idiosincrasia marca de estilo de certos falantes. É evidente que não se pode deixar de levar em conta, para uma análise global, mais profunda e definitiva, o contexto situacional como fator de formalidade ou informalidade da linguagem empregada no evento, mas ele é apenas um dos fatores, e não nos parece o mais determinante.

Fragmento 38

1	Entrevistador: Você está ouvindo o programa de rádio do Presidente Lula... o Café com o Presidente... como é que foi possível Presidente chegar a esse patamar de conhecimento internacional?
5	Entrevistado: Um conjunto de fatores fez com que o Brasil chegasse a essa situação... <u>ou seja</u> nesses últimos cinco anos nós trabalhamos com muita seriedade... <u>todo mundo se lembra</u> como é que tava o Brasil em dois mil e três... foi um trabalho iMEnso fizemos um ajuste fiscal delicadíssimo e eu só pude fazer... porque eu troquei o capital político de quem ganha uma eleição... por fazer uma política dura... na área fiscal nós conseguimos

10	com um arrocho muito grande... controlar a economia brasileira reduzir a inflação... aumentar as nossas reservas aumentar as nossas exportações... e esse conjunto de fatores fez com que as pessoas começassem a enxergar o Brasil... de uma forma muito... mais saudável <u>eu vou lhe contar um dado Luciano</u> ãhn... de uma conversa que eu tive com o Mário Soares o ex-presidente de Portugal veio fazer uma entrevista comigo... e ele me disse uma coisa que eu fiquei estarecido... <u>ele falou “ô ô Presidente Lula éh éh eu tô aqui</u>
15	<u>no Brasil há três dias eu leio a imprensa brasileira... a impressão que eu tenho é que o país acabou... tá tudo errado... agora quando eu chego na Europa que eu leio a imprensa de lá sobre o Brasil... o Brasil tá maravilhoso...” o que que eu disse... ao Presidente de Portugal?... eu disse... olha eu acho que é importante</u> você estar me dizendo isso porque... aqui no Brasil tem muita gente pessimista... os números da economia são os melhores dos
20	<u>últimos trinta anos é um conjunto de fatores que estão funcionando entre si como se fosse uma orquestra... muito bem treinada... não é apenas uma coisa... é</u> você combinar o crescimento econômico... fortalecimento da empresa fortalecimento da agricultura e ao mesmo tempo você não descuidar da área social fazendo com que as pessoas que vivem... com menos posses... possam conquistar alguma coisa.... cuidar da educação com
25	muito carinho e nós estamos fazendo isso... <u>certamente</u> Luciano ainda falta muita coisa pra gente fazer e vamos continuar trabalhando pra fazer... <u>eu acho que</u> nós encontramos o caminho e as coisas vão funcionando (Anexo C, linhas 27 a 53)

A pergunta do entrevistador (“como é que foi possível presidente chegar a esse patamar de conhecimento internacional?”), não se trata de um elogio aberto, mas contém, obviamente, uma avaliação positiva acerca do modo como o Brasil é visto internacionalmente. O entrevistado, por sua vez, anuncia que houve um conjunto de fatores para chegar a esse ponto, mas, antes de enumerá-los, aproveita para deixar claro que ele e sua equipe trabalharam com muita seriedade nos últimos cinco anos para obter resultados positivos.

O marcador “ou seja” (linha 4) direciona o interlocutor para o sentido de que as coisas boas são conseguidas com muito labor e responsabilidade, tal qual o governo fez, especialmente, em circunstâncias adversas, que precisaram de muito esmero e discernimento para organizar a desordem com a qual se deparou. É uma crítica ao governo anterior, feita implicitamente, pois o Presidente menciona o ano de 2003, ao invés do nome Fernando Henrique Cardoso, época em que assumiu o cargo. Ele se apoia em uma verdade induzida “todo mundo se lembra como é que tava o Brasil”, pois recorre à memória das pessoas, levando-as a acreditar que, realmente, o país estava um caos antes de sua eleição. O entrevistado, então,

procura evitar uma exposição direta de sua imagem, visto que exalta a competência de seu governo em detrimento do governo passado para não sofrer cobranças da oposição e para não parecer soberbo diante da população.

Na passagem “eu vou lhe contar um dado Luciano” (linha 12), assinala-se a ocorrência de alguns recursos combinados. Primeiramente, há o uso do prefaciador metadiscursivo “eu vou lhe contar um dado”, como um modo de anunciar o que vai ser dito. Esse expediente ajuda a preparar o ouvinte, no sentido de conduzi-lo a aceitar a veracidade da declaração emitida pelo Presidente, isto é, tomar seu enunciado como se fosse uma verdade, um relato do que realmente ocorreu, reduzindo, assim, a probabilidade de não ser visto como demagogo. Ademais, o termo “um dado” demonstra a obediência à máxima conversacional de qualidade (não diga coisas para as quais não se tem evidência adequada), o que contribui para aumentar a credibilidade de sua asserção. Por fim, verificamos uma estratégia que visa a estabelecer certa intimidade com seu interlocutor: o vocativo (Luciano). A forma de tratamento utilizada pelo Presidente causa simpatia em quem o ouve, pois pressupõe-se que falantes e ouvintes se comuniquem sem cerimônias para gerar uma atmosfera de proximidade e aceitação.

Reportando-se a uma conversa com o ex-presidente de Portugal, Mário Soares, o entrevistado aproveita o discurso alheio para enaltecer seu próprio governo. Em conformidade com Leite (2005, p. 85-86), o discurso direto é:

uma estratégia discursiva escolhida pelo sujeito falante por dois motivos principais: porque é eficaz para imprimir o efeito de sentido de verdade, de realidade, de objetividade que a situação exige, ou porque o momento interacional em sua plenitude aceita, ou exige, que o conteúdo venha acompanhado de pormenores, da simulação da enunciação em que apareceu originalmente o discurso citado. Não mais se admite hoje que a diferença entre o DD e o DI seja a de que este *reproduz* o conteúdo de um outro discurso e aquele, a forma. Em verdade, ambos são apenas a *representação* de outros discursos, de outras enunciações.²⁷

O entrevistado utiliza o dizer de um estadista europeu para mostrar que o Brasil está sendo visto muito bem internacionalmente e que, em nosso próprio país isso não acontece, talvez por conta das cobranças da oposição e da imprensa. É interessante salientar que ele faz um autoelogio a partir da avaliação positiva de

²⁷ DD e DI referem-se, respectivamente, a discurso direto e discurso indireto.

um chefe de estado, ou seja, apropria-se do bom julgamento do outro para mostrar à sociedade como o Brasil vem-se projetando mundialmente, mas realizado de uma maneira que distancia o tom de presunção, já que não foi ele quem fez tais comentários. Vemos, portanto, um dizer atenuado, uma forma de se vangloriar, legitimada pelo discurso de uma autoridade que dá credibilidade ao falante, mesmo que o ouvinte não tenha certeza de que se trata das reais palavras do político português em questão. A posição do entrevistado se coloca, aparentemente, despretenciosa, mas acaba por mostrar o que lhe convém: que poucos são aqueles que lhe atribuem o valor merecido.

Quando o falante faz a pergunta que ele mesmo responde em “o que que eu disse... ao presidente de Portugal?... eu disse... olha eu acho que é importante” (linha 17), há uma abertura para ele mesmo apresentar argumentos que revelem o que já foi obtido até então e que os números da economia em três décadas não foram tão bons quanto o que se tem atualmente. De acordo com a autora, em relação ao discurso citado do próprio falante, “quando autocitado, se transforma em locutor”. Esse, por sua vez,

se abre em duas outras frentes, sendo uma a de representação da própria fala, *efetivamente ocorrida* em outra interação, e outra a da *representação fictícia* da própria fala. Nesse caso, observamos outro desdobramento: essa fala fictícia pode ter origem numa interação imaginária com outro interactante, ou, numa espécie de diálogo interior, talvez só enunciado e representado na enunciação em que aparece como discurso citado. (p. 90).

O caso em questão parece ser a representação da própria fala ocorrida em outra interação, pois, diante da situação, é mais favorável ao entrevistado recorrer a uma estratégia que cause maior efeito de veracidade de seu discurso. Novamente, ele consegue exaltar seu governo, com uma dose de modéstia, revelando uma antecipação do que poderia ser questionado em relação ao que foi dito por Mário Soares, ou seja, a reação do presidente acerca do que foi avaliado pelo ex-presidente de Portugal e, assim, dizer o que acha importante ser dito para seu benefício.

Observa-se que o marcador de envolvimento do ouvinte “olha” (linha 18), teoricamente, é dirigido ao presidente Mário Soares. Em uma segunda leitura, pode-se dizer que o objetivo maior do entrevistador é chamar a atenção do ouvinte

diretamente para sua análise acerca do país, utilizando o marcador de opinião “eu acho que” para marcar que se trata de uma apreciação pessoal. No entanto, o efeito que se tem é o de aproveitar o dizer do outro, sobretudo, de uma autoridade, para poder criticar a atitude de “muita gente pessimista” (referindo-se, implicitamente, aos seus opositores) e, ao mesmo tempo, evidenciar o crescimento econômico brasileiro. No trecho seguinte “é um conjunto de fatores que estão funcionando entre si como se fosse uma orquestra... muito bem treinada”, vemos que o Presidente se vale de uma metáfora como forma de mostrar que o governo sabe exatamente como proceder para que o Brasil se desenvolva em todas as áreas, ficando subentendido que ele exerce o papel do condutor dessa orquestra. Trata-se, portanto, de um autoelogio envolto em um dizer camuflado, atenuado para não parecer soberbo e, assim, proteger sua imagem de dirigente humilde.

Para fortalecer seu discurso, o entrevistado expõe sua receita de sucesso nas áreas da agricultura, empresarial, social e educacional, anunciada pela expressão “não é apenas uma coisa”, o que revela que não há descuido em nenhum aspecto importante para os interesses da política interna e externa. Não obstante, ele assevera que “certamente Luciano ainda falta muita coisa pra gente fazer e vamos continuar trabalhando pra fazer”. O marcador “certamente”, além de prefaciando uma opinião, é também um modalizador que apresenta o falante sendo investido de uma imagem distinta para o interlocutor, uma máscara. Se ele havia elencado uma série de conquistas e, logo em seguida, afirma que ainda existe muita coisa a se fazer, ocorre aí, um retorno ao tom modesto, uma moderação em demonstrar os próprios êxitos. Isso se explica pelo fato de que, a presunção é vista, de modo generalizado, como uma característica negativa, ele não poderia, então, discordar desse senso comum, pois estaria colocando em xeque a credibilidade de suas ideias e estando exposto à não-aceitação do público. Como forma de evitar uma situação que lhe venha causar uma desaprovação por parte dos ouvintes, o Presidente finaliza sua resposta, recorrendo ao otimismo da população, ou seja, no que o povo quer ouvir e é levado a concordar, prefaciada pelo marcador de opinião “eu acho que” em “eu acho que nós encontramos o caminho e as coisas vão funcionando”.

Fragmento 40

1	[...] nós ficamos vários meses discutindo com todos os segmentos empresariais... para construir uma proposta de política de desenvolvimento produtivo que pudesse incentivar... alguns setores da indústria brasileira por exemplo o setor interno de bens de capital... aquelas que produzem máquinas o que significa... você renovar... a capacidade
5	produtiva de uma empresa e ao mesmo tempo você incentivar as exportações brasileiras as grandes... e também aumentar em dez por cento também a exportação... de microempresas no Brasil... nós estamos fazendo isso porque entendemos que... na medida que o governo assuma um compromisso com os empresários com a sociedade... e na medida que a gente anuncia um programa que tem um plano... de metas que tem data que tem... ah conselho gestor em cada área sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio... <u>nós estamos certos que</u> é possível cumprir... o nosso compromisso até dois mil e dez... com uma nova política de desenvolvimento... para que o Brasil... cresça... e cresça de forma sustentável (Anexo D, linhas 10 a 23)
10	

Ao utilizar “nós estamos certos que” (linha 11), o entrevistado apresenta garantia de compromisso em relação ao crescimento do país, demonstrando uma aparente convicção de que atingirá a meta estabelecida. Esse recurso colabora para mostrar uma certeza a respeito de algo incerto, o que preserva a imagem do líder otimista e que cumpre o que promete.

Fragmento 41

1	[...] agora nós estamos acompanhando atentamente porque... <u>eu tenho dito... já há alguns meses... que é importante que</u> o Brasil mantenha um equilíbrio... entre a sua caPAcidade produtiva ou seja sua capacidade de ofertar os produtos... tem que acompaNHAR o crescimento da demanda... se... a disposição de comprar... e as condições de comprar for maior do que a capacidade de produzir... <u>nós vamos ter inflação... e eu estou convencido que nós vamos controlar a inflação ela vai estar controlada</u> o governo está atento... e vamos trabalhar para que o Brasil cresça tem muito investimento... por isso que eu estou muito otimista de que nós vamos manter a inflação baixa o Brasil vai crescer... de forma sustentável durante... um longo período (Anexo D, linhas 63 a 71)
5	

Em “eu tenho dito... já há alguns meses... que é importante que”, novamente, verifica-se que, mais uma vez, o Presidente apoia-se na máxima de relação, contribuindo, assim, para demonstrar que o que diz merece ser ressaltado, pois se trata de uma informação importante que, aliás, já vem sendo dita por ele já

O entrevistado direciona o ouvinte a concordar que o motivo do reajuste do Bolsa Família é realmente muito simples. Ao proferir “a razão é muito simples ou seja”, percebe-se o uso de um recurso que atende ao propósito do falante em se precaver de uma possível objeção, pois, antes que o interlocutor venha a achar inoportuno esse aumento, ou mesmo que haja algum motivo político, eleitoreiro por trás dessa medida, ele se antecipa, utilizando um prefácio que o beneficia em sua justificativa, a fim de não causar nenhuma reação desfavorável.

Analisando o contexto que envolve o uso da expressão “eu achei que”, assinala-se que o Presidente confirma e valida suas razões para a reposição inflacionária, após uma explanação pautada em duas estratégias:

- a) elevação da justiça em relação aos que precisam desse dinheiro a mais para sustentar a família, a fim de fortalecer sua posição de defensor dos menos favorecidos economicamente. Demonstra sua preocupação com a instituição “família” e sua necessidade primordial, qual seja: comida para levar para casa e, assim, prover o sustento de todos. Isso ratifica a imagem do governante virtuoso, detentor de bons valores familiares;
- b) legitimidade do argumento, isto é, o entrevistado baliza o motivo do aumento em cálculos realizados por entidades confiáveis. Passa-se a impressão de que tais cálculos não foram feitos aleatoriamente, pelo contrário, foram feitos com muito critério, pelos ministérios competentes.

O conjunto desses procedimentos nos remete à persona do “cidadão/governante detentor de princípios nobres”: preocupado com a família, solidário, justo e responsável, pois só aprova medidas com base em estudos concretos.

Assinala-se, ainda, o emprego do marcador “sabe” que, no exemplo acima, ao mesmo tempo em que serve para buscar a aprovação do ouvinte, assume a função de metadiscurso. Por meio desse mecanismo, o entrevistado reitera que o “necessário para comer”, em sua concepção, se refere à comida para a família inteira, não importando quantas pessoas façam parte dela. Trata-se, portanto, de um aumento pertinente à situação da grande população de baixa renda, já que cobrirá as despesas alimentícias de uma família, seja ela grande ou pequena.

Fragmento 43

1	Entrevistador: Você está ouvindo o Café com o Presidente o programa de rádio do Presidente Lula... Presidente agora... um outro assunto... mais uma pesquisa agora do IBGE mostrando uma queda do desemprego no país... a que se deve essa queda no desemprego?
5 10 15 20 25	Entrevistado: <u>Eu acredito que</u> :: os investimentos que o governo tem feito no PAC... os investimentos que as empresas privadas têm feito... têm:: dado uma demonstração vigorosa de que nós vamos conseguir reduzir o desemprego... muito mais fortemente ainda nós já temos um número mais baixo de muitos anos... e <u>eu acredito que</u> a partir do ano que vem... as obras do PAC estarão já em: em andamento com muito mais... força com muito mais volume... ah:: só pra você ter idéia quando nós tomamos posse o Brasil tinha... trezentos bilhões de reais de crédito hoje o Brasil tem mais de um trilhão... de crédito isso significa que tem gente tomando dinheiro emprestado pra fazer investimento... em alguma coisa isso significa que vai gerar mais empregos... e <u>todos nós trabalhamos com essa convicção ou seja... não tem nada mais sagrado... pra um chefe de família ou pra uma mulher... do que trabalhar e no final do mês levar... pra sua casa o sustento pra a sua família com o dinheiro ganho com seu suor...</u> quando eu pego os números do Ministério do Trabalho do Caged... e constato... que nos primeiro cinco meses... nós criamos um milhão e cinquenta e um mil empregos com carteira assinada... e que a tendência natural é isso vir crescendo... porque as empresas fizeram muitos investimentos.... a/as obras do PAC as grandes obras do PAC começaram a ser contratadas agora... agora é que elas vão começar a gerar muito mais empregos... e é isso que o Brasil precisa... mais emprego mais salário mais renda mais consumo <u>ou seja é isso que o Brasil que torna o Brasil... mais feliz... é isso que torna o povo com a auto-estima bastante elevada...</u> porque eles estão percebendo que as coisas... estão acontecendo... agora graças a Deus a economia está em ordem... as pessoas estão fazendo investimento e o emprego tá crescendo é tudo... o que o trabalhador deseja (Anexo E, linhas 29 a 53)

As duas ocorrências de “eu acredito que” traduzem uma opinião imbuída semanticamente de um valor ideológico e de um objetivo pretendido, porém, feito de forma um tanto sutil. O entrevistado se vale de um marcador de opinião para não se comprometer com alguma explicação da qual não tem plena convicção (primeiro caso), ou com um situação que não venha a se concretizar no futuro (segundo caso). De acordo com Rosa (1992, p. 45), “Brown e Levinson estudam as expressões verbais de opinião ou como *hedges* dirigidos à máxima de qualidade de

Grice, já que modificam o grau de verdade do enunciado a que se referem ou como *hedges* da força ilocutória.”

Yule (1996, p. 38) assevera que a importância da máxima de qualidade para a interação cooperativa pode ser medida pelo número de expressões que usamos para indicar que o que estamos dizendo pode não ser totalmente preciso. Os *hedges* dessa natureza são sinais de cautela que indicam que os falantes, além de se mostrarem cientes das máximas conversacionais, procuram, também, obedecer a elas.

Vale observar a construção da imagem positiva do entrevistado no trecho “todos nós trabalhamos com essa convicção ou seja... não tem nada mais sagrado... pra um chefe de família ou pra uma mulher... do que trabalhar e no final do mês levar... pra sua casa o sustento pra a sua família com o dinheiro ganho com seu suor...”. Ele, enquanto Presidente, coloca-se no lugar daquele que proverá condições para que o trabalhador tenha uma vida digna e honrada, a partir do que produz com seu suor. O marcador metadiscursivo “ou seja” corrobora a interpretação adequada acerca do objetivo que pretende atingir: identificação com o povo. Evidencia-se que o Presidente pretende mostrar que seus princípios se assemelham aos valores com os quais a grande maioria dos brasileiros avalia como corretos: garantir o sustento por meio do trabalho honesto, o que é gratificante e extremamente importante para um chefe de família. O mesmo acontece na segunda ocorrência do “ou seja” em “é isso que o Brasil que torna o Brasil... mais feliz... é isso que torna o povo com a auto-estima bastante elevada...”.

Ressalta-se, também, que o Presidente não faz distinção entre os sexos (chefe de família ou mulher), e isso o auxilia em não ser considerado preconceituoso, mas um indivíduo consciente de que, nos dias atuais, o chefe de família nem sempre é o homem. Subentende-se, portanto, que as condições que o governo vem proporcionando ajudam a população a ter uma maior autoestima. Seu propósito, como se vê, é de conduzir o interlocutor a um dizer conjunto (“eles estão percebendo...”), como se tal assertiva fosse a verdadeira expressão da verdade, isto é, mesmo que não seja, faz parecer que é.

Cabe assinalar, também, que a alusão feita aos preceitos cristãos é um ponto que gera assentimento e aprovação da maioria das pessoas e, por isso, cria aproximação do destinador com seu destinatário. As expressões “sagrado”, “dinheiro ganho com seu suor” e “graças a Deus” nos remetem a conceitos bíblicos

possibilidade de alguém se contrapor ao que será dito, preservando a boa imagem de quem fala, já que o discurso, provavelmente, será bem aceito pelo ouvinte. Com efeito de sentido semelhante, tem-se o emprego da expressão “nós achamos que”, por meio da qual a manifestação de opinião é diluída em uma fala que, aparentemente, se refere apenas ao Presidente e seu grupo, mas que inclui, tanto o governo como também a sociedade, pois a partir do senso comum, estabelece-se a identificação com o povo e, por conseguinte, sua aprovação.

Com o intuito de tornar mais sólido seu discurso, o entrevistado usa uma pergunta retórica, que ele mesmo responde e que confere mais força à sua fala (“por quê?... porque muitas vezes... esses prefeitos só são criticados ou seja as coisas boas que fazem não aparecem”). Além desse recurso argumentativo, há outro mecanismo que assume também uma função argumentativa: o marcador “ou seja”, que visa a convencer o ouvinte a aceitar o que é defendido pelo falante. Desse modo, o interlocutor é levado a crer que os prefeitos são criticados porque as coisas boas não são evidenciadas, somente as ruins, assim como acontece com o Presidente. Por associação, o interlocutor é induzido a pensar que os fatores negativos do governo atual são super valorizados e os positivos são negligenciados ou esquecidos, postura que não condiz com a imagem de cidadão justo que faz de si e que tenta inculcar nos ouvintes.

7.2 PROCEDIMENTOS QUE MARCAM MENOR ENVOLVIMENTO DO FALANTE

Cabe salientar que os fragmentos a seguir (45 a 66) correspondem aos mesmos anexos já explicitados anteriormente. (anexo A: entrevista concedida à repórter Melissa Monteiro, no programa *Fantástico*; anexo B: entrevista concedida ao repórter Pedro Bial, no programa *Fantástico*; anexo C, D e E: entrevistas concedidas ao repórter Luciano Seixas, no programa “Café com o Presidente”).

Fragmento 45

1	Entrevistador: Infelizmente o Brasil atravessa uma nova crise política nós já atravessamos outras crises no passado... ligadas à corrupção eu queria saber o que você acha... quando é que o Brasil vai se livrar definitivamente dessa doença qual... sua cura definitiva?
5	Entrevistado: De um lado você tem uma série de denúncias que... naquilo que diz respeito... à possibilidade de investigação do governo... <u>nós</u> estamos fazendo MAis do que já foi feito em qualquer outro momento da história do Brasil...e tem um problema grave porque toda vez que você combate a corrupção...sabe? ela aparece mais na imprensa... e passa pra sociedade a impressão que tem mais corrupção exatamente porque você tá combatendo... tá? (Anexo A, linhas 1 a 9)

Observa-se, no segmento acima, o emprego de “nós”, que se enquadra muito bem no contexto político e é frequentemente utilizado por autoridades para legitimar o papel de representantes do povo. Trata-se de um “nós” utilizado no lugar de um “eu”, um plural majestático que, vindo de um chefe de Estado, afasta a ideia de uma subjetividade que poderia soar como arrogância se tivesse dito, por exemplo: “eu estou fazendo mais do que já foi feito em qualquer outro momento da história do Brasil”. No dizer de Fiorin (1996, p. 96), “o *eu* dilui-se no anonimato do *nós* ou é amplificado. Quando aparece em alocações solenes, que emanam de altíssimas autoridades civis (chefes de governo e de Estado)”, o plural é majestático. Esse procedimento serve para distanciar o falante em relação ao enunciado, apontando para uma coletividade, um trabalho de equipe que abrande uma possível interpretação ligada à soberba. O uso do pronome “nós” ajuda a criar um efeito de sentido ligado a um trabalho em equipe, coletivo, afastando, assim, a ideia de uma responsabilidade direta e única sobre certos contratempos. Com efeito, é uma maneira bastante conveniente para a preservação da própria imagem ou a de seu grupo, e trata-se, portanto, de um recurso de natureza sociodiscursiva.

Percebe-se, ainda, que o Presidente esforça-se para mostrar que o governo vem tomando atitudes enérgicas frente às denúncias de corrupção feitas até mais do que em outros governos anteriores. Ao dizer “nós estamos fazendo MAis do que já foi feito em qualquer outro momento da história do Brasil...”, ele se vale do pressuposto de que existiram problemas desse tipo antes, porém, nunca foram tratados com tanta seriedade como agora. Fica implícita a ideia da existência

da corrupção em “outros momentos da história do Brasil” e de suas falhas de investigação.

É interessante salientar que o entrevistado não menciona abertamente os outros governos, mas se refere a eles por meio da expressão “momento da história do Brasil”, e isso nos remete ao pensamento de que esse trecho poderia ser entendido como “nós estamos fazendo mais do que já foi feito em qualquer outro governo na história do Brasil”. Essa afirmativa, no entanto, poderia soar muito incisiva, por isso uma expressão mais amena ajudaria o falante em seu propósito, ou seja, recorrendo a uma estratégia de atenuação, ele pode dizer o que pretende sem se indispor diretamente com os interlocutores.

Fragmento 46

1	[...] meus adversários ahn ahn ahn ahn devem ter ficado um pouco indignado que é todas essas denúncias de corrupção... não chegou ao governo... e pelo contrário nas últimas pesquisas mostrou que o governo teve um crescimento... sabe? <u>o po/significa que... o povo brasileiro está sabendo distinguir bem... o que o que o que é denúncia verdadeira... o que o</u>
5	<u>governo está apurando... e o que é:: peça de discurso... de pessoas que querem fazer discurso ou seja...</u> toda vez que alguém faz relações... sobre corrupção e não dá um nome concreto... fica difícil de apurar... [...] (Anexo A, linhas 12 a 18)

É pertinente salientar que, no exemplo acima, o entrevistador faz menção ao que é denúncia verdadeira, o que o governo está apurando e o que é peça de discurso de pessoas que querem fazer discurso, e isso gera um efeito de indiretude. Essas “pessoas que querem fazer discurso” podem ser entendidas como aquelas que procuram tirar proveito da situação em benefício de seu grupo ou partido, quais sejam: seus opositores. Na visão de Dascal & Weizman (1987 apud Koch, 2002, p. 30), a indiretude é responsável pelo desalinhamento entre o que é expresso e o que é pretendido, isto é, “o descompasso entre a informação explícita e fatores como conhecimento de mundo, princípios comunicativos, condições de adequação e outros.” O texto fornece pistas para o reconhecimento da necessidade de preenchimento de lacunas e indícios cotextuais e contextuais para a apreensão do sentido visado pelo emissor. Pode-se depreender que o falante não se expõe aberta e claramente; há, no seu dizer, uma opacidade, ou seja, ele possui limitações, não diz tudo o que quer explicitamente. Ele fala o que pretende, mas

dentro de certas circunstâncias. Sendo um estadista, não pode correr o risco de ter sua face positiva arranhada, preferindo, então, não citar nomes para livrar-se da responsabilidade de acusar alguém de modo leviano.

Cabe ressaltar que a repetição, em “o po/significa que... o povo brasileiro está sabendo distinguir bem... o que o que o que é denúncia verdadeira...”, contribui para evidenciar certa hesitação. O entrevistado ganha tempo para preparar o que irá dizer, pois sendo o assunto delicado, ele precisa ser um tanto comedido com as palavras. Tem-se, ainda, a afirmação de que o povo está sabendo distinguir bem o que é denúncia verdadeira do que é peça de discurso. Não há como ter certeza de que a população realmente está apresentando esse tipo de discernimento. O Presidente expressa isso como se fosse um fato, expondo uma informação pressuposta como uma partilhada com o interlocutor. No dizer de Koch (2002, p. 30):

Relações entre informação explícita e conhecimentos pressupostos como partilhados podem ser estabelecidas por meio de estratégias de ‘sinalização textual’, por intermédio das quais o locutor, por ocasião do processamento textual, procura levar o interlocutor a recorrer ao contexto sociocognitivo (situação comunicativa, *scripts* sociais, conhecimentos intertextuais e assim por diante.)

Fragmento 47

[...] não é por causa de de de de de um erro de dirigente ou de outro que você pode dizer que o PT tá envolvido... em corrupção... (Anexo A, linhas 92 e 93)

Fragmento 48

[...] “... o PT tem muita autonomia com relação ao governo e o governo tem mais autonomia ainda com relação ao PT... eu eu eu (+) eu acho que que... o PT teve um... problema...” [...] (Anexo A, linhas 101 a 103)

As repetições podem, também, denotar uma certa hesitação do entrevistado em relação ao teor de sua explanação, como vemos nos exemplos acima. Além de colaborarem com a defesa das acusações feitas ao partido, os elementos reiterados revelam que o falante hesita ao falar sobre “erro” ou assumir que o PT teve um “problema”. Trata-se de asseverações importantes e que podem comprometer a imagem do governo, por isso o uso da repetição em “de de de de um

erro de dirigente” e em “eu eu eu (+) eu acho que que... o PT teve um... problema”, combinada com as pausas. Do mesmo modo que os silêncios e as hesitações configuram-se como elementos importantes na organização local, as pausas possuem uma função cognitiva, pois desempenham o papel de organizadores do pensamento, já que proporcionam tempo suficiente para a formulação do texto subsequente.

Fragmento 49

eu eu eu (+) eu acho que... o PT teve um... problema... sabe? que é da questão da direção porque... ah... houve um tempo em que os melhores quadros da política de esquerda do Brasil... eram dirigentes do PT... e depois que nós ganhamos prefeitura nós ganhamos governos estaduais elegemos muitos deputados eu ganhei a presidência... grande partes desses quadros do PT vieram para o governo... e a direção ficou muito fragilizada ficou muito... enfraquecida... ah... possivelmente por isso tenhamos cometido erros... que outrora... não cometeríamos... (Anexo A, linhas 102 a 108)

No fragmento acima, encontra-se o uso de um marcador de atenuação que promove o apagamento da instância da enunciação no enunciado: “possivelmente”. Esse tipo de recurso, nas palavras de Rosa (1992, p. 41), forja “o afastamento do locutor enunciadador da situação de comunicação”, ocorrendo, nesse caso, pelo emprego da impessoalidade. A questão dos erros é suavizada por meio desse marcador, implicando um dizer que corresponderia ao sentido “não fossem as conquistas dos membros do partido nos governos estaduais e federais, que fizeram a direção do PT ficar fragilizada, nós não cometeríamos esses erros”. Essa poderia ser uma causa para justificar a carga de culpa do Presidente pelos atuais contratempos enfrentados pelo governo e, por extensão, pelo partido que representa e do qual foi líder por muitos anos.

Fragmento 50

1	Entrevistador: Eu deduzo da sua resposta/eu posso deduzir da sua resposta então que o senhor não leu os relatórios parciais da CPI?
5	Entrevistado: Nem poderia ler... nem poderia ler... <u>o Presidente da República</u> tem informações dos relatórios pelos <u>meus</u> assessores... mas eu tô esperando o relatório conclusivo da CPI... porque o que conta na verdade é quando você tiver um relaTÓrio

10	<p>consaGRAdo terminou a CPI o relatório tá pronto vai ser encaminhado ao Ministério Público... a Polícia Federal vai entrar em ação o Poder Judiciário vai entrar em ação... aí sim esse relatório... é que VAle para uma avaliação definitiva... <u>do Presidente da República</u>... os relatórios parciais... ainda vai passar por outras comissões ainda vai ser... éh julgado pela próprio pela própria CPI aí quando estiver pronto tenho um documento Final... para poder fazer juízo de valores desse documento (Anexo B, linhas 81 a 91)</p>
----	--

É interessante observar que o distanciamento promovido pelo segmento “o presidente da República tem informações dos relatórios pelos meus “assessores”, por meio do qual a primeira pessoa do singular é substituída pela terceira. Observa-se que houve o uso do “ele” (posição de presidente), em detrimento do “eu” (Lula, cidadão), porém, na mesma frase, há o pronome possessivo “meus”, que se refere à primeira pessoa. Percebe-se, então, que o entrevistado busca uma saída mais branda para tecer seus comentários, pois o emprego do “eu” colocaria sua imagem muito exposta, tornando sua face vulnerável. Esse expediente, que, aliás, foi usado duas vezes no discurso, evita uma suposta prepotência e arrogância que o uso do “eu”, diretamente, poderia causar.

Efeito semelhante de distanciamento ocorre no fragmento abaixo, no qual há a neutralização na categoria de pessoa, ou seja, tem-se, formalmente, um “ele” (o Presidente da República), mas que assume o valor de “eu”, já que o entrevistado está falando de si próprio, resultando na neutralização da oposição *eu/ele* em proveito do último membro do par. Agregado a esse preceito, existe, ainda, o uso da forma passiva nos dois exemplos a seguir:

Fragmento 51

<p>se eu tivesse condições de saber não teria acontecido... na medida em que eu soube naquilo que diz respeito <u>ao presidente da República</u>... as providências todas <u>foram tomadas</u>... <u>foram afastados quem deveria ser afastado</u>... <u>foram punidos quem deveria ser punido</u>... agora a justiça faça a sua parte (Anexo B, linhas 233 a 236)</p>
--

Fragmento 52

1	Entrevistador: Porém antes mesmo dessas investigações serem concluídas o senhor afirmou que levaria José Dirceu ao seu palanque
5	Entrevistado: <u>Eu fui perguntado se o Zé Dirceu ia no palanque... veja... as pessoas... as pessoas todas... sabe? enquanto não forem julgadas... as pessoas todas são inocentes... sabe? vamos aguardar... o processo... da parte do Presidente da República</u> nesse momento seja com os meus companheiros ou seja com os meus adversários <u>o Presidente da República</u> tem que ter sempre a postura... de um estadista que não faz julgamento... a priori... que não faz julgamento precipitado que não condena nem absolve ninguém antes do tempo... [...] (Anexo B, linhas 261 a 269)

Em conformidade com Rosa (1992, p. 35), “a forma passiva é um procedimento de atenuação”, da mesma forma que os “chamados marcadores de distanciamento quando modificam diretamente o núcleo da unidade discursiva (UD) de que fazem parte.”

Dois marcadores muito utilizados pelo entrevistado são o “veja”, de envolvimento do ouvinte, e “sabe”, com valor de busca de aprovação discursiva. A atenuação é percebida, no caso acima, por meio da combinação desses marcadores com as pausas recorrentes entre as partes do enunciado. Há uma hesitação na fala, dificultando a linearidade e o fluxo da asserção que, aliás, é baseada em um lugar comum: as pessoas que não foram julgadas são inocentes. Esse recurso pode ser considerado como uma espécie de renovação de clichê, uma intertextualidade com a frase original “todos são inocentes até que se prove o contrário”. Este é um conceito tão difundido, por isso, não haveria a necessidade de tanta hesitação para elaborá-lo. Porém, é uma estratégia que colabora para acalmar os ânimos e diminuir a força da declaração contundente do entrevistador e, também, para dar um certo conforto ao entrevistado acerca do que vai dizer adiante.

Segundo Marcuschi (1998), os recursos supra-segmentais configuram-se como elementos de natureza linguística, porém, não de caráter verbal. Referem-se à prosódia (tom de voz, ritmo, pausas, entoação etc.). No caso das pausas, há de se levar em consideração seu papel decisivo na organização do discurso conversacional. Podem apresentar-se como pausas curtas (micropausas),

médias ou longas, são comuns em final de unidades comunicativas e figuram junto a outros marcadores.

Ao referir-se a si mesmo na terceira pessoa (o Presidente da República), o falante cria um distanciamento do “eu” em relação ao discurso. Ocorre uma neutralização do “eu” em benefício do “ele”, produzindo um efeito de sentido ligado ao afastamento de sua imagem pessoal (o indivíduo Lula) para realçar o papel do estadista. Em outros termos, é mais conveniente preservar uma boa imagem do chefe de Estado que do sujeito individual, especialmente na situação em que se encontra, pois diante de tantas denúncias de corrupção, as pessoas esperam ter um Presidente honesto e virtuoso. A imagem construída por Lula é a do líder que não faz julgamento leviano, e isso se sobrepõe à sua própria individualidade. Se, ao contrário, ele tivesse utilizado o pronome “eu” em sua declaração, talvez o efeito fosse contrário: colocar em evidência uma atitude pessoal e não profissional, já que a sociedade anseia por um governante justo e confiável.

Fragmento 53

1 5	Entrevistador: O senhor me desculpe mas quando o senhor fala de normas que já vinham anteriormente sendo executadas... me lembra... aquela frase da entrevista de Paris que de que o caixa dois do PT era apenas uma prática sistemática da política brasileira que o PT... também fazia... o que... éh... surpreendeu muito o eleitor do PT que acreditava que o PT tinha vindo para acabar com esse tipo de prática
10	Entrevistado: Olha... primeiro que <u>o PT cometeu um erro:: um erro::...</u> que... é de uma gravidade incomensurável... <u>T</u> odo mundo sabe... e sabe o PT hoje... <u>e sabe quem cometeu os erros que o PT cometeu um erro...</u> que seRÁ... de difícil reparação pelo próprio PT... o PT... vai sangrar muito para poder... se colocar... diante da sociedade outra vez com uma CREdibilidade que ele conquistou... ao longo de vinte anos... Segundo [...] (Anexo B, linhas 109 a 119)

Primeiramente, é preciso considerar que o entrevistado comete um ato ameaçador à face do entrevistado, por fazer declarações bastante incisivas e comprometedoras. O Presidente, então, admite que o PT cometeu um erro, mostrando concordância e parecendo indignado, o que gera uma identificação com o povo. Embora a admissão de culpa corresponda a um ato que causa um dano

direto à face positiva, ele não o faz de forma a atribuir culpa a si mesmo, mas ao partido. Como não vê maneira de negar o que todos estão percebendo (alguém errou e todo mundo sabe), o mais apropriado é que tente afastar sua responsabilidade, mesmo que seja necessário comprometer seu grupo. No inconsciente coletivo, o fato de se assumir os erros representa que o indivíduo tem hombridade e, nesse caso, ocorre o mesmo efeito de sentido: buscar identificação com o ouvinte. O entrevistado tenta, com isso, passar a imagem de ser um governante que possui princípios e caráter. Trata-se de uma estratégia que visa a proteger sua face, pois não deseja que sua imagem seja arranhada e, por isso, transfere a culpa a outros. Tem-se, portanto, um procedimento que envolve a polidez positiva. Schneider (1998, p. 55) postula que “esta polidez é baseada em abordagem; ela ‘abençoa’ o rosto do endereçado pela indicação de que, de alguma forma, o falante compartilha dos desejos do ouvinte.”

Há, nesse segmento, uma oposição semântica: erro x credibilidade. Para manter ou resguardar sua imagem perante os ouvintes, o entrevistado procede a um outro recurso: falar sobre credibilidade para abrandar a situação. Ele se apoia na tese de que todo mundo sabe, todos conhecem o PT suficientemente bem para distinguir as pessoas que cometeram erros da entidade PT, enquanto partido, o qual cometeu apenas um erro e que tem que pagar agora, depois de vinte anos de credibilidade, por aqueles que puseram o nome do PT nessa situação. Apesar de essa relação ser feita entre pessoas e partido, o Presidente atribui a este último características humanas: o PT vai sangrar muito, defendendo afetivamente o partido e condenando as pessoas que não honraram sua filiação a ele.

Cabe, também, acrescentar que, ao proferir “todo mundo sabe”, o entrevistado se vale do coletivo, da generalização como suporte para enfatizar a credibilidade já obtida e que deseja manter, apesar de tudo (vê-se a entonação em CREdibilidade). Esses procedimentos combinados nos remetem à ideia de justiça, isto é, não culpar inteiramente o partido, mas aqueles que erraram, pois o partido merece crédito diante de tudo o que fez em vinte anos. Ele apela para o senso de justiça da população, que deve ponderar os argumentos expostos.

Existe, ainda, a presença da repetição, do alongamento e das pausas (“o PT cometeu um erro:: um erro::...”), com função de planejamento verbal que denota hesitação. Como podemos observar, o entrevistado visa a encontrar

uma explicação adequada para o que lhe foi colocado. Como não pode negar o erro, tenta uma saída mais conveniente e branda.

Fragmento 54

eu a única coisa que peço a Deus... é que quando terminar tudo isso... aqueles que me acusaram... peçam desculpas... só peço isso não quero/não quero não quero nada mais do que isso... peçam desculpas... porque também a leviandade... tal como ela é feita muitas vezes... ela tem um preço (Anexo B, linhas 213 a 216)

É relevante salientar que, no exemplo acima, ocorre o uso da expressão “aqueles que me acusaram”, de forma atenuada, pois o termo “aqueles” se refere, indiretamente, aos membros da oposição. Para não parecer impositivo e taxativo ao anunciar que espera desculpas desses adversários políticos e até mesmo da imprensa que propagou as acusações, o entrevistado ameniza sua fala, não citando nomes.

Fragmento 55

1	Entrevistador: Colher em ano eleitoral é ótimo não é?
5	Entrevistado: Não/veja... <u>cê</u> colhe no tempo que dá... eu não escolho o tempo em que posso colher quando <u>você</u> começa uma obra... em dois mil e três <u>cê</u> não termina em dois mil e três... sabe?... quando <u>você</u> começa uma hidrelétrica <u>você</u> demora cinco seis anos pra colher... quando <u>você</u> começa uma ferrovia <u>você</u> demora pra colher... quando <u>você</u> começa a plantar no tempo certo... <u>você</u> colhe no tempo certo... algumas coisas nós colhemos outras não [...] (Anexo B, linhas 298 a 304)

O uso constante do pronome “você” e sua variação coloquial “cê” serve para que o Presidente se distancie de um plano individual, para se manter em um plano geral. Esse recurso é muito comum na língua falada, quando se pretende exemplificar algo utilizando o “você” ou “cê”, porém não se referindo à pessoa com quem se fala, mas fazendo alusão a qualquer um, qualquer indivíduo, em um âmbito geral. Conforme Preti (2002, p. 59), o emprego dessa forma de tratamento pode servir, às vezes, como “referência a uma terceira pessoa indefinida, a quem o falante atribui a ação”. O “você”, nesse sentido genérico, “serve, na interação, para imaginar, não o que o interlocutor, mas qualquer outra pessoa possa a vir a fazer”. Os argumentos expostos pelo entrevistado são reforçados por esse elemento, e,

assim, cria-se uma atmosfera de aproximação com o ouvinte. Assim, ele pode suavizar o impacto de uma demonstração explícita de sua intenção, que é a de afastar-se de responsabilidades e se eximir de uma suposta culpa atribuída ao Presidente da República, apoiando suas faltas em certas limitações do ser humano: existem coisas possíveis de se fazer em um determinado tempo, e existem coisas que não o são.

De modo semelhante ao pronome “nós”, já discutido anteriormente, evidenciamos o emprego de “a gente”, nos recortes seguintes:

Fragmento 56

[...] e na hora que a gente tiver a investigação feita corretamente e o veredicto... aí você fala “bom esse cidadão cometeu... uma heresia... e por isso o cidadão tem que ser punido”... [...] (Anexo B, linhas 157 a 159)

Fragmento 57

[...] o Brasil vai ser muito melhor em dois mil e seis do que foi em dois mil e cinco do que foi... em dois mil e quatro do que foi em dois mil e três... e de que o Brasil está conquistando a chance de ter um ciclo de desenvolvimento duradouro que possa ser de dez ou quinze anos... para que a gente possa tirar o Brasil... do eterno lugar de país emergente... para colocar o Brasil no rol dos países desenvolvidos [...] (Anexo B, linhas 170 a 174)

Fragmento 58

[...] na hora que sobre qualquer cidadão brasileiro pesar qualquer suspeita... eu quero que ele tenha direito... antes de ser condenado à forca... que ele possa ser julgado corretamente... pra que a gente não... absolva um culpado... e nem pra que a gente condene um inocente (Anexo B, linhas 239 a 242)

Fragmento 59

[...] ... e o que que eu quero? o que eu quero é que eles COLham um país sólido... por isso hoje a gente não precisa mais discutir estabilidade... porque ela está consagrada... [...] (Anexo B, linhas 369 a 371)

Fragmento 60

[...] eu enviei o meu processo... ao Congresso Nacional que espero que ele vote... a reforma trabalhista eu acho que ela precisa ser feita... ser feita da forma mais madura possível para que a gente possa adequar o Brasil ao século vinte e um [...] (Anexo B, linhas 386 a 389)

Fragmento 61

[...] eu acredito que nós precisamos ficar felizes mas ao mesmo tempo com muita seriedade... e com muita sensatez para que a gente não permita que a euforia... faça com que a gente abandone a seriedade com que estamos trabalhando até agora [...] (Anexo C, linhas 23 a 26)

Dentre as várias ocorrências do uso de “a gente” encontradas no *corpus*, selecionamos alguns casos que mais refletem o efeito de acentuação da informalidade e de atenuação da subjetividade. A instalação de “a gente” em detrimento da primeira pessoa do plural e a primeira do singular nos remete à ideia de um “nós” (membros do governo) e um “eu” (presidente) diluídos para produzir um efeito de informalidade, pois, representa um uso mais popular e gera maior identificação com os ouvintes. Ademais, isso contribui, especialmente, para instaurar uma posição mais afastada do entrevistado em relação ao que diz em situações que exigem um comprometimento mais direto. Barros (2002, p. 30-31) assevera que:

O emprego da 3ª pessoa *a gente* no lugar da 1ª do singular ou do plural, como ocorre em geral com o uso da 3ª pessoa em lugar da 1ª, enfraquece ou atenua sobretudo os efeitos de aproximação da enunciação, de subjetividade, de reciprocidade, e de igualdade entre os interlocutores [...].

Fragmento 62

1	Entrevistador: Perfeito Presidente agora mudando um pouco de assunto... a respeito do reajuste dos combustíveis.... como é que isso vai afetar o consumidor na hora de abastecer o seu veículo?
5	Entrevistado: Luciano o/o/o que é importante... é que esse aumento não vai ter... da gasolina... nenhum... reflexo para o consumidor por que?... porque... foi reduzida a CIDE... de zero vinte e oito centavos por litro para dezoito centavos por litro... <u>ou seja</u> significa que... aumento zero pra ele... no óleo diesel... vai haver um aumento de oito ponto oito por cento... o efeito disso na inflação é apenas zero zero quinze ou seja... é muito pouco e eu acho que foi uma medida... ah ah <u>eu diria</u> inteligente da equipe econômica... ah porque:: era preciso fazer um reajuste pra Petrobrás porque ela tá já há algum tempo sem reajustar... [...] (Anexo C, linhas 54 a 63)
10	

Primeiramente, o Presidente advoga que não haverá aumento na gasolina por conta da redução da CIDE, legitimando essa conquista com base em números que soam como reais, pois estão amparados por uma estatística que autoriza a credibilidade de sua declaração. No que tange ao aumento do óleo diesel, ele tenta suavizar a situação, dizendo que 8.8% interferem muito pouco na inflação. Obviamente que, para o consumidor, esse aumento não é tão pequeno, mas, como um meio de se precaver de uma possível rejeição de seus argumentos, o entrevistado procura reverter o quadro a seu favor, conduzindo o interlocutor ao modo como quer ser interpretado. Ele salienta, então, que o aumento significa 0,015% na inflação, e utiliza o marcador “ou seja” para orientar o ouvinte que isso representa muito pouco. Com isso, ele procura desfazer um possível efeito negativo por parte da população acerca do aumento no óleo diesel e realçando o que lhe é conveniente.

Assinalamos o emprego do futuro do pretérito (eu diria) como um recurso que contribui para distanciar o falante acerca do que é dito para proteger sua face. Ao tecer um elogio à equipe econômica, ressaltando sua inteligência quanto às medidas tomadas, ele busca mostrar a competência de seu grupo e, por extensão, a sua própria competência, entretanto, de forma atenuada, pois afasta a reação do ouvinte de, talvez, considerá-lo pretensioso. Na visão de Barbosa (1996, p. 5), os receptores podem expressar anseios de serem elogiados, mas “tendem a discordar dos elogios ou evitá-los. Isso é o reflexo de pressões sócio-culturais, segundo as quais os falantes não devem se autoelogiar publicamente.” De acordo com Brown e Levinson (1987), todo indivíduo possui o desejo de ser admirado, apreciado e imitado pelos outros. Nesses termos, pode-se dizer que, no caso em questão, há a necessidade de se adotar certa conduta que entra em conflito com a realização explícita desse desejo, ou seja, o entrevistado precisa amenizar o efeito de brilhantismo de seus atos ou dos membros de sua equipe para não prejudicar sua imagem de homem modesto, utilizando, para isso, uma forma de distanciamento.

Fragmento 63

1	Entrevistador: Presidente o senhor anunciou na semana passada uma série de medidas para incentivar o desenvolvimento industrial... alguns especialistas afirmam que essas ações não serão suficientes pra estimular o setor... qual avaliação que o senhor faz?
5 10 15 20	Entrevistado: Olha concretamente nós anunciamos o que o Brasil precisaria ter anunciado há vinte e cinco anos atrás... durante muito tempo no Brasil... se discutiu se o Brasil precisaria ter ou não uma política industrial... e <u>muita gente</u> dizia que o Brasil não deveria ter que o governo não deveria incentivar... <u>o que nós fizemos?</u> nós ficamos vários meses discutindo com todos os segmentos empresariais... para construir uma proposta de política de desenvolvimento produtivo que pudesse incentivar... alguns setores da indústria brasileira por exemplo o setor interno de bens de capital... aquelas que produzem máquinas o que significa... <u>você</u> renovar... a capacidade produtiva de uma empresa e ao mesmo tempo <u>você</u> incentivar as exportações brasileiras as grandes... e também aumentar em dez por cento também a exportação... de microempresas no Brasil... nós estamos fazendo isso porque entendemos que... na medida que o governo assuma um compromisso com os empresários com a sociedade... e na medida que a gente anuncia um programa que tem um plano... de metas que tem data que tem... ah conselho gestor em cada área sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio... <u>nós estamos certos que</u> é possível cumprir... o nosso compromisso até dois mil e dez... com uma nova política de desenvolvimento... para que o Brasil... cresça... e cresça de forma sustentável (Anexo D, linhas 4 a 23)

O entrevistado usa a expressão “muita gente” ao invés de declarar explicitamente a quem se refere. Observa-se que há uma crítica velada a seus opositores, pois indiretamente, ele procura atingir aqueles que diziam que a política industrial não deveria ser incentivada. Para provar que o governo tomou a medida correta, o Presidente faz uma pergunta argumentativa por meio da qual ele mesmo se encarrega de responder e, dessa forma, ratificar o êxito da atitude tomada.

É muito comum, na língua falada, o emprego do pronome “você” para designar o coletivo, sentido geral e não realmente ao interlocutor com quem se fala diretamente. De acordo com Leite (2005, p. 112, 113), o locutor cita um “locutor indeterminado, representado pela forma de tratamento *você*”, a qual inclui, também, o ouvinte que se encontra face a face, já que designa a segunda pessoa do singular. Nesse caso, o “você” funciona como um pronome indefinido. Verifica-se, assim, que o Presidente se refere a um “falante coletivo”, de um modo vago e indeterminado,

mas que serve para designar o próprio governo, sem parecer que está vangloriando seus méritos ou os de seu partido. Ele usa esse artifício para não transmitir uma imagem arrogante de si e de seus aliados.

Fragmento 64

1	Entrevistador: Agora esse conjunto de medidas pra estimular o desenvolvimento industrial não prevê somente compromissos do governo né? mas também... contrapartidas dos setores beneficiados.... que garantias o governo tem de que as empresas vão cumprir essas contrapartidas?
5 10 15 20	Entrevistado: <u>Olha primeiro é importante que a sociedade saiba</u> os eixos principais da política de desenvolvimento produtivo... <u>nós queremos</u> ampliar... o investimento... <u>nós queremos</u> incrementar a inovação... e <u>nós queremos</u> aumentar as exportações esses são... os três eixos básicos da nossa política... as metas principais que nós NOS comprometemos a cumprir... ampliar a taxa de investimento do PIB dos atuais dezessete ponto seis para vinte e um por cento até dois mil e dez... aumentar os investimentos atrelados a pesquisas e desenvolvimento para zero setenta e cinco... <u>o que é muito importante</u> isso representa mais ou menos dezoito ponto dois bilhões... de reais... éh:: em dois mil e cinco era só de zero cinquenta e um por cento... éh:: significa que nós estamos nos comprometendo com uma meta de crescimento anual de nove ponto oito por cento até dois mil e dez... na/nos investimentos... em pesquisa <u>o que é um dado extremamente importante para o Brasil... isso aqui é extremamente importante porque... primeiro</u> os empresários se colocaram de acordo os trabalhadores foram ouvidos e se colocaram de acordo... o governo todo de forma unânime se coloca de acordo... mas o governo:: sabe... que a perfeição de um programa como esse vai acontecendo na medida em que o programa vai entrando em funcionamento (Anexo D, linhas 24 a 43)

No início da resposta, o entrevistado chama a atenção do ouvinte para uma consideração que julga ser relevante (“olha primeiro é importante que a sociedade saiba”). Observa-se que ele direciona o discurso em favor de uma melhor argumentação, desviando o foco do que lhe foi perguntado para começar sua explanação a partir do ponto que mais lhe favorece. Ele não responde prontamente a pergunta, pois é bastante comprometedor e não vai ao encontro da imagem que pretende preservar, que é a do governante sensato, convicto do que diz. Para não parecer leviano, é mais conveniente que se esquive do tópico original e prepare seu discurso conforme o assunto que quer realçar antes de se comprometer com alguma

assertiva posterior. A repetição (“nós queremos”) revela-se como um recurso que ajuda a fortalecer o desejo do falante acerca do desenvolvimento produtivo do país, e isso é pertinente ao objetivo de mostrar o lado bom da política governamental para precaver-se de possíveis objeções por parte do ouvinte.

A frase parentética “o que é muito importante” (linha 11) serve para confirmar a boa perspectiva acerca da taxa de investimento do PIB, elevando a importância desse aspecto e, ao mesmo tempo, funcionando como um elemento que convida o interlocutor a considerar com mais cuidado a informação subsequente, ou seja, evidencia e liga a importância do assunto ao que isso representa de modo concreto, sem que isso transpareça, essencialmente, uma opinião própria, mas um fato que merece a devida atenção. Verifica-se a expansão do tópico por meio de justificativas e explicações, corroborando a construção do contexto comum partilhado entre os interlocutores. O mesmo ocorre na passagem “que é um dado extremamente importante para o Brasil... isso aqui é extremamente importante porque...”. Em conformidade com Galembeck (2005, p. 288), esse procedimento

contribui para a construção de uma imagem positiva do locutor: ao embasar suas afirmações em dados concretos, que se tornam mutuamente acessíveis, ele busca ser reconhecido como alguém que domina o assunto em pauta e não faz afirmações sem fundamento.

Cabe salientar que o tom do discurso é voltado para a proteção da imagem positiva, tanto a do Presidente quanto a de seus aliados políticos. Essa ideia fica mais clara no trecho “o que é muito importante isso representa... a perfeição de um programa como esse vai acontecendo na medida em que o programa vai entrando em funcionamento”. Analisando o exemplo, percebe-se que o entrevistado visa a incutir no ouvinte a certeza de que o programa de desenvolvimento industrial tem tudo para dar certo, pois todos se colocam de acordo: os empresários, os trabalhadores (que foram ouvidos, isto é, houve a preocupação em atender seus anseios) e o governo. No entanto, a plena eficácia do plano só será contemplada de forma gradativa. Portanto, não se pode esperar a perfeição do programa de maneira imediata. O entrevistado se baseia em um argumento de autoridade (pesquisa), criando, assim, uma atmosfera de credibilidade. Ele prepara o espírito do ouvinte para aceitar uma possível falha no plano e baixar expectativas quanto a uma eficácia em curto prazo. Assinala-se,

portanto, que a persona que o falante adota é a do sujeito cauteloso, não imediatista.

Fragmento 65

1 5	Entrevistador: Você está ouvindo o <i>Café com o Presidente</i> o programa de rádio do Presidente Lula... agora Presidente alguns analistas dizem que esse tipo sustentável de crescimento que o país atravessa... pode ser ameaçado pela inflação... existe um risco mesmo de que esse estímulo ao setor produtivo... possa provocar um aumento de inflação?
10 15 20	Entrevistado: Olha... a inflação... ela... é um mal... muito grande para os trabalhadores que vivem de salário... e para a economia do país... por isso é que o governo... vai fazer o esforço que tiver que fazer... para evitar que a inflação volte... hoje... nós temos uma inflação... de quatro ponto cinco por cento é a nossa meta ela pode ir <u>dois pontos pra mais dois pontos pra menos</u> ... nós temos que ter o controle... há o crescimento da demanda de determinados produtos sobretudo na área de alimentos é uma coisa mundial mas que o Brasil não tem que ver isso como um problema porque nós temos terra temos solo temo água temo gente pra plantar... pra que a gente não precise... participar... desse aumento do alimento no mundo ou seja apenas aquilo que é importado e que não temos o controle... <u>é importante</u> ... Luciano <u>que</u> o povo entenda o seguinte... a/a inflação... <u>é uma obrigação de todo brasileiro cuidar... pra que ela não aconteça sabe?</u> é do trabalhador que compra... da dona de casa que compra... do empresário que produz... do:: atacadista que vende... do varejista e do governo... todos precisam se preocupar com a inflação porque ela... é um mal muito grande para o país e para as pessoas que vivem de salário... [...] (Anexo D, linhas 44 a 63)

É válido ressaltar que as pausas são elementos muito reveladores na LF, sobretudo quando são consecutivas. No excerto acima, observa-se a hesitação na fala do Presidente ao iniciar sua resposta, visto que o assunto proposto pelo apresentador (a inflação) causa desconforto para qualquer governante em exercício. No intuito de não falar coisas que venham a lhe prejudicar, ele opta por formular seu discurso mais lentamente, de modo que ganhe tempo para pensar melhor em sua resposta e não afetar negativamente sua imagem.

Pode-se depreender que, por meio da expressão “dois pontos pra mais dois pontos pra menos”, a impressão que o entrevistado pretende passar é que a inflação está sob controle, e a oscilação de dois pontos percentuais é comum em

estatística, pois até mesmo os órgãos especializados nessa área admitem uma margem aceitável de erro. Esse expediente atribui crédito à sua afirmação, contribuindo, assim, para a preservação da imagem do chefe de Estado seguro e confiável.

Ao dizer que o crescimento da demanda de produtos alimentícios é um problema mundial e que o Brasil não tem nada a ver com isso, observa-se que o Presidente admite o crescimento da procura por certos produtos, entretanto, o Brasil (no caso, os brasileiros) não devem se desesperar, já que há condições e possibilidades de que não haja um aumento no preço dos alimentos. Ele anuncia uma realidade global negativa que ocorre com o mundo, mas minimiza o impacto da gravidade do problema, se a crise atingir o Brasil, afirmando que, mesmo que isso ocorra, não existem razões para descontrole da população. Ele propõe uma realidade positiva que conforta a população, principalmente no que diz respeito à alimentação, cujo aumento de preço poderia gerar desespero na grande massa dos brasileiros.

O uso do “ou seja”, muito utilizado pelo Presidente, serve, no exemplo exposto, para direcionar o discurso ao objetivo de despreocupar os brasileiros quanto à inflação dos alimentos. Os produtos nacionais não serão afetados, apenas os importados, isto é, o básico (arroz com feijão) não faltará na mesa, e isso tranquiliza a população de baixa renda que, por ser a maioria no Brasil, é muito importante que o governo obtenha sua aprovação. Percebe-se, também, o emprego da expressão “é importante... Luciano que o povo entenda o seguinte...”, a qual valida a máxima conversacional de relação (seja relevante, isto é, só se pode dizer o que é importante), e que convida o interlocutor direto (Luciano) a participar e, conseqüentemente, prestar atenção ao que será dito, anúncio que vale para todos os ouvintes. Em seguida, o entrevistado lança mão do discurso “é uma obrigação de todo brasileiro cuidar... pra que ela não aconteça sabe?”. Percebe-se o emprego de um mecanismo que visa a distanciar uma responsabilidade única do governo, atribuindo uma parcela de comprometimento à sociedade, isto é, passando a carga desse peso a outros para aliviar a sua e, ainda, pedindo aprovação do ouvinte acerca de sua postura. O governo faz a sua parte e a população tem que fazer a sua para que a inflação não predomine, como se fosse uma espécie de responsabilidade compartilhada, porém, sob o invólucro de um posicionamento cívico, de propagação

O presidente sugestiona uma imagem negativa de seus adversários, a fim de resguardar, por oposição, a sua própria. Isso é acentuado com o uso do marcador “ou seja”, que reforça sua concepção de que é um absurdo e até desumano alguém pensar que a assistência destinada aos que precisam pode ter algum outro interesse pessoal e escuso. Assim, ele afasta uma possível suspeita de que suas intenções não sejam nobres, repassando a seus desafetos a postura indecorosa que lhe foi atribuída. Vê-se, ainda, que a frase (“ou seja como é que pode... alguém imaginar que você fazer um reajuste...”) não é finalizada. Ele deixa que o ouvinte se encarregue de interpretar o pensamento, o qual, aliás, tem um alto grau de previsibilidade, isto é, há grandes chances de que a interpretação do discurso esteja ligada a um tom de desaprovação aos que imaginam que a atitude de ajudar as pessoas carentes tenha sido tomada em função de interesse próprio. A estratégia de associar sua imagem a valores positivos é fortalecida pelo emprego da frase parentética “e eu não queria fazer nada que pudesse indexar isso à inflação”, pois ela contribui para deixar claro que o reajuste do programa em questão foi uma medida prudente, e isso só foi aprovado porque, além de ser necessário, não afetou o índice de inflação. Depreende-se, então, que não se trata de motivos eleitoreiros, mas motivos consistentes que o autorizam a manter e a adotar novamente, assim que possível, a mesma atitude de proteger os interesses da população de baixa renda, com sensibilidade, determinação e responsabilidade, conforme podemos perceber, também, no final do segmento exposto.

8 COMENTÁRIOS CONCLUSIVOS

Partindo-se do pressuposto de que todo político tem como objetivo predominante a aprovação e apoio da sociedade, fica claro que existe uma grande preocupação com a imagem que deseja preservar. Um político raramente deixa de manifestar suas intenções, no entanto, para alcançar seus objetivos, ele precisa estar atento ao que vai dizer e, principalmente, à maneira como vai dizer, pois sua imagem está sempre em jogo. Essa preocupação com a autoimagem perante os ouvintes conduz, por conseguinte, o falante a usar certos expedientes que tendem a beneficiá-lo em sua explanação e, assim, conseguir a identificação com o povo brasileiro.

Assinala-se que o emprego dos procedimentos de atenuação colabora para abrandar situações difíceis ou delicadas e minimizar a carga problemática de determinados assuntos. Essas estratégias sociointeracionais funcionam, também, como estratégias de persuasão, pois visam à busca de aprovação discursiva e ao envolvimento do ouvinte. Ademais, contribuem tanto para amenizar aspectos políticos desfavoráveis quanto para transmitir certo distanciamento do falante em relação ao seu enunciado.

No corpus analisado, predominou o uso de procedimentos que indicam maior envolvimento do entrevistado com seu enunciado, ou seja, ele procura assumir os conceitos emitidos, ainda que parcialmente. É muito frequente o emprego desses mecanismos em textos falados, devido à necessidade de cada interactante marcar a própria presença na interação. Mesmo quando há a preocupação com a imagem pública, espera-se que o Presidente, em sua condição de governante da Nação, mostre relativa convicção acerca do que diz. No entanto, houve certos momentos que propiciaram um posicionamento mais direto do entrevistado e que, portanto, poderiam torná-lo mais suscetível a opiniões contrárias. Nesses casos, verificou-se o emprego de procedimentos que assinalam um grau maior de distanciamento do falante em relação ao enunciado.

É importante ressaltar que o Presidente Lula empenhou-se mais em proteger sua imagem nas entrevistas de televisão, sobretudo na entrevista concedida ao jornalista Pedro Bial. Algumas razões explicam esse fato. A primeira é que se trata de um programa exibido em canal aberto (*Fantástico*, da Rede Globo),

que possui grande índice de audiência e, por isso, alcança a atenção de milhões de pessoas. A segunda é que o repórter em questão, por ter vários de anos de experiência na profissão, parece muito confiante em entrevistar personalidades, o que pode desestruturá-las em suas respostas. Além disso, percebeu-se que ele instiga o Presidente com suas constantes intervenções e comentários capciosos. Por fim, pode-se dizer que o ano de 2006 era uma época muito delicada para o Presidente, pois, como se sabe, ele estava pleiteando sua reeleição.

A preocupação em atenuar determinadas situações que possam prejudicar a autoimagem positiva também é visível nas outras entrevistas, uma vez que o Presidente parece não dispensar nenhuma forma de aproximação com o povo. Ele emprega suas estratégias, tanto para convencer milhões, milhares ou até mesmo um número pequeno de ouvintes, como é o caso das entrevistas de rádio, cuja repercussão não tem a mesma dimensão da televisiva, principalmente, por ser um programa (Café com o Presidente), que nem todos se interessam em ouvir, tampouco acessam a internet para isso. Ademais, na entrevista de rádio, não há a exposição visual, por meio da qual os interlocutores poderiam perceber os sinais não linguísticos. Assim, o entrevistado pode se sentir mais confiante e, portanto, mais confortável em fazer suas exposições.

A LF, por ser planejada localmente, apresenta certas marcas de espontaneidade que podem causar a impressão de uma atmosfera mais informal, menos reflexiva linguisticamente. Embora a entrevista realizada na França tenha tido repercussão nacional (transmitida em um programa de massa), ela foi cedida por uma autoridade, falando acerca de assuntos extremamente sérios, e esse contexto já implicaria maior grau de formalidade. Porém, a própria condição física propicia o abrandamento dessa formalidade, em função de que os interactantes (entrevistador e entrevistado) se encontram em um jardim e não em um plenário ou outro tipo de espaço mais cerimonioso. Mesmo assim, houve a intenção de mitigar aspectos não favoráveis à boa imagem de político competente e honesto.

De acordo com os resultados obtidos, observou-se que o Presidente emprega atos preparatórios, alguns combinados à partícula “mas”, e outros introduzidos por elementos que mostram polidez, como o futuro do pretérito, por exemplo. Ao adiar o conteúdo de sua resposta, o falante desvia-se do foco central da pergunta, e se precavê do impacto inicial da situação e da intensidade do que lhe foi questionado. Por minimizar a ameaça à face do locutor, o prefácio é,

então, atenuador, pois contribui para tornar mais suave o enunciado subsequente. Esse tipo de evasão, sobretudo quando aliada a pausas contínuas, denota certa hesitação do falante em formular seu discurso, ganhando tempo até encontrar uma maneira adequada de evitar possíveis reações negativas do interlocutor. Isso serve para preservar a imagem do falante, auxiliando-o na arquitetura dos enunciados e, assim, tornar menos ameaçadores os riscos contidos na declaração seguinte.

Quanto ao uso do “mas-prefácio”, foi visto que esse recurso serviu como um anúncio, uma espécie de preparação que atenua, por antecipação, o conteúdo do que será expresso. Ele também funcionou como uma espécie de reparação; um tipo de figuração proposto por Goffman (1974), no qual o participante de uma negociação, não conseguindo prever um acontecimento conflitante com os valores sociais defendidos e, percebendo esse perigo, se esforça em reparar os efeitos. O Presidente, ao perceber que o enunciado anterior não é compatível com a posição que defende, esforça-se para reparar os efeitos desfavoráveis produzidos e, assim, restaurar o equilíbrio da situação.

No que concerne à construção da imagem positiva do entrevistado, pode-se afirmar que ela se desenvolve a partir de vários elementos combinados; os procedimentos para a criação da face positiva são de natureza variada e só podem ser definidos no contexto de produção e na interação de que fazem parte. Uma maneira de se construir uma imagem positiva é por meio do arquétipo persona assumido. Conforme observado no corpus, o Presidente Lula revela a persona de um estadista com características que se identificam com as da população, em sua maioria; é o líder da grande massa, visto como o justiceiro, o “salvador da Pátria”. Salientam-se seus atributos como Chefe de Estado, os quais foram identificados na análise dos dados: comedido, confiável, crente em Deus, equilibrado, detentor de princípios nobres, honesto, justiceiro, líder, não julgador, otimista, prudente, racional, justo, responsável, sensato, trabalhador, solidário, altruísta, defensor de valores éticos, encorajador, humilde, modesto, protetor da família brasileira.

Outro ponto interessante é que o entrevistado se apoia em opiniões, aparentemente próprias, mas que são, na verdade, conceitos óbvios. O Presidente faz uso de discursos presentes no inconsciente coletivo, passíveis de serem aprovados e aceitos com facilidade. Ele se refugia no senso comum, com vistas a obter a adesão do interlocutor, fazendo com que este se identifique com o conceito emitido. Essa estratégia ajuda a reverter questões negativas, especialmente as que

se referem às denúncias de corrupção no governo. Trata-se de um recurso muito útil para a preservação da imagem de um governante honesto e que não admite impunidade.

Houve o uso recorrente de prefaciadores de opinião com valor atenuativo. Por vezes, eles denunciam certo grau de incerteza, e, outras, manifestam certeza a respeito do que é dito, o que, nesse caso, servem para manter ou controlar a construção da imagem que o locutor deseja exibir. O efeito de dúvida indica que o falante não assume integralmente o ponto de vista expresso, reduzindo a carga de responsabilidade em fazer uma afirmação para a qual não tem plena convicção e, dessa forma, não violando a máxima de qualidade (faça com que sua contribuição seja verdadeira). São sinais de abrandamento, pois diminuem a força ilocutória das asserções, devido ao fato de não demonstrarem um comprometimento direto e explícito. Houve, ainda, o emprego de prefaciadores de opinião, cujo papel está ligado à intenção do falante em orientar o ouvinte a respeito do modo como seu discurso deve ser interpretado (função de emolduramento). Esse recurso colabora para afastar discordâncias de opiniões que poderiam arranhar a face do locutor.

As repetições constituem um mecanismo altamente persuasivo e, portanto, muito conveniente aos propósitos do entrevistado em suas explanações. Esses intensificadores conferem maior carga argumentativa ao mesmo, tornando-o mais convincente e, muitas vezes, corroboram um distanciamento de objeções ou efeitos de sentido indesejados pelo falante.

Vale considerar que o uso de perguntas, as quais o falante se encarrega de responder e, por vezes, perguntas retóricas, que não exigem, necessariamente, resposta, operam como mecanismos argumentativos e, ao mesmo tempo, atenuadores. Esses expedientes linguísticos atribuem mais força ao discurso e diminuem a força ilocutória dos enunciados, caracterizando um procedimento de preservação da face. O Presidente, prevendo os pontos de seu discurso que possam vir a ser questionados, antecipa-se para expor com mais veemência seus argumentos, a fim de que o interlocutor não se manifeste contrariamente ao que diz.

Cabe salientar que os risos se apresentam como estratégias muito válidas para amenizar uma situação delicada. São marcadores paralinguísticos que auxiliam o falante a criar um tom amigável diante de uma pergunta comprometedoras ou capciosa. Isso serve para amenizar o grau de tensão causado pelo tema, gerando uma atmosfera mais suave, o que mantém a interação a bom termo. Além

disso, eles reduzem o nível de desconforto no qual o entrevistado se encontra, deixando o clima mais descontraído para se posicionar melhor frente aos questionamentos e não parecer ameaçado pela natureza da pergunta.

Assinala-se a presença de *hedges* que promovem o apagamento das marcas da enunciação. Houve o emprego de *hedges* da força ilocutória dos enunciados, compreendidos por advérbios que diluem ou reduzem a força ilocutória dos enunciados; *hedges* que denotam incerteza, e que diminuem o comprometimento do falante com os juízos emitidos; *hedges* indicadores de atividade cognitiva, atuando como planejadores verbais para ganhar tempo de se preparar para uma explanação mais apropriada; *hedges* atenuadores, que reduzem os riscos potenciais à face do locutor na interação verbal, amenizando os perigos contidos em sua exposição e orientando o ouvinte quanto à interpretação adequada de seu enunciado; *hedges* dirigidos à máxima de qualidade, que atuam no grau de verdade do enunciado, não comprometendo o falante com alguma assertiva para a qual não tem total convicção ou conhecimento dos fatos.

Questões demasiadamente polêmicas fizeram com que o entrevistado se colocasse de modo defensivo. No sentido de se prevenir de uma reação adversa, o Presidente lançou mão de alguns marcadores de rejeição, os quais o ajudaram a se precaver e, assim, ter condições de neutralizar reações inoportunas ou interpretações prejudiciais por parte do interlocutor.

A rigor, os prefaciadores metadiscursivos também foram muito utilizados pelo falante. Assinalamos as funções encontradas: explicitar a direção argumentativa do discurso, a fim de assegurar a eficácia na comunicação; anunciar uma posição sólida do locutor acerca do assunto em pauta; obedecer à máxima conversacional de qualidade (não diga coisas para as quais não se tem evidência adequada); demonstrar polidez ao solicitar espaço para justificativas, e mesmo ao usar o imperativo, tentar não atribuir um tom agressivo à sua exposição.

É válido observar, também, o papel das paráfrases atenuadoras, por meio das quais o sujeito pode validar seus argumentos na reformulação do enunciado, transformando um mesmo sentido em outro diferente, de forma a conduzir os efeitos de sentido que melhor lhe convém na situação. Vimos que esses mecanismos serviram para reforçar a imagem positiva do falante e, assim, afastar objeções. São reajustadores que possibilitam uma melhor exposição da ideia que se quer inculcar, o que, em última instância, pode resultar na concordância

e aprovação do ouvinte. Percebe-se, ainda, que os sentidos X e Y não se abrem para uma interpretação qualquer, mas para aquela que representa o juízo impresso pelo falante, anulando outros, não favoráveis no momento.

No que tange à polifonia, a alusão a terceiros possibilita ao falante agregar maior valor de verdade ao que é dito, por incorporar as palavras de outro para obter credibilidade. O Presidente se apropria de um discurso alheio para negar o autoelogio, já que isso seria muito pretensioso e arrogante. Por essa razão, ele opta, então, por colocar o elogio ao seu governo nas palavras de outra pessoa. É o caso das despreferências de ações sociais e culturalmente determinadas, propostas por Sacks, Schegloff e Jefferson (1974). Em casos de elogios, a despreferência tende a ser a escolha mais habitual, pois é natural que eles sejam evitados, especialmente, em público. A avaliação positiva do outro o autoriza a expor à sociedade os bons resultados do atual governo que, por extensão, se reflete no governante Lula. Trata-se de um dizer atenuado, um modo de exaltar méritos, legitimado pelo discurso do outro. O argumento de autoridade confere credibilidade à afirmação do falante, mas de forma, aparentemente, sutil e despretenciosa.

Outro aspecto a ser evidenciado é que o falante lança mão de um dizer coletivo, da generalização como suporte para manter-se à distância de pressupostos que possam não ser compartilhados por todos. Vimos que o uso do “nós” foi empregado no lugar de um “eu”. É um plural majestático que, vindo de um Presidente da República, afasta a ideia de prepotência e soberba. Isso colabora para distanciar o falante de seu enunciado, visto que a noção de coletividade e de trabalho em equipe ameniza uma suposta interpretação ligada à presunção.

Em alguns casos, o afastamento do entrevistado foi evidenciado pelo emprego da impessoalidade. Expressões que denotam o afastamento do falante a respeito das ideias emitidas o deslocam do âmbito pessoal para o campo do consenso, da pluralidade de vozes distintas, ou seja, o discurso é tecido por várias vozes que entrecruzam seu discurso, o que denuncia sua natureza heterogênea. Com base na heterogeneidade constitutiva, observou-se que foram utilizados recursos que atenuam posturas políticas e enfraquecem posições contrárias, transmitidos pelo distanciamento do falante em relação ao enunciado. É com base nas pistas e nos indícios cotextuais e contextuais que podemos apreender o efeito de sentido produzido no ouvinte.

Salienta-se, também, que o Presidente, cuidando para desfazer ou evitar possíveis objeções ou discordâncias de pressupostos, pode servir-se de certos mecanismos de atenuação para sustentar seu discurso e, dessa forma, assegurar a persuasão necessária para tentar convencer os ouvintes. A posição subjetiva decorrente disso é a de tentar aproximar o interlocutor, de buscá-lo para perto como aliado. Os atenuadores prestam-se, ainda, a baixar a força ilocutória do enunciado, principalmente quando há a exposição direta do falante, como nos casos analisados.

Por meio dessas marcas linguísticas deixadas na enunciação, pode-se perceber como o falante, com objetivos definidos, elabora estratégias que orientam seu discurso para produzir um efeito de sentido mais apropriado, ou seja, atenuar uma situação, de forma a preservar sua imagem e, assim, obter o assentimento do ouvinte. A partir da análise desses expedientes utilizados na língua falada, é possível a observação de como o texto vai sendo construído, tornando as etapas do processo enunciativo mais evidentes e possibilitando a apreensão de possíveis interpretações.

As discussões acerca dos procedimentos de atenuação e preservação da face não se esgotam aqui, devido à complexidade e relevância desse assunto no contexto da interação verbal. Nossa intenção está voltada, então, para a possibilidade de incentivo ao desenvolvimento de futuras análises e reflexões mais aprofundadas que possam contribuir para os estudos concernentes à língua falada.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**. 6. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. **Palavras incertas: as não-coincidências do dizer**. Campinas: Pontes, 1998.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

BARBOSA, Maria Lúcia Ferreira de Figueirêdo. Estratégias de polidez em respostas a elogios. **Trabalhos em Lingüística Aplicada**, Campinas, v. 28, p. 5-18. jul./dez. 1996.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. Entre a fala e a escrita: algumas reflexões sobre as posições intermediárias. In: PRETI, Dino. (Org.). **Fala e escrita em questão**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2000. p. 57-78. (Projetos Paralelos, 4).

_____. Interação em anúncios publicitários. In: PRETI, Dino (Org.) **Interação na fala e na escrita**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2002. p. 17-44. (Projetos Paralelos, 5).

_____. A sedução nos diálogos. In: PRETI, Dino (Org.). **Diálogos na fala e na escrita**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas/FFLCH/USP, 2005. p. 225-254. (Projetos Paralelos, 7).

BECHARA, Evanildo. **Ensino da Gramática. Opressão? Liberdade?** 9. ed. São Paulo: Ática. 1997.

BELCHÍ, Dolores Anunciación Igualada. Estrategias comunicativas: la pregunta retórica en español. **Revista Española de Lingüística**, Madrid, v. 24, n. 2, p. 329-344. Jul./Dic. 1994.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de lingüística geral I**. 4. ed. Campinas: Pontes, 1995.

BERRUTO, Gaetano. Per una caratterizzazione del parlato: l'italiano parlato ha un'*altra* grammatica?. In: HOLTUS, Günter; RADTKE, Edgar (Eds). **Gesprochenes Italienisch in Geschichte und Gegenwart**. Tübingen: Gunter Narr, 1985. p. 120-153.

BIBER, Douglas; CONRAD, Susan. Register variation: a corpus approach. In: SCHIFFRIN, Deborah; TANNEN, Deborah; HAMILTON, Heidi. **The handbook of discourse analysis**. Malden: Blackwell Publishing, 2003. p. 175-196.

BLAKEMORE, Diane. Discourse and relevance theory. In: SCHIFFRIN, Deborah; TANNEN, Deborah; HAMILTON, Heidi. **The handbook of discourse analysis**. Malden: Blackwell Publishing, 2003. p. 100-118.

BRAIT, Beth. O processo interacional. In: PRETI, Dino. (Org.). **Análise de textos orais**. 6. ed. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2003. p. 215-244. (Projetos Paralelos, 1).

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

BROWN, Penelope; LEVINSON, Stephen C. **Politeness: some universals in language usage**. 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

BROWN, Gillian; YULE, George. **Discourse Analysis**. Cambridge: Cambridge University Press. 1983.

_____. **Teaching the spoken language: an approach based on the analysis of conversational English**. 11. ed. Cambridge: Cambridge University Press. 1997.

BYINGTON, Carlos. **Desenvolvimento da personalidade: símbolos e arquétipos**. São Paulo: Ática, 1987. (Série Princípios, 123).

_____. **Estrutura da personalidade: persona e sombra**. São Paulo: Ática, 1988. (Série Princípios, 135).

_____. **Pedagogia simbólica: a construção amorosa do conhecimento de ser**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos. 1996.

CAMPOS, Odette Gertrudes Luiza Altmann de S. A língua falada: características gerais. **Estudos Gramaticais**, Araraquara (UNESP), v. 3, n. 1, p. 202-214, 1989.

CARVALHO, Eide M. Murta. **O pensamento vivo de Jung**. São Paulo: Martin Claret. 1986.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de. Variação lingüística, norma culta e ensino da língua materna. In: SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Estado da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. **Subsídios à proposta curricular de língua portuguesa para o 1º e 2º graus**. São Paulo. SE/CENP, 1988. p.53-60.

_____. Para o estudo das unidades discursivas no português falado. In: CASTILHO, Ataliba Teixeira de. (Org.) **Português culto falado no Brasil**. Campinas: Ed. Unicamp. 1989. p. 249-280.

_____. Problemas de descrição da língua falada. **DELTA**, v. 10, n. 1, p. 47-71. 1994.

_____. **A língua falada no ensino de português**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2000.

CHAFE, Wallace L. Integration and involvement in speaking, writing, and oral literature. In: TANNEN, Deborah (Ed.). **Spoken and written language: exploring orality and literacy**. Norwood: N. J. Ablex, 1982. p. 35-53.

_____. The Analysis of discourse flow. In: SCHIFFRIN, Deborah; TANNEN, Deborah; HAMILTON, Heidi. **The handbook of discourse analysis**. Malden: Blackwell Publishing, 2003. p. 673-687.

COSTA VAL, Maria da Graça. **Redação e textualidade**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FÁVERO, Leonor Lopes; ANDRADE, Maria Lúcia C. V. O; AQUINO, Zilda G. Oliveira de. Perguntas e respostas como mecanismos de coesão e coerência no texto falado. In: CASTILHO, Ataliba Teixeira de; BASILIO, Margarida (Orgs.) **Gramática do português falado**. Campinas: Unicamp/FAPESP, 1996. p. 473-508. (Estudos Descritivos, 4).

_____. Discurso e interação: a reformulação nas entrevistas. **DELTA**, v. 14, n. esp., p. 91-103. 1998.

_____. **Oralidade e escrita**: perspectivas para o ensino da língua materna. São Paulo: Cortez, 1999.

FÁVERO, Leonor Lopes; ANDRADE, Maria Lúcia C. V. O. Os processos de representação da imagem pública nas entrevistas. In: PRETI, Dino. (Org.) **Estudos de língua falada**: variações e confrontos. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 1998. p. 153-178. (Projetos Paralelos, 3).

FÁVERO, Leonor Lopes; AQUINO, Zilda G. Oliveira de. Textualização de produções orais formais – o caso da entrevista. In: KOCH, Ingedore G. Villaça; BARROS, Kazue Saito Monteiro de. (Orgs.) **Tópicos em lingüística de texto e análise da conversação**. Natal: EDUFRN, 1997. p. 67-72.

_____. As perguntas na organização das entrevistas. **Revista da ANPOLL**, São Paulo, n. 4, p. 121-135. jan./jun. 1998.

_____. A dinâmica das interações verbais: o trílogo. In: PRETI, Dino (Org.) **Interação na fala e na escrita**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2002. p.159-178.

FÁVERO, Leonor Lopes. A entrevista na fala e na escrita. In: PRETI, Dino. **Fala e escrita em questão**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2000. p. 79-98. (Projetos Paralelos, 4).

FIORIN, José Luiz. **Linguagem e ideologia**. São Paulo: Ática, 1990.

_____. **As astúcias da enunciação**: as categorias de pessoa, espaço e tempo. São Paulo: Ática, 1996.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber**. 5. ed. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

FRASER, Bruce. Uma abordagem sobre os marcadores discursivos. **Confluência**, Assis, S.P., v. 2, n. 2, p. 132-160. 1994.

GALEMBECK, Paulo de Tarso. Metodologia de pesquisa em português falado. In: RODRIGUES, Ângela Cecília de Souza; ALVES, Ieda Maria; GOLDSTEIN, Norma Seltzer. **I Seminário de Filologia e Língua Portuguesa**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 1999a. p. 109-119.

_____.; BLANCO, Luciane Rampazo. Marcadores conversacionais na linguagem jornalística. **Revista**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 20. p. 52-63, jun. 2001.

_____.; CARVALHO; Kelly Alessandra. Os marcadores conversacionais na fala culta de São Paulo. São Paulo: **Projeto NURC**, 1997. p. 830-848.

_____. Preservação da face e manifestação de opiniões: um caso de jogo duplo. In: PRETI, Dino. (Org.) **O discurso oral culto**. 2. ed. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 1999b. p. 173-194. (Projetos Paralelos, 2).

_____. Marcas da subjetividade e intersubjetividade em textos conversacionais. In: PRETI, Dino. (Org.) **Interação na fala e na escrita**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2002a. p. 67-88.

_____. Processos argumentativos como recursos de interação em aulas. **SIGNUM**, Londrina, n. 5, p. 169-183. 2002b.

_____. O Turno conversacional. In: PRETI, Dino (Org.) **Análise de textos orais**. 6. ed. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2003. p. 65-92. (Projetos Paralelos, 1).

_____. O tópico discursivo: procedimentos de expansão. In: PRETI, Dino (Org.) **Diálogos na fala e na escrita**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2005. p. 277-298. (Projetos Paralelos, 7).

_____. Língua falada: processos de construção. In: **Livro dos minicursos do X Congresso Nacional de Linguística e Filologia** (Cadernos do CNLF, vol. X, nº 02). Rio de Janeiro: CIEFIL, 2006.

_____. Marcadores de atenuação e gênero. In: Seminário do Gel, 57., 2009, **Programação...** Ribeirão Preto (SP): GEL, 2009. Disponível em: <<http://www.gel.org.br/?resumo=5551-09>>. Acesso em: 25 jun. 2009.

GARCIA, O. M. **Comunicação em prosa moderna**. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1980.

GLOSSÁRIO. In: PRETI, Dino (Org.) **Análise de textos orais**. 6. ed. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2003. p. 263-271. (Projetos Paralelos, 1).

GOFFMAN, Erving. **Les rites d'interaction**. Paris: Les Éditions de Minuit, 1974. (Les Sens Commun).

_____. **Forms of talk**. Philadelphia: University of Pennsylvania. 1981.

_____. **A representação do Eu na vida cotidiana**. 8. ed. Tradução de Maria Célia Santos Raposo. Petrópolis: Vozes, 1999.

GRICE, H. Paul. Logic and conversation. In: COLE, Peter; MORGAN, Jerry L. (Eds.). *Syntax and semantics*. New York: Academic Press, 1975. p. 41-58. Disponível em: <<http://www.wam.umd.edu/~israel/Grice75.pdf>>. Acesso em: 05 jun. 2008.

GUMPERZ, John J. **Discourse strategies**. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.

_____. Interactional sociolinguistics: a personal perspective. In: SCHIFFRIN, Deborah; TANNEN, Deborah; HAMILTON, Heidi. **The handbook of discourse analysis**. Malden: Blackwell Publishing, 2003. p. 215-228.

HALLIDAY, Michael Alexander Kirkwood. **Spoken and written language**. Editor de série: Frances Christie. Oxford University Press, 1989.

HILGERT, José Gaston. A paráfrase em situações de interação explícita. **Letras & Letras**, Uberlândia, v. 11, n. 1, p. 233-245, jan./jun. 1995.

_____. Esboço de uma fundamentação teórica para o estudo das atividades de formulação textual. In: Castilho, Ataliba Teixeira de. (Org.) **Gramática do português falado**. 2. ed. Campinas: Unicamp/FAPESP, 1996. p.99-115. v. 3.

_____. As paráfrases na construção do texto falado: o caso das paráfrases em relação paradigmática com suas matrizes. In: KOCH, Ingedore G. Villaça. (org.) **Gramática do português falado**. 2. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP/FAPESP, 1997. p. 131-147. v. 6.

_____. A construção do texto “falado” por escrito: a conversação na *internet*. In: PRETI, Dino. (Org.). **Fala e escrita em questão**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2000. p.17-56. (Projetos Paralelos, 4).

_____. Procedimentos de reformulação: a paráfrase. In: PRETI, D. (Org.) **Análise de textos orais**. 6. ed. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2003. p. 117-146. (Projetos Paralelos, 1).

JUBRAN, Clélia Cândida de Abreu Spinardi. Parênteses: propriedades identificadoras. In: CASTILHO, Ataliba Teixeira de.; BASÍLIO, Margarida. (Orgs.). **Gramática do português falado**. Campinas, SP: Ediotora da UNICAMP; São Paulo: FAPESP, 1996. p. 411-421. v. 4.

_____. Retornos e estratégias de reconstrução do texto falado. In: GEL. Grupo de Estudos Lingüísticos do Estado de São Paulo. **Estudos Lingüísticos XXVII: Anais de Seminários do GEL**. São José do Rio Preto; São Paulo: GEL, 1998. p.700-704.

JUNG, Carl Gustav. *Psicologia do Inconsciente*. Tradução de Maria Luíza Appy. In: _____. **Estudos sobre Psicologia Analítica**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1981a. p. 1-110. (Obras Completas de C. G. Jung, 2).

_____. *O Eu e o Inconsciente*. Tradução de Dora Ferreira da Silva. In: JUNG, Carl Gustav. **Estudos sobre psicologia analítica**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1981b. p. 111-294. (Obras Completas de C. G. Jung, 7).

_____. **A Natureza da Psique**. 3. ed. Tradução de PE. Dom Mateus Ramalho Rocha, OSB. Petrópolis: Vozes, 1991. (Obras Completas de C. G. Jung, 7/2).

KOCH, Ingedore G. Villaça. **Argumentação e linguagem**. São Paulo: Cortez, 1987.

_____. **A inter-ação pela linguagem**. São Paulo: Contexto, 1992.

_____. Atividades e estratégias de processamento textual. In: KOCH, Ingedore G. Villaça; BARROS, Kazue Saito Monteiro de. (Orgs.) **Tópicos em lingüística de texto e análise da conversação**. Natal: EDUFRN. 1997. p. 139-146.

_____. **Desvendando os segredos do texto**. São Paulo: Cortez. 2002.

_____. **O texto e a construção dos sentidos**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

KOTTHOFF, Helga. Gender and joking: on the complexities of women's image politics in humorous narratives. **Journal of Pragmatics**, v. 32, n. 1, p. 55-80. 2000.

LEITE, Marli Quadros. A influência da língua falada na gramática tradicional. In: PRETI, Dino (Org.). **Fala e escrita em questão**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2000. p. 129-156. (Projetos Paralelos, 4).

_____. O diálogo no diálogo: a dupla expressão do discurso do Outro. In: PRETI, Dino (Org.). **Diálogos na fala e na escrita**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2005. p. 85-118. (Projetos Paralelos, 7).

LEONT'EV, Aleksey Nikolaevich. **Activity, consciousness, and personality**. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall, 1978. Disponível em: <<http://www.marxistsfr.org/archive/leontev/works/1978/index.htm>>. Acesso em: 19 ago. 2008.

LEVINSON, Stephen. **Pragmatics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1983. Disponível em: <<http://www.mpi.nl/Members/StephenLevinson>>. Acesso em: 14 maio 2008.

LUNARDELLI, Rosane Suely Alvares. **A preservação da face: estratégias discursivas na fala dos alunos de Biblioteconomia da UEL**. 2007. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem). Universidade Estadual de Londrina – UEL, Londrina.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Marcadores conversacionais no português brasileiro: formas, posições e funções**. Campinas: Unicamp, 1989.

_____. A repetição na língua falada como estratégia de formulação textual. In: KOCH, Ingedore G. Villaça. (Org.) **Gramática do português falado**. 2. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP/FAPESP, 1997. p. 95-129.

_____. Nove teses para uma reflexão sobre a valorização da fala no ensino de língua. A propósito dos "Parâmetros Curriculares no Ensino de Língua Portuguesa de 1ª a 4ª Série do 1º Grau Menor". **Revista da Anpoll**, São Paulo, n. 4, p. 137-156. jan./jun. 1998.

_____. **Da fala para a escrita: atividades de retextualização**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Análise da conversação**. 5. ed. São Paulo: Ática, 2006.

MARKUN, Paulo. **O sapo e o príncipe: personagens, fatos e fábulas do Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2004.

McILVENNY, Paul. Heckling in hyde park: verbal audience participation in popular public discourse. **Language in society**, v. 25, n. 1, p. 27-60. mar. 1996.

MONTIEL, G. J. ¿Cómo se dice política hoy? **Cadernos de Estudos Lingüísticos**, Campinas, v. 24, n. 24, p. 151-178. Jan/jun, 1993.

MUSSALIM, Fernanda. Análise do discurso. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (Orgs.) **Introdução à Lingüística: domínios e fronteiras**. São Paulo: Cortez, 2001. v. 2.

OLIVEIRA, Esther Gomes de. **Operadores argumentativos e marcadores discursivos na língua falada**. 1999. Tese (Doutorado em Semiótica e Linguística Geral) – Universidade de São Paulo - USP, São Paulo.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. Discurso e argumentação: um observatório do político. **Fórum Lingüístico**, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 73-82. jul./dez. 1998.

OSAKABE, Haqira. **Argumentação e discurso político**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

PAWLEY, Andrew. Traffic signals in conversation. In: **A study of signposting in narrative discourse**. [S.l.]: Hawaii University, 1975.

PERELMAN, Chaim; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação: a nova retórica**. Trad. Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

PERFEITO, Alba Maria. Bakhtin e Vygostky: reflexões sobre a natureza social e dialógica da linguagem. **Boletim**, Londrina, n. 39, p. 107-118. jul./dez. 2000.

PORTILLO, Vanilde Gerolim. **Jung e os conceitos básicos da Psicologia Analítica**. 2001. Disponível em: <<http://www.portaldomarketing.com.br/Artigos/Jung%20e%20a%20psicologia%20analitica.htm>>. Acesso em: 31 jul. 2008.

PRETI, Dino. Oralidade e narração literária. **Revista da Anpoll**, São Paulo, n. 4, p. 81-96, jan./jun. 1998.

_____. Alguns problemas interacionais da conversação. In: _____ (Org.) **Interação na fala e na escrita**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2002. p.45-66.

_____. (Org.) **Análise de textos orais**. 6. ed. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2003. (Projetos Paralelos, 1).

RISSO, Mercedes Sanfelice; JUBRAN, Cândida de Abreu Spinardi. O discurso auto-reflexivo: processamento metadiscursivo do texto. **DELTA**, v. 14, n. esp., p. 227-242. 1998.

RISSO, Mercedes Sanfelice; SILVA, Giselle Machline de O.; URBANO, Hudinilson. Marcadores discursivos: traços definidores. In: KOCH, Ingedore G. Villaça. (Org.) **Gramática do português falado**. Campinas: Unicamp/FAPESP, 1997. p. 21-94. (Desenvolvimentos, 6).

RISSO, Mercedes Sanfelice. Língua falada – língua escrita: conceitos e preconceitos. **Confluência**, Assis, v. 3, n. esp., p. 55-63. 1994.

_____. A dimensão intencional na construção do texto falado: os marcadores. **Letras & Letras**, Uberlândia, v. 11, n. 1, p. 215-225. jan./jun. 1995.

_____. Respostas prefaciadas na interlocução oral: o papel dos marcadores bom, bem, olha, ah. In: GEL. Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo. **Estudos Linguísticos XXVII: Anais de Seminários do GEL**. São José do Rio Preto; São Paulo, 198. p. 795-800.

RODRIGUES, Ângela C. Souza. Língua falada e língua escrita. In: PRETI, D. (Org.) **Análise de textos orais**. 6. ed. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2003. p. 15-37. (Projetos Paralelos, 1).

ROSA, Margaret de Miranda. **Marcadores de atenuação**. São Paulo: Contexto, 1992.

SACKS, Harvey; SCHEGLOFF, Emanuel A.; JEFFERSON, Gail. A simplest systematics for the organization of turn taking for conversation. **Language**, v. 50, n. 4, p. 696-735. 1974.

SCHEGLOFF, Emanuel A. Discourse as an interactional achievement III: the omnirelevance of action. In: SCHIFFRIN, Deborah; TANNEN, Deborah; HAMILTON, Heidi. **The handbook of discourse analysis**. Malden: Blackwell Publishing, 2003. p. 229-249.

SCHIFFRIN, Deborah. Discourse markers: language, meaning, and context. In: SCHIFFRIN, Deborah; TANNEN, Deborah; HAMILTON, Heidi. **The handbook of discourse analysis**. Malden: Blackwell Publishing, 2003. p. 54-75.

SCHNEIDER, Maria Elizabeth. **Teoria da polidez e língua estrangeira**. Cadernos do IL (UFRGS), n. 20, p. 51-60. dez. 1998.

SILVA, Giselle M. de O; TARALLO, Fernando; BRAGA, Maria Luiza. Preenchimento discursivo em fronteiras sintáticas. In: CASTILHO, Ataliba Teixeira de.; BASILIO, Margarida. (Orgs.) **Gramática do português falado**. Campinas: Unicamp/FAPESP, 1996. p.193-217. (Estudos Descritivos, 4).

SILVA, Luiz Antônio da. A interferência do ouvinte na conversação diádica. In: GEL. Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo. **Estudos Linguísticos XIX: Anais de Seminários do GEL**. Bauru; São Paulo, 1990. p.601-608.

_____. Polidez na interação professor/aluno. In: PRETI, Dino. (Org.) **Estudos de língua falada: variações e confrontos**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 1998. p. 109-130. (Projetos Paralelos, 3).

STUBBS, Michael. **Discourse analysis: the sociolinguistic analysis of natural language**. Oxford: Basil Blackwell. 1983.

TANNEN, Deborah. The oral/literate continuum in discourse. In: _____ (Ed.). **Spoken and written language: exploring orality and literacy**. Norwood: N. J. Ablex. 1982. p. 1-16.

URBANO, Hudinilson; FÁVERO, Leonor Lopes; ANDRADE, Maria Lúcia C. V. O.; AQUINO, Zilda G. O. Perguntas e respostas na conversação. In: CASTILHO, Ataliba Teixeira de. (Org.) **Gramática do português falado**. 2. ed. Campinas: Unicamp/FAPESP, 1996. p. 75-98. v. 3.

URBANO, Hudinilson. O acho que na organização do texto conversacional. In: GEL. Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo. **Estudos Linguísticos XIX: Anais de Seminários do Gel**. Bauru; São Paulo, 1990. p.625-632.

_____. Marcadores conversacionais. In: PRETI, Dino (Org.). **Análise de textos orais**. 3. ed. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 1997. p. 81-101.

_____. Variedades de planejamento no texto falado e no texto escrito. In: PRETI, Dino. (Org.) **Estudos de língua falada: variações e confrontos**. São Paulo: São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 1998a. p. 131-152. (Projetos Paralelos, 3).

_____. O seu trabalho está bom, mas... (your paper is good, but...). **DELTA**, v. 14, n. esp., p.269-276. 1998b.

_____. **Oralidade na literatura (O caso Rubem Fonseca)**. São Paulo: Cortez, 2000.

VIGOTSKY, Lev S. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

VILELA, Mário; KOCH, Ingedore G. Villaça. **Gramática da língua portuguesa**. Coimbra: Almedina, 2001.

VOGT, Carlos. **Linguagem, pragmática e ideologia**. São Paulo: Hucitec, 1989.

YULE, George. **Pragmatics**. Oxford: Oxford University Press. 1996.

ANEXOS

	Entrevistador: O senhor acredita que há males que vêm para bem?
35	Entrevistado: A minha tese é que... nós precisamos aproveitar esse momento que está acontecendo no Brasil... pra sermos mais duros... para criarmos mais mecanismos de proteção do estado brasileiro... e vamos fazer... goste quem gostar... doa a quem doer sabe?... nós vamos continuar sendo implacáveis... sabe?... na apuração da corrupção ahn ahn ahn e quem tiver... quem tiver... ahn... que ficar bravo com o governo... sabe? que fique mas... se tiver... nós vamos apurar... esse é o papel da Polícia Federal esse é o papel do Ministério Público esse é o papel do governo... sabe? agora o que nós precisamos é trabalhar com fatos verdadeiros... para que a gente possa... mostrar pra sociedade o resultado concreto... das investigações
40	
45	Entrevistador: Vossa Excelência sente um peso muito maior... hoje do que quando foi eleito Presidente da República?
50	Entrevistado: Não... ou seja... hoje eu tenho muito mais consciência... do que é administrar um país como o Brasil... eu na verdade quando tomei posse eu tinha uma preocupação muito forte com a questão da política econômica... e isso foi resolvido e foi resolvido porque tivemos paciência... foi resolvido porque não tomamos nenhuma atitude populista... foi resolvido porque soubemos esperar o tempo certo de fazer as coisas... e agora... na/na verdade era um momento... em que a gente... estaria colhendo... aquilo que nós plantamos em dois mil e três ou dois mil e quatro... não estava prevista acontecer... nenhum erro... político:: ãhn nenhuma crise mais forte... mas aconteceu... e nós esperamos que se cada instituição cumprir ca sua parte... nós também resolveremos isto porque o Brasil... não pode de forma nenhuma... jogar fora essa oportunidade extraordinária... que ele tem nesse momento o Brasil é mais respeitado no mundo... o Brasil tem mais força... nos organismos multilaterais tanto nas Nações Unidas quanto na... Organização Mundial do Comércio... e nós precisamos fazer... desse respeito que conquistamos... uma conquista... de benefícios para o povo brasileiro... seja no comércio seja na política
55	
60	Entrevistador: O senhor sente saudades da época em que era sindicalista ou oposição?
65	Entrevistado: Veja... éh saudade não... até porque: ãhn... passei a vida inteira brigando pra chegar onde cheguei ãhn:: na verdade quando você é oposição você tem mais facilidade porque você não tem... a responsabilidade de fazer... você só tem a responsabilidade de cobrar... eu sempre tento fazer analogia com coisa simples que as pessoas possam entender... muitas vezes dentro de casa... um filho quando pede dinheiro po pai... e que o pai diz “não tenho dinheiro”... sabe?... muitas vezes o pai tá sendo o mais verdadeiro dos seres humanos... mas po filho... sabe? ele sai diz pos amigos “olha meu pai não me deu dinheiro meu pai não sei das quanta...” ele acha que o pai... estava neGANdo uma coisa que

ANEXO B

1 5	Entrevistador: Presidente... antes da sua eleição depois da sua eleição o senhor repetiu várias vezes... com pertinência éh::... de que muitos poderiam errar no seu lugar mas o senhor com a sua biografia e com os preconceitos que o senhor enfrentava o senhor não poderia errar... agora... diante de tantos escândalos que o seu governo vem enfrentando... o senhor poderia me responder onde é que o senhor errou?
10 15	Entrevistado: Primeiro Pedro... eu queria... aproveitar... esse... programa de... primeiro de ano... e cumprimentar... o povo brasileiro... desejando a ele... um dois mil e seis éh... melhor do que qualquer um que eles já imaginaram ter... afinal de contas eu acho que o povo brasileiro merece... um bom dois mil e seis... segundo... ô Pedro... éh éh éh... é muito difícil você dizer éh... aonde... você errou... você pode ter errado muitas vezes e pode ter acertado outras vezes... o dado concreto o dado concreto Pedro é que... nós temos consciência que governar... um país do tamanho do Brasil... com a máquina poderosa que tem... você pode cometer um ou outro erro e na medida em que você detecta esse erro... tem que tomar as providências para apurar e punir aqueles que puderam ou aqueles que cometeram o erro... e isso nós fizemos como jamais foi feito na história do Brasil
	Entrevistador: O senhor está falan/se referindo às CPIs... éh... pra pra apurar... quer dizer o governo resistiu muito quer dizer procurou... impedir a implantação das CPIs num primeiro momento... e mesmo agora há pouco... tentou evitar a prorrogação de seu trabalho
20 25 30	Entrevistado: Não/veja... primeiro a CPI... ela é uma conquista da democracia brasileira... e o PT durante mUITO TEMpo se utilizou de CPI... pra fazer política... segundo... é normal... que quem está na oposição queira mais uma CPI do que quem está na situação... isso também é histórico no Brasil... e a terceira coisa é que a CPI está funcionando na sua plenitude... sem que houvesse em qualquer momento qualquer interferência do governo... para criar qualquer obsTÁculo pra CPI... tudo que eu desejo na vida... é que a CPI apure corretamente o que tem que apurar... FAça todas as acareações que tiver que fazer... APREsente o seu relatório final... o Mini/o Ministério Público a partir daí... vai fazer as suas investigações... e aquilo que for... para o Poder Judiciário será julgado aquilo que precisar de a Polícia Federal investigar... será investigado porque... eu acredito piamente que o Brasil... vai ao longo dos próximos dez vinte ou trinta anos... se nós quisermos transformar na grande nação que eu sonho em transformar o Brasil... nós teremos que fazer do combate à corrupção quase que uma profissão de fé... sem trégua... para que a gente possa... DEfinitivamente soNHAR com o Brasil... com menos corrupção... ou sem corrupção

35	Entrevistador: O senhor me permite enumerar alguns dados que... escandalizaram o país porque o PT era meio... tido como o partido que monopolizava a ética na política brasileira e isso em 2005 foi por terra... porquê?... bom... o deputado José Genoíno presidente do partido... disse que não tomou empréstimo tomou... caiu Sílvio Pereira secretário-geral caiu... o ex-ministro-chefe da Casa Civil... José Dirceu foi cassado... esses não são erros?
40	Entrevistado: São erros... e tanto é que que foram punidos... o Genoíno saiu da presidência do PT... o Silvinho não está mais no PT... e o Zé Dirceu perdeu o mandato... o Delúbio saiu do PT... porque... pra mim a apuração ela tem que ser feita... sabe?... dentro do meu partido nos outros partidos dentro da sociedade... naqueles que são... aMIgos do
45	investigação séria o combate à corrupção o combate aos erros administrativos que alguém possa ter cometido não podem ter cor partidária não podem ter coloração ideológica... o que precisa é que prevaleça a ética... e o PT é um partido muito grande... muito grande... o PT é um partido com quase um milhão de filiados... um partido espalhado... se... três quatro meia dúzia dez quinze ou vinte pessoas... de uma
50	organização política coMEtem erros não significa que o partido todo... está cometendo o mesmo erro o partido tomou as decisões... o partido tem uma nova direção... e o partido SAbe que vai ter que fazer um trabalho iMENso para reCUperar... o prestígio que ao longo dos anos conquistou junto à sociedade brasileira... portanto o partido tem consciência... da gravidade do problema... tem cons/consciência da encalacrada em que se meteu e tem
55	consciência que somente a verdade... é que vai poder... dar ao partido outra vez a credibilidade... que ele conquistou a duras penas nesse país
60	Entrevistador: Falando em verdade e mentira o senhor já afirmou ah... nas seguintes palavras que essa história do mensalão parece folclore do Congresso... aí temos o relatório do deputado Ibrahim Abi-Ackel que diz... éh::... “houve recebimento de vantagens financeiras” o senhor me permita ler porque está entre aspas... “houve recebimento de vantagens financeiras indevidas por parlamentares e dirigentes partidários com periodicidade variável porém constante... de dois mil e três e dois mil e quatro” e ele chegou a dizer chame-se semanão quinzenão ou mensalão... o senhor ainda acredita que não passa de folclore?
65	Entrevistado: Veja... ah ô ô... Pedro primeiro... nós temos que esperar o relatório final das CPIs ou seja... nós temos que esperar o conjunto da obra que está sendo feita pelas CPIs... para que você possa partir de uma complementação de investigação da Polícia Federal... que aliás já investigou muito... e de uma complementação de atuação do Ministério Público você ter... o veredicto final... essas não são as primeiras CPIs... e não
70	serão as últimas CPIs no Brasil e nós já tivemos outras dezenas de CPIs... em que os

75	relatórios diziam coisas e que depois na hora da apuração... cientificamente feita... pela Polícia Federal ou pelo Ministério Público... e no julgamento pelo Poder Judiciário... as coisas não foram como estavam no relatório... eu não posso fazer julgamento de relatório de CPI... não posso... primeiro porque não é o papel do Presidente da República... segundo porque não tenho conhecimento suficiente pra analisar... como tem um delegado de polícia como tem um representante do Ministério Público... ou como tem um ministro do Supremo Tribunal Federal... o que eu espero... e é a única coisa que peço a Deus todo dia... é que a investigação seja a mais séria possível... a apuração a mais séria possível... e a punição... aQUEla mais SÉria que puder ser feita... de acordo com o crime que cada pessoa envolvida comprometeu
80	
	Entrevistador: Eu deduzo da sua resposta/eu posso deduzir da sua resposta então que o senhor não leu os relatórios parciais da CPI?
85	Entrevistado: Nem poderia ler... nem poderia ler... o Presidente da República tem informações dos relatórios pelos meus assessores... mas eu tô esperando o relatório conclusivo da CPI... porque o que conta na verdade é quando você tiver um relatório consaGRado terminou a CPI o relatório tá pronto vai ser encaminhado ao Ministério Público... a Polícia Federal vai entrar em ação o Poder Judiciário vai entrar em ação... aí sim esse relatório... é que VAle para uma avaliação definitiva... do Presidente da República... os relatórios parciais... ainda vai passar por outras comissões ainda vai ser...
90	é julgado pela próprio pela própria CPI aí quando estiver pronto tenho um documento Final... para poder fazer juízo de valores desse documento
95	Entrevistador: Eu acho que posso apresentar já... algumas provas conclusivas pro senhor fazer um juízo de valor como por exemplo a auditoria... feita pelo PRÓprio Banco do Brasil sobre a questão... éh... éh... do do Visanet em que dados conclusivos DEssa auditoria... éh... comprovaram éh... éh... o o o o desvio de vinte milhões de de reais além disso... ah... o uso de oitenta mil... oiTENTA mil notas falsas éh... éh... no valerioduto assim chamado... foi... éh comprovado pela Polícia Federal... isso... são provas
100	Entrevistado: Se a Polícia Federal está comprovando significa que o governo MAIS do que ninguém... está investigando... porque o maior interessado em investigar é o próprio governo... segundo... eu tenho informações tambÉM do Banco do Brasil... de que o pagamento adiantado era uma norma que vinha acontecendo no Brasil há algum tempo... não é uma coisa que foi implantada na atual gestão do Banco do Brasil a partir do momento em que tomei posse... era uma norma que já vinha sendo implantada... e isso está no relatório do Banco do Brasil me apresentado pelo presidente do Banco do Brasil...
105	e que portanto agora na medida em que há uma denúncia feita pelo relator ou pelo

	presidente da CPI... na medida em que tem investigação da Polícia Federal na medida em que o Banco do Brasil PROve se tá errado ou não... aí meu caro... os culpados serão punidos... da forma mais severa possível
110	Entrevistador: O senhor me desculpe mas quando o senhor fala de normas que já vinham anteriormente sendo executadas... me lembra... aquela frase da entrevista de Paris que de que o caixa dois do PT era apenas uma prática sistemática da política brasileira que o PT... também fazia... o que... é... surpreendeu muito o eleitor do PT que acreditava que o PT tinha vindo para acabar com esse tipo de prática
115	Entrevistado: Olha... primeiro que o PT cometeu um erro:: um erro::... que... é de uma gravidade incomensurável... TUDO mundo sabe... e sabe o PT hoje... e sabe quem cometeu os erros que o PT cometeu um erro... que seRÁ... de difícil reparação pelo próprio PT... o PT... vai sangrar muito para poder... se colocar... diante da sociedade outra vez com uma CREDibilidade que ele conquistou... ao longo de vinte anos... Segundo
	[
120	Entrevistador: O senhor acredita que ele vai recuperar essa credibilidade?
	Entrevistado: Vai vai recuperar... vai recuperar...
	Entrevistador: Tem salvação?
125	Entrevistado: Eu acho que tem salvação porque o PT é um partido muito grande... e numa família quando alguém... comete um erro qualquer você não pune a família inteira... vai ser punido quem cometeu o erro... e a legenda continuará com a mesma grandeza que fez política nesses últimos... vinte anos segundo... ah ah ah::... se você for à Justiça Eleitoral você vai perceber... a quantidade de milhares de processos que tem de denúncias de corrupção nesse país... se você andar no Brasil em época de eleição cê vai perceber que... ao terminarem as eleições você tem... na maioria dos municípios brasileiros deNÚncia de corrupção contra quem ganhou ou contra quem perdeu ou contra alguém... isso é o que mais tem no Brasil... alguns processos são apurados e as pessoas são punidas outros não são apurados... ou termina o mandato e não apurou nada porque a justiça tem dificuldade... mas eu estou convencido... de que em nenhum momento da história do Brasil... teve um governo... que colocasse o aparato do Estado brasileiro... pra fazer investigação como nós temos colocado... a Polícia Federal... tem trabalhado... nesses trinta e seis meses... o que/o que ela não trabalhou em vinte anos...
130	
135	

140	tem investigado tem investigado quadrilhas tem inve/investigado... lavagem de dinheiro tem investigado contrabando tem investigado tráfico tem investigado... o crime organizado... e tem investigado denúncia de corrupção... dentro da própria Polícia Federal... afinal de contas são dezenas de policiais... punidos... e isso é um processo de depuração... que vai levar tempo... cê não tem uma varinha de condão que você fala apareça os corruptos... ou os malfeitores da pátria que nós vamos punir... não... você fica sabendo das coisas quando você lê... cê fica sabendo das coisas quando alguém denuncia... cê fica sabendo das coisas quando... alguém... faz... uma uma denúncia ou
145	pelo menos um indício de prova aí você manda investigar... e na investigação você prova se é inocente... ou não... se é culpado ou não
150	Entrevistador: Mas... éh... até agora o senhor vinha insistindo na tese de que não havia provas eu entendi bem ou o senhor hoje está reconhecendo de que já há provas conclusivas... do mensalão ou enfim de condutas irregulares de corrupção conduzidas pelo PT?
	Entrevistado: O que eu disse textualmente... é que... o Zé Dirceu foi cassado... e que não teve prova no processo de cassação do Zé Dirceu
	Entrevistador: No episódio da compra do apartamento e do empréstimo para a mulher do José Dirceu... houve claros indícios de tráfico de influência
155	Entrevistado: Se há indícios tem que ter uma investigação séria e quero que ela seja feita pro Zé Dirceu como quero que ela seja pra mim... como quero eu que ela seja feita para você... a investigação tem que ser feita com a maior seriedade... e na hora que a gente tiver a investigação feita corretamente e o veredito... aí você fala "bom esse cidadão cometeu... uma heresia... e por isso o cidadão tem que ser punido"... e isso vale pra todos nós... não vale pra um nem pra outro... o que eu quero dizer... é que... ah o processo de julgamento do Zé Dirceu e a câmara tem independência pra fazer isso... também não é a primeira vez nem será a última que vai cassar alguém... o que eu quero dizer é o seguinte é que... até agora... a CPI... ela vai ter e por isso o relatório não tá concluído ainda... ela vai ter que apresentar à nação brasileira... sabe? um resultado que
160	possa JUStificar... sabe? todo o trabalho que a CPI fez até agora... e e pra mim... se a CPI precisa de mais um mês mais dois meses mais outro mês... é um problema da CPI não é um problema meu... é um problema da CPI... o meu papel nesse momento... é cuidar... deste país... o meu papel nesse momento é poder dizer ao povo brasileiro que a economia brasileira vai crescer... que nós vamos melhorar a distribuição de renda... e
165	que o Brasil vai ser muito melhor em dois mil e seis do que foi em dois mil e cinco do que foi... em dois mil e quatro do que foi em dois mil e três... e de que o Brasil está conquistando a chance de ter um ciclo de desenvolvimento duradouro que possa ser de
170	

175	dez ou quinze anos... para que a gente possa tirar o Brasil... do eterno lugar de país emergente... para colocar o Brasil no rol dos países desenvolvidos... é pra isso que eu tô trabalhando e eu acho que a crise até serviu pra isso... sabe? primeiro serviu pra alertar a gente de que é preciso primeiro tomar mais cuidado... segundo é preciso fiscalizar mais... terceiro é preciso fortalecer as instituições... quarto é preciso exercer MAIS democracia e que a sociedade POSSA ter mais controle das ações do Poder Judiciário/do do Poder Executivo do Poder Legislativo... e nós estamos criando TODOS os instrumentos pra isso... porque veja... eu tenho um ano de mandato e esse ano de mandato eu quero fazer... com que ele seja exemplar pro o Brasil do ponto de vista das oportunidades que o Brasil tem que ter... a partir de dois mil e seis e já foi bom em dois mil e quatro?... foi bom... há muito tempo não se via o Brasil crescer como cresceu... em dois mil e cinco tivemos um problema porque a inflação voltou... sabe? mas eu posso dizer pra você... que no quarto trimestre a economia já está crescendo... e ela vai começar crescendo fortemente... e nós vamos ter um ano de crescimento... acima... da média... nacional
180	
185	
190	Entrevistador: Mas... o senhor concorda que que o governo assim como as... as mulheres dos césores... além de um governo além de ser honesto... tem que parecer honesto né?... e é::... o senhor há de convir que as aparências não estão ajudando... vamo pegar por exemplo o caso da justificativa oficial do PT ah:: que é:: a história dos empréstimos se o dono de uma empresa muito próspera com muitos funcionários com lucros... enfim for a um banco pedir um empréstimo sem apresentar garantias ele sai sem um tostão... como é que o PT... que não tem renda é um partido conseguiu esse dinheiro todo apenas com a assinatura de um simples tesoureiro do... nosso Delúbio como o senhor disse?
195	
200	Entrevistado: Veja eu num num num sei como conseguiu... o dado concreto é que nós vamos descobrir como conseguiu... ou a Polícia Federal vai descobrir... ou... o Ministério Público vai descobrir... ou a CPI já descobriu uma parte... ou no processo... que vai ter no Poder Judiciário vai descobrir
	Entrevistador: Mas não é uma dedução lógica de que são empréstimos de fachada?
205	Entrevistado: Veja/veja... eu não posso fazer dedução... qualquer cidadão comum pode fazer essa dedução eu não posso fazer... eu... ô Pedro... baseio a minha vida... em achar que todo mundo é inocente até provem o contrário... então todo mundo merece a chance de ser... sabe? inocente até que se investigue e prove que ele é culpado... ao Presidente da República não cabe fazer pré-julgamento... e não cabe ficar dizendo que a pessoa é inocente previamente ou culpada previamente... tudo o que está sob investigação... naquilo que depender do governo... naquilo que depender da Polícia

210	Federal... naquilo que depender de ações administrativas... será feito... a ferro e fogo... tudo aquilo que depender do Ministério Público tem autonomia pra fazer... e o Poder Judiciário... depois desse processo todo... é que todos nós... você/eu... e quem tá nos assistindo... vai poder dizer... é verdade... ou não era verdade... com relação à minha pessoa... eu a única coisa que peço a Deus... é que quando terminar tudo isso... aqueles que me acusaram... peçam desculpas... só peço isso não quero/não quero não quero
215	nada mais do que isso... peçam desculpas... porque também a leviandade... tal como ela é feita muitas vezes... ela tem um preço... e eu acho que é... precipitado... é errado fazer qualquer julgamento precipitado pela pessoa... sabe? dizer que a pessoa vai ser o melhor em campo ou que vai ser o pior em campo antes do jogo começar
220	Entrevistado: Mas o senhor sabe que quando eu soub/quando eu desco/conhe/soube que ia ter o privilégio de conversar com o senhor eu saí conversando muito com o povão mesmo em feira-livre táxi... botequim isso é um terror... éh e a pergunta a a a sensação não é de acusação ao senhor mas é de... éh... de estar muito intrigado como é que o Presidente não sabia? aliás essa pergunta continua sendo feita Presidente... o senhor sabia ou não sabia?
225	Entrevistado: Ô Pedro só tem três hipóteses de você saber das coisas cê tá comigo aqui... no terceiro andar... e tem gente trabalhando no quarto andar tem gente trabalhando no segundo tem gente trabalhando... nos ministérios... nem eu nem você sabemos o que tá acontecendo... mas como é que você sabe? quando participa da reunião... ou quando alguém que participou conta ou quando sai uma denúncia
230	Entrevistador: Mas o Delúbio era tão próximo do senhor...
235	Entrevistado: O que é importante... o que é importante não é se você sabia ou não porque se eu tivesse condições de saber não teria acontecido... esse é o dado concreto... se eu tivesse condições de saber não teria acontecido... na medida em que eu soube naquilo que diz respeito ao Presidente da República... as providências todas foram tomadas... foram afastados quem deveria ser afastado... foram punidos quem deveria ser punido.... agora a justiça faça a sua parte... e no caso do PT o PT fez a sua parte... não adianta não adianta querer que as coisas aconteçam... an/antes do tempo que têm que acontecer... eu quero que seja assim pra mim... deSEjo que seja assim pra você... desejo que seja assim pra todo o povo brasileiro... na hora que sobre qualquer cidadão brasileiro pesar qualquer suspeita... eu quero que ele tenha direito... antes de ser condenado à forca... que ele possa ser julgado corretamente... pra que a gente não... absolva um culpado... e nem pra que a gente condene um inocente
240	

245	Entrevistador: O senhor já se/já se disse traído depois se solidarizou com aqueles que estavam envolvidos na corrupção se reunindo com eles afinal o senhor foi traído... éh:: ou é solidário? um exemplo o José Dirceu o traiu?
250	Entrevistado: ((riso)) veja... eu me considero... eu me considero traído por duas coisas... porque eu me dediquei parte da minha vida pra construir esse partido... eu com a minha mulher e com as minhas crianças as crianças dormiam na calçada pra ajudar a construir esse partido e não era uma vez eram muitas vezes... dormiam na calçada... vendendo camiseta fazendo filiação... e a gente criou o partido exatamente para mudar... a forma de fazer política nesse país... então eu me sinto traído porque alguns companheiros meus... fizeram práticas... fizeram práticas... sabe?... que não... condiziam... com... aquilo... que era... a história do PT... sabe? no caso do Zé Dirceu... no caso do Zé Dirceu... diferent/diferentemente do Delúbio que assumiu a responsabilidade... o Zé Dirceu ainda não definiu seu processo ele foi cassado vai ter o relatório da CPI vamos aguardar pra ver o que vai acontecer... mas não quero nem julgar se eu fui traído por A ou por B... é que eu acho que o conjunto dos acontecimentos pra mim... sabe?... soou como se fosse uma facada nas costas de alguém... que junto com outros milhões de brasileiros dedicou parte da sua vida pra construir um instrumento político que
255	pudesse ser diferente de tudo o que estava aí
	Entrevistador: Porém antes mesmo dessas investigações serem concluídas o senhor afirmou que levaria José Dirceu ao seu palanque
265	Entrevistado: Eu fui perguntado se o Zé Dirceu ia no palanque... veja... as pessoas... as pessoas todas... sabe? enquanto não forem julgadas... as pessoas todas são inocentes... sabe? vamos aguardar... o processo... da parte do Presidente da República nesse momento seja com os meus companheiros ou seja com os meus adversários o Presidente da República tem que ter sempre a postura... de um estadista que não faz julgamento... a priori... que não faz julgamento precipitado que não condena nem absolve ninguém antes do tempo... eu Pedro... só lamento profundamente... que toda essa crise... impediu... que... as coisas boas que o governo fez não aparecessem com o destaque que deveriam aparecer na imprensa... lamento profundamente... porque o que nós fizemos nesse Brasil... no ano de dois mil e cinco não precisa pegar dois mil e quatro não... no ano de dois mil e cinco do ponto de vista da geração de empregos do ponto de vista do aumento do salário dos mais pobres nesse país do ponto de vista dos acordos salariais por exemplo... oitenta e cinco por cento dos sindicatos que fizeram acordo em oitenta e cinco fizeram acordos ou... à inflação ou acima da inflação há vinte anos que
270	isso não acontecia no Brasil... segundo a geração de empregos... nós tivemos vinte anos de estagnação na economia brasileira... nós criamos nesses trinta e seis meses tivemos
275	

280	três milhões setecentos e nove mil empregos de carteira profissional assinada e segundo o IBGE criamos três milhões e oitocentos... numa demonstração... de que apesar de tudo que aconteceu... a economia brasileira tá caminhando... o Brasil está sólido e as coisas vão ser muito melhor em dois mil e seis
285	Entrevistador: Presidente o ex-ministro José Dirceu... desculpe-me insistir nesse nome afirmou que as direitas e a oposição querem prolongar a crise política para inviabilizar a sua reeleição o senhor será candidato à reeleição pra contrariar essa versão?
290	Entrevistado: A minha preocupação nesse instante não é com a reeleição... a minha preocupação nesse instante é que tenho um ano pra governar o país... eu tenho muita coisa para fazer no Brasil esse ano e eu não tô nem um pouco preocupado com o problema eleitoral... se na hora em que for decidir... lá pro meio do ano... chegar à conclusão que eu possa ser candidato porque interessa às forças políticas que me apoiam ser candidato... eu também não tenho nenhum problema
[
	Entrevistador: O meio do ano não é tarde demais para começar uma campanha?
295	Entrevistado: Eu não tenho pressa... quem tem pressa são os meus adversários... eu não tenho pressa... eu tenho que governar o Brasil até o dia trinta e um de dezembro e tenho muita coisa pra fazer... muita coisa pra fazer... e muita coisa para colher... porque você sabe que é assim... cê planta... rega... e um belo dia cê começa a colher
	Entrevistador: Colher em ano eleitoral é ótimo não é?
300	Entrevistado: Não/veja... cê colhe no tempo que dá... eu não escolho o tempo em que posso colher quando você começa uma obra... em dois mil e três cê não termina em dois

	preocupar em governar ele começa a pensar na próxima eleição... então tudo o que ele faz é pensando na próxima eleição
	Entrevistador: Então o senhor é contra a reeleição?
	[
340	Entrevistado: Eu fui contra a reeleição eu votei contra
	[
	Entrevistador: E se mantém?
345	Entrevistado: Eu fu/fui contra... eu gostaria que não tivesse... eu acho que pro Brasil um sistema bom seria que você não tivesse reeleição... tivesse um mandato de cinco anos que já tivemos... aliás em mil novecentos e noventa e quatro derrubaram pensando que eu ia ganhar... com medo que eu ganhasse as eleições... eles reduziram o mandato... e depois eu não ganhei... eles aprovaram a reeleição... então eu gostaria que o Brasil não tivesse reeleição... mas eu gostaria que o Brasil tivesse um mandato de cinco anos... para que o Presidente eleito tivesse a preocupação única de governar... e não de pensar na sua própria reeleição... ah assim... que eu acho que o Brasil pode dar certo... por isso
350	que eu disse que não haverá nenhuma medida... irresponsável por quê?... porque o Brasil historicamente... tava caminhando pá dar certo quando vieram as eleições... aí meteram os pés pelas mãos e não deu certo... cê quer pegar exemplo?... a reeleição de mil novecentos e noventa e seis... o Brasil tava num momento bom... SE não fosse a... a a...
355	Entrevistador: Em noventa e oito o senhor diz...
	Entrevistado: Não em mil novecentos e noventa e seis quando foi aprovada a tese da reeleição
	Entrevistador: Ah sim...
360	Entrevistado: Em noventa e seis... se não tivesse sido aprovado... o Brasil teria outro Presidente que certamente ia fazer muito mais do que fez o Presidente no segundo mandato dele... e o Brasil teria seguido o seu rito democrático normal... ah ah ah:: nós

430	vai depender de muita conversa com gente da sociedade... éh:: éh:: cê sabe que eu tenho uma tese sobre a reeleição... éh:: se eu... decidir ser candidato obviamente que eu vou decidir ser candidato... vou comunicar à nação brasileira se eu decidir que não sou... sabe?... ou estarei tomando posse ou estarei passando a faixa pra alguém que ganhou ((risos)) as eleições... ah:: a única coisa que eu tenho certeza... de dizer ao povo
435	braslieiro é que dois mil e seis... será o ano... será o ano... do povo brasileiro porque tá tudo engatilhado... tá tudo preparado... tá tudo armado para que o Brasil tenha um forte crescimento... uma forte distribuição de renda... muito emprego pra esse povo... e quem sabe... a gente construir junto... o Brasil... que nós sonhamos... há muito tempo construir
	Entrevistador: Muito obrigado (Presidente)
440	Entrevistado: Obrigado a você

ANEXO C

1	Entrevistador: Olá você em todo o Brasil eu sou o Luciano Seixas e começa agora o Café com o Presidente o programa de rádio do Presidente Lula... olá
	Entrevistado: como vai? Tudo bem?
	Entrevistador: Tudo bem Luciano
5	Entrevistado: Presidente... na semana passada uma das principais agências de risco elevou a classificação do Brasil para Grau de Investimento... que que significa isso para o país?
10	Entrevistado: Ora significa que o Brasil está sendo visto... pelas agências... que medem o risco de um país... como um país sério... um país que está com as suas contas em dia um país que tem reservas... suficientes pra pagar sua dívida externa... um país que está com a inflação controlada a economia crescendo a indústria crescendo aumentando a renda... do trabalhador diminuindo a exclusão social... o que vai acontecer agora? teoricamente... fica mais fácil agora qualquer investidor estrangeiro... investir no Brasil... porque agora o Brasil é um país... que tem pouquíssimo risco... o que nós esperamos é que os investidores estrangeiros invistam mais... sabe? na indústria invistam mais ãhn... em parcerias com brasileiros para produzir... álcool para produzir... biodiesel que se invista mais na indústria brasileira para que ela possa crescer mais gerar mais empregos e portanto gerar... mais salários para o povo trabalhador... eu acho que é um momento importante pro Brasil eu tenho dito que... é quase como se fosse um momento mágico pro país mas eu digo sempre que tem que ter uma euforia comedida ou seja nós temos que saber... que:: em política econômica cê tem que estar de olho todo dia porque você precisa olhar... os gastos que você faz cê não pode gastar mais do que aquilo que você ganha... ao mesmo tempo nós não podemos vacilar... em em não cumprir os compromissos que nós temos com o PAC por exemplo de fazer as obras de infraestrutura... então eu acredito que nós precisamos ficar felizes mas ao mesmo tempo com muita seriedade... e com muita sensatez para que a gente não permita que a euforia... faça com que a gente abandone a seriedade com que estamos trabalhando até agora
15	
20	
25	
	Entrevistador: Você está ouvindo o programa de rádio do Presidente Lula... o Café com o Presidente... como é que foi possível Presidente chegar a esse patamar de conhecimento internacional?

30 35 40 45 50	<p>Entrevistado: Um conjunto de fatores fez com que o Brasil chegasse a essa situação... ou seja nesses últimos cinco anos nós trabalhamos com muita seriedade... todo mundo se lembra como é que tava o Brasil em dois mil e três... foi um trabalho iMEnso fizemos um ajuste fiscal delicadíssimo e eu só pude fazer... porque eu troquei o capital político de quem ganha uma eleição... por fazer uma política dura... na área fiscal nós conseguimos com um arrocho muito grande... controlar a economia brasileira reduzir a inflação... aumentar as nossas reservas aumentar as nossas exportações... e esse conjunto de fatores fez com que as pessoas começassem a enxergar o Brasil... de uma forma muito... mais saudável eu vou lhe contar um dado Luciano ãhn... de uma conversa que eu tive com o Mário Soares o ex-presidente de Portugal veio fazer uma entrevista comigo... e ele me disse uma coisa que eu fiquei estarecido... ele falou “ô ô Presidente Lula éh éh eu tô aqui no Brasil há três dias eu leio a imprensa brasileira... a impressão que eu tenho é que o país acabou... tá tudo errado... agora quando eu chego na Europa que eu leio a imprensa de lá sobre o Brasil... o Brasil tá maravilhoso...” o que que eu disse... ao Presidente de Portugal?... eu disse... olha eu acho que é importante você estar me dizendo isso porque... aqui no Brasil tem muita gente pessimista... os números da economia são os melhores dos últimos trinta anos é um conjunto de fatores que estão funcionando entre si como se fosse uma orquestra... muito bem treinada... não é apenas uma coisa... é você combinar o crescimento econômico... fortalecimento da empresa fortalecimento da agricultura e ao mesmo tempo você não descuidar da área social fazendo com que as pessoas que vivem... com menos posses... possam conquistar alguma coisa.... cuidar da educação com muito carinho e nós estamos fazendo isso... certamente Luciano ainda falta muita coisa pra gente fazer e vamos continuar trabalhando pra fazer... eu acho que nós encontramos o caminho e as coisas vão funcionando</p>
55	<p>Entrevistador: Perfeito Presidente agora mudando um pouco de assunto... a respeito do reajuste dos combustíveis.... como é que isso vai afetar o consumidor na hora de abastecer o seu veículo?</p>
60 65	<p>Entrevistado: Luciano o/o/o que é importante... é que esse aumento não vai ter... da gasolina... nenhum... reflexo para o consumidor por que?... porque... foi reduzida a CIDE... de zero vinte e oito centavos por litro para dezoito centavos por litro... ou seja significa que... aumento zero pra ele... no óleo diesel... vai haver um aumento de oito ponto oito por cento... o efeito disso na inflação é apenas zero zero quinze ou seja... é muito pouco e eu acho que foi uma medida... ah ah eu diria inteligente da equipe econômica... ah porque:: era preciso fazer um reajuste pra Petrobrás porque ela tá já há algum tempo sem reajustar... mas nós não queremos que esse aumento tenha um efeito na inflação por isso... é que foi feito um jogo combinado o aumento com desconto na CIDE e isso diminui o efeito do aumento... ah é importante as pessoas ficarem atentas a gasolina... não aumenta nada no posto... se algum</p>

	posto tiver aumentando... as pessoas podem denunciar porque... não aumenta nada... e... o óleo diesel aumenta oito ponto oito por cento
	Entrevistador: Muito obrigado Presidente até semana que vem
70	Entrevistado: Obrigado a você Luciano e até a próxima semana
	Entrevistador: O programa Café com o Presidente volta na próxima segunda-feira até lá

ANEXO D

1	Entrevistador: Olá você em todo o Brasil eu sou Luciano Seixas e está começando agora o programa de rádio do Presidente Lula... olá Presidente como vai tudo bem?
	Entrevistado: Tudo bem Luciano
5	Entrevistador: Presidente o senhor anunciou na semana passada uma série de medidas para incentivar o desenvolvimento industrial... alguns especialistas afirmam que essas ações não serão suficientes pra estimular o setor... qual avaliação que o senhor faz?
10	Entrevistado: Olha concretamente nós anunciamos o que o Brasil precisaria ter anunciado há vinte e cinco anos atrás... durante muito tempo no Brasil... se discutiu se o Brasil precisaria ter ou não uma política industrial... e muita gente dizia que o Brasil não deveria ter que o governo não deveria incentivar... o que nós fizemos? nós ficamos vários meses discutindo com todos os segmentos empresariais... para construir uma proposta de política de desenvolvimento produtivo que pudesse incentivar... alguns setores da indústria brasileira por exemplo o setor interno de bens de capital... aquelas que produzem máquinas o que significa... você renovar... a capacidade produtiva de uma empresa e ao mesmo tempo você incentivar as exportações brasileiras as grandes... e também aumentar em dez por cento também a exportação... de microempresas no Brasil... nós estamos fazendo isso porque entendemos que... na medida que o governo assumira um compromisso com os empresários com a sociedade... e na medida que a gente anuncia um programa que tem um plano... de metas que tem data que tem... ah conselho gestor em cada área sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio... nós estamos certos que é possível cumprir... o nosso compromisso até dois mil e dez... com uma nova política de desenvolvimento... para que o Brasil... cresça... e cresça de forma sustentável
15	
20	
25	Entrevistador: Agora esse conjunto de medidas pra estimular o desenvolvimento industrial não prevê somente compromissos do governo né? mas também... contrapartidas dos setores beneficiados... que garantias o governo tem de que as empresas vão cumprir essas contrapartidas?
	Entrevistado: Olha primeiro é importante que a sociedade saiba os eixos principais da política de desenvolvimento produtivo... nós queremos ampliar... o investimento... nós

30 35 40	<p>queremos incrementar a inovação... e nós queremos aumentar as exportações esses são... os três eixos básicos da nossa política... as metas principais que nós NOS comprometemos a cumprir... ampliar a taxa de investimento do PIB dos atuais dezessete ponto seis para vinte e um por cento até dois mil e dez... aumentar os investimentos atrelados a pesquisas e desenvolvimento para zero setenta e cinco... o que é muito importante isso representa mais ou menos dezoito ponto dois bilhões... de reais... éh:: em dois mil e cinco era só de zero cinquenta e um por cento... éh:: significa que nós estamos nos comprometendo com uma meta de crescimento anual de nove ponto oito por cento até dois mil e dez... na/nos investimentos... em pesquisa o que é um dado extremamente importante para o Brasil... isso aqui é extremamente importante porque... primeiro os empresários se colocaram de acordo os trabalhadores foram ouvidos e se colocaram de acordo... o governo todo de forma unânime se coloca de acordo... mas o governo:: sabe... que a perfeição de um programa como esse vai acontecendo na medida em que o programa vai entrando em funcionamento</p>
45	<p>Entrevistador: Você está ouvindo o <i>Café com o Presidente</i> o programa de rádio do Presidente Lula... agora Presidente alguns analistas dizem que esse tipo sustentável de crescimento que o país atravessa... pode ser ameaçado pela inflação... existe um risco mesmo de que esse estímulo ao setor produtivo... possa provocar um aumento de inflação?</p>
50 55 60	<p>Entrevistado: Olha... a inflação... ela... é um mal... muito grande para os trabalhadores que vivem de salário... e para a economia do país... por isso é que o governo... vai fazer o esforço que tiver que fazer... para evitar que a inflação volte... hoje... nós temos uma inflação... de quatro ponto cinco por cento é a nossa meta ela pode ir dois pontos pra mais dois pontos pra menos... nós temos que ter o controle... há o crescimento da demanda de determinados produtos sobretudo na área de alimentos é uma coisa mundial mas que o Brasil não tem que ver isso como um problema porque nós temos terra temos solo temo água temo gente pra plantar... pra que a gente não precise... participar... desse aumento do alimento no mundo ou seja apenas aquilo que é importado e que não temos o controle... é importante... Luciano que o povo entenda o seguinte... a/a inflação... é uma obrigação de todo brasileiro cuidar... pra que ela não aconteça sabe? é do trabalhador que compra... da dona de casa que compra... do empresário que produz... do:: atacadista que vende... do varejista e do governo... todos precisam se preocupar com a inflação porque ela... é um mal muito grande para o país e para as pessoas que vivem de salário... agora nós estamos acompanhando atentamente porque... eu tenho dito... já há alguns meses... que é importante que o Brasil mantenha</p>

65	um equilíbrio... entre a sua caPAcidade produtiva ou seja sua capacidade de ofertar os produtos... tem que acompaNHAR o crescimento da demanda... se... a disposição de comprar... e as condições de comprar for maior do que a capacidade de produzir... nós vamo ter inflação... e eu estou convencido que nós vamos controlar a inflação ela vai estar controlada o governo está atento... e vamos trabalhar para que o Brasil cresça tem
70	muito investimento... por isso que eu estou muito otimista de que nós vamos manter a inflação baixa o Brasil vai crescer... de forma sustentável durante... um longo período
	Entrevistador: Muito obrigada Presidente Lula até a semana que vem
	Entrevistado: Muito obrigado a você Luciano e até a próxima semana
	Entrevistador: O Café com o Presidente volta na próxima segunda-feira até lá

ANEXO E

1	Entrevistador: Olá você em todo o Brasil eu sou Luciano Seixas e começa agora o Café com o Presidente o programa de rádio do Presidente Lula... Presidente estamos gravando hoje na Base Aérea de Brasília em função da sua agenda de viagem para São Paulo... como vai tudo bem?
5	Entrevistado: Tudo bem Luciano
	Entrevistador: Presidente as famílias que recebem o Bolsa Família vão ganhar mais a partir de julho... o aumento no valor do benefício foi de oito por cento qual foi a razão do reajuste do benefício agora?
10	Entrevistado: Luciano a razão é simples ou seja nós temos uma... crise de alimentos no mundo... e isso tem refletido no aumento dos preços dos alimentos em todos os países inclusive no Brasil e nós entendemos que a parte mais pobre da população que ganha uma ajuda pra comprar comida pra levar para casa... e sustentar a família merecia que a gente fizesse a reposição inflacionária... os cálculos foram feitos pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome... pelo Ministério da Fazenda... e eu achei que
15	dar os oito por cento de reajuste foi uma boa medida... pra garantir que as pessoas continuem levando pra casa... o necessário para comer... sabe?... a família inteira
	Entrevistador: Alguns jornais chegaram inclusive a afirmar... que esse aumento era eleitoreiro já que estamos próximos aí à eleição municipal... como foi feito o cálculo pra chegar a esse valor Presidente?
20	Entrevistado: Veja foi feito pelo Ministério do Desenvolvimento Social... e aqueles que:: falaram... que era eleitoreiro... são pessoas que me parece que perderam a sensibilidade ou seja como é que pode... alguém imaginar que você fazer um reajuste... e eu não queria fazer nada que pudesse indexar isso à inflação... nós estamos dando o reajuste porque
25	temos condições de dar porque tem... ah:: no orçamento dinheiro para dar este reajuste... e:: nós vamos continuar reajustando o Bolsa Família... na medida que puder reajustar mais nós vamos reajustar mais fortemente porque... porque os que recebem o Bolsa Família... são a parte mais pobre da população e nós precisamos cuidar dessa gente com muito carinho
30	Entrevistador: Você está ouvindo o Café com o Presidente o programa de rádio do Presidente Lula... Presidente agora... um outro assunto... mais uma pesquisa agora do

	IBGE mostrando uma queda do desemprego no país... a que se deve essa queda no desemprego?
35	Entrevistado: Eu acredito que:: os investimentos que o governo tem feito no PAC... os investimentos que as empresas privadas têm feito... têm:: dado uma demonstração vigorosa de que nós vamos conseguir reduzir o desemprego... muito mais fortemente ainda nós já temos um número mais baixo de muitos anos... e eu acredito que a partir do ano que vem... as obras do PAC estarão já em: em andamento com muito mais... força com muito mais volume... ah:: só pra você ter idéia quando nós tomamos posse o Brasil tinha... trezentos bilhões de reais de crédito hoje o Brasil tem mais de um trilhão... de crédito isso significa
40	que tem gente tomando dinheiro emprestado pra fazer investimento... em alguma coisa isso significa que vai gerar mais empregos... e todos nós trabalhamos com essa convicção ou seja... não tem nada mais sagrado... pra um chefe de família ou pra uma mulher... do que trabalhar e no final do mês levar... pra sua casa o sustento pra a sua família com o dinheiro ganho com seu suor... quando eu pego os números do Ministério do Trabalho do Caged... e
45	constato... que nos primeiro cinco meses... nós criamos um milhão e cinquenta e um mil empregos com carteira assinada... e que a tendência natural é isso vir crescendo... porque as empresas fizeram muitos investimentos.... a/as obras do PAC as grandes obras do PAC começaram a ser contratadas agora... agora é que elas vão começar a gerar muito mais empregos... e é isso que o Brasil precisa... mais emprego mais salário mais renda mais
50	consumo ou seja é isso que o Brasil que torna o Brasil... mais feliz... é isso que torna o povo com a auto-estima bastante elevada... porque eles estão percebendo que as coisas... estão acontecendo... agora graças a Deus a economia está em ordem... as pessoas estão fazendo investimento e o emprego tá crescendo é tudo... o que o trabalhador deseja
55	Entrevistador: Presidente agora mudando um pouco o rumo da nossa conversa o senhor vai entregar no segundo semestre desse ano... um prêmio pras prefeituras que administram com eficiência seus programas de merenda escolar... qual é a importância de ações como essa?
60	Entrevistado: Olha essa ação na verdade... de premiar... as pessoas que trabalham com mais eficiência a questão da merenda escolar... é uma forma:: de premiar as prefeituras brasileiras que melhor geriram o programa de alimentação escolar... essa premiação permite avaliar selecionar e divulgar... as boas gestões públicas municipais do programa de alimentação escolar... esse já será o quinto ano... e eu penso que é extremamente importante os prefeitos participarem por quê?... porque muitas vezes... esses prefeitos só
65	são criticados ou seja as coisas boas que fazem não aparecerem... e como nós achamos que a alimentação das nossas crianças é coisa sagrada e como nós garantimos o recurso para que as prefeituras possam dar... alimentação pras crianças... nós queremos premiar aquelas prefeituras aqueles prefeitos aqueles gestores... que melhor aplicaram os recursos

70	que ah/ah dinamizaram a economia local que compraram dos produtores... locais... e isso é uma forma de a gente tornar público as coisas boas que acontecem neste país por isso... eu queria pedir aos prefeitos para se inscreverem... e você Luciano... dará o endereço para que as pessoas possam participar ativamente
75	Entrevistador: Então vamo lá Presidente as prefeituras... podem se inscrever por meio de formulário eletrônico acessando o site premierenda.org.br ... ou por meio de formulário em papel... esse formulário deve ser enviado... para a rua Bela Cintra meia quatro três primeiro andar consolação São Paulo capital CEP 01415- 901 até essa sexta-feira quatro de julho... Presidente Lula muito obrigado até a semana que vem
	Entrevistado: Obrigado a você Luciano e até a próxima semana
	Entrevistador: O programa Café com o Presidente volta na próxima segunda-feira... até lá